



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Estudos Regionais

Região Metropolitana de Campinas

Organizadores: Claudio Dedecca, Lilia Montali, Rosana Baeninger.

Março/2009
FINEP/NEPP/NEPO/IE
UNICAMP

Região Metropolitana de Campinas



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO 1 – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO	6
<i>Claudio Dedecca</i>	
CAPÍTULO 2 – DINÂMICA DEMOGRÁFICA	20
<i>Rosana Baeninger e Claudia Gomes de Siqueira</i>	
Introdução	20
Evolução da População	24
Tendência do crescimento da população.....	37
Movimentos Migratórios inter e intra-regional	59
Estrutura Etária da População	76
Referências Bibliográficas	84
ANEXO I - Municípios da Região de Governo de Campinas.....	85
ANEXO II - Municípios da Região Metropolitana de Campinas.....	85
CAPÍTULO 3 - A QUESTÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS (*).....	86
<i>Lilia Montali, Eugenia Troncoso Leone e Stella B. Silva Telles</i>	
Introdução	86
1. Renda, Pobreza e Desigualdade na Região Metropolitana de Campinas	86
2. Mudanças no domicílio, na inserção domiciliar no mercado de trabalho e as políticas sociais	95
2.1. Mudanças nos arranjos domiciliares: configurações e tamanho.....	97
2.2. Mudanças nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e na provisão dos domicílios.	108
2.3. Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento.....	119
2.4. A mulher e a renda dos domicílios: 1991-2000	133
Referências Bibliográficas	142
3. Políticas sociais na Região Metropolitana de Campinas	143
3.1. Os programas de transferência de renda na Região Metropolitana de Campinas - Mapeamento e Acesso	143
3.2 Educação Básica nos pólos regionais e regiões metropolitanas do Estado de São Paulo - Região Metropolitana de Campinas	155
3.3. Atenção Básica à Saúde e Acesso às Ações e Serviços de Saúde -Região Metropolitana de Campinas	170
Referências Bibliográficas.....	185
Região Metropolitana de Campinas	2



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Apresentação

Nesses últimos 20 anos, a dinâmica socioeconômica paulista não mais se associa a dualidade região metropolitana – interior prevaiente até os anos 70. Novas regiões metropolitanas se consolidaram, outras se encontram em processo de formação e pólos regionais com algum grau de integração econômica vêm sendo constituídos. Essa nova configuração impõe tanto um melhor conhecimento da dinâmica espacial como a construção de instrumentos de política pública adequados da estrutura socioeconômica do Estado de São Paulo.

A implantação de bases industriais em diversas regiões do interior do Estado e o revigoremento da atividade agrícola, nestes quase 30 anos, induziram um processo de transformação substantiva da configuração econômica e social do interior do Estado, que tem resultado em progressiva metropolização, bem como na constituição de diversos pólos econômicos com alguma integração e especialização no espaço local.

Os desequilíbrios sociais hoje presentes no Estado exigem a construção de um diagnóstico mais integrado de sua diversidade regional, que apóie adequadamente a elaboração de políticas públicas mais consistentes para o desenvolvimento econômico e social paulista.

Este projeto tem o propósito de produzir um mapa da dinâmica socioeconômica do Estado com foco nas regiões metropolitanas e em alguns pólos econômicos, que possibilite acesso estruturado e rápido à informação básica para a elaboração e implementação das políticas públicas para o desenvolvimento estadual. Três eixos temáticos são adotados na análise e no sistema informação produzidos: i. economia e trabalho, ii. dinâmica demográfica; e iii. proteção social. Os dois primeiros eixos articulam as dinâmicas econômica, social e demográfica. O último congrega, no âmbito das políticas públicas, o acesso dos segmentos específicos da população, a disponibilidade de equipamentos e de serviços pelos órgãos competentes e o perfil das recentes políticas de transferência de renda.

Em suma, este projeto espera contribuir para a compreensão da complexidade econômica e social presente no Estado, bem como para o desenho e a gestão das políticas públicas voltadas para o Estado de São Paulo.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Capítulo 1 – Economia e Mercado de Trabalho¹

A Região Metropolitana de Campinas possui 19 municípios e é a segunda maior região do Estado de São Paulo, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo. Compreende cerca de 6,5% da população do estado e quase 9% da população das regiões metropolitanas e pólos selecionados para o estudo no ano de 2005. Apesar desses percentuais serem relativamente pequenos, a RM de Campinas desempenha um papel econômico importante para São Paulo. Devido a sua posição estratégica no sistema estadual de transporte, constituída desde a época do Império, ela mantém relações produtivas recorrentes com a Região Metropolitana de São Paulo bem como com o resto do interior do Estado.

Em 2005, a população da região chegou a 2.578.033 habitantes, segundo dados da Fundação Seade. O município mais populoso era Campinas que possuía quase 40% da população da região. Nos últimos cinco anos, essa região apresentou uma taxa de crescimento anual de 2,0%, valor superior aquele apresentado pela RM de São Paulo e acima da média das demais regiões.

A Tabela 1 traz a evolução da população residente da Região Metropolitana de Campinas por município para os anos de 2000, segundo dados do Censo, e 2005, de acordo com a Seade.

¹ Ficha Técnica: Coordenação: Prof. Dr. Claudio Dedecca, Auxiliares de pesquisa: Adriana Jungbluth, Cassiano Trovão, Camila Ribeiro, Fernando Hajime.



Tabela 1
Evolução da População Residente
Região Metropolitana de Campinas, 2000-2005

	População total		Taxa anual de crescimento
	2000	2005	
Estado de São Paulo	36.909.200	39.949.487	1,6
RMs e Pólos selecionados do Estado de São Paulo	27.096.757	28.996.857	1,4
Região Metropolitana de Campinas	2.338.148	2.578.033	2,0
Americana	182.593	196.497	1,5
Artur Nogueira	33.124	39.465	3,6
Campinas	969.396	1.029.898	1,2
Cosmópolis	44.355	50.366	2,6
Engenheiro Coelho	10.033	11.899	3,5
Holambra	7.211	8.162	2,5
Hortolândia	152.523	184.069	3,8
Indaiatuba	147.050	172.140	3,2
Itatiba	81.197	92.780	2,7
Jaguariúna	29.597	32.978	2,2
Monte Mor	37.340	44.193	3,4
Nova Odessa	42.071	45.629	1,6
Paulínia	51.326	60.875	3,5
Pedreira	35.219	39.220	2,2
Santa Barbara D'Oeste	170.078	182.130	1,4
Santo Antonio de Posse	18.124	20.578	2,6
Sumaré	196.723	220.937	2,3
Valinhos	82.973	90.155	1,7
Vinhedo	47.215	56.062	3,5

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Fundação Seade. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Nota-se que o crescimento médio anual da população da região foi puxado pelos municípios dos arredores de Campinas, como Hortolândia (3,8%), Artur Nogueira (3,6%) e Paulínia (3,5%), e não por esta cidade propriamente dita que teve uma queda na participação da população na região ao longo do período em questão.

No que se refere à participação do valor adicionado, a Região Metropolitana de Campinas, além de ser a segunda maior região em população do estado, é também a segunda região que apresenta maior participação no valor adicionado.

No ano de 2005, a Região Metropolitana de Campinas participava com 7,6% do valor adicionado do estado. Apesar de ser uma participação bastante inferior àquela apresentada pela Região Metropolitana de São Paulo, ela tem crescido ao longo dos últimos anos. Enquanto a RM de São Paulo apresentou um crescimento do valor adicionado de 3,8% entre 2002 e 2005, a RM de Campinas teve um aumento mais significativo de 5,6%.

Desagregando-se o valor adicionado por setor, tem-se que a RM de Campinas participou de apenas 2,4% do valor adicionado pela agroindústria no estado no ano de 2005, 6,8% do valor adicionado nos serviços, 7,5% na administração pública e 9,6% na indústria.

A participação desses setores no valor adicionado da RM de Campinas, apresenta a seguinte distribuição: 60% para os serviços, 31% para a indústria, 8% para a administração

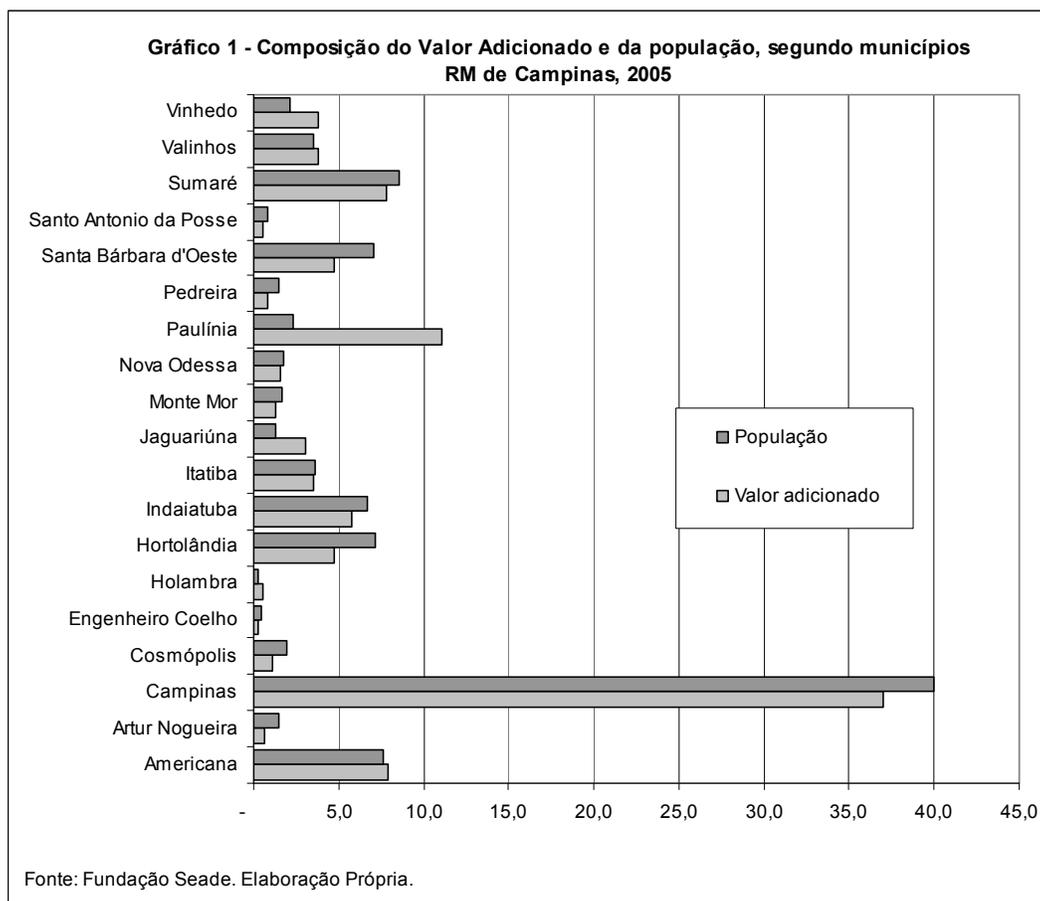


pública e menos de 1% para a agroindústria. Portanto, o maior peso no valor agregado da região é dado pelo setor de serviços.

Analisando-se a participação dos municípios na RM de Campinas ainda no que se refere ao valor adicionado, nota-se que a cidade de Campinas, apesar de possuir 40% da população da região, apresenta uma participação um pouco menor do valor adicionado, sendo esta de 37%.

A segunda cidade com maior participação do valor agregado na região é Paulínia, com 11,1%. Chama atenção o fato de que esta participação é bastante superior à participação da população na RM, que corresponde à apenas 2,4%. Essa elevada participação deve-se principalmente à instalação da refinaria de petróleo na cidade, que possui alto valor adicionado.

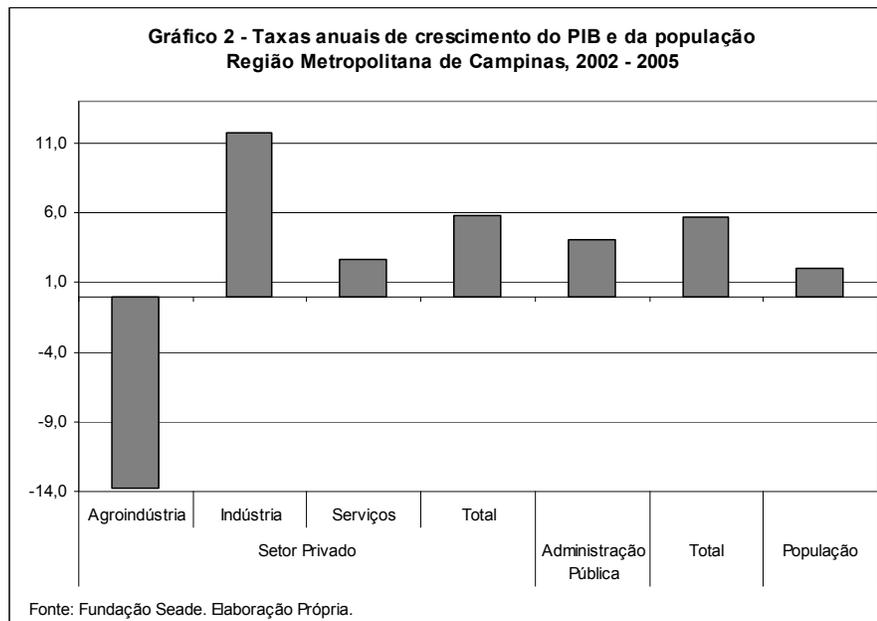
O gráfico 1 mostra a participação do valor adicionado e da população para as idades da RM de Campinas.





Já no que se refere à evolução do PIB nos anos recentes, nota-se um crescimento anual de quase 6% desse indicador entre os anos de 2002 e 2005, evolução superior àquela verificada para a população. Tal crescimento foi puxado pela indústria que apresentou uma taxa anual de 11%, seguido pelo crescimento do PIB da administração pública de 4% e do setor de serviços, com 2,6%. O crescimento total do PIB só não foi maior na região devido à enorme queda sofrida pelo PIB da agroindústria, com decréscimo anual de mais de 11%.

O gráfico 2 mostra este comportamento.



Observando-se agora a composição da população desta RM, percebe-se que apenas 42% da população é natural da região. Como comparação, para São Paulo este percentual é de 52%. O restante da população é natural de outras cidades e regiões do país.

Em relação aos migrantes, 45% residem na região há mais de 10 anos, 7,4% de 4 a 9 anos e apenas 4,7% residem há menos de três anos. Isso mostra que, apesar de 60% da população ser originária de outras regiões, a maioria já está estabelecida na RM há pelo menos uma década. Mesmo assim, quase 1 de cada 20 habitantes tinham residência recente na região metropolitana.

Analisando-se essas informações em relação aos municípios da RM de Campinas, nota-se que o comportamento entre os municípios não é homogêneo. Engenheiro Coelho, por exemplo, tem 11,2% de migrantes residentes na cidade há menos de três anos e 14%



residentes entre quatro e nove anos, percentual bastante elevado se comparado com a região como um todo. Americana, por outro lado, apresentava no ano 2000 menos de 3% da sua população como migrantes e residentes a menos de três anos e 4,6% entre quatro e nove anos, percentual bastante inferior ao verificado para a RM de Campinas.

A tabela 2 apresenta a distribuição da população por tempo de residência para os demais municípios da região.

**Tabela 2 - Porcentagem de Migrantes no Total da População segundo Municípios
Região Metropolitana de Campinas, 2000**

	Natural	Até 3 anos	4 a 9 anos	10 anos e mais	Total
Região Metropolitana de Campinas	42,1	4,7	7,4	45,8	100,0
Americana	42,0	3,0	4,6	50,3	100,0
Artur Nogueira	38,2	6,3	11,1	44,4	100,0
Campinas	48,0	4,4	6,5	41,2	100,0
Cosmópolis	46,2	5,7	7,8	40,3	100,0
Engenheiro Coelho	36,2	11,2	13,8	38,9	100,0
Holambra	37,6	8,4	14,3	39,8	100,0
Hortolândia	24,7	6,7	13,3	55,3	100,0
Indaiatuba	35,4	5,4	9,4	49,9	100,0
Itatiba	51,2	4,6	7,1	37,1	100,0
Jaguariúna	46,5	6,5	5,9	41,2	100,0
Monte Mor	38,2	5,5	10,6	45,7	100,0
Nova Odessa	32,7	3,6	7,3	56,4	100,0
Paulínia	36,3	5,8	8,4	49,5	100,0
Pedreira	52,2	3,8	6,5	37,5	100,0
Santa Barbara D'Oeste	39,2	2,9	5,5	52,4	100,0
Santo Antonio de Posse	58,5	4,9	4,7	31,8	100,0
Sumaré	31,1	5,4	9,3	54,1	100,0
Valinhos	43,2	5,1	6,6	45,1	100,0
Vinhedo	37,4	5,9	7,8	48,8	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Tomando-se agora a população por condição de participação, tem-se que 18% da população são menores de 10 anos, 31% são inativos, 42% são ocupados e os demais são desempregados.

Alguns indicadores de mercado também são importantes de serem analisados para se conhecer melhor a região em questão.

Em primeiro lugar, tem-se a taxa de participação, que indica o percentual da PEA (População Economicamente Ativa) sobre a PIA (População em Idade Ativa). Para a RM de Campinas no ano de 2000, esse indicador era de 62,6%. Essa taxa varia entre os municípios da região, indo de 58,9% em Cosmópolis a 69,4% em Holambra.

Também se nota grande heterogeneidade quando analisado este indicador por decis de renda familiar. Os decis mais baixos apresentam sempre menor taxa de participação,



enquanto os decis maiores apresentam taxas maiores de participação. Esse comportamento era esperado, visto que é mais provável que os membros de uma família de renda mais alta estejam empregados ou procurando emprego do que os membros de famílias de renda mais baixa, as quais tender um número maior de membros menores de 18 anos.

A pior situação para o primeiro decil é encontrada no município de Pedreira, apesar desse município apresentar uma taxa de participação total maior que a taxa encontrada para a RM de Campinas. Hortolândia, por outro lado, apresenta taxas mais elevadas para os decis inferiores, além de uma taxa total maior que a encontrada para a RM de Campinas. A tabela 3 traz as taxas de participação por decis para estes e os demais municípios da região.

Tabela 3
Taxa de Participação segundo Municípios e Decis de Renda Domiciliar
Região Metropolitana de Campinas, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Região Metropolitana de Campinas	48,9	54,5	57,7	61,8	62,6	64,3	65,8	67,0	66,9	66,3	62,6
Americana	46,6	50,7	56,6	58,7	60,0	65,2	63,6	66,0	65,2	64,4	61,5
Artur Nogueira	45,1	56,1	59,2	72,6	66,9	73,0	75,4	64,1	63,3	71,2	64,8
Campinas	48,2	55,4	56,4	60,8	61,7	64,0	64,8	66,2	66,6	66,7	62,6
Cosmópolis	49,3	52,3	54,1	53,7	60,5	61,7	62,5	64,8	69,4	62,9	58,9
Engenheiro Coelho	50,5	50,7	58,4	66,0	69,7	71,4	69,4	58,6	66,6	66,5	62,5
Holambra	43,7	65,1	72,8	69,1	71,2	76,8	71,6	72,6	66,1	65,9	69,4
Hortolândia	52,7	55,8	59,0	63,6	66,3	65,5	67,6	72,0	71,0	67,5	63,5
Indaiatuba	50,0	57,6	59,5	63,8	65,2	62,0	66,8	67,2	66,2	66,9	63,2
Itatiba	47,1	54,7	59,2	62,1	62,3	63,8	64,5	70,8	68,6	61,3	62,6
Jaguariúna	47,0	51,5	57,6	62,2	67,4	71,4	65,9	65,6	72,5	67,5	63,7
Monte Mor	53,0	57,5	59,0	69,6	66,7	62,2	64,7	66,7	64,6	71,5	62,2
Nova Odessa	47,5	47,4	61,3	65,2	61,3	63,7	64,7	60,9	63,3	64,5	60,4
Paulínia	53,5	58,1	55,4	63,6	64,9	63,0	67,7	64,0	70,0	71,0	64,4
Pedreira	39,1	50,2	58,5	65,4	62,2	64,3	71,5	72,1	69,2	65,3	63,4
Santa Barbara D'Oeste	48,1	49,9	55,5	57,9	60,2	62,1	66,2	66,7	66,4	66,4	60,4
Santo Antonio de Posse	48,4	56,3	57,9	58,3	67,5	65,1	72,5	69,3	63,1	67,2	61,7
Sumaré	50,9	56,8	60,5	64,7	63,0	65,4	67,7	70,1	67,9	69,1	63,5
Valinhos	45,8	50,5	61,7	59,6	64,3	64,3	65,9	65,5	66,4	64,3	62,9
Vinhedo	46,7	56,2	57,5	62,2	61,2	67,2	67,7	69,1	69,1	64,0	64,5

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Outro indicador importante que deve ser observado ao analisar o mercado de trabalho é a taxa de desemprego. No ano de 2000, a Região Metropolitana de Campinas apresentava uma taxa de desemprego de 15%. Os municípios com maiores taxas de desemprego eram Cosmópolis e Monte Mor, com taxas acima de 20%. Já as melhores situações eram encontradas em Engenheiro Coelho, com apenas 6,7% de desemprego e Holambra, com 7,1%. A cidade de Campinas apresentava uma taxa de desemprego muito próxima a da região, 14,6%.

Novamente são encontradas grandes diferenças nas taxas de desemprego dos municípios quando analisadas por decis de renda domiciliar. Como é de se esperar, os



menores decis de renda apresentam maiores taxas de desemprego, enquanto os maiores decis de renda apresentam menores taxas de desemprego. Outro dado relevante é que a diferença da taxa de desemprego entre os decis é bastante acentuada.

No município de Campinas, por exemplo, enquanto a taxa de desemprego no primeiro decil é de 41%, no décimo decil essa taxa é inferior a 6%. A tabela 4 traz esses percentuais para os demais municípios da região.

Tabela 4
Taxa de Desemprego segundo Municípios e Decis de Renda Domiciliar
Região Metropolitana de Campinas, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Região Metropolitana de Campinas	40,8	28,0	22,4	18,1	14,9	14,3	11,9	9,7	7,8	5,6	14,9
Americana	39,7	30,6	20,6	18,0	15,9	13,0	11,6	9,0	6,9	4,1	13,4
Artur Nogueira	31,1	20,4	12,8	14,6	11,3	9,6	11,9	7,8	2,8	10,4	12,5
Campinas	41,4	29,1	23,9	19,2	16,0	16,2	13,1	10,0	8,1	5,8	14,6
Cosmópolis	47,4	36,2	28,9	20,0	15,1	17,2	13,0	12,4	7,8	8,2	20,0
Engenheiro Coelho	17,9	7,7	9,0	3,8	7,5	4,6	4,5	1,8	7,6	1,5	6,7
Holambra	26,2	10,8	11,3	6,9	6,4	9,3	8,6	3,0	3,9	2,4	7,1
Hortolândia	47,8	32,4	24,1	20,3	15,8	15,5	11,2	10,3	8,7	5,4	19,6
Indaiatuba	39,7	24,2	21,0	16,3	14,0	12,9	11,9	11,0	8,3	4,7	14,4
Itatiba	24,6	20,8	13,2	14,7	12,8	11,7	9,6	8,9	7,1	3,5	11,4
Jaguariúna	40,0	30,9	18,6	22,6	12,4	12,0	13,1	8,5	9,8	9,7	15,6
Monte Mor	38,7	27,6	25,5	23,9	18,9	9,6	13,3	13,9	9,3	7,6	20,6
Nova Odessa	38,5	32,6	22,4	16,9	20,6	10,3	11,0	11,2	7,2	2,9	16,2
Paulínia	41,2	21,5	21,1	16,9	18,2	20,0	15,8	9,6	6,4	5,6	15,0
Pedreira	39,8	25,3	16,7	8,0	7,5	9,4	4,0	3,4	1,4	-	8,6
Santa Barbara D'Oeste	44,6	28,2	22,7	17,7	13,0	11,6	9,9	9,0	8,6	5,2	15,2
Santo Antonio de Posse	27,1	23,1	16,6	5,2	12,4	8,2	6,7	4,1	11,3	-	12,0
Sumaré	41,0	28,7	24,0	19,1	14,8	15,1	12,5	9,3	8,9	6,1	17,5
Valinhos	38,9	19,5	23,1	17,8	12,5	13,8	8,6	9,8	7,9	4,6	12,1
Vinhedo	34,3	21,4	15,5	18,9	12,3	13,1	10,1	11,3	6,5	7,5	11,7

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Um terceiro indicador relevante para a análise é a taxa de formalização. No presente estudo, essa taxa é dada pela relação entre o número de ocupados que contribuem para a previdência sobre o número total de ocupados.

Nota-se que esta taxa, apesar de não ser preponderante, é maior que a taxa de formalização encontrada para o estado de São Paulo e para a Região Metropolitana de São Paulo, situando-se em torno de 70%. Novamente são encontradas grandes diferenças entre os municípios e entre os decis de renda.

O município que apresenta menor taxa de formalização é Artur Nogueira, com apenas 59% dos ocupados contribuindo para a previdência social. As diferenças entre os decis de renda domiciliar também são consideráveis. Enquanto no primeiro decil apenas 29,3% são formais, no último decis esse percentual sobe para quase 70%.

As melhores condições de formalização são encontradas em Paulínia, cidade que apresenta 73% de ocupados formais. O primeiro decil apresenta uma taxa de 47% enquanto o último decil apresenta pouco mais de 73%.



A cidade de Campinas encontra-se um pouco acima da taxa média de formalização da região, 72%. O primeiro decil apresenta uma taxa de 46% enquanto o último apresenta 81%. A tabela 5 apresenta essas taxas.

A maior diferença entre as taxas de formalização por decis é encontrada em Monte Mor onde a taxa de formalização do décimo intervalo decílico é 2,7 vezes maior do que a do primeiro decil. A menor diferença é encontrada em Jaguariúna, onde a taxa de formalização no décimo intervalo decílico é apenas 1,1 vez maior.

Tabela 5
Taxa de Formalização segundo Municípios e Decis de Renda Domiciliar
Região Metropolitana de Campinas, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Região Metropolitana de Campinas	43,9	60,0	61,0	64,2	66,3	68,4	70,5	72,3	75,3	79,8	69,2
Americana	41,4	60,4	56,2	63,9	67,9	67,3	68,2	72,2	73,3	77,8	68,5
Artur Nogueira	29,3	53,8	48,0	59,7	60,2	56,5	62,6	70,1	70,8	68,2	59,3
Campinas	46,1	61,1	62,6	66,3	67,3	70,1	72,5	73,9	76,9	81,4	72,2
Cosmópolis	39,3	55,2	61,5	72,4	67,1	74,2	76,6	69,4	75,7	78,0	68,9
Engenheiro Coelho	36,5	45,8	41,9	46,0	45,6	40,3	51,0	50,6	55,0	65,1	46,9
Holambra	52,7	73,6	84,5	67,7	81,2	74,4	85,8	66,7	68,8	72,8	75,0
Hortolândia	45,6	65,7	60,7	64,4	62,7	68,4	67,3	71,5	73,1	64,3	65,4
Indaiatuba	42,5	54,6	58,0	61,9	61,5	64,3	67,7	64,2	73,2	77,7	65,0
Itatiba	44,8	57,6	60,1	62,6	63,9	73,6	72,0	69,9	76,6	84,8	69,2
Jaguariúna	68,4	69,5	74,3	69,3	76,6	76,2	70,9	83,1	79,5	75,2	75,5
Monte Mor	29,3	54,0	49,2	60,0	63,0	61,0	64,7	76,5	75,7	81,1	60,2
Nova Odessa	39,5	60,2	54,0	62,0	68,5	67,9	71,4	78,4	74,6	81,5	67,7
Paulínia	47,4	75,2	68,3	59,8	73,3	72,9	72,9	79,7	78,7	73,7	73,3
Pedreira	59,6	65,7	66,6	77,7	71,0	70,8	69,7	74,6	75,5	72,9	71,9
Santa Barbara D'Oeste	43,8	58,3	65,5	64,5	67,9	72,7	71,6	71,7	77,0	79,4	69,3
Santo Antonio de Posse	48,7	71,9	70,3	66,3	70,7	62,6	71,4	74,5	60,5	67,0	66,9
Sumaré	40,4	57,5	60,6	56,5	65,0	63,5	68,3	69,7	69,2	70,4	63,4
Valinhos	47,5	54,1	62,4	70,3	65,1	68,0	68,5	69,7	71,1	80,8	69,4
Vinhedo	36,3	57,0	50,7	65,5	61,3	62,8	67,6	66,9	76,4	80,1	68,2

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Outra taxa relevante para a análise do mercado de trabalho é a taxa de assalariamento que indica o percentual de empregados com carteira assinada sobre o total de ocupados. Essa taxa situa-se em torno de 70% para a grande maioria dos municípios da região. Assim como os indicadores anteriores, a taxa de assalariamento varia por decil, entretanto, o comportamento da mesma não é tão claro quanto nos casos anteriores. Na verdade, não é possível traçar nenhuma tendência ao longo dos decis.

São encontradas taxas mais baixas de assalariamento tanto em decis mais baixos, como é o caso de Nova Odessa (42,8% no primeiro decil), quanto em decis mais elevados, como em Holambra (44% no último decil). As taxas mais altas de assalariamento apresentam o mesmo comportamento.

A tabela 6 traz essas taxas.



Tabela 6
Taxa de Assalariamento segundo Municípios e Decis de Renda Domiciliar (1)
Região Metropolitana de Campinas, 2000

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total
Região Metropolitana de Campinas	54,7	68,9	68,1	70,6	71,0	73,1	73,7	73,3	70,9	59,7	69,3
Americana	54,3	71,2	68,1	72,3	69,3	73,1	72,9	73,3	68,2	53,8	68,6
Artur Nogueira	54,9	68,5	64,5	75,6	79,6	75,8	74,9	68,6	64,0	39,2	68,9
Campinas	54,8	67,8	68,6	68,0	71,4	72,6	74,1	74,2	71,7	62,0	69,2
Cosmópolis	57,7	67,0	68,3	77,9	74,6	75,0	78,3	68,5	68,3	66,9	71,5
Engenheiro Coelho	63,5	79,2	80,0	74,0	72,9	78,6	76,6	65,0	67,9	53,9	72,6
Holambra	74,1	85,0	78,1	70,7	82,2	81,2	86,7	77,5	64,5	44,0	74,5
Hortolândia	56,1	70,9	66,8	70,0	67,5	71,9	72,1	72,9	68,5	54,2	68,7
Indaiatuba	54,2	65,2	65,7	69,5	68,0	71,9	72,3	64,2	71,2	52,4	66,6
Itatiba	46,0	70,6	61,8	68,8	65,6	70,2	68,2	73,2	67,8	57,9	66,5
Jaguariúna	69,6	76,8	81,7	77,9	83,2	78,7	74,0	79,5	77,3	62,3	76,8
Monte Mor	57,4	75,6	68,9	72,5	69,3	77,1	68,0	80,6	76,2	59,1	71,0
Nova Odessa	42,8	67,4	61,1	71,8	68,8	75,1	77,8	78,7	68,9	54,7	69,6
Paulínia	46,4	79,0	72,0	71,9	71,1	77,0	72,7	77,5	78,3	60,6	72,6
Pedreira	84,7	75,4	74,7	83,9	79,8	77,8	77,5	75,9	71,8	42,2	74,9
Santa Barbara D'Oeste	57,4	72,4	70,0	72,5	74,4	78,2	77,5	74,7	74,0	58,3	73,3
Santo Antonio de Posse	64,2	81,0	72,9	77,9	75,8	68,5	75,0	60,1	64,6	30,5	68,0
Sumaré	52,4	66,5	68,2	69,5	72,5	71,3	71,2	74,6	69,5	56,0	69,2
Valinhos	46,9	61,4	65,0	69,1	63,3	68,2	73,3	71,5	70,4	63,5	67,6
Vinhedo	46,5	53,6	64,1	70,3	59,4	68,9	72,3	67,0	66,5	58,9	64,8

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

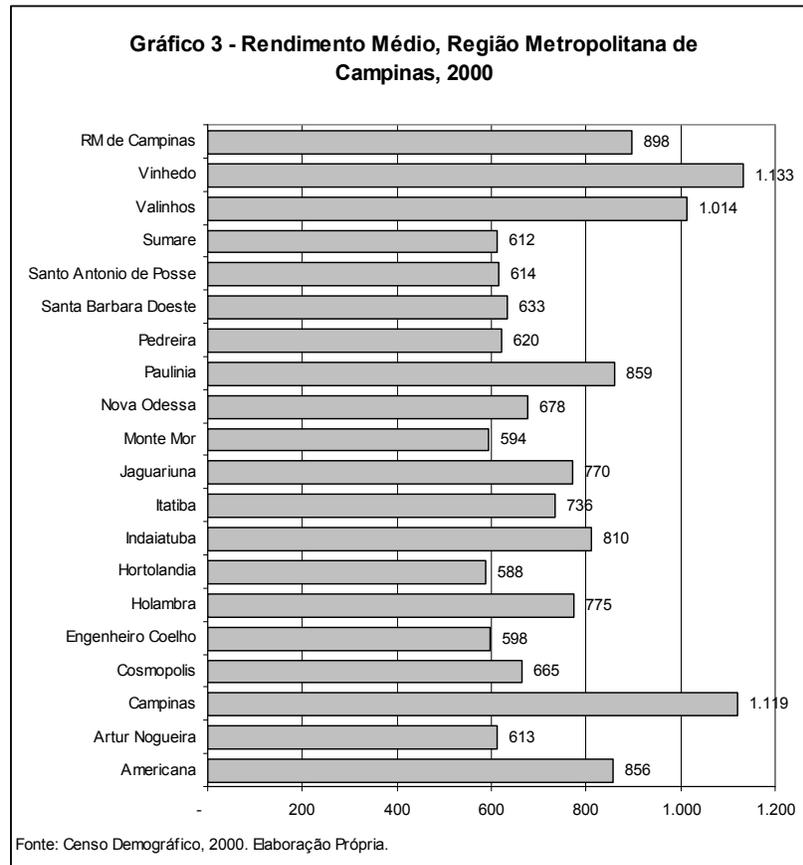
(1) Assalariados, exclusive o emprego doméstico, no total da população ocupada.

Quanto à questão dos rendimentos, é interessante observar duas dimensões. A primeira em relação aos rendimentos do total da população ocupada e a segunda em relação aos salários decorrentes do emprego formal.

Em relação à primeira dimensão, isto é, aos rendimentos do total da população ocupada, a RM de Campinas apresenta um rendimento médio de apenas R\$ 898, valor inferior ao encontrado para a RM de São Paulo, que é de R\$ 1.026,00. Apesar dessa média ser baixa, alguns municípios apresentam rendimentos médios mais elevados, como é o caso de Vinhedo que conta com um rendimento médio de R\$ 1.133,00.

Campinas e Valinhos também apresentam rendimentos acima da média sendo eles de R\$ 1.119,00 e R\$ 1.014,00, respectivamente. A cidade de Paulínia, apesar de apresentar um PIB bastante elevado, possui uma renda média inferior à verificada para a região sendo de apenas R\$ 859,00. Os demais municípios apresentam rendimentos ainda menores, como mostra o gráfico 3.

A população das cidades com menores rendimentos acaba sendo atraída pelos empregos nas cidades que apresentam condições salariais e de trabalho melhores. Não é raro encontrar trabalhadores na cidade de Campinas, Vinhedo e Valinhos que são moradores de outras cidades da Região Metropolitana.



Observando-se agora os rendimentos através da segunda dimensão, ou seja, os salários advindo dos empregos formais, nota-se que a média para a região era mais elevada no ano 2000 em relação ao rendimento médio, ou seja, em relação aos rendimentos advindos de todas as ocupações. Isso parece indicar que as condições de renda da população assalariada são melhores que a população ocupada como um todo.

Entretanto, quando se analisa a relação salário médio sobre rendimento médio, percebe-se que, apesar de ela ser superior para a região e para grande parte das cidades, para outras cidades ela é inferior, refletindo o fato de que nem sempre os assalariados mostram uma melhor situação que os ocupados em geral.

A maior disparidade encontrada entre salário médio e rendimento médio ocorre na cidade de Hortolândia, onde os salários médios são 187% superiores aos rendimentos médios. Já a cidade que apresenta menor proporção do salário médio em relação aos rendimentos é Pedreira, com 79%.



É importante notar que entre os anos de 2000 e 2005 o salário médio real sofreu queda na maioria das cidades da região. Vinhedo, por exemplo, cidade que apresentava no ano 2000 um elevado rendimento médio, apresentou uma queda anual de 3,8% nos salários formais, o que indica uma certa piora no emprego formal ao longo do período em questão. Diferente da tendência da maioria dos municípios, Paulínia apresentou um crescimento anual de 2,1% nos salários médios. A região como um todo apresentou uma queda anual de 1,2%.

Tabela 7
Indicadores de Rendimento Médio, Salário Médio, Massa Total de rendimentos e Massa Total de Salários (1)
Região Metropolitana da Baixada Santista, 2000 - 2005

	2000			Crescimento anual do Salário Médio Real 2000- 2005	2000			Crescimento anual da Massa Real de Salários 2000-2005
	Rendimento Médio	Salário Médio	Salário Médio / Rendimento Médio		Massa Total de Rendimentos	Massa Total de Salários	Massa Total de Salários / Massa Total de Rendimentos	
Região Metropolitana de Campinas	898	927	103,2	-1,2	878.446.050	482.040.463	54,9	4,7
Americana	856	724	84,6	-0,7	67.547.816	37.281.006	55,2	3,2
Artur Nogueira	613	521	85,0	-1,9	8.681.919	2.418.047	27,9	15,2
Campinas	1.119	1.058	94,6	-1,7	458.501.298	256.764.673	56,0	2,9
Cosmópolis	665	707	106,4	-1,5	10.516.975	4.681.082	44,5	1,8
Engenheiro Coelho	598	746	124,8	-1,1	2.669.472	1.068.865	40,0	5,3
Holambra	775	494	63,7	-0,3	2.884.550	2.621.415	90,9	4,8
Hortolândia	588	1.100	187,1	-2,0	33.841.752	15.085.067	44,6	12,2
Indaiatuba	810	742	91,6	-0,8	50.458.140	21.127.397	41,9	8,2
Itatiba	736	627	85,2	0,5	26.515.136	13.947.193	52,6	3,7
Jaguariúna	770	995	129,3	1,4	9.748.970	13.344.710	136,9	15,4
Monte Mor	594	931	156,8	-2,9	8.131.266	4.681.302	57,6	9,4
Nova Odessa	678	775	114,3	-1,1	11.455.488	8.357.181	73,0	4,2
Paulínia	859	1.112	129,5	2,1	18.821.549	23.592.001	125,3	7,5
Pedreira	620	491	79,3	0,9	10.295.100	4.430.678	43,0	4,7
Santa Barbara D'Oeste	633	671	106,1	-1,1	43.830.819	14.913.507	34,0	7,0
Santo Antonio de Posse	614	509	82,9	-0,1	4.671.312	2.693.821	57,7	2,0
Sumaré	612	1.031	168,5	-0,8	47.612.376	22.232.045	46,7	8,7
Valinhos	1.014	937	92,4	-2,2	37.991.538	20.025.106	52,7	3,5
Vinhedo	1.133	922	81,4	-3,8	24.536.248	12.775.368	52,1	7,4

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE e Relação Anual de Informações Sociais 2000 e 2005. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(1) Os dados sobre rendimentos tem como fonte o Censo Demográfico e aqueles de salários a Relação Anual de Informações Sociais.

Outro dado interessante a ser verificado refere-se à massa de salários. A tabela 7 mostra que, para a Região Metropolitana de Campinas como um todo, a massa de salários advindos de empregos formais correspondia a apenas a 55% do total de rendimentos gerados na região no ano de 2000. Entretanto, este percentual mostra-se bastante distinto para os municípios da região.

Artur Nogueira, por exemplo, possui uma massa salarial de apenas 28% do total de rendimentos gerados nas distintas ocupações, isto é, a contribuição dos rendimentos advindos de empregos formais para a massa de rendimentos é muito pequena.



Jaguariúna por sua vez, apresenta uma relação entre salários médios e rendimento médio de 137%. Isso significa que a renda gerada na cidade e decorrente dos salários é bastante superior à renda decorrente de todas as ocupações e que permanece na região. Isso porque os dados de salários têm como a fonte a RAIS que mostra os salários gerados nas empresas situadas na cidade em questão. Já os dados de rendimento das ocupações como um todo, com fonte no Censo Demográfico, mostram a renda recebida pelos moradores da cidade. Dessa forma, grande parte da renda gerada na cidade de Jaguariúna acaba indo para outras cidades.

Para finalizar a questão dos rendimentos, resta olhar agora como variou a massa de salários entre 2000 e 2005. Diferente do comportamento apresentado pelos salários médios, que apresentaram queda no período, a massa de salários sofreu um crescimento anual real em torno de 4,7%, indicando uma elevação do nível de emprego no período, apesar de uma queda real nos salários.

Um último dado a ser observando, ainda em relação ao emprego, é a distribuição dos ocupados por setor. A tabela 8 mostra a estrutura e o crescimento anual do número de trabalhadores formais segundo os municípios da Região Metropolitana de Campinas e segundo o setor de atividade.

Nota-se que, no ano de 2005, o setor de maior peso na região era o de serviços, com 34% dos empregados formais. É importante mostrar que Campinas, com 46% do emprego formal nesse setor, é a cidade que puxa a média de participação dos serviços da região para cima, visto que para todos os demais municípios a participação desse setor é inferior à média da RM.

O segundo setor com maior participação é o da indústria da transformação, com 31% dos ocupados formais da região. Em Nova Odessa e Pedreira são encontrados os maiores percentuais de empregados formais alocados nesse setor sendo de 70% e 62%, respectivamente.

O setor de comércio também abarca um contingente expressivo de trabalhadores formais, cerca de 21% dos empregados da região. Em Cosmópolis este percentual é mais expressivo, chegando a 32% dos empregados deste município.

A agropecuária e extração vegetal, apesar de ter uma participação inferior a 2% no emprego formal da Região Metropolitana de Campinas, possui participação expressiva na cidade de Holambra, empregando quase 53% dos ocupados formais.



Tabela 8
Estrutura e crescimento anual do número de trabalhadores do mercado de trabalho formal, segundo municípios e setores de atividade
Região Metropolitana de Campinas, 2005

	Estrutura de emprego, 2005							Total
	Indústria de Transformação	Serviços Ind. de Util. Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, Extração Vegetal	
RM de Campinas	30,9	1,7	2,7	20,8	33,7	8,4	1,8	100,0
Americana	43,3	0,8	2,3	20,1	26,9	6,4	0,2	100,0
Artur Nogueira	35,1	-	0,4	18,8	25,0	12,0	8,8	100,0
Campinas	16,8	2,2	3,1	23,9	46,0	7,3	0,6	100,0
Cosmópolis	25,6	0,0	0,6	31,7	24,8	16,3	1,0	100,0
Engenheiro Coelho	39,3	-	0,3	14,4	29,9	0,4	15,7	100,0
Holambra	11,9	0,6	0,3	16,6	9,3	8,7	52,6	100,0
Hortolândia	45,7	1,0	1,2	16,5	19,0	16,3	0,3	100,0
Indaiatuba	43,2	1,6	2,0	19,2	24,1	8,7	1,3	100,0
Itatiba	37,4	0,3	3,2	20,2	30,4	5,8	2,6	100,0
Jaguariúna	47,4	0,4	0,5	10,2	34,5	4,8	2,1	100,0
Monte Mor	38,1	0,4	12,3	11,5	21,4	8,1	8,2	100,0
Nova Odessa	69,5	0,7	1,0	11,3	8,9	7,7	0,8	100,0
Paulínia	28,9	2,1	5,3	20,4	24,1	18,3	0,9	100,0
Pedreira	62,2	-	0,9	17,8	10,2	7,6	1,2	100,0
Santa Barbara D'Oeste	49,2	0,8	1,0	20,1	19,6	8,4	0,7	100,0
Santo Antonio de Posse	13,1	-	2,2	15,6	41,2	10,3	17,5	100,0
Sumaré	38,5	1,0	3,2	23,8	21,2	10,7	1,6	100,0
Valinhos	43,3	0,6	2,9	15,9	27,5	9,0	0,9	100,0
Vinhedo	41,9	9,2	0,8	15,3	24,0	6,1	2,6	100,0
	Crescimento anual, 2000-2005							
RM de Campinas	4,5	20,1	(1,4)	8,2	5,4	4,1	1,2	5,4
Americana	2,1	3,9	4,3	8,1	3,2	3,0	(1,5)	3,6
Artur Nogueira	10,6	-	(0,6)	14,2	29,8	7,0	8,2	13,7
Campinas	1,3	16,8	(5,1)	7,2	4,7	2,2	(2,2)	4,2
Cosmópolis	(3,6)	-	(32,8)	17,6	12,3	3,1	(35,9)	3,0
Engenheiro Coelho	4,3	-	-	5,6	13,3	(47,5)	16,0	5,8
Holambra	27,8	-	4,3	9,7	(10,1)	8,2	3,8	4,7
Hortolândia	10,8	18,6	(13,7)	7,9	28,6	11,1	(9,8)	11,9
Indaiatuba	7,1	25,6	6,3	11,0	8,5	4,2	(3,0)	7,8
Itatiba	4,1	(1,6)	0,2	5,5	0,8	5,3	(1,0)	3,0
Jaguariúna	9,4	39,2	(21,9)	11,5	17,0	9,1	(2,9)	11,0
Monte Mor	9,9	0,6	86,2	8,1	9,5	1,3	4,6	10,7
Nova Odessa	5,2	(1,0)	(2,8)	8,6	4,1	0,9	(2,4)	4,8
Paulínia	3,4	26,3	8,0	7,9	2,0	6,4	(3,2)	4,8
Pedreira	1,3	(100,0)	20,6	10,0	9,4	5,0	(3,0)	3,5
Santa Barbara D'Oeste	8,2	61,5	(19,1)	8,3	9,4	2,0	0,7	7,2
Santo Antonio de Posse	14,5	(100,0)	15,6	(1,0)	(1,4)	5,9	5,6	2,0
Sumaré	6,4	3,9	14,6	11,6	7,6	8,8	4,8	8,2
Valinhos	4,8	6,7	12,8	10,5	2,9	6,4	(7,1)	5,2
Vinhedo	7,3	-	1,9	9,6	7,6	5,1	37,0	10,1

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais 2000 e 2005. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Em relação ao crescimento do emprego ao longo do período 2000 a 2005, nota-se que a taxa de 5,4% está heterogeneamente distribuída entre os distintos setores. O setor com maior crescimento foi o de serviços industriais de utilidade pública com uma média anual de 20%, o que na prática representou mais que a duplicação do emprego nesse setor



ao longo dos cinco anos em questão. A cidade que mais contribuiu para o aumento do emprego nesse setor foi Santa Bárbara D'Oeste que apresentou um crescimento de 61,5%.

Outro setor que apresentou importante crescimento no emprego foi o de comércio com uma taxa média anual de 8,2%.

A indústria de transformação, setor que detém maior participação do número de ocupados formais da Região Metropolitana de Campinas, apresentou um crescimento menos expressivo que os anteriormente citados, mas mesmo assim, bastante importante para a região, sendo de 4,5% ao ano.



Capítulo 2 – Dinâmica Demográfica²³

Introdução

A expansão da cultura do café, nas últimas décadas do século passado no Estado de São Paulo, possibilitou um acentuado desenvolvimento urbano e rural da região. Assistiu-se, assim, a uma ampliação das vias de comunicação necessárias para o transporte do café através da Companhia Mogiana e Companhia Paulista de Estrada de Ferro o que, conseqüentemente, repercutiu no florescimento e na ampliação dos setores de serviços, comércio, educação e saúde (SEMEGHINI, 1988).

Dessa forma, já nos anos 20, a Região de Campinas caracterizava-se como uma das mais importantes áreas do estado, contando com uma rede urbana bastante estruturada e com uma agricultura diversificada, que atendia boa parte do mercado paulista com matérias-primas e produtos alimentares, além de produtos agrícolas de exportação.

A crise do café, no entanto, abriu espaço para que novas atividades econômicas se fizessem presentes na região. Em linhas gerais, pode-se dizer que a Região passou a se destacar, nos anos 30, com uma cultura bastante importante - o algodão - que propiciou um novo impulso de crescimento à área.

Nos anos 50, a cana-de-açúcar passou a desempenhar papel relevante na economia regional. Nesse período, a indústria de transformação caracterizava-se, basicamente, pela indústria de alimentos e têxteis. Já na década de 60, foram implantadas, nessa região, grandes indústrias, tais como: de minerais não-metálicos, de metalurgia e farmacêutica. Nas últimas décadas, observa-se também que a indústria têxtil em Campinas foi ganhando peso com relação à produção estadual, onde merecem destaque os municípios de Americana, Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste (Baeninger & Maia, 1992).

A partir dos anos 60, e particularmente nos anos 70, a Região de Governo de Campinas passou a se configurar como um dos eixos de expansão industrial do estado. A desconcentração relativa da atividade industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo propiciou um acelerado crescimento econômico e populacional em direção a

² Este estudo consiste em versão atualizada e ampliada de Baeninger & Maia (1992). Texto NEPO 22 (1992). Migração em São Paulo 1. Região de Governo de Campinas.

³ Ficha Técnica: Coordenação: Rosana Baeninger, Coordenação Adjunta: Claudia Gomes de Siqueira, Auxiliares de Pesquisa: Juliana Arantes Dominguez, Kátia Isaias, Karina Silveira, Maria Ivonete Zorzetto Teixeira, Camila Mathias, Katiane Shishito, Natália Belmonte, Flávia Cescon.



Campinas. Aliado a isso, verifica-se também que a unificação do mercado de trabalho, com a subordinação da agricultura à indústria, contribuiu para que novos incrementos governamentais fossem inseridos na região (Fundação SEADE, 1990).

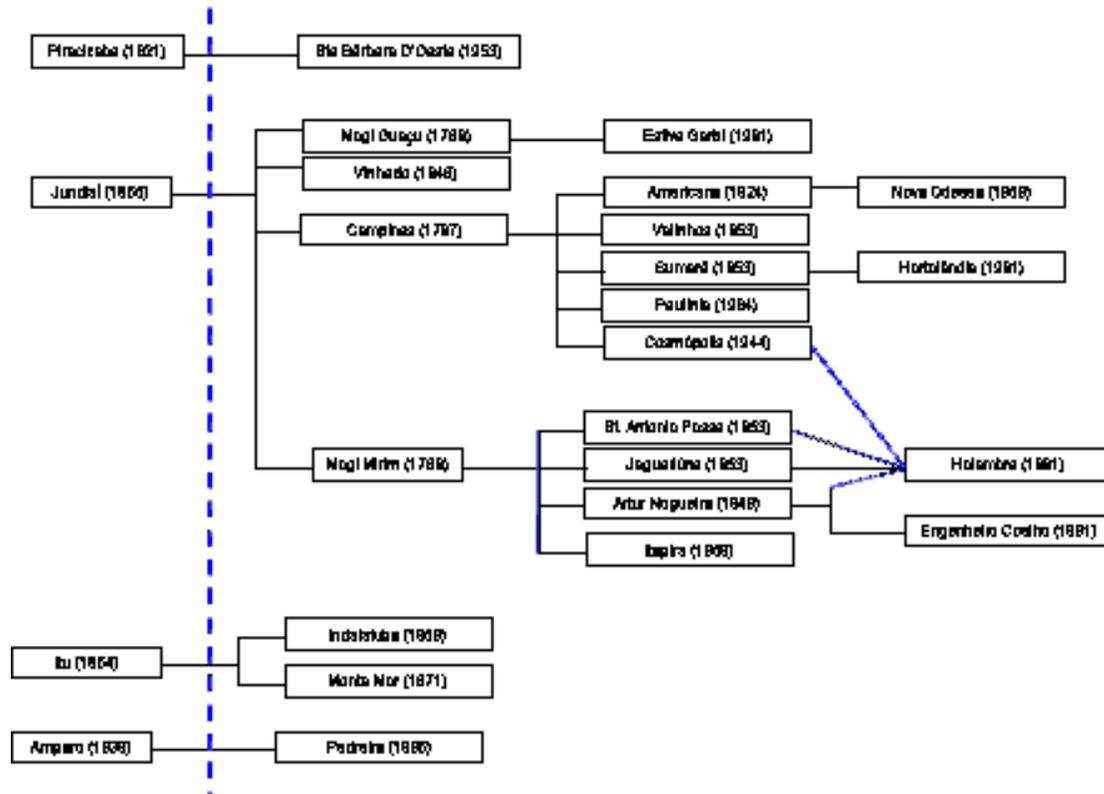
Hoje, a Região se destaca tanto por seu diversificado parque industrial quanto por suas atividades agrícolas. Durante os anos 70, a principal característica da agricultura regional foi sua especialização nas culturas exportáveis/industrializáveis, imprimindo um dinamismo econômico crescente à Região. Nos anos 80, apesar da crise econômica, a Região exibiu melhor desempenho que a Região Metropolitana de São Paulo, particularmente em função de sua diversidade agrícola. Além disso, o pólo de alta tecnologia de Campinas, com empresas ligadas à informática e à microeletrônica, tem desempenhado papel importante na produção industrial da Região.

A Região de Governo de Campinas compreende uma população que, de acordo com o censo demográfico de 2000, era de, aproximadamente, 2,5 milhões de habitantes e, segundo a projeção populacional de 2007, ultrapassou os 2,8 milhões de pessoas, chegando, com isso, a constituir-se na maior concentração populacional do interior de São Paulo.

Esta RG é formada por 22 municípios (Anexo I), dentre os quais quatro foram criados no período recente, ao longo da década de 1990 (Figura I).



Figura I
Desmembramentos de municípios – Região de Governo de Campinas
1769-2000



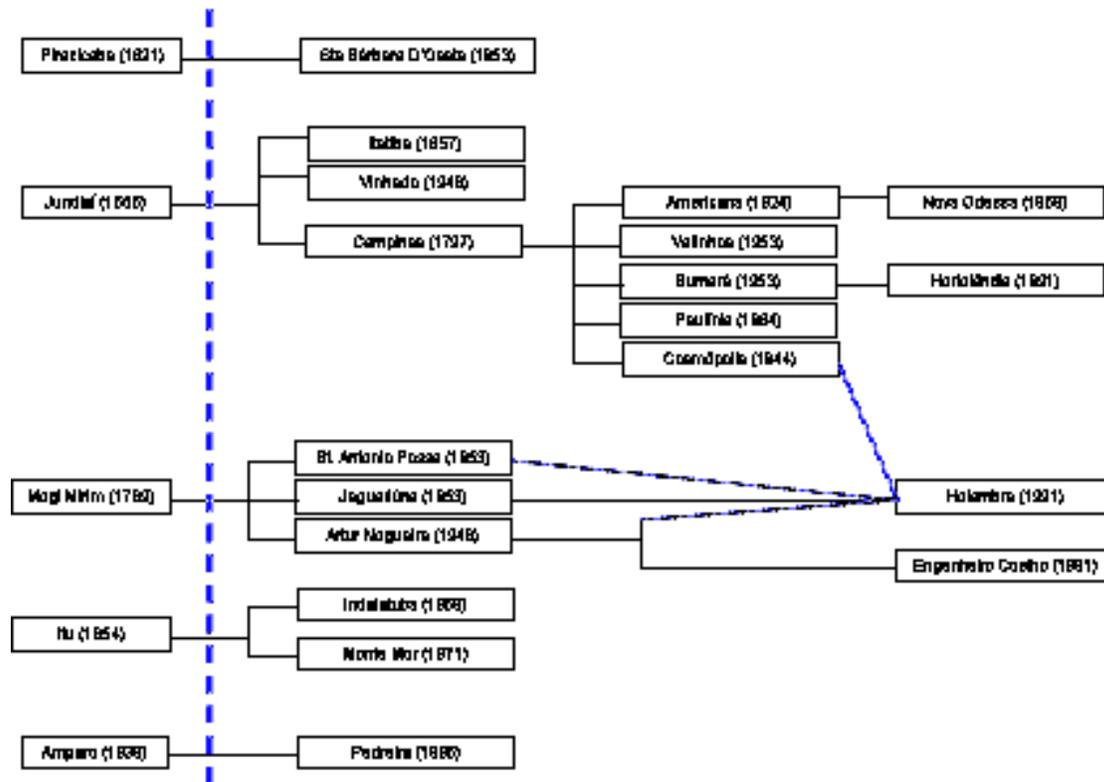
Fonte: Fundação Seade. Memórias das Estatísticas Demográficas – para municípios criados até 1990; Siqueira (2003), para municípios criados a partir de 1991. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Nesta região, localizam-se 18 dos 19 municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas⁴ (Anexo II), cuja população, em 2000, era de aproximadamente 2,3 milhões de pessoas e, em 2007, projetada para 2,6 milhões de pessoas (Figura II).

⁴ Instituída oficialmente através da Lei Complementar Estadual n.º. 870, de 19 de junho de 2000.



Figura II
Desmembramentos de municípios – Região Metropolitana de Campinas
1797-2000



Fonte: Fundação Seade. Memórias das Estatísticas Demográficas – para municípios criados até 1990; Siqueira (2003), para municípios criados a partir de 1991. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Evolução da População

Comparando-se a evolução da população da Região de Governo de Campinas, no período 1940-2007, em relação à do estado de São Paulo, observa-se que a participação da Região no total populacional do Estado vem aumentando significativamente (Tabela 1A). Em 1940, representava 3,7% da população do estado e, embora sofrendo uma queda em 1950 (3,39%), esta voltou a subir nos anos subseqüentes, atingindo 3,78% em 1960, 4,34% em 1970, 5,59% em 1980, e 6,42% em 1991. Nos anos seguintes a participação populacional da RG de Campinas no total estadual aumentou ainda mais. Em 2000, o percentual foi de 6,84% e, em 2007, sobe para 7,01%.

Através dos dados apresentados por esta tabela, ainda é possível notar que, à exceção da década de 1940, a RG de Campinas vem sustentando taxas de crescimento superiores às médias verificadas para o estado de São Paulo. A década de 1970, por exemplo, foi o período em que a RG de Campinas apresentou maior taxa de crescimento, superior a 6%a.a. Por outro lado, o estado de São Paulo apresentou uma taxa de somente 3,49% a.a.

De fato, em termos absolutos, nota-se que o crescimento populacional da região foi bastante acentuado ao longo das décadas. Entre 1940 e 2007, a população total da RG creceu mais de dez vezes, passando de 265.765 para 2.877.434 habitantes.



Tabela 1A: Evolução da População Total
Região de Governo de Campinas e Estado de São Paulo
1940/2007

Ano	RG de Campinas	Estado de São Paulo	Dist. Relat. RG/ESP (%)	Taxas de crescimento (% a.a.)	
				RG Campinas	Estado de S. Paulo
1940	265.765	7.180.316	3,70	1,53	2,44
1950	309.423	9.134.423	3,39	4,59	3,46
1960	484.672	12.829.806	3,78	4,74	3,31
1970	770.497	17.771.948	4,34	6,15	3,49
1980	1.399.531	25.040.712	5,59	3,39	2,12
1991	2.019.329	31.436.273	6,42	2,53	1,82
2000	2.529.419	36.974.378	6,84	1,86	1,50
2007	2.877.434	41.029.414	7,01		

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Por sua vez, os dados da tabela 1B demonstram tendências similares para a Região Metropolitana de Campinas (RMC), no período de 1940 a 2007. O crescimento absoluto total da população ao longo deste período foi de 2.466.313 pessoas. A participação da RMC no total populacional do Estado apresenta expressivo aumento ao longo das décadas, passando de 2,76%, nos anos 40, para 6,49%, em 2007. Do mesmo modo que a RG de Campinas, o período de maior crescimento populacional da Região Metropolitana é verificado entre as décadas de 1950 e 1970. Na década de 1970, em especial, a população metropolitana cresceu a uma taxa de 6,43% a.a.

A partir da década de 1980, entretanto, nota-se um arrefecimento nas taxas de crescimento da RMC. Entre 1991 e 2000, o crescimento populacional da região é de 2,59% a.a. e, no período seguinte, não chega a 2% a.a. Na verdade, esta tendência se manifesta, igualmente, para o estado de São Paulo, cujas taxas de crescimento também apresentam diminuição nas duas últimas décadas.



Tabela 1B: Evolução da População Total
Região Metropolitana de Campinas e Estado de São Paulo
1940/2007

Ano	RM de Campinas	Estado de São Paulo	Dist. Relat. RM/ESP (%)	Taxas de crescimento (% a.a.)	
				RM Campinas	Estado de S. Paulo
1940	198.495	7.180.316	2,76	2,40	2,44
1950	251.709	9.134.423	2,76	5,25	3,46
1960	419.818	12.829.806	3,27	4,95	3,31
1970	680.826	17.771.948	3,83	6,43	3,49
1980	1.269.559	25.040.712	5,07	3,50	2,12
1991	1.852.813	31.436.273	5,89	2,59	1,82
2000	2.332.988	36.974.378	6,31	1,92	1,50
2007	2.664.808	41.029.414	6,49		

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Por sua vez, os dados da tabela 2A ilustram o crescimento da população da Região de Governo de Campinas, de acordo com a situação de domicílio, no período 1940 a 2007. Pode-se verificar, ao longo dessas décadas, o expressivo crescimento da população da Região, através da taxa de crescimento anual nos períodos de 1940/50, 1950/60, 1960/70, 1970/80 e 1980/91. O período 1940/50, apresentou uma baixa taxa de crescimento total de 1,5% a.a., devido ao esvaziamento da população rural que chegou a registrar uma taxa negativa (-0,24% a.a.). Para a década de 50, a taxa de crescimento total triplicou em relação ao período anterior, atingindo 4,59% a.a. Isso se deveu não só ao crescimento rural que passou a ser positivo (0,69% a.a.), mas principalmente ao elevado crescimento urbano que atingiu 6,99% a.a., nessa década. Para o período 1960/70, a taxa de crescimento total sofreu um leve acréscimo em relação à década anterior (4,7% a.a.), permanecendo alta a taxa de crescimento urbano, 6,20% a.a.

No período 70/80 essa tendência se acentuou: a Região apresentou um ritmo de crescimento bastante elevado, registrando uma taxa total de 6,15 % a.a., sendo 7,28% a.a. a taxa de crescimento urbano e 0,66% a.a. a rural. Vale ressaltar, no entanto, que se utiliza



o critério censitário para a construção desse indicador, por isso é que se verifica essa pequena elevação na taxa de crescimento da população rural.

Para os anos 80, as hipóteses elaboradas para a Região de Campinas já previam um menor ritmo no crescimento da população; com os resultados censitários de 1991 observou-se que a taxa de crescimento regional foi de 3,39% a.a., no período 1980/91. A redução da taxa de crescimento total da RG se deve tanto à diminuição do crescimento da população urbana quanto ao decréscimo significativo registrado para a população rural. Apesar de bem mais baixa que a da década anterior, a taxa de crescimento populacional da RG de Campinas foi superior à registrada para o estado de São Paulo (2,12% a.a.) e para a Região Metropolitana de São Paulo (1,73% a.a.).

Entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento total da região diminuiu ainda mais, ficando em torno de 2,5% a.a. Mais uma vez, pode-se constatar que este resultado é influenciado diretamente pela diminuição no ritmo de crescimento da população urbana e pelo decréscimo acentuado da população do meio rural. Já no período 2000-2007, a taxa de crescimento da RG é de 1,86% a.a.

Tabela 2A: Taxas de crescimento da População Total, Urbana e Rural
Região de Governo de Campinas
1940/2007

Período	Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	Urbana	Rural	Total
1940/50	3,26	-0,24	1,53
1950/60	6,99	0,69	4,59
1960/70	6,20	0,53	4,74
1970/80	7,28	0,66	6,15
1980/91	4,10	-4,97	3,39
1991/2000	2,76	-2,95	2,53
2000/2007	1,98	-1,88	1,86

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

De acordo com Baeninger e Maia (1992), essas taxas de crescimento populacional, ao longo do período estudado, elucidam a realidade do desenvolvimento econômico por que vem passando a Região de Campinas, nas décadas de 1970 e 1980. Desde o período da crise do café, a Região foi capaz de se reestruturar. A substituição do café por outras



culturas impediu o esvaziamento populacional nessa região e propiciou o surgimento de significativas atividades industriais (SEMEGHINI, 1988). Na década de 70, com ramos mais modernos e grandes empresas, a indústria se diversificou, atingindo a Região, hoje, um lugar de destaque no estado devido ao seu parque industrial.

Por sua vez, os dados da tabela 2B, ilustram o ritmo de crescimento das populações urbana e rural da Região Metropolitana de Campinas, no período 1980-2007. Nota-se que, de modo geral, as tendências verificadas para a Região de Governo também são válidas para a análise dos dados da RMC. A taxa de crescimento total da RMC tem sofrido uma significativa redução ao longo das décadas, o que resulta, principalmente, da diminuição do ritmo de crescimento da população urbana (de 4,19% a.a. nos anos 80 para 1,96% a.a. entre 2000-2007).

Na década de 1980, a taxa de crescimento total da RMC foi um pouco superior à constatada para a RG (3,5% a.a. e 3,39% a.a., respectivamente). Em ambos os casos, a população urbana apresentou crescimento superior a 4% a.a. e a população rural registrou crescimento negativo. Entre 1991 e 2000, os valores de crescimento da população urbana e rural também foram bastante próximos daqueles correspondentes à RG, para o mesmo período.

No período de 2000 a 2007, por sua vez, nota-se que, apesar de os valores totais de crescimento permanecerem similares (1,86% a.a. para a RG e 1,92% a.a. para a RMC), a Região Metropolitana registrou uma taxa de crescimento positiva para a população rural (0,31% a.a.), diferentemente da RG (vide tabela 2A).

Tabela 2B: Taxas de crescimento da População Total, Urbana e Rural
Região Metropolitana de Campinas
1980/2007

Período	Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	Urbana	Rural	Total
1980/91	4,19	-5,02	3,50
1991/2000	2,80	-2,61	2,59
2000/2007	1,96	0,31	1,92

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

A tabela 3A refere-se à evolução do setor de comércio da Região Administrativa de Campinas e das suas sub-regiões, no período 1991-2005. Em 1991, a Região Administrativa de Campinas apresentava mais de 23.000 estabelecimentos comerciais, responsáveis pela



ocupação de 121.253 pessoas. A maior parte destes estabelecimentos se localizava na RG de Campinas, seguida por Limeira e Jundiaí.

Entre 1991 e 1995, o número total de estabelecimentos comerciais presentes na RA aumenta em 7,93% a.a. (tabela 4A), o que equivale a um crescimento absoluto de mais de 7.000 unidades. Em relação ao pessoal ocupado por este setor, o crescimento também é notável, sendo superior a 5% a.a. A RG de Campinas continua a concentrar a maior parte dos estabelecimentos comerciais, enquanto Jundiaí e Limeira invertem posições. Embora a RG de Campinas ainda concentre um número bastante superior de estabelecimentos, é válido notar que a taxa de crescimento verificada pela RG de Jundiaí é um pouco maior: 8,68% a.a. e 8,95% a.a., respectivamente (tabela 4A).

Tabela 3A: Número de Estabelecimentos do Comércio Varejista e Atacadista e Pessoal Ocupado
Região Administrativa de Campinas
1991-2005

Áreas	1991			1995			2005		
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.
RA Campinas	23.042	121.253	5,3	31.262	147.514	4,7	39.415	196.922	5,0
RG Bragança Pta	2.102	8.094	3,9	2.674	9.386	3,5	3.458	13.888	4,0
RG Campinas	10.193	61.205	6,0	14.221	74.053	5,2	18.431	99.806	5,4
RG Jundiaí	2.430	14.029	5,8	3.424	19.241	5,6	4.411	27.399	6,2
RG Limeira	2.619	12.464	4,8	3.347	13.742	4,1	4.108	17.407	4,2
RG Piracicaba	2.291	11.065	4,8	2.931	13.199	4,5	3.751	17.753	4,7
RG Rio Claro	1.094	4.698	4,3	1.418	5.601	3,9	1.727	7.129	4,1
RG S. J. Boa Vista	2.313	9.698	4,2	3.247	12.292	3,8	3.529	13.540	3,8

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Já no período seguinte, compreendido entre 1995 e 2005, o número total de estabelecimentos comerciais da RA continua a crescer, embora num ritmo mais reduzido. Em 2005, 39.415 estabelecimentos deste ramo estavam instalados na região, o que corresponde a um aumento de 2,34% a.a. em relação a 1995. O total de pessoas ocupadas



peleto setor de comércio também cresce em menor ritmo (2,93% a.a.). As RGs de Campinas, Jundiaí e Limeira mantêm sua posição enquanto maiores concentradoras de estabelecimentos comerciais, sendo que Campinas apresenta a maior taxa de crescimento.

Tabela 4A: Taxa de crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal ocupado - Comércio Varejista e Atacadista
Região Administrativa de Campinas
1991-2005

Áreas	1991-1995		1995-2005	
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Número estabelec.	Pessoal Ocupado
RA Campinas	7,93	5,02	2,34	2,93
RG Bragança Pta	6,20	3,77	2,60	4,00
RG Campinas	8,68	4,88	2,63	3,03
RG Jundiaí	8,95	8,22	2,57	3,60
RG Limeira	6,32	2,47	2,07	2,39
RG Piracicaba	6,35	4,51	2,50	3,01
RG Rio Claro	6,70	4,49	1,99	2,44
RG S. J. Boa Vista	8,85	6,10	0,84	0,97

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Por sua vez, os dados da tabela 3B referem-se à evolução do setor de comércio da Região Metropolitana de Campinas. Em 1991, a RMC concentrava 9.438 estabelecimentos comerciais, que empregavam cerca de 57.800 pessoas. Já em 1995, o número total de estabelecimentos cresce de maneira razoável, passando a totalizar mais de 13.000 unidades. Em termos percentuais, isto corresponde a um crescimento de 8,89% a.a.. (tabela 4B). A taxa de crescimento do pessoal ocupado nos estabelecimentos comerciais foi um pouco mais reduzida, ficando em torno de 4,7% a.a.



Tabela 3B: Número de Estabelecimentos do Comércio Varejista e Atacadista e Pessoal Ocupado

Região Metropolitana de Campinas

1991-2005

Área	1991			1995			2005		
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/Estabelec.
RM Campinas	9.438	57.833	6,1	13.267	69.560	5,2	23.173	140.766	6,1

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Entre 1995 e 2005, por outro lado, nota-se que apesar de haver um arrefecimento na taxa de crescimento dos estabelecimentos comerciais (5,74% a.a.), o total de pessoal ocupado pelo setor aumenta bastante em relação ao período anterior. Em 1995, cerca de 69.500 pessoas trabalhavam na área de comércio, enquanto em 2005 este número duplica. Em termos percentuais, isto corresponde a uma taxa de crescimento é de 7,3% a.a.

Tabela 4B: Taxa de crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal ocupado - Comércio Varejista e Atacadista

Região Metropolitana de Campinas

1991-2005

Área	1991-1995		1995-2005	
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Número estabelec.	Pessoal Ocupado
RM Campinas	8,89	4,72	5,74	7,30

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Os dados da tabela 5A referem-se à evolução do setor industrial na Região Administrativa de Campinas e suas sub-regiões. Embora o número de indústrias de transformação presentes na RA seja bastante inferior ao de estabelecimentos comerciais, nota-se que o volume de pessoas ocupadas pelo setor industrial é maior. Em 1991, as 11.696 indústrias instaladas na região ocupavam mais de 390.000 pessoas, enquanto os estabelecimentos comerciais, no mesmo período, empregavam pouco mais de 121.000



pessoas. A RG de Campinas é aquela que possui maior concentração de indústrias, seguida por Bragança Paulista e Jundiaí.

Tabela 5A: Número de Estabelecimentos da Indústria de Transformação e Pessoal Ocupado
Região Administrativa de Campinas
1991-2005

Áreas	1991			1995			2005		
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.
RA Campinas	11.696	390.459	33,4	12.882	388.017	30,1	16.854	479.270	28,4
RG Bragança Pta	1.352	23.348	17,3	1.367	25.021	18,3	1.842	31.862	17,3
RG Campinas	5.126	195.582	38,2	5.632	182.774	32,5	7.436	238.073	32,0
RG Jundiaí	1.310	61.803	47,2	1.500	64.700	43,1	1.999	73.847	36,9
RG Limeira	1.249	47.477	38,0	1.430	44.879	31,4	2.163	50.223	23,2
RG Piracicaba	1.109	31.049	28,0	1.230	35.571	28,9	1.512	42.343	28,0
RG Rio Claro	558	13.940	25,0	586	14.807	25,3	766	22.553	29,4
RG S. J. Boa Vista	992	17.260	17,4	1.137	20.265	17,8	1.136	20.369	17,9

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Entre 1991 e 1995, o número de estabelecimentos industriais da RA cresce a uma taxa de 2,44% a.a., o que representa um aumento absoluto de mais de mil unidades (tabela 6A). Entretanto, o total de pessoas empregadas no setor diminui um pouco, apresentado uma taxa de -0,16% a.a. Pode-se dizer que esta redução está associada à queda no número de pessoas ocupadas nas indústrias das RGs de Campinas e Limeira, que, em conjunto, foi de mais de 15.000 pessoas.

O período de 1995 a 2005, em contrapartida, foi marcado por um aumento mais acentuado no número de indústrias da RA. Mais de 3.900 estabelecimentos industriais se instalaram na região, o que corresponde a um aumento percentual de 2,72% a.a. O total de pessoal ocupado pelo setor também aumenta consideravelmente, em relação ao período anterior. O crescimento percentual é de 2,13% a.a., o que equivale a um acréscimo absoluto de mais de 90.000 novos empregados.



A maior parte das indústrias continua a se concentrar na RG de Campinas, que responde por mais de 7.400 dos estabelecimentos da região. Entretanto, a maior taxa de crescimento do período foi registrada na RG de Limeira (4,23% a.a.), segunda colocada em termos de concentração industrial regional. A RG de Jundiaí vem em seguida, com quase 2.000 indústrias instaladas em seu território.

Tabela 6A: Taxa de crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal ocupado - Indústria de Transformação
Região Administrativa de Campinas

1991-2005

Áreas	1991-1995		1995-2005	
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Número estabelec.	Pessoal Ocupado
RA Campinas	2,44	-0,16	2,72	2,13
RG Bragança Pta	0,28	1,75	3,03	2,45
RG Campinas	2,38	-1,68	2,82	2,68
RG Jundiaí	3,44	1,15	2,91	1,33
RG Limeira	3,44	-1,40	4,23	1,13
RG Piracicaba	2,62	3,46	2,09	1,76
RG Rio Claro	1,23	1,52	2,71	4,30
RG S. J. Boa Vista	3,47	4,09	-0,01	0,05

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008.
Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Por sua vez, a tabela 5B refere-se ao setor industrial da Região Metropolitana de Campinas. Nota-se que, em 1991, 4.868 unidades industriais estavam instaladas na RMC, ocupando mais de 180.000 pessoas. Apesar de haver um aumento no número total de indústrias da região, em 1995, o pessoal ocupado neste ramo diminuiu significativamente em relação ao período anterior. Assim, entre 1991-1995, registra-se uma taxa de crescimento de 2,44% a.a. no total de estabelecimentos industriais, mas o percentual de pessoas empregadas no setor apresenta taxa negativa de -1,84% a.a.



Tabela 5B: Número de Estabelecimentos da Indústria de Transformação e Pessoal Ocupado
Região Metropolitana de Campinas
1991-2005

Áreas	1991			1995			2005		
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Pessoal/ Estabelec.
RM Campinas	4.868	184.875	38,0	5.361	171.620	32,0	6.942	221.315	31,9

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Já entre 1995 e 2005, o crescimento da indústria é um pouco maior. O número total de estabelecimentos industriais instalados na RMC, em 2005, é de 6.942, o que corresponde a um aumento absoluto de mais de 1.500 unidades. Em termos percentuais, o crescimento é de 2,62% a.a. Além disso, verifica-se que o total de pessoas ocupadas no ramo industrial também volta a crescer: mais de 49.000 pessoas são contratadas, o que corresponde a um aumento de 2,58% a.a. em relação ao período anterior.

Tabela 6B: Taxa de crescimento (% a.a.) de Estabelecimentos e Pessoal ocupado - Indústria de Transformação
Região Metropolitana de Campinas
1991-2005

Áreas	1991-1995		1995-2005	
	Número estabelec.	Pessoal Ocupado	Número estabelec.	Pessoal Ocupado
RM Campinas	2,44	-1,84	2,62	2,58

Fonte: Fundação SEADE. Informações Municipais, 1991, 1995 e 2005, disponível em www.seade.gov.br, acessado: 03/08/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Os dados da tabela 7 referem-se à produção de álcool na Região Administrativa de Campinas, entre 1995 e 2000. É possível constatar que, ao longo deste período, a produção de álcool do tipo anidro aumentou significativamente em todas as regiões de governo analisadas. Considerando-se a Região Administrativa, como um todo, o crescimento da produção deste tipo de álcool foi superior a 13% a.a. A RG de Piracicaba foi aquela que registrou maior aumento (32,1% a.a.), mas, em termos absolutos, a maior produção de álcool anidro foi realizada na RG de Limeira (mais de 300 milhões de litros).



A produção de álcool hidratado, por sua vez, apresentou grandes quedas durante o período analisado. Em 1995, a RA produzia mais de 800 milhões de litros de álcool hidratado e, em 2000, este valor diminuiu para pouco mais de 320 milhões de litros, o que corresponde a uma redução de 18,2% a.a. A RG de Piracicaba é aquela que registra a maior queda (-27,5% a.a.), seguida por Limeira (-23,7% a.a.).

Deste modo, devido à queda brusca na produção de álcool hidratado, todas as regiões de governo registraram, em 2000, uma produção total de álcool inferior àquela que marcou o ano de 1995. Novamente, a RG de Piracicaba foi a que apresentou maior queda (-6,4% a.a.). Para a Região Administrativa, considerada em conjunto, a diminuição foi de -6,0% a.a.



Tabela 7: Produção de Álcool por tipo (em 1000 litros) e Tx crescimento (% a.a.)
Região Administrativa de Campinas e Regiões de Governo
1995-2000

Áreas	Produção de álcool (em 1000 litros)		Tx crescimento (% a.a.)
	1995	2000	1995-2000
RA Campinas			
Anidro	285.285	530.857	13,2
Hidratado	872.402	320.368	-18,2
Total	1.157.687	851.225	-6,0
RG Campinas			
Anidro	23.345	35.850	9,0
Hidratado	164.847	100.000	-9,5
Total	188.192	135.850	-6,3
RG Limeira			
Anidro	213.219	309.943	7,8
Hidratado	328.356	85.181	-23,7
Total	541.575	395.124	-6,1
RG Piracicaba			
Anidro	40.387	162.441	32,1
Hidratado	256.564	51.351	-27,5
Total	296.951	213.792	-6,4
RG Rio Claro			
Anidro	8.334	16.982	15,3
Hidratado	24.924	12.996	-12,2
Total	33.258	29.978	-2,1
RG S J Boa Vista			
Anidro	*	5.641	*
Hidratado	97.711	70.840	-6,2
Total	97.711	76.481	-4,8

Fonte: Fundação SEADE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1995 e 2000, disponível em: www.seade.gov.br (acessado: 03/08/2008). Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Tendência do crescimento da população

Através dos dados da tabela 8A, é possível obter informações mais precisas a respeito do crescimento populacional da RA de Campinas, no período de 1960 a 2007, especificando-se o peso da participação relativa de cada uma das regiões de governo que a compõem neste crescimento total.

Nota-se que, ao longo do período analisado, o crescimento populacional total da RA de Campinas foi de mais de 4.500.000 pessoas. As décadas de 1960 e 1970 foram aquelas em que a RA registrou maiores taxas de crescimento: 3,32% a.a. e 4,36% a.a., respectivamente. Grande parte deste aumento foi resultado do desenvolvimento da RG de Campinas, que desde a década de 1960 veio incrementando sua participação no total populacional da região. Em 1960, a RG concentrava 32,2% da população regional, enquanto que em 2007 este percentual sobe para 47,53%.

Além de Campinas, a RG de Jundiaí é a única que também apresenta aumento em sua participação relativa no total populacional da RA. Na década de 1960, a RG participava com 10,22% da população local, e em 2007, este valor aumenta para 12,68%. De fato, os dados de população absoluta apresentados pela tabela demonstram a crescente importância adquirida por Jundiaí dentro da região. Em 1960, o município ocupava o sexto lugar em termos de peso na concentração populacional da RA. Já em 2007, a região de governo passa a ocupar o segundo lugar, ficando atrás somente de Campinas.

Em relação às demais RGs, o caminho é contrário: percebe-se que, devido ao ritmo de crescimento mais reduzido, o peso de suas participações no total da população regional decresce. Neste sentido, o caso da RG de São João da Boa Vista é bastante representativo: na década de 1960, esta era a segunda RG de maior peso populacional dentro da RA, sendo responsável por 15,44% da população local. Ao longo das décadas, entretanto, sua participação veio diminuindo, e, em 2007, a RG apresentou a menor taxa de crescimento da RA (0,95% a.a.), concentrando somente 7,92% da população regional total. As RGs de Bragança Paulista e Piracicaba também apresentaram quedas significativas, em termos de ritmo de crescimento e participação relativa, ao longo do período compreendido pela tabela.

Já no que se refere à participação das RGs no total populacional do interior do estado de São Paulo, o cenário é um pouco diferente. Nota-se que as RGs de Campinas, Jundiaí, Limeira e Piracicaba demonstraram uma tendência de participação crescente ao longo das décadas. Assim, constata-se que, embora algumas RGs tenham diminuído sua participação em relação à população da RA, a mesma tendência não se manifesta,



necessariamente, em relação ao total populacional do interior. Este é o caso das RGs de Limeira e Piracicaba, por exemplo.

Considerando-se a RA de Campinas, como um todo, verifica-se que o peso de sua participação populacional no interior paulista também foi crescente: de 18,39%, em 1960, para 28,15%, em 2000. Somente a RG de São João da Boa Vista apresentou uma diminuição constante em termos de participação relativa no total da população interiorana.



Tabela 8A: Evolução da População segundo as Regiões de Governo
Região Administrativa de Campinas
1960-2007

Regiões de Governo	População Total						Distribuição Relativa no Total da RA (%)						Participação Relativa no Total Populacional do Interior (%)						Taxas Anuais de crescimento populacional (% a.a.)				
	1960	1970	1980	1991	2000	2007	1960	1970	1980	1991	2000	2007	1960	1970	1980	1991	2000	2007	60/70	70/80	80/91	91/2000	2000/2007
RG Bragança Pta	196.596	224.738	288.495	380.114	470.200	521.710	13,06	10,77	9,02	8,67	8,73	8,62	2,40	2,33	2,33	2,37	2,46	2,43	1,35	2,53	2,54	2,39	1,50
RG Campinas	484.674	770.497	1.399.531	2.019.329	2.529.419	2.877.434	32,20	36,92	43,78	46,08	46,99	47,53	5,92	7,99	11,28	12,57	13,23	13,42	4,74	6,15	3,39	2,53	1,86
RG Jundiaí	153.777	247.881	399.447	534.129	669.781	767.448	10,22	11,88	12,49	12,19	12,44	12,68	1,88	2,57	3,22	3,32	3,50	3,58	4,89	4,89	2,68	2,55	1,96
RG Limeira	170.437	238.085	338.487	465.002	557.281	615.957	11,32	11,41	10,59	10,61	10,35	10,17	2,08	2,47	2,73	2,89	2,91	2,87	3,40	3,58	2,93	2,03	1,44
RG Piracicaba	169.781	215.729	294.437	394.800	471.979	523.690	11,28	10,34	9,21	9,01	8,77	8,65	2,07	2,24	2,37	2,46	2,47	2,44	2,42	3,16	2,70	2,00	1,50
RG Rio Claro	97.556	117.032	149.315	188.024	235.899	268.488	6,48	5,61	4,67	4,29	4,38	4,43	1,19	1,21	1,20	1,17	1,23	1,25	1,84	2,47	2,12	2,55	1,87
RG S. J. Boa Vista	232.495	273.044	327.257	401.054	448.701	479.263	15,44	13,08	10,24	9,15	8,34	7,92	2,84	2,83	2,64	2,50	2,35	2,24	1,62	1,83	1,87	1,26	0,95
RA CAMPINAS	1.505.316	2.087.006	3.196.969	4.382.452	5.383.260	6.053.990	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	18,39	21,65	25,77	27,28	28,15	28,23	3,32	4,36	2,91	2,31	1,69

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1960 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007



Os dados da tabela 8B, por sua vez, referem-se à evolução populacional da Região Metropolitana de Campinas. O crescimento total da população da RMC, entre 1960 e 2007, foi de mais de dois milhões de pessoas, sendo que as décadas de 1960 e 1970 foram aquelas que registraram maiores taxas de crescimento (4,95% a.a. e 6,43% a.a., respectivamente). A partir dos anos 1980, houve uma diminuição no ritmo de crescimento da RMC, cuja taxa passou a ser de 3,5% a.a.. Nos anos seguintes, a redução foi ainda maior e, em 2007, a taxa de crescimento registrada foi de 1,92% a.a.

Apesar desta queda, a participação relativa da Região Metropolitana de Campinas no total populacional do interior continuou a aumentar, ao longo das décadas. Em 1960, a RMC respondia por 5,13% da população do interior paulista, e em 2007, este valor salta para 12,43%.

Tabela 8B: Evolução da População
Região Metropolitana de Campinas
1960-2007

Ano	População Total	Participação Relativa na População do Interior (%)	Taxas Anuais de Crescimento (% a.a.)
1960	419.818	5,13	4,95
1970	680.826	7,06	6,43
1980	1.269.559	10,24	3,5
1991	1.852.813	11,53	2,59
2000	2.332.988	12,20	1,92
2007	2.664.808	12,43	

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1960 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

As tabelas 9A e 10A apresentam dados mais detalhados a respeito do crescimento da população total da RG de Campinas, entre 1970 e 2007, distinguindo a situação de domicílio (urbano ou rural) dos habitantes da região.

Para o período da década de 1970, nota-se que a população total da RG era de pouco



mais de 770.000 pessoas. Os municípios de Campinas, Americana e Mogi Guaçu eram aqueles que possuíam maior peso em termos de concentração populacional. A taxa de crescimento da RG foi de 6,15% a.a., valor este que pode ser considerado bastante elevado. Dentre os municípios da RG, Sumaré, Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste merecem destaque, devido aos elevados níveis de crescimento que atingiram: 15,86% a.a., 10,06% a.a. e 9,36% a.a., respectivamente. Grande parte dos municípios também apresentou taxas de crescimento superiores a 5% a.a., como Americana, Campinas, Indaiatuba, Mogi Guaçu, Paulínia, entre outros.

É possível notar que o crescimento acentuado da região neste período foi resultado, principalmente, do incremento da população urbana: a RG de Campinas apresentou, na década de 1970, uma taxa de 7,22% a.a. O município de Sumaré foi aquele que registrou maior taxa de crescimento da população urbana, de quase 20% a.a.

Em contrapartida, apesar da RG de Campinas registrar uma taxa de crescimento positiva, embora reduzida, da população rural (0,60% a.a.), a maior parte dos municípios apresentou decréscimo no total de habitantes com tal situação domiciliar. Destaca-se o caso de Vinhedo, cuja taxa de crescimento da população rural foi de -19,07% a.a. Em termos absolutos, isto representou a diminuição da população rural do município de mais de 4.000 pessoas para somente 593.

Já no período da década de 1980, percebe-se um arrefecimento nos valores das taxas de crescimento da RG de Campinas. O crescimento da população total não ultrapassa a taxa de 3,39% a.a., enquanto a população urbana registra uma taxa de 4,10% a.a. A população rural, por sua vez, decresce significativamente (-4,53% a.a.).



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 9A: Evolução da População Urbana, Rural e Total segundo municípios

Região de Governo de Campinas

1970/2007

Municípios	População Total					População Urbana					População Rural					Grau de Urbanização				
	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007
Americana	66.316	121.552	153.273	182.300	200.536	62.329	121.300	153.085	181.867	200.154	3.987	252	188	433	382	94,0	99,8	99,9	99,8	99,8
Artur Nogueira	10.171	15.802	27.811	32.965	40.823	3.192	6.918	20.984	30.318	39.612	6.979	8.884	6.827	2.647	1.211	31,4	43,8	75,5	92,0	97,0
Campinas	375.864	661.992	843.516	968.160	1.050.288	335.756	589.310	820.203	952.003	1.039.354	40.108	72.682	23.313	16.157	10.934	89,3	89,0	97,2	98,3	99,0
Cosmópolis	12.110	23.067	36.421	44.250	53.751	7.025	18.750	33.946	42.445	51.056	5.085	4.317	2.475	1.805	2.695	58,0	81,3	93,2	95,9	95,0
Engenheiro Coelho	*	*	*	10.000	12.968	*	*	*	6.986	10.295	*	*	*	3.014	2.673	*	*	*	69,9	79,4
Estiva Gerbi	*	*	*	8.832	9.499	*	*	*	7.621	8.555	*	*	*	1.211	944	*	*	*	86,3	90,1
Holambra	*	*	*	7.195	9.149	*	*	*	3.929	4.875	*	*	*	3.266	4.274	*	*	*	54,6	53,3
Hortolândia	*	*	*	151.697	190.545	*	*	*	151.697	190.545	*	*	*	0	0	*	*	*	100,0	100,0
Indaiatuba	30.537	55.731	99.949	146.530	179.592	22.341	48.051	90.903	144.228	179.571	8.196	7.680	9.046	2.302	21	73,2	86,2	90,9	98,4	100,0
Itapira	39.036	47.800	56.381	63.309	68.558	26.605	37.026	49.542	57.980	63.074	12.431	10.774	6.839	5.329	5.484	68,2	77,5	87,9	91,6	92,0
Jaguariúna	10.391	15.093	24.819	29.533	37.283	3.839	9.208	18.132	25.756	30.938	6.552	5.885	6.687	3.777	6.345	36,9	61,0	73,1	87,2	83,0
Mogi Guaçu	42.710	73.113	106.848	123.984	139.307	30.093	65.037	99.407	115.956	135.722	12.617	8.076	7.441	8.028	3.585	70,5	89,0	93,0	93,5	97,4
Moji Mirim	36.301	50.436	64.523	81.293	90.256	28.382	42.521	58.410	72.943	86.260	7.919	7.915	6.113	8.350	3.996	78,2	84,3	90,5	89,7	95,6
Monte Mor	7.960	13.890	25.291	37.207	44.614	3.793	6.823	21.699	34.051	44.159	4.167	7.067	3.592	3.156	455	47,7	49,1	85,8	91,5	99,0
Nova Odessa	8.336	21.743	33.876	41.987	46.383	6.242	19.405	31.781	41.028	46.011	2.094	2.338	2.095	959	372	74,9	89,2	93,8	97,7	99,2
Paulínia	10.708	20.573	36.298	51.163	73.040	3.673	18.919	32.566	50.601	63.939	7.035	1.654	3.732	562	9.101	34,3	92,0	89,7	98,9	87,5
Pedreira	15.053	21.295	27.653	35.141	40.093	12.078	19.593	26.490	34.056	39.729	2.975	1.702	1.163	1.085	364	80,2	92,0	95,8	96,9	99,1
Sta Bárbara d'Oeste	31.018	75.866	143.945	169.818	184.882	22.360	71.157	139.849	167.660	184.452	8.658	4.709	4.096	2.158	430	72,1	93,8	97,2	98,7	99,8
Sto Ant Posse	7.799	10.825	14.272	18.074	21.219	4.160	7.090	8.470	14.633	18.528	3.639	3.735	5.802	3.441	2.691	53,3	65,5	59,3	81,0	87,3
Sumaré	23.074	100.589	223.553	196.099	227.798	15.295	94.643	222.115	193.322	226.092	7.779	5.946	1.438	2.777	1.706	66,3	94,1	99,4	98,6	99,3
Valinhos	30.775	48.670	67.545	82.817	99.179	19.963	37.267	59.514	78.358	88.703	10.812	11.403	8.031	4.459	10.476	64,9	76,6	88,1	94,6	89,4
Vinhedo	12.338	21.494	33.355	47.065	57.671	7.420	20.901	32.745	46.027	56.783	4.918	593	610	1.038	888	60,1	97,2	98,2	97,8	98,5
RG CAMPINAS	770.497	1.399.531	2.019.329	2.529.419	2.877.434	614.546	1.233.919	1.919.841	2.453.465	2.808.407	155.951	165.612	99.488	75.954	69.027	79,8	88,2	95,1	97,0	97,6

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009. (*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990



Dentre os municípios que então pertenciam à Região de Governo de Campinas, 16 apresentaram diminuição no seu ritmo de crescimento anual, comparando-se com os dados da década de 1970/80. Os municípios de Campinas, Americana e Sumaré, que, na década de 1980, concentravam 63,2% da população regional, apresentaram, todos, redução em suas taxas de crescimento: de 5,82% a.a. para 2,23% a.a.; de 6,25% a.a. para 2,13% a.a.; e de 15,86% a.a. para 7,53% a.a., respectivamente. Os municípios de Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste também apresentaram acentuada diminuição no ritmo de crescimento anual quando comparadas suas taxas de crescimento às de 1970/1980, passando, respectivamente, de 10,06% a.a. para 4,11% a.a. e de 9,36% a.a. para 6,0% a.a. Apesar desse declínio, que já era de se esperar dado o aumento na base demográfica, estes municípios figuraram como de maiores taxas de crescimento populacional do Estado no período 1980/1991.

Por outro lado, os municípios de Artur Nogueira e Jaguariúna foram os únicos que apresentaram um aumento, embora pequeno, na taxa de crescimento anual em relação ao período anterior, ou seja, de 4,60% a.a. para 5,27% a.a. e 3,88% a.a. para 4,62% a.a., respectivamente.

A média do incremento relativo dos 18 municípios da Região de Governo de Campinas para o período de 1980/91 foi de 41,87%; tomando-a como referência para uma análise comparativa entre os municípios para tal período verifica-se que Artur Nogueira (75,92%), Cosmópolis (61,53%), Indaiatuba (79,13%), Jaguariúna (64,38%), Monte Mor (82,21%), Nova Odessa (55,73%), Paulínia (76,48%), Santa Bárbara D'Oeste (58,61%), Sumaré (22,28%) e Vinhedo (55,13%), foram os municípios que mais contribuíram para o crescimento desta Região.

Entre 1991 e 2000, os municípios da região continuam a manifestar uma tendência de diminuição em seu ritmo de crescimento: a maior parte deles registrou taxas de crescimento inferiores a 3% a.a., durante este período. Deste modo, a taxa de crescimento total da RG diminuiu, passando para 2,53% a.a. Os únicos municípios que registraram aumento em sua taxa de crescimento em relação ao período anterior foram Pedreira, Moji Mirim e Santo Antônio da Posse.



Tabela 10A: Taxa de Crescimento Populacional (% a.a.) e Distribuição Relativa da População (%)
Região de Governo de Campinas
1970/2007

Municípios	Taxa de Crescimento (% a a)												Distribuição Relativa na População Total				
	1970/80			1980/91			1991/2000			2000/2007			1970	1980	1991	2000	2007
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural					
Americana	6,25	6,89	-24,13	2,13	2,14	-2,63	1,95	1,93	9,71	1,37	1,38	-1,77	8,61	8,69	7,59	7,21	6,97
Artur Nogueira	4,50	8,04	2,44	5,27	10,61	-2,37	1,91	4,17	-9,99	3,10	3,89	-10,57	1,32	1,13	1,38	1,30	1,42
Campinas	5,82	5,79	6,13	2,23	3,05	-9,82	1,54	1,67	-3,99	1,17	1,26	-5,43	48,78	47,30	41,77	38,28	36,50
Cosmópolis	6,66	10,32	-1,62	4,24	5,54	-4,93	2,19	2,51	-3,45	2,82	2,67	5,89	1,57	1,65	1,80	1,75	1,87
Engenheiro Coelho	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3,78	5,70	-1,70	*	*	*	0,40	0,45
Estiva Gerbi	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1,05	1,67	-3,50	*	*	*	0,35	0,33
Holambra	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3,49	3,13	3,92	*	*	*	0,28	0,32
Hortolândia	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3,31	3,31	**	*	*	*	6,00	6,62
Indaiatuba	6,20	7,96	-0,65	5,45	5,97	1,50	4,34	5,26	-14,11	2,95	3,18	-48,88	3,96	3,98	4,95	5,79	6,24
Itapira	2,05	3,36	-1,42	1,51	2,68	-4,05	1,30	1,76	-2,73	1,14	1,21	0,41	5,07	3,42	2,79	2,50	2,38
Jaguariúna	3,80	9,14	-1,07	4,63	6,35	1,17	1,95	3,98	-6,15	3,39	2,65	7,69	1,35	1,08	1,23	1,17	1,30
Mogi Guaçu	5,52	8,01	-4,36	3,51	3,93	-0,74	1,67	1,73	0,85	1,68	2,27	-10,88	5,54	5,22	5,29	4,90	4,84
Moji Mirim	3,34	4,13	-0,01	2,26	2,93	-2,32	2,60	2,50	3,53	1,51	2,42	-9,99	4,71	3,60	3,20	3,21	3,14
Monte Mor	5,73	6,05	5,42	5,60	11,09	-5,97	4,38	5,13	-1,43	2,63	3,78	-24,17	1,03	0,99	1,25	1,47	1,55
Nova Odessa	10,06	12,01	1,11	4,11	4,59	-0,99	2,41	2,88	-8,32	1,43	1,65	-12,65	1,08	1,55	1,68	1,66	1,61
Paulínia	6,75	17,81	-13,48	5,30	5,06	7,68	3,89	5,02	-18,97	5,22	3,40	48,86	1,39	1,47	1,80	2,02	2,54
Pedreira	3,53	4,96	-5,43	2,40	2,78	-3,40	2,70	2,83	-0,77	1,90	2,23	-14,45	1,95	1,52	1,37	1,39	1,39
Santa Bárbara d'Oeste	9,36	12,27	-5,91	6,00	6,34	-1,26	1,85	2,04	-6,87	1,22	1,37	-20,58	4,03	5,42	7,13	6,71	6,43
Santo Antonio de Posse	3,33	5,48	0,26	2,54	1,63	4,09	2,66	6,26	-5,64	2,32	3,43	-3,45	1,01	0,77	0,71	0,71	0,74
Sumaré	15,86	19,99	-2,65	7,53	8,06	-12,11	-1,45	-1,53	7,59	2,16	2,26	-6,72	2,99	7,19	11,07	7,75	7,92
Valinhos	4,69	6,44	0,53	3,02	4,35	-3,14	2,29	3,10	-6,33	2,61	1,79	12,98	3,99	3,48	3,34	3,27	3,45
Vinhedo	5,71	10,91	-19,07	4,08	4,17	0,26	3,90	3,86	6,08	2,95	3,05	-2,21	1,60	1,54	1,65	1,86	2,00
RG CAMPINAS	6,15	7,22	0,60	3,39	4,10	-4,53	2,53	2,76	-2,95	1,86	1,95	-1,36	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990

(**) População rural é igual a zero, em 2000 e 2007.



Os dados do censo demográfico de 1991 também confirmaram a tendência de menor crescimento populacional do Município-sede (Campinas) se comparado ao seu entorno. Campinas apresentou uma taxa de crescimento de 1,54% a.a. e um crescimento relativo decenal de 27,32%. Enquanto isso, municípios como Indaiatuba, Monte Mor e Paulínia, por exemplo, registraram taxas que, apesar de menores em relação à década de 1980, foram mais elevadas que a do município-sede: 4,34% a.a., 4,38% a.a. e 3,89% a.a., respectivamente.

Em relação à população urbana, também é possível verificar uma diminuição nas taxas de crescimento. A taxa registrada para a RG de Campinas, como um todo, foi de 2,76% a.a. Os municípios de Santo Antônio da Posse e Indaiatuba foram aqueles que apresentaram percentuais mais significativos de crescimento da população urbana, 6,26% a.a. e 5,26% a.a., respectivamente. É interessante notar que Sumaré apresentou uma taxa negativa de crescimento da população urbana (-1,53% a.a.), o que acabou resultando na diminuição de sua população total (-1,45% a.a.).

Por outro lado, a população rural continuou a manter uma taxa de crescimento negativa (-2,95% a.a.). A maior parte dos municípios da RG também registrou diminuição no tamanho de sua população rural, como é o caso de Indaiatuba (-14,11% a.a.) e Paulínia (-18,97% a.a.), por exemplo. Somente os municípios de Americana, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Sumaré e Vinhedo apresentaram taxas de crescimento positivas da população rural.

Entre 2000 e 2007, nota-se que a taxa de crescimento total da população da RG de Campinas diminuiu ainda mais, ficando em torno de 1,86% a.a. Isto corresponde a um aumento absoluto de pouco menos de 350.000 pessoas. O município de Paulínia foi aquele que apresentou maior taxa de crescimento populacional no período: 5,22% a.a. Juntamente com Artur Nogueira e Jaguariúna, os municípios recém-criados de Engenheiro Coelho, Holambra e Hortolândia também apresentaram taxas relativamente elevadas de crescimento populacional, superiores a 3% a.a. A taxa de crescimento do município-sede de Campinas, por sua vez, foi de somente 1,17% a.a., menor que a média regional.

O ritmo de crescimento da população urbana total da RG também diminuiu, registrando uma taxa de 1,95% a.a. Os municípios de Engenheiro Coelho, Artur Nogueira e Monte Mor são os que apresentaram maiores taxas de incremento da população urbana: 5,70% a.a., 3,89% a.a. e 3,78 a.a., respectivamente.

Neste período, a população rural continua a diminuir, mas a um ritmo mais reduzido que o verificado anteriormente. A taxa registrada pela RG de Campinas é de -1,36% a.a., sendo



que os municípios de Indaiatuba, Monte Mor e Santa Bárbara D'Oeste são aqueles que apresentaram maiores perdas: -48,88% a.a., -24,17% a.a. e -20,58% a.a., respectivamente. Por outro lado, também houve municípios que registraram aumento em sua população rural, como é o caso de Paulínia (48,86% a.a.), Valinhos (12,98% a.a.) e Jaguariúna (7,69% a.a.), por exemplo. Entretanto, é importante ressaltar que, em certos casos, estas disparidades entre os dados podem ser resultado dos diferentes critérios utilizados pelas autoridades locais para definir os limites entre espaço urbano e rural.

Por fim, através dos dados das tabelas 9A e 10A, ainda é possível analisar a participação relativa de cada município no total populacional da RG de Campinas, bem como verificar a evolução de seu grau de urbanização ao longo das décadas.

Nota-se que a par do processo de industrialização, o processo de urbanização da Região foi intenso, particularmente ao longo dos anos 1970. Na década de 1970, somente três municípios da região apresentavam grau de urbanização superior a 80%: Americana, Campinas e Pedreira. Já em 1980, pôde-se verificar que dos 18 municípios que compõem a RG de Campinas apenas dois apresentaram grau de urbanização inferior a 60%, sendo eles: Artur Nogueira e Monte Mor, que atingiram 43,87% e 49,12%, respectivamente. Quanto aos municípios de Itapira, Vinhedo e Jaguariúna, estes encontraram-se na faixa de 60 a 80%; os demais municípios apresentaram um grau de urbanização superior a 80%, merecendo destaque Americana (99,79%), Vinhedo (97,24%) e Sumaré (94,08%).

Nos anos posteriores a região continuou a se urbanizar em ritmo acentuado. Em 2007, apenas Engenheiro Coelho e Holambra registraram grau de urbanização inferior a 80%. Por sua vez, a RG de Campinas, considerada em conjunto, urbanizou-se de maneira expressiva: em 1970, 79,8% de sua área era urbanizada, e, em 2007, este valor sobe para 97,6%.

Já no que se refere à distribuição populacional relativa entre os municípios da RG, constata-se que o município-sede de Campinas é aquele que concentra maior parcela da população regional. Apesar disso, nota-se que sua participação vem reduzindo ao longo das décadas: em 1970, Campinas concentrava 48,78% da população da RG, enquanto em 2007 este percentual diminuiu para 36,5%. A participação dos municípios de Americana, Itapira, Mogi Guaçu e Moji Mirim, por exemplo, também diminuiu, merecendo destaque o caso de Americana, cuja participação caiu de 8,61%, na década de 1970, para 6,97%, em 2007. Por outro lado, municípios como Jundiá, Indaiatuba, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré ganham importância dentro da região, o que resulta no aumento de sua participação populacional relativa.



Por sua vez, as tabelas 9B e 10B referem-se à evolução da população, por situação de domicílio, e às taxas de crescimento populacional, da Região Metropolitana de Campinas, no período de 1970 a 2007.

No período entre 1970 e 1980, a população total da Região Metropolitana de Campinas apresentou elevada taxa de crescimento: 6,43% a.a. (um pouco superior à taxa registrada pela Região de Governo, no mesmo período). Em termos absolutos, isso significou um aumento de mais de 580.000 habitantes. A grande maioria dos municípios registrou taxas de crescimento superiores a 5% a.a. Como já foi apontado anteriormente, os municípios que registraram maiores taxas de crescimento foram Sumaré, Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste.

O crescimento da população urbana ao longo da década de 1970 foi de 7,42% a.a., enquanto a população rural também registrou um crescimento positivo, mas bastante inferior: 1,05% a.a. Pode-se dizer que o resultado final desta taxa é bastante influenciado pelo peso do aumento da população rural no município de Campinas, já que a maior parte dos demais municípios da Região Metropolitana apresentou queda no contingente populacional com tal situação de domicílio.

Já entre 1980 e 1991, a taxa de crescimento total da Região Metropolitana de Campinas diminuiu um pouco, passando para 3,5% a.a. À exceção dos municípios de Artur Nogueira e Jaguariúna, todos os demais apresentaram redução em seu ritmo de crescimento. Entretanto, apesar desta diminuição, nota-se que o incremento populacional absoluto da Região Metropolitana neste período foi bastante próximo do verificado na década anterior: 583.254 e 588.733, respectivamente.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 9B: Evolução da População Urbana, Rural e Total segundo Municípios

Região Metropolitana de Campinas

1970/2007

Municípios	População Total					População Urbana					População Rural					Grau de Urbanização				
	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007
Americana	66.316	121.552	153.273	182.300	200.536	62.329	121.300	153.085	181.867	200.154	3.987	252	188	433	382	94,0	99,8	99,9	99,8	99,8
Artur Nogueira	10.171	15.802	27.811	32.965	40.823	3.192	6.918	20.984	30.318	39.612	6.979	8.884	6.827	2.647	1.211	31,4	43,8	75,5	92,0	97,0
Campinas	375.864	661.992	843.516	968.160	1.050.288	335.756	589.310	820.203	952.003	1.039.354	40.108	72.682	23.313	16.157	10.934	89,3	89,0	97,2	98,3	99,0
Cosmópolis	12.110	23.067	36.421	44.250	53.751	7.025	18.750	33.946	42.445	51.056	5.085	4.317	2.475	1.805	2.695	58,0	81,3	93,2	95,9	95,0
Engenheiro Coelho	*	*	*	10.000	12.968	*	*	*	6.986	10.295	*	*	*	3.014	2.673	*	*	*	69,9	79,4
Holambra	*	*	*	7.195	9.149	*	*	*	3.929	4.875	*	*	*	3.266	4.274	*	*	*	54,6	53,3
Hortolândia	*	*	*	151.697	190.545	*	*	*	151.697	190.545	*	*	*	0	0	*	*	*	100,0	100,0
Indaiatuba	30.537	55.731	99.949	146.530	179.592	22.341	48.051	90.903	144.228	179.571	8.196	7.680	9.046	2.302	21	73,2	86,2	90,9	98,4	100,0
Itatiba	28.376	41.377	61.236	80.987	94.994	20.758	35.304	53.718	65.754	74.193	7.618	6.073	7.518	15.233	20.801	73,2	85,3	87,7	81,2	78,1
Jaguariúna	10.391	15.093	24.819	29.533	37.283	3.839	9.208	18.132	25.756	30.938	6.552	5.885	6.687	3.777	6.345	36,9	61,0	73,1	87,2	83,0
Monte Mor	7.960	13.890	25.291	37.207	44.614	3.793	6.823	21.699	34.051	44.159	4.167	7.067	3.592	3.156	455	47,7	49,1	85,8	91,5	99,0
Nova Odessa	8.336	21.743	33.876	41.987	46.383	6.242	19.405	31.781	41.028	46.011	2.094	2.338	2.095	959	372	74,9	89,2	93,8	97,7	99,2
Paulínia	10.708	20.573	36.298	51.163	73.040	3.673	18.919	32.566	50.601	63.939	7.035	1.654	3.732	562	9.101	34,3	92,0	89,7	98,9	87,5
Pedreira	15.053	21.295	27.653	35.141	40.093	12.078	19.593	26.490	34.056	39.729	2.975	1.702	1.163	1.085	364	80,2	92,0	95,8	96,9	99,1
Santa Bárbara d'Oeste	31.018	75.866	143.945	169.818	184.882	22.360	71.157	139.849	167.660	184.452	8.658	4.709	4.096	2.158	430	72,1	93,8	97,2	98,7	99,8
Santo Antonio de Posse	7.799	10.825	14.272	18.074	21.219	4.160	7.090	8.470	14.633	18.528	3.639	3.735	5.802	3.441	2.691	53,3	65,5	59,3	81,0	87,3
Sumaré	23.074	100.589	223.553	196.099	227.798	15.295	94.643	222.115	193.322	226.092	7.779	5.946	1.438	2.777	1.706	66,3	94,1	99,4	98,6	99,3
Valinhos	30.775	48.670	67.545	82.817	99.179	19.963	37.267	59.514	78.358	88.703	10.812	11.403	8.031	4.459	10.476	64,9	76,6	88,1	94,6	89,4
Vinhedo	12.338	21.494	33.355	47.065	57.671	7.420	20.901	32.745	46.027	56.783	4.918	593	610	1.038	888	60,1	97,2	98,2	97,8	98,5
RM CAMPINAS	680.826	1.269.559	1.852.813	2.332.988	2.664.808	550.224	1.124.639	1.766.200	2.264.719	2.588.989	130.602	144.920	86.613	68.269	75.819	79,8	88,2	95,1	97,0	97,2

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990



A taxa de crescimento da população urbana da RMC foi, neste período, um pouco maior do que a registrada para a região de governo, ficando em torno de 4,39% a.a. A população rural, por sua vez, reduziu bastante a sua taxa de crescimento em relação à década de 1970, passando a registrar um valor negativo: -4,57% a.a.

O período de 1991 a 2000 continuou a manifestar uma tendência de diminuição no ritmo de crescimento populacional da RMC: a taxa total registrada foi de 2,59% a.a., o que corresponde a um aumento absoluto de pouco mais de 480.000 pessoas. Apenas os municípios de Indaiatuba e Monte Mor apresentaram taxas superiores a 4% a.a. Itatiba, Paulínia e Vinhedo, por sua vez, também registraram taxas relativamente altas, superiores a 3% a.a.: 3,15% a.a., 3,89% a.a. e 3,90% a.a., respectivamente.

A taxa de crescimento da população urbana total da Região Metropolitana foi de 2,80% a.a., merecendo destaque os municípios de Indaiatuba, Monte Mor e Paulínia. A população rural, por outro lado, apresentou queda de -2,61% a.a. em relação ao período anterior. Os municípios de Americana, Itatiba e Sumaré foram os únicos que registraram aumento no total populacional com esta situação de domicílio.

Finalmente, entre 2000 e 2007, a taxa de crescimento populacional da RMC foi de apenas 1,92% a.a. A maior taxa foi registrada por Paulínia (5,22% a.a.), o que se deve, principalmente, ao aumento da importância econômica do município dentro da região. Os municípios de criação recente, como Holambra, também apresentaram taxas de crescimento superiores à média regional. A população urbana da Região Metropolitana cresceu a um ritmo de 1,93% a.a., enquanto a população rural voltou a registrar taxa positiva de crescimento, 1,51% a.a.

No que se refere ao grau de urbanização da RMC, entre 1970 e 2007, a tabela 9B demonstra que a região urbanizou-se significativamente ao longo das décadas: em 1970, somente 79,8% de sua área era urbanizada, enquanto que, em 2007, este percentual sobe para 97,2%. O município de Artur Nogueira, por exemplo, apresentava grau de urbanização de 31,4% em 1970, passando para 97%, em 2007. Indaiatuba e Hortolândia, por sua vez, apresentam, em 2007, 100% de sua área urbanizada. Ainda é interessante destacar o caso dos municípios como Itatiba, Jaguariúna e Paulínia, que passam por um processo reverso, de diminuição da área urbanizada, principalmente a partir de 2000.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 10B: Taxa de Crescimento Populacional (% a.a.) e Distribuição Relativa da População (%)

Região Metropolitana de Campinas

1970/2007

Municípios	Taxa de Crescimento (% a a)												Distribuição Relativa na População Total				
	1970/80			1980/91			1991/2000			2000/2007			1970	1980	1991	2000	2007
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural					
Americana	6,25	6,89	-24,13	2,13	2,14	-2,63	1,95	1,93	9,71	1,37	1,38	-1,77	9,74	9,57	8,27	7,81	7,53
Artur Nogueira	4,50	8,04	2,44	5,27	10,61	-2,37	1,91	4,17	-9,99	3,10	3,89	-10,57	1,49	1,24	1,50	1,41	1,53
Campinas	5,82	5,79	6,13	2,23	3,05	-9,82	1,54	1,67	-3,99	1,17	1,26	-5,43	55,21	52,14	45,53	41,50	39,41
Cosmópolis	6,66	10,32	-1,62	4,24	5,54	-4,93	2,19	2,51	-3,45	2,82	2,67	5,89	1,78	1,82	1,97	1,90	2,02
Engenheiro Coelho	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3,78	5,70	-1,70	*	*	*	0,43	0,49
Holambra	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3,49	3,13	3,92	*	*	*	0,31	0,34
Hortolândia	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3,31	3,31	**	*	*	*	6,50	7,15
Indaiatuba	6,20	7,96	-0,65	5,45	5,97	1,50	4,34	5,26	-14,11	2,95	3,18	-48,88	4,49	4,39	5,39	6,28	6,74
Itatiba	3,84	5,45	-2,24	3,63	3,89	1,96	3,15	2,27	8,16	2,31	1,74	4,55	4,17	3,26	3,31	3,47	3,56
Jaguariúna	3,80	9,14	-1,07	4,63	6,35	1,17	1,95	3,98	-6,15	3,39	2,65	7,69	1,53	1,19	1,34	1,27	1,40
Monte Mor	5,73	6,05	5,42	5,60	11,09	-5,97	4,38	5,13	-1,43	2,63	3,78	-24,17	1,17	1,09	1,37	1,59	1,67
Nova Odessa	10,06	12,01	1,11	4,11	4,59	-0,99	2,41	2,88	-8,32	1,43	1,65	-12,65	1,22	1,71	1,83	1,80	1,74
Paulínia	6,75	17,81	-13,48	5,30	5,06	7,68	3,89	5,02	-18,97	5,22	3,40	48,86	1,57	1,62	1,96	2,19	2,74
Pedreira	3,53	4,96	-5,43	2,40	2,78	-3,40	2,70	2,83	-0,77	1,90	2,23	-14,45	2,21	1,68	1,49	1,51	1,50
Santa Bárbara d'Oeste	9,36	12,27	-5,91	6,00	6,34	-1,26	1,85	2,04	-6,87	1,22	1,37	-20,58	4,56	5,98	7,77	7,28	6,94
Santo Antonio de Posse	3,33	5,48	0,26	2,54	1,63	4,09	2,66	6,26	-5,64	2,32	3,43	-3,45	1,15	0,85	0,77	0,77	0,80
Sumaré	15,86	19,99	-2,65	7,53	8,06	-12,11	-1,45	-1,53	7,59	2,16	2,26	-6,72	3,39	7,92	12,07	8,41	8,55
Valinhos	4,69	6,44	0,53	3,02	4,35	-3,14	2,29	3,10	-6,33	2,61	1,79	12,98	4,52	3,83	3,65	3,55	3,72
Vinhedo	5,71	10,91	-19,07	4,08	4,17	0,26	3,90	3,86	6,08	2,95	3,05	-2,21	1,81	1,69	1,80	2,02	2,16
RM CAMPINAS	6,43	7,41	1,05	3,50	4,19	-4,57	2,59	2,80	-2,61	1,92	1,93	1,51	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990

(**) População rural é igual a zero, em 2000 e 2007.



Entretanto, é válido destacar, mais uma vez, que estes resultados podem ter influência dos critérios utilizados pelo poder público para determinar quais áreas são consideradas urbanas ou não.

Já no que diz respeito à distribuição populacional relativa entre os municípios da Região Metropolitana, nota-se que o município-sede de Campinas é aquele que apresenta maior peso: em 1970, mais de 55% da população regional residia neste município. Entretanto, embora se mantenha seu posto como principal município da região metropolitana, Campinas vem, ao longo das décadas, diminuindo a sua participação relativa: em 2007, o município respondia por somente 39,4% do total populacional. Por outro lado, municípios como Indaiatuba, Hortolândia, Artur Nogueira e Cosmópolis, entre outros, aumentaram sua participação em relação à população total da Região Metropolitana. Em 2007, os municípios de Sumaré, Americana e Hortolândia são aqueles que, depois de Campinas, apresentam maior peso populacional dentro da região.

Considerando o processo emancipatório da década de 1990, podemos observar que os desmembramentos municipais recentes tiveram um impacto bastante significativo sobre crescimento populacional dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, envolvidos no processo, e, conseqüentemente, causando mudanças na hierarquia de municípios da região.



Quadro 1: População Total, Taxas de Crescimento e Distribuição Relativa Municípios desmembrados
Região Metropolitana de Campinas
1991-2000

Municípios	População Total (1991)	População Total (2000)	Distribuição Relativa (2000)	Taxa de Crescimento (% a.a.) 1991-2000	
				Com Desmembramento	Sem Desmembramento
Sumaré	223.553	196.099	8,41	-1,45	5,03
Hortolândia (*)	-	151.697	6,50	-	-
Jaguariúna	24.819	29.533	1,27	1,95	**
Artur Nogueira	27.811	32.965	1,41	1,91	**
Cosmópolis	36.421	44.250	1,90	2,19	**
Santo Antonio de Posse	14.272	18.074	0,77	2,66	**
Holambra (*)	-	7.195	0,31	-	-
Artur Nogueira	27.811	32.965	1,41	1,91	4,95
Engenheiro Coelho (*)	-	10.000	0,43	-	-
RM CAMPINAS	1.852.813	2.332.988	100,00	2,59	2,59

Fonte: Fundação SEADE. Censo demográfico de 1991 e 2000 (IBGE). Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Nota: (*) Municípios criados pela Lei 7664, de 30-12-1991 *apud* Siqueira (2003).

(**) Como os municípios originários são quatro, optou-se por não calcular a essa taxa de crescimento.

Com os dados do quadro 1, é possível observar que a Região Metropolitana de Campinas apresentou três situações distintas no processo emancipatório recente, que resultaram na criação de três novos municípios, na década de 1990. A primeira situação refere-se ao desmembramento sofrido pelo município de Sumaré, com 223,5 mil habitantes, em 1991, que deu origem ao município de Hortolândia, cuja população era de 151,6 mil habitantes, em 2000.

Numa segunda situação, quatro municípios com menos de 50 mil habitantes deram origem ao município de Holambra que, em 2000, possuía 7 mil habitantes. Por fim, numa terceira situação, o município de Artur Nogueira, com 27,8 mil habitantes, em 1991, deu origem ao município de Engenheiro Coelho que, 2000, contava com 10 mil habitantes.

Considerando-se as taxas de crescimento populacional, no período 1991-2000, nas



duas situações destacadas (com e sem desmembramento municipal), observa-se que o processo emancipatório recente teve impacto na dinâmica dos municípios originários, principalmente Sumaré, um município de grande porte, que deu origem a Hortolândia, outro município de grande porte.

Assim, com os dados do quadro 1, observa-se que o município de Sumaré, que apresentou, entre 1991 e 2000, um crescimento negativo de 1,45%a.a., sem o desmembramento de Hortolândia, teria registrado um crescimento populacional positivo de 5%a.a. Por sua vez, o município de Artur Nogueira teria apresentado um crescimento populacional de 4,95%a.a., mas apresentou uma taxa de 1,91%a.a., em função do desmembramento municipal de Engenheiro Coelho.

Por fim, diante da dificuldade de reconstituição da população dos quatro municípios que foram desmembrados para dar origem ao município de Holambra e, conseqüentemente, da dificuldade de avaliar o impacto do desmembramento no crescimento populacional desses municípios, optou-se por não considerar os municípios envolvidos nesse processo emancipatório, neste momento da análise.

Por sua vez, tomando os dados de crescimento vegetativo e de saldo migratório (apresentado na tabela 11, da próxima seção), podemos captar uma outra dimensão do impacto do desmembramento municipal na dinâmica demográfica regional.

Assim, o crescimento absoluto dos dois municípios originários considerados, no período 1991-2000, mostra-se consonante com as taxas de crescimento anual, apresentadas no quadro 1: enquanto Sumaré apresentou um crescimento absoluto negativo (-27.454 pessoas), Artur Nogueira registrou um volume positivo de 5.154 pessoas (tabela 11).

Considerando-se, primeiramente, o crescimento vegetativo dos municípios originários – Sumaré (39.227 pessoas) e Artur Nogueira (4.126 pessoas) – destaca-se que esses volumes são inferiores à população de seus respectivos municípios desmembrados – Hortolândia (151.697 habitantes, em 2000) e Engenheiro Coelho (10.000 habitantes, em 2000) – o que indica que o crescimento vegetativo dos municípios originários não foi o suficiente para substituir a população perdida em função do desmembramento municipal.

Tomando-se, por sua vez, o saldo migratório dos municípios originários, no período de 1991 a 2000, tem-se, por um lado, que Sumaré apresenta valor negativo (-66.681 pessoas), indicando “perda” populacional nas trocas migratórias e, sendo esse valor inferior à população



do município criado, pode-se afirmar que se não tivesse ocorrido esse desmembramento, Sumaré teria registrado saldo migratório positivo.

Por outro lado, o município de Artur Nogueira apresentou saldo migratório positivo de 1.028 pessoas, o que indica que o município “ganhou” população nas trocas migratórias que realizou, permitindo afirmar que, independentemente, do desmembramento municipal, Artur Nogueira apresentaria saldo migratório positivo.

Assim, a partir da consideração dos componentes do crescimento populacional dos municípios originários, da Região Metropolitana de Campinas, pode-se afirmar que o impacto do desmembramento municipal recente sobre a dinâmica populacional na região foi significativa, principalmente no município Sumaré, sendo que esse impacto não se fez sentir no município de Artur Nogueira.

Essa discussão é complementada com a consideração das mudanças ocorridas na estrutura da hierarquia de municípios, entre 1991 e 2007. Nesse sentido, os dados do quadro 2 orientam essa análise:

Quadro 2: Número de municípios existentes, por classes de tamanho da população
Região Metropolitana de Campinas - Estado de São Paulo
1991-2007

Classes de municípios	1991		2000		2007	
	n	%	n	%	n	%
Até 5.000 habitantes	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5.000 a 10.000 habitantes	0	0,0	1	5,3	1	5,3
10.000 a 20.000 habitantes	1	6,3	2	10,5	1	5,3
20.000 a 50.000 habitantes	8	50,0	7	36,8	6	31,6
50.000 a 100.000 habitantes	3	18,8	3	15,8	5	26,3
100.000 a 500.000 habitantes	3	18,8	5	26,3	5	26,3
Acima de 500.000 habitantes	1	6,3	1	5,3	1	5,3
Total	16	100,0	19	100,0	19	100,0

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Observa-se, de acordo com os dados acima, que, em 1991, antes do processo de criação de municípios característico dos anos 90, marcado pela criação preponderante de pequenos municípios em todo país (Gomes & Mac Dowell, 2000; 1997), a Região Metropolitana de Campinas possuía 16 municípios, sendo que 8 municípios possuíam população entre 20 mil



e 50 mil habitantes; 6 municípios possuíam entre 50 mil e 500 mil habitantes e 1 município com população acima de 500 mil habitantes.

Destaca-se, ainda, que a Região de Campinas possuía apenas 1 município de pequeno porte, situado na classe populacional entre 10.000 e 20.000 habitantes e nenhum município com menos de 10 mil habitantes.

Dessa forma, a RMC possuía, em 1991, 50% dos seus municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes, seguidos da importante presença de municípios de porte médio (50 mil a 100 mil habitantes) e grande (entre 100 mil e 500 mil habitantes e acima de 500 mil habitantes).

Com isso, observa-se que a Região Metropolitana de Campinas, assim como a Região de Sorocaba, apresentava, em 1991, uma hierarquia de municípios diversificada, caracterizada pela importante presença de municípios de porte médio e grande, e com o peso pouco significativo de pequenos municípios.

Em 2000, essa hierarquia de municípios sofre uma alteração expressa por mudanças ocorridas, principalmente, nas seguintes classes: enquanto aumentou o número de municípios com população de 10 mil a 20 mil habitantes e de 100 mil a 500 mil habitantes, diminuiu o número de municípios com população de 20 mil a 50 mil habitantes. Além disso, no grupo de 5 mil a 10 mil habitantes surgiu 1 município. Essas alterações na hierarquia dos municípios, que contribuíram para a maior diversificação da hierarquia de municípios da região, ocorreram em função de dois fatores: os desmembramentos municipais da década de 1990 e o próprio crescimento populacional dos municípios.

Já em 2007, na ausência de desmembramentos municipais, a distribuição dos municípios pelas classes populacionais sofreu algumas alterações, sendo que a principal alteração foi expressa pelo aumento na participação dos municípios com população entre 50 mil e 100 mil.

Com relação ao primeiro fator de alteração da hierarquia dos municípios, tem-se o processo emancipatório recente. A partir dos dados do quadro 3, observa-se que, entre 1991 e 2000, o país registrou a ocorrência de 1.405 desmembramentos municipais – número que representou $\frac{1}{4}$ do total dos municípios existentes no Brasil, em 2000 (Siqueira, 2003).



Quadro 3: Número de municípios criados, durante a década de 1990

RM Campinas, Estado de São Paulo, Região Sudeste e Brasil (*)

1991-2000

Classes de municípios	RM Campinas		São Paulo		Sudeste		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Até 5.000 habitantes	0	0,0	50	68,5	116	46,2	735	52,3
5.000 a 10.000 habitantes	1	33,3	12	16,4	87	34,7	360	25,6
10.000 a 20.000 habitantes	1	33,3	6	8,2	29	11,6	234	16,7
20.000 a 50.000 habitantes	0	0,0	4	5,5	14	5,6	61	4,3
50.000 a 100.000 habitantes	0	0,0	0	0,0	2	0,8	11	0,8
100.000 a 500.000 habitantes	1	33,3	1	1,4	3	1,2	4	0,3
Total	3	100,0	73	100,0	251	100,0	1.405	100,0

Fonte: Fundação IBGE, para Brasil e Sudeste *apud* GOMES & MACDOWELL, 2000. Fundação SEADE, para São Paulo e RM Campinas *apud* SIQUEIRA, 2003.

(*) Para Brasil e Sudeste, os dados são de 1997 – o que torna necessária atualização dos dados, incluindo os desmembramentos a partir de 1997. No caso do estado de São Paulo e da Região Metropolitana de Campinas, a fonte utilizada inclui todos os desmembramentos ocorridos no período, atualizados até o ano de 2000.

Desses 1.405 novos municípios brasileiros criados, 78% (1.095 municípios) tratavam-se de pequenos municípios, ou seja, possuíam população inferior a 10.000 habitantes, sendo que, 735 municípios possuíam menos de 5.000 habitantes.

Destaca-se, ainda, que a mesma tendência observada em nível nacional foi registrada nas escalas sub-nacionais. Assim, observa-se que a região Sudeste seguiu a tendência nacional, registrando, no mesmo período, a ocorrência de 251 desmembramentos municipais, onde 81% (203 municípios) possuíam menos de 10.000 habitantes.

Por sua vez, no estado de São Paulo, durante 1991 e 2000, foram criados 73 municípios, que correspondem a 11% do total dos municípios paulistas existentes, atualmente, nos permitindo afirmar que o processo emancipatório recente foi mais significativo em nível nacional do que no contexto paulista.

Desses municípios, 62 (85%) possuíam população inferior a 10.000 habitantes; em contraste, foi criado somente um município no estado, no mesmo período, com população superior a 100.000 habitantes.

Especificamente com relação ao estado de São Paulo, em Siqueira (2003) foi destacado que o processo emancipatório recente apresentou um significado peculiar: na década de 1990,



ocorreu uma alteração na lógica de criação de municípios no estado. Nesse sentido, destaca-se que, até então, o ritmo do processo de criação de municípios, esteve diretamente relacionado pelo maior ou menor dinamismo econômico e populacional vivenciado pelas diferentes regiões paulistas.

A partir de 1990, por sua vez, tendo já consolidado o processo de ocupação territorial do estado (Gonçalves, 1998), a lógica no desmembramento municipal passou a ser determinada, principalmente, pela dimensão político-institucional, a partir da qual a criação de um novo município não se constituiria na resultante direta de um significativo crescimento econômico e demográfico, mas teria representado um mecanismo para se beneficiar do espírito municipalista e descentralizante, presente na Constituição de 1988 (Siqueira, 2003).

Assim, através da criação de novos municípios, grupos políticos locais buscaram ter acesso aos cargos públicos surgidos com o desmembramento e à parcela de transferências intergovernamentais proveniente, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (Gomes e Mac Dowell, 2000 e 1997; Serra e Afonso, 1999).

Por sua vez, se essas benesses foram o estímulo ao processo, o seu facilitador foi representado pelas regras e condições pouco rigorosas para a efetivação do processo de surgimento de novos municípios, elaboradas pelas diferentes Assembleias Estaduais, favorecendo enormemente a proliferação de micro-municípios por todo o país (Tomio, 2002).

A Região Metropolitana de Campinas não foi uma expressão desse fenômeno dentro do estado de São Paulo, pois, de acordo com os dados do quadro 3, observa-se que, dos três municípios criados, 1 município tinha população entre 5 mil e 10 mil habitantes (Holambra), 1 município possuía população entre 10 mil e 20 mil habitantes (Engenheiro Coelho) e 1 município possuía população entre 100 mil e 500 mil habitantes (Hortolândia). Com isso, observa-se, no processo emancipatório recente, a RM de Campinas não apresenta a mesma tendência registrada em escalas nacional e estadual, contribuindo para que os desmembramentos municipais tenham um significado diferente, em comparação com as demais regiões selecionadas para o estudo.

A criação do município de Holambra fez com que, a partir de 2000, começasse a figurar, no contexto regional, a participação da classe de municípios com população entre 5 mil e 10 mil habitantes, constituindo-se no efeito direto do desmembramento municipal da década de 1990.

Por sua vez, a criação do município de Engenheiro Coelho fez com que se aumentasse, em termos absolutos e relativos, a participação da classe populacional entre 10 mil e 20 mil



habitantes, em 2000. Por fim, a criação do município de Hortolândia, com mais de 100 mil habitantes, em 2000, contribuiu para o aumento da participação dessa classe de municípios, no contexto regional.

Com isso, pode-se afirmar que, nas alterações na hierarquia de municípios da Região Metropolitana de Campinas, em 2000, embora o fator relacionado ao crescimento populacional dos municípios tenha atuado, o processo de desmembramento municipal foi o maior responsável pelas principais mudanças ocorridas.

Já em relação ao período 2000-2007, as principais alterações na estrutura de hierarquia de municípios relacionam-se, principalmente, ao aumento da participação da classe de municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes, sendo que aumento está diretamente relacionado com o crescimento populacional de dois dos municípios: Cosmópolis que, a uma taxa de crescimento de 2,82%a.a., entre 2000 e 2007, passou de uma população de 44 mil habitantes para uma população de 53 mil habitantes; e de Vinhedo que, crescendo a uma taxa de 2,95%a.a., passou de uma população de 47 mil habitantes, em 2000, para 57 mil habitantes, em 2007 (tabelas 9B e 10B).

Por outro lado, destaca-se o crescimento populacional registrado, entre 2000 e 2007, pelo município de Santo Antonio de Posse (2,32%a.a.), que fez com que esse município passasse da classe de 10 a 20 mil habitantes para a classe de 20 a 50 mil habitantes, em 2007 (tabelas 9B e 10B).

Com isso, o que se observa é que os dois fatores de alteração na hierarquia dos municípios – desmembramento municipal e crescimento populacional – contribuíram para que a Região Metropolitana de Campinas apresentasse uma estrutura de distribuição de municípios diversificada, ao longo do período 1991-2007, ao final do qual, a região apresenta uma estrutura caracterizada por uma importante presença de municípios médios e de grande porte, por um lado, e com um pequeno peso relativo de pequenos municípios, de outro.

Esse tipo de estrutura de hierarquia de municípios, juntamente com a antiguidade da ocupação territorial da região, assemelha-se bastante com a hierarquia de municípios apresentada pela Região Metropolitana da Baixada Santista e pela Região de Sorocaba, caracterizada pela preponderância de prefeituras com, potencialmente, maior margem de atuação e de tomada de decisão, em função de maior recurso disponível e de uma organização institucional mais consolidada e com maior experiência prévia.



Com isso, pode-se verificar a possibilidade de, também na RMC, não ocorrer diferenciais muito grandes de organização institucional entre um município e outro, evitando, assim, diferenças significativas na oferta dos serviços entre diferentes municípios, numa mesma região, assim como nos resultados objetivados pelo desenho de determinadas políticas, principalmente as de transferência de renda que, além do repasse monetário direto ao beneficiário, prevê ações de geração de renda e de capacitação para o mercado de trabalho.

Movimentos Migratórios inter e intra-regional

De acordo com Baeninger e Maia (1992), o crescimento populacional verificado, nas décadas de 60 e 70, na Região de Governo de Campinas deveu-se fundamentalmente ao componente migratório. Através da evolução da população pode-se examinar a importância da migração na dinâmica populacional dos municípios.

A Região de Governo de Campinas apresentou um crescimento populacional absoluto bastante significativo no período da década de 1960: 285.823 pessoas. Esse crescimento absoluto foi impulsionado tanto pelo crescimento vegetativo como pelo saldo migratório positivo, fazendo com que o crescimento vegetativo representasse 41,7% do crescimento absoluto e o migratório 58,3%. Ou seja, já nos anos 1960, o componente migratório foi mais importante que o vegetativo no crescimento absoluto da Região de Governo de Campinas. Entretanto, verifica-se que a participação desse componente ao nível municipal nem sempre foi o principal responsável pelo crescimento total da população.

Para o período 1970/80, os dados da tabela 11A permitem verificar que o crescimento populacional absoluto da RG de Campinas quase que triplica em relação à década anterior (629.034 pessoas). Este crescimento deveu-se, mais uma vez, à participação do componente migratório, que representou 67,32% do crescimento absoluto da população. Dentre os municípios que apresentaram elevada participação do componente migratório no crescimento absoluto da população destacam-se: Sumaré, 88,9%; Santa Bárbara D'Oeste, 83%; Nova Odessa, 82,5%; Artur Nogueira, 71,8%; Campinas, 64,02%, além da marcante reversão do município de Vinhedo em sua tendência migratória, que de um saldo negativo nos anos 1960 passou a registrar uma participação de mais de 60% do componente migratório em seu crescimento absoluto populacional.



Tabela 11A: Crescimento Absoluto Populacional, Crescimento Vegetativo e Saldo Migratório
Região de Governo de Campinas
1970/2007

Municípios	Crescimento Absoluto				Crescimento Vegetativo				Saldo Migratório			
	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007
Americana	55.236	31.721	29.027	18.236	20.577	30.355	18.945	10.605	34.659	1.366	10.082	7.631
Artur Nogueira	5.631	12.009	5.154	7.858	1.590	3.243	4.126	3.002	4.041	8.766	1.028	4.856
Campinas	286.128	181.524	124.644	82.128	102.948	149.755	96.267	59.157	183.180	31.769	28.377	22.971
Cosmópolis	10.957	13.354	7.829	9.501	3.557	5.577	5.044	3.609	7.400	7.777	2.785	5.892
Engenheiro Coelho	*	*	*	2.968	*	*	*	1.001	*	*	*	1.967
Estiva Gerbi	*	*	*	667	*	*	*	503	*	*	*	164
Holambra	*	*	*	1.954	*	*	*	918	*	*	*	1.036
Hortolândia	*	*	*	38.848	*	*	*	13.757	*	*	*	25.091
Indaiatuba	25.194	44.218	46.581	33.062	7.449	14.555	16.327	12.199	17.745	29.663	30.254	20.863
Itapira	8.764	8.581	6.928	5.249	7.343	8.713	5.192	2.095	1.421	-132	1.736	3.154
Jaguariúna	4.702	9.726	4.714	7.750	5.575	3.620	4.135	2.750	-873	6.106	579	5.000
Mogi Guaçu	30.403	33.735	17.136	15.323	10.698	19.119	13.768	7.815	19.705	14.616	3.368	7.508
Moji Mirim	14.135	14.087	16.770	8.963	7.438	10.012	7.280	4.099	6.697	4.075	9.490	4.864
Monte Mor	5.930	11.401	11.916	7.407	1.979	4.135	4.816	3.603	3.951	7.266	7.100	3.804
Nova Odessa	13.407	12133	8.111	4.396	2.341	5.504	4.522	2.948	11.066	6.629	3.589	1.448
Paulínia	9.865	15.725	14.865	21.877	3.419	5.308	6.239	5.732	6.446	10.417	8.626	16.145
Pedreira	6.242	6.358	7488	4.952	3.003	4.139	2.816	2.170	3.239	2.219	4.672	2.782
Santa Bárbara d'Oeste	44.848	68.079	25.873	15.064	7.629	19.332	17.517	9.850	37.219	48.747	8.356	5.214
Santo Antonio de Posse	3.026	3.447	3.802	3.145	1.800	2.563	1.676	1.234	1.226	884	2.126	1.911
Sumaré	77.515	122.964	-27.454	31.699	8.541	26.548	39.227	17.011	68.974	96.416	-66.681	14.688
Valinhos	17.895	18.875	15.272	16.362	6.298	9.819	7.134	5.176	11.597	9.056	8.138	11.186
Vinhedo	9.156	11.861	13.710	10.606	3.404	5.313	4.490	3.525	5.752	6.548	9.220	7.081
RG CAMPINAS	629.034	619.798	332.366	348.015	205.589	327.610	259.521	172.759	423.445	292.188	72.845	175.256

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990



Comparando-se os saldos migratórios registrados para a Região nos períodos de 60/70 e 70/80, nota-se que os aumentos foram bastante expressivos. Assim, de acordo com Baeninger e Maia (1992), na década de 60/70 a Região contou com um saldo migratório de cerca de 154 mil pessoas, passando para mais de 420 mil na década seguinte. Nos anos 60, os municípios de Campinas (com saldo migratório de 98 mil pessoas), Americana (com 16 mil), Mogi-Guaçu (com 10 mil), Sumaré (com 10 mil pessoas) e Paulínia (com 9 mil), foram responsáveis pelos maiores ganhos populacionais da Região, muito embora o município de Campinas tenha se destacado. Ainda nessa década, os municípios de Itapira, Vinhedo, Jaguariúna, Santo Antônio da Posse e Artur Nogueira haviam registrado saldos negativos.

Já na década de 1970, apenas Jaguariúna continuou exibindo saldo migratório negativo, porém baixo, 873 pessoas (Tabela 11A). Os demais municípios apresentaram saldos migratórios positivos significativos. Campinas foi o município com saldo mais elevado, mais de 183 mil pessoas, seguido por Sumaré que aumentou em mais de seis vezes seu saldo migratório, passando para quase 70 mil pessoas. Vários outros municípios também registraram acréscimos expressivos em seus saldos migratórios, como Santa Bárbara D'Oeste (que passou de um saldo de quase 3 mil pessoas para 37 mil), além daqueles que passaram de saldos negativos para positivos, tais como: Artur Nogueira, Itapira, Vinhedo e Santo Antônio da Posse.

No período da década de 1980, entretanto, nota-se que os pesos do componente vegetativo e migratório no crescimento populacional total da Região de Governo se invertem. O crescimento absoluto da região é de 619.798, sendo que o componente vegetativo é responsável por 52,6% do acréscimo populacional. O saldo migratório responde por 47,1% do crescimento, apresentando um valor absoluto bem inferior ao verificado nos anos 1970 (de 423.445 para 292.188 pessoas).

É importante ressaltar o caso do município de Campinas, que registra grande diminuição no peso do componente migratório em relação ao crescimento total: em 1970, o saldo migratório respondia por 64% do crescimento populacional do município, enquanto na década de 1980 este valor cai para apenas 17,5%. O município de Americana também apresenta expressiva diminuição no valor de seu saldo migratório, que cai de 34.659, na década de 1970, para somente 1.366, entre 1980/1991.

Por outro lado, entretanto, há municípios em que o saldo migratório não somente continua a ser responsável pela maior parte do crescimento total, como também aumenta a sua participação absoluta. Este é o caso de Indaiatuba, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste e



Sumaré. Neste último município, o saldo migratório aumentou de 68.974 pessoas para 96.416, em 1980, sendo responsável por 78,4% do crescimento populacional. Jaguariúna, que apresentava saldo migratório negativo na década de 1970, também registra um aumento considerável, passando para um saldo positivo de mais de 6.000 pessoas. O município de Itapira é o único a registrar um saldo negativo, embora reduzido, neste período: -132 pessoas.

Entre 1991 e 2000, o componente vegetativo continua a responder por um percentual maior do crescimento populacional da RG: 78,1%. Quando se analisa a participação do componente migratório no crescimento ao nível municipal é possível notar que as tendências são bastante diversificadas, representando, inclusive, mudanças expressivas em relação à década anterior. Entre os 18 municípios existentes da região, 10 tiveram seu crescimento mais influenciado pelo componente vegetativo que pelo migratório, como Americana, Campinas, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré, por exemplo.

É interessante notar que, no caso de alguns destes municípios, houve uma mudança profunda no cenário migratório. O município de Sumaré merece destaque, pois na década de 1980 registrava um saldo positivo de mais de 96.000 pessoas e, entre 1991/2000, passa a apresentar um saldo negativo, de -66.681 pessoas – sendo que parte dessa emigração está relacionada com o desmembramento do município de Hortolândia, na década de 1990. Por sua vez, Santa Bárbara D'Oeste também registra queda de quase 40.000 pessoas em seu saldo migratório, enquanto Americana, por outro lado, apresenta aumento de quase 9.000 imigrantes no saldo total.

Por fim, no período de 2000 a 2007, apesar de diminuir em termos de valor absoluto, o componente migratório voltou a exercer maior peso relativo sobre o crescimento populacional da RG de Campinas: 50,6% do crescimento da região foi resultado da migração. Dentre os 22 municípios que compõem a região, nenhum deles registrou saldo migratório negativo, e 15 tiveram seu crescimento mais influenciado pela migração que pelo componente vegetativo. Este é o caso de Paulínia, Hortolândia, Indaiatuba e Valinhos, por exemplo. O município de Sumaré também apresenta um valor migratório significativo, elevando seu saldo de -66.681 para 14.688 pessoas.

Por sua vez, a tabela 11B refere-se aos componentes do crescimento populacional da Região Metropolitana de Campinas, no período 1970-2007. Entre 1970/1980, o crescimento absoluto da RMC foi de mais de 580.000 pessoas, valor um pouco inferior ao verificado para a região de governo, neste mesmo período. O componente migratório foi responsável pela



maior parte do crescimento populacional da RMC (68,4%). De fato, pode-se notar, através dos dados da tabela 11B, que entre os 16 municípios que compunham a RMC, na década de 1970, somente 2 tiveram seu crescimento mais influenciado pelo componente vegetativo que pelo migratório: Jaguariúna e Santo Antônio da Posse. Jaguariúna, inclusive, é o único município a apresentar um saldo migratório negativo, de -873 pessoas.

Em termos absolutos, o município-sede de Campinas é aquele que apresentou maior peso em relação ao crescimento populacional total da Região Metropolitana. Dos 588.733 novos habitantes da região, 48,6% residiam em Campinas. Os municípios de Sumaré e Americana também exerceram peso significativo sobre o crescimento total da região, representando, respectivamente, 13,7% e 9,4%, do acréscimo populacional total da RMC.

No período de 1980 a 1991, por sua vez, o cenário foi um pouco diferente. O saldo migratório total da Região Metropolitana de Campinas diminuiu bastante em relação ao período anterior e, deste modo, o componente vegetativo passou a ser responsável pela maior parte do crescimento populacional da região: 51,4%. É interessante notar o caso do município de Campinas, que registrou grande queda no valor de seu saldo migratório: na década de 1970, o município apresentava um saldo positivo de mais de 180.000 imigrantes, enquanto que em 1980/1991, este valor cai para somente 31.769 pessoas. Os municípios que registram maiores saldos migratórios são Sumaré e Santa Bárbara D'Oeste.

Apesar da queda verificada no nível do saldo migratório geral da Região Metropolitana, nota-se que a maior parte dos municípios continuou a ter seu crescimento mais influenciado pelo componente migratório. Somente os municípios de Americana, Campinas, Itatiba, Pedreira, Santo Antônio da Posse e Valinhos tiveram o componente vegetativo como principal motor de seu crescimento populacional.

Já no período de 1991 a 2000, o componente vegetativo passa a responder por uma grande parcela do crescimento populacional total da RMC: 77,5%. A queda da participação relativa do componente migratório se deve, em grande parte, ao saldo negativo registrado pelo município de Sumaré no período: na década de 1980, o município havia sido responsável pela maior parte do saldo migratório da região (mais de 96.000 pessoas) e, entre 1991 e 2000, este valor cai substancialmente, passando para -66.681. O município de Santa Bárbara D'Oeste também registrou diminuição no valor de seu saldo migratório, influenciando o resultado final obtido pela RMC.



Ao analisar a situação do peso dos componentes vegetativo e migratório no crescimento absoluto de cada município, percebe-se que o cenário é mais equilibrado. Dos 16 municípios da RMC, metade teve seu crescimento mais influenciado pelo componente vegetativo, como é o caso de Americana, Campinas e Sumaré, por exemplo, e a outra metade pelo componente migratório, como se verifica em Indaiatuba, Paulínia e Itatiba, entre outros.

Por fim, entre 2000 e 2007, nota-se uma significativa recuperação por parte do componente migratório, que passa a responder por 50,8% do crescimento absoluto da RMC. Em termos absolutos, o volume total do saldo migratório mais que duplica (de 70.061 para 168.165 pessoas). Neste período, nenhum dos municípios da região registrou saldo migratório negativo; Sumaré elevou novamente seu saldo, e o município de Hortolândia, recém criado, foi aquele que apresentou maior peso em relação ao saldo total da RMC. Somente cinco municípios (Americana, Campinas, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré) apresentam seu crescimento mais influenciado pelo componente vegetativo que pelo migratório.

Ainda é interessante ressaltar que, ao longo das décadas, o peso do crescimento absoluto do município-sede de Campinas sobre o total da Região Metropolitana diminuiu substancialmente. Na década de 1970, como já foi apontado, 48,6% do acréscimo populacional da região se devia ao crescimento de Campinas. Em 1980, sua participação cai para 31,1%, e em 2007, por sua vez, passa a ser de somente 24,75%.



Tabela 11B: Crescimento Absoluto Populacional, Crescimento Vegetativo e Saldo Migratório
Região Metropolitana de Campinas
1970/2007

Municípios	Crescimento Absoluto				Crescimento Vegetativo				Saldo Migratório			
	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007	1970/80	1980/91	91/2000	2000/2007
Americana	55.236	31.721	29.027	18.236	20.577	30.355	18.945	10.605	34.659	1.366	10.082	7.631
Artur Nogueira	5.631	12.009	5.154	7.858	1.590	3.243	4.126	3.002	4.041	8.766	1.028	4.856
Campinas	286.128	181.524	124.644	82.128	102.948	149.755	96.267	59.157	183.180	31.769	28.377	22.971
Cosmópolis	10.957	13.354	7.829	9.501	3.557	5.577	5.044	3.609	7.400	7.777	2.785	5.892
Engenheiro Coelho	*	*	*	2.968	*	*	*	1.001	*	*	*	1.967
Holambra	*	*	*	1.954	*	*	*	918	*	*	*	1.036
Hortolândia	*	*	*	38.848	*	*	*	13.757	*	*	*	25.091
Indaiatuba	25.194	44.218	46.581	33.062	7.449	14.555	16.327	12.199	17.745	29.663	30.254	20.863
Itatiba	13.001	19.859	19.751	14.007	5.928	10.014	7.941	5.408	7.073	9.845	11.810	8.599
Jaguariúna	4.702	9.726	4.714	7.750	5.575	3.620	4.135	2.750	-873	6.106	579	5.000
Monte Mor	5.930	11.401	11.916	7.407	1.979	4.135	4.816	3.603	3.951	7.266	7.100	3.804
Nova Odessa	13.407	12133	8.111	4.396	2.341	5.504	4.522	2.948	11.066	6.629	3.589	1.448
Paulínia	9.865	15.725	14.865	21.877	3.419	5.308	6.239	5.732	6.446	10.417	8.626	16.145
Pedreira	6.242	6.358	7488	4.952	3.003	4.139	2.816	2.170	3.239	2.219	4.672	2.782
Santa Bárbara d'Oeste	44.848	68.079	25.873	15.064	7.629	19.332	17.517	9.850	37.219	48.747	8.356	5.214
Santo Antonio de Posse	3.026	3.447	3.802	3.145	1.800	2.563	1.676	1.234	1.226	884	2.126	1.911
Sumaré	77.515	122.964	-27.454	31.699	8.541	26.548	39.227	17.011	68.974	96.416	-66.681	14.688
Valinhos	17.895	18.875	15.272	16.362	6.298	9.819	7.134	5.176	11.597	9.056	8.138	11.186
Vinhedo	9.156	11.861	13.710	10.606	3.404	5.313	4.490	3.525	5.752	6.548	9.220	7.081
RM CAMPINAS	588.733	583.254	311.283	331.820	186.038	299.780	241.222	163.655	402.695	283.474	70.061	168.165

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2000; Fundação SEADE. Projeção populacional de 2007

(*) Dados não disponíveis - municípios criados na década de 1990



Já no que se refere aos movimentos migratórios que tiveram como destino a Região de Governo de Campinas, no período da década de 1970, é possível constatar que a região recebeu um total de 444.879 imigrantes (Baeninger e Maia, 1992). Dentre estes, aproximadamente 60% eram do próprio estado de São Paulo e 40% de outras regiões do Brasil. Em relação à migração interestadual, Baeninger e Maia (1992) apontam que as Regiões Sul e Sudeste responderam pela maior parte dos fluxos. O estado do Paraná, sozinho, foi responsável por 51,1% dos fluxos interestaduais direcionados à RG de Campinas, enquanto Minas Gerais respondeu por 24,8%. Os estados do Nordeste tiveram uma participação de 11%; e da Região Centro Oeste, participou com aproximadamente 8%, onde o estado do Mato Grosso do Sul contribuiu com por 4,7% desse movimento.

No contexto da migração intra-estadual, a Região de Governo de Campinas caracterizou-se como a principal área de atração populacional do estado. Cerca de 260 mil migrantes vindos das outras Regiões de Governo do estado chegaram à área na década de 1970. Contingente expressivo originou-se da Região Metropolitana de São Paulo, representando 25% da migração inter-regional para a Região de Governo de Campinas.

Da região do Oeste Paulista mais de 70 mil pessoas dirigiram-se para Campinas, o que representa 26,8% dos fluxos intra-estaduais para a RG. Deste volume, 18% partiu da Região de Jales; 15% de Andradina; 14,7% de Adamantina; 14% de Presidente Prudente; 13% de Marília; 12% de Dracena e 11,8% de Araçatuba.

É importante salientar que a Região de Governo de Campinas embora tenha recebido muitos imigrantes, registrou também um fluxo emigratório: cerca de 92 mil pessoas saíram dessa região. A Região Metropolitana de São Paulo foi a que mais atraiu emigrantes da Região de Governo de Campinas, atingindo um percentual de 23,47% do total de emigrantes. As demais regiões encontram-se em seus arredores tais como: Jundiaí, que recebeu 9,83% desses emigrantes; Limeira, 7,04%; Piracicaba, 6,73%; Bragança Paulista, 6,15% e Sorocaba, 5,69% (Baeninger e Maia, 1992).

Embora o principal foco de estudo deste trabalho seja a Região Metropolitana de Campinas, é válido ressaltar que, em relação à década de 1970, os dados apresentados são referentes à Região de Governo de Campinas, devido à ausência de dados específicos sobre a RMC⁵. Optou-se por apresentar estes dados, em lugar de excluí-los, já que, dentre os

⁵ Vide Figuras I e II e Anexos I e II.



municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas, apenas um deles (Itatiba) não está presente na RG. Portanto, os dados da Região de Governo, no período da década de 1970, podem ajudar a complementar e a interpretar os dados referentes à migração na Região Metropolitana de Campinas, no período de 1995 a 2000.

Os dados da tabela 12 referem-se ao movimento migratório interestadual da Região Metropolitana de Campinas, no período 1995-2000. O valor absoluto total dos fluxos interestaduais para a RMC foi de 94.732 pessoas, sendo que a região Nordeste foi aquela que teve maior participação: 36,9% dos fluxos migratórios tiveram origem nos estados nordestinos. A Bahia, em particular, respondeu por 15,1% dos fluxos.

A região Sul do país também contribuiu com uma parcela significativa dos fluxos (mais de 25%). Merece destaque o estado do Paraná, que, sozinho, foi responsável por 22,6% dos fluxos migratórios. A Região Sudeste, por sua vez, representou a terceira corrente mais volumosa para a RMC, com 23,4% do total dos fluxos. Já a participação das regiões Centro-Oeste e Norte é mais reduzida: juntas, as duas regiões respondem por 13,6% do total dos fluxos.

Tabela 12: Movimentos Migratórios Interestaduais
Região Metropolitana de Campinas
1995/2000

Grandes Regiões e Estados	Valor Absoluto do Fluxo	Distribuição Relativa
Região Sudeste (exceto SP)	22.207	23,4
Região Sul	24.070	25,4
Paraná	21.447	22,6
Região Centro Oeste	9.210	9,7
Mato Grosso do Sul	3.953	4,2
Região Nordeste	34.963	36,9
Bahia	14.319	15,1
Região Norte	3.682	3,9
Brasil s/ espec. e s/ decl.	600	0,6
Total Interestadual	94.732	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Com relação ao período 1995-2000, a migração intra-estadual referente à Região Metropolitana de Campinas pode ser captada através dos dados constantes na tabela 13. Nota-se que, como resultado destes movimentos, a RMC recebeu mais de 127.000 imigrantes provenientes do estado de São Paulo. O maior contingente populacional recebido pela RMC era proveniente da Região Metropolitana de São Paulo: mais de 66.000 pessoas, o que corresponde a 51,81% dos fluxos. As RGs de Jundiaí, Limeira e Sorocaba respondem, juntas, por 9,92% do total de fluxos e o conjunto de outras RGs participa com 26,85% do total de imigrantes do estado que se dirigem para a RMC.

Tabela 13: Movimentos Migratórios Intra-Estaduais
Região Metropolitana de Campinas
1995/2000

Região de Origem dos Imigrantes	Valor Absoluto dos Fluxos	Distribuição Relativa (%)
Região Metropolitana de São Paulo	66.114	51,81
Jundiaí (exceto Itatiba)	4.430	3,47
Limeira	4.188	3,28
Sorocaba	4.047	3,17
Santos	3.762	2,95
Piracicaba	3.046	2,39
Bragança Paulista	2.803	2,20
Ribeirão Preto	2.484	1,95
São João Boa Vista	2.476	1,94
Outras RGs	34.261	26,85
Total Intra-Estadual	127.611	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Por sua vez, os dados da tabela 14 referem-se ao movimento emigratório a partir da Região Metropolitana de Campinas, no período de 1995 a 2000. Um total de 175.400 emigrantes saiu da região neste período, sendo que 62,22% tiveram como destino outras regiões do país. Deste total, somente 66.272 emigrantes se deslocaram internamente, dentro do próprio estado de São Paulo. A Região Metropolitana de São Paulo se destaca como principal pólo receptor dos emigrantes da RMC, sendo o destino de mais de 19% dos emigrantes da região que se movimentaram dentro do estado. Do mesmo modo, as RGs de Jundiaí, Sorocaba e Piracicaba foram pólos bastante atrativos para os emigrantes da RMC, recebendo, juntas, mais de 10.600 pessoas (16,13% do total dos fluxos).

As RGs de Bragança Paulista, Limeira e São José do Rio Preto apresentaram papel



igualmente importante, respondendo, juntas, por 13,19% dos fluxos. O conjunto de outras RGs também merece destaque, pois recebeu mais de 44% dos emigrantes da Região Metropolitana de Campinas, o que corresponde, em termos absolutos, a 29.304 pessoas.

Tabela 14: Movimentos Emigratórios Intra-Estadual
Região Metropolitana de Campinas
1995/2000

Região de Destino dos Emigrantes	Valor Absoluto dos Fluxos	Distribuição Relativa (%)
RM São Paulo	12.943	19,53
Jundiaí (exceto Itatiba)	3.895	5,88
Sorocaba	3.420	5,16
Piracicaba	3.376	5,09
Bragança Paulista	2.971	4,48
Limeira	2.968	4,48
São José Rio Preto	2.800	4,23
Campinas (exceto RMC)	2.493	3,76
Santos	2.102	3,17
Outras RGs	29.304	44,22
Total Estado de São Paulo	66.272	100,00
Total Intra-Estadual	66.272	37,78
Outros Estados	109.128	62,22
Total Brasil	175.400	100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Ainda com relação ao movimento migratório intra-estadual, os dados da tabela 15 ilustram as principais trocas migratórias registradas na Região Metropolitana de Campinas, no período 1995-2000. Nota-se que a troca líquida populacional total da região foi relativamente elevada. A RMC recebeu 127.611 imigrantes e perdeu 66.272 emigrantes, o que resultou em um “ganho” de 61.339 pessoas. O maior saldo da RMC foi resultado das trocas migratórias



realizadas com a Região Metropolitana de São Paulo: mais de 53.000 pessoas. A RG de Santos vem logo em seguida, contribuindo com um saldo de 1.660 pessoas para a Região Metropolitana de Campinas. Destacam-se também as contribuições das RGs de Limeira e Ribeirão Preto, sendo que cada uma delas representou ganho de mais de 1.000 pessoas pela RMC.

A maior parte das trocas líquidas registradas entre a Região Metropolitana de Campinas e as outras regiões do estado de São Paulo resultou em ganhos populacionais por parte da primeira. A RMC registrou perdas somente em relação às trocas efetuadas com as RGs de Piracicaba e Bragança Paulista.

Tabela 15: Trocas Líquidas Populacionais Intra-Estaduais
Região Metropolitana de Campinas
1995/2000

Regiões	Imigrantes para a RG	Emigrantes da RG	Troca Líquida
RM São Paulo	66.114	12.943	53.171
Jundiaí (exceto Itatiba)	4.430	3.895	535
Limeira	4.188	2.968	1.220
Sorocaba	4.047	3.420	627
Santos	3.762	2.102	1.660
Piracicaba	3.046	3.376	-330
Bragança Paulista	2.803	2.971	-168
Ribeirão Preto	2.484	1.354	1.130
São João Boa Vista	2.476	2.084	392
Outras RGs	34.261	31.159	3.102
Total	127.611	66.272	61.339

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Com relação ao movimento migratório intra-regional, os dados da tabela 16 ilustram a intensidade e as principais características desse processo, no interior da Região Metropolitana



de Campinas, no período 1995-2000. Observa-se que 64.543 pessoas mudaram seu município de residência, dentro da RMC, neste período. A maior parte dos municípios da região registrou saldos migratórios positivos, sendo que o município de Hortolândia merece destaque pelo grande número de imigrantes que atraiu: o saldo final registrado pelo município representou um ganho populacional de mais de 10.000 habitantes. Sumaré, Valinhos e Artur Nogueira também apresentaram saldos relativamente elevados de, respectivamente, 3.131, 1.990 e 1.841 pessoas.

Por outro lado, os municípios de Campinas e Americana foram aqueles que apresentaram maiores perdas populacionais, no nível intra-regional, como decorrência da migração. O município de Campinas, apesar de receber o terceiro maior volume de imigrantes da região, registrou perdas de mais de 27.000 pessoas por meio da emigração, o que acabou resultando em um saldo final negativo de 18.486 pessoas. Já a perda populacional do município de Americana foi bem mais reduzida, de -1.616 habitantes.

Tabela 16: Volumes de Imigração e Emigração Intra-Regional
Região Metropolitana de Campinas
1995/2000

Municípios da RM de Campinas	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório Intra-Regional
Americana	5.588	7.204	-1.616
Artur Nogueira	2.264	423	1.841
Campinas	9.226	27.712	-18.486
Cosmópolis	740	1.171	-431
Engenheiro Coelho	303	330	-27
Holambra	463	731	-268
Hortolândia	13.416	3.276	10.140
Indaiatuba	2.345	1.260	1.085
Itatiba	640	584	56
Jaguariúna	1.060	850	210
Monte Mor	1.782	1.149	633
Nova Odessa	2.727	1.609	1.118
Paulínia	2.307	1.413	894
Pedreira	542	263	279
Santa Bárbara d'Oeste	4.779	4.718	61
Santo Antonio de Posse	421	474	-53
Sumaré	10.296	7.165	3.131
Valinhos	4.344	2.354	1.990
Vinhedo	1.300	1.857	-557
RM CAMPINAS	64.543	64.543	0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Por sua vez, os dados da tabela 17 ilustram os principais fluxos migratórios intra-regionais de cada município que compõe a Região Metropolitana de Campinas, no período 1995-2000. O município de Campinas é um daqueles que mais forneceu população para outras cidades da Região Metropolitana. Dentre os 19 municípios que compõem a RMC, 15 tiveram Campinas como uma das principais localidades de origem de seus imigrantes. Destacam-se os casos dos municípios de Hortolândia e Sumaré, que receberam os fluxos migratórios mais significativos provenientes do município-sede de Campinas. Embora muitos municípios também tenham perdido população para Campinas, é válido destacar que, em termos absolutos, os valores foram bem mais reduzidos. Portanto, quando se analisa o quadro geral das migrações intra-regionais, Campinas se apresenta como pólo de expulsão populacional.

Também é interessante apontar que as trocas populacionais entre os municípios de Americana e Santa Bárbara D'Oeste foram bastante significativas. Americana recebeu mais de 3.500 imigrantes vindos do segundo município, e, ao mesmo tempo, perdeu 3.930 imigrantes para Santa Bárbara. Já o município de Sumaré, por sua vez, teve 64,07% de seus imigrantes provenientes de Campinas e, por outro lado, perdeu um número relativamente elevado de habitantes para Hortolândia (2.565 pessoas).

Paulínia, além de realizar trocas populacionais com Campinas, também registrou movimentos migratórios importantes com os municípios de Cosmópolis e Sumaré, que estão no seu entorno. Na verdade, percebe-se que, de modo geral, a tendência de apresentar maiores trocas populacionais com os municípios mais próximos se verifica para a grande maioria dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas. Os perfis migratórios intra-regionais dos municípios de Hortolândia, Jaguariúna e Nova Odessa, por exemplo, são significativos para representar esta afirmação.



Tabela 17: Fluxos Migratórios Intra-Regionais Numericamente mais Importantes
Região Metropolitana de Campinas
1995/2000

Destino	Imigrantes			Emigrantes		
	Municípios	n	%	Municípios	n	%
Americana	Santa Bárbara d'Oeste	3.524	63,06	Santa Bárbara d'Oeste	3.930	54,55
	Campinas	784	14,03	Nova Odessa	1.083	15,03
	Nova Odessa	569	10,18	Sumaré	850	11,80
	Outros	711	12,72	Outros	1.341	18,61
	Total	5.588	100,00	Total	7.204	100,00
Artur Nogueira	Holambra	613	27,08	Cosmópolis	81	19,15
	Cosmópolis	465	20,54	Engenheiro Coelho	78	18,44
	Engenheiro Coelho	322	14,22	Santo Antonio de Posse	58	13,71
	Outros	864	38,16	Outros	206	48,70
	Total	2.264	100,00	Total	423	100,00
Campinas	Sumaré	2.000	21,68	Hortolândia	10.008	36,11
	Valinhos	1.334	14,46	Sumaré	6.597	23,81
	Hortolândia	1.285	13,93	Valinhos	2.876	10,38
	Outros	4.607	49,93	Outros	8.231	29,70
	Total	9.226	100,00	Total	27.712	100,00
Cosmópolis	Paulínia	285	38,51	Artur Nogueira	465	39,71
	Campinas	213	28,78	Paulínia	292	24,94
	Artur Nogueira	81	10,95	Campinas	219	18,70
	Outros	161	21,76	Outros	195	16,65
	Total	740	100,00	Total	1.171	100,00
Engenheiro Coelho	Hortolândia	110	36,30	Artur Nogueira	322	97,58
	Artur Nogueira	78	25,74	Campinas	8	2,42
	Americana	30	9,90			0,00
	Outros	85	28,05	Outros	0	0,00
	Total	303	100,00	Total	330	100,00
Holambra	Campinas	189	40,82	Artur Nogueira	613	83,86
	Jaguariúna	119	25,70	Santo Antonio de Posse	26	3,56
	Santo Antonio de Posse	69	14,90	Hortolândia	25	3,42
	Outros	86	18,57	Outros	67	9,17
	Total	463	100,00	Total	731	100,00



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Destino	Imigrantes Municípios	Emigrantes n	%	Municípios	n	%
Hortolândia	Campinas	10.008	74,60	Campinas	1.285	39,22
	Sumaré	2.565	19,12	Sumaré	980	29,91
	Monte Mor	268	2,00	Monte Mor	346	10,56
	Outros	575	4,29	Outros	665	20,30
	Total	13.416	100,00	Total	3.276	100,00
Indaiatuba	Campinas	1.602	68,32	Campinas	857	68,02
	Americana	209	8,91	Sumaré	107	8,49
	Sumaré	157	6,70	Vinhedo	90	7,14
	Outros	377	16,08	Outros	206	16,35
	Total	2.345	100,00	Total	1.260	100,00
Itatiba	Campinas	364	56,88	Campinas	354	60,62
	Valinhos	175	27,34	Valinhos	90	15,41
	Vinhedo	43	6,72	Pedreira	49	8,39
	Outros	58	9,06	Outros	91	15,58
	Total	640	100,00	Total	584	100,00
Jaguariúna	Campinas	759	71,60	Campinas	261	30,71
	Pedreira	100	9,43	Holambra	119	14,00
	Santo Antonio de Posse	68	6,42	Pedreira	115	13,53
	Outros	133	12,55	Outros	355	41,76
	Total	1.060	100,00	Total	850	100,00
Monte Mor	Campinas	1.104	61,95	Campinas	362	31,51
	Hortolândia	346	19,42	Sumaré	288	25,07
	Sumaré	212	11,90	Hortolândia	268	23,32
	Outros	120	6,73	Outros	231	20,10
	Total	1.782	100,00	Total	1.149	100,00
Nova Odessa	Americana	1.083	39,71	Sumaré	700	43,51
	Sumaré	845	30,99	Americana	569	35,36
	Santa Bárbara d'Oeste	441	16,17	Santa Bárbara d'Oeste	152	9,45
	Outros	358	13,13	Outros	188	11,68
	Total	2.727	100,00	Total	1.609	100,00
Paulínia	Campinas	1.369	59,34	Campinas	385	27,25
	Sumaré	294	12,74	Cosmópolis	285	20,17
	Cosmópolis	292	12,66	Sumaré	251	17,76
	Outros	352	15,26	Outros	492	34,82
	Total	2.307	100,00	Total	1.413	100,00



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo:
desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

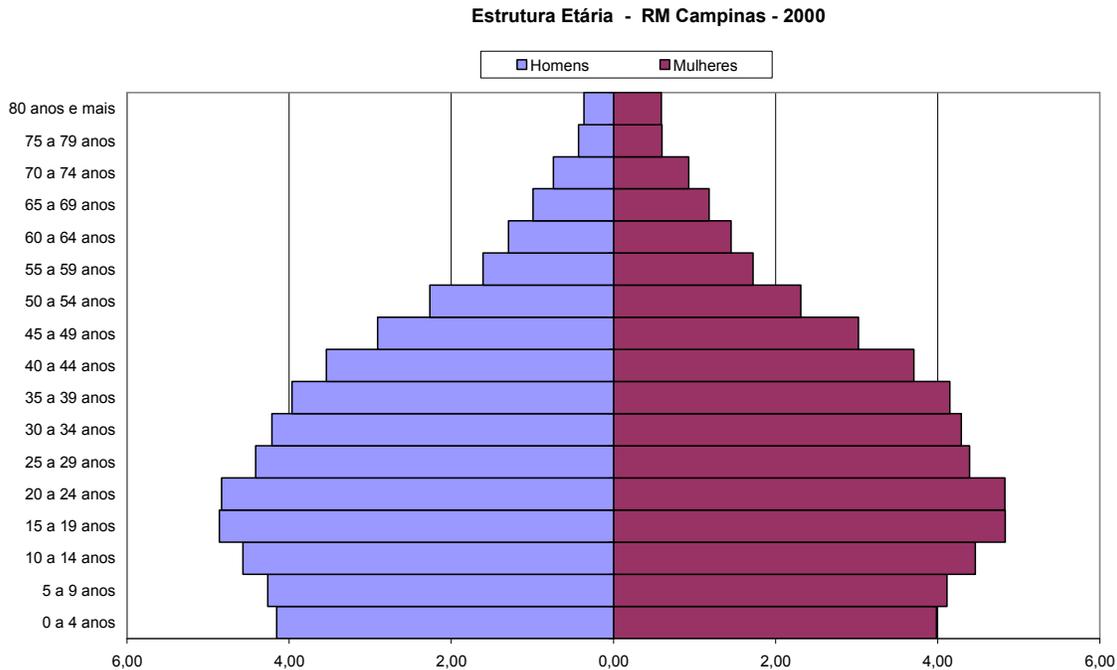
Destino	Imigrantes Municípios	Emigrantes n	%	Municípios	n	%
Pedreira	Campinas	275	50,74	Campinas	146	55,51
	Jaguariúna	115	21,22	Jaguariúna	100	38,02
	Itatiba	49	9,04	Itatiba	9	3,42
	Outros	103	19,00	Outros	8	3,04
	Total	542	100,00	Total	263	100,00
Santa Bárbara d'Oeste	Americana	3.930	82,23	Americana	3.524	74,69
	Campinas	201	4,21	Nova Odessa	441	9,35
	Sumaré	194	4,06	Campinas	289	6,13
	Outros	454	9,50	Outros	464	9,83
	Total	4.779	100,00	Total	4.718	100,00
Santo Antonio de Posse	Campinas	176	41,81	Campinas	162	34,18
	Jaguariúna	107	25,42	Holambra	69	14,56
	Artur Nogueira	58	13,78	Jaguariúna	68	14,35
	Outros	80	19,00	Outros	175	36,92
	Total	421	100,00	Total	474	100,00
Sumaré	Campinas	6.597	64,07	Hortolândia	2.565	35,80
	Hortolândia	980	9,52	Campinas	2.000	27,91
	Americana	850	8,26	Nova Odessa	845	11,79
	Outros	1.869	18,15	Outros	1.755	24,49
	Total	10.296	100,00	Total	7.165	100,00
Valinhos	Campinas	2.876	66,21	Campinas	1.334	56,67
	Vinhedo	899	20,70	Vinhedo	430	18,27
	Sumaré	254	5,85	Itatiba	175	7,43
	Outros	315	7,25	Outros	415	17,63
	Total	4.344	100,00	Total	2.354	100,00
Vinhedo	Campinas	716	55,08	Valinhos	899	48,41
	Valinhos	430	9,90	Campinas	746	31,69
	Indaiatuba	90	2,07	Indaiatuba	106	4,50
	Outros	64	1,47	Outros	106	4,50
	Total	1.300	29,93	Total	1.857	78,89

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000 (tabulações especiais). Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Estrutura Etária da População

Gráfico I
Estrutura Etária por sexo
RM Campinas – 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Analisando-se a pirâmide etária correspondente à Região Metropolitana de Campinas, no ano 2000 (Gráfico I), nota-se que, de modo similar ao que vem acontecendo no restante do estado de São Paulo, a queda da fecundidade gera um estreitamento significativo da base, em comparação com períodos anteriores. Grande parte da população da RMC se concentra entre as faixas de 15 a 39 anos de idade, mas é importante ressaltar que, com a queda da fecundidade, o peso relativo da população em idade mais avançada também aumenta em relação ao total.

Já no que se refere à proporcionalidade entre os sexos, é possível notar que, de maneira geral, o número de homens e mulheres é bastante equilibrado. Há uma leve



predominância de homens nas primeiras faixas etárias, mas, entre os idosos, o peso do número de mulheres é bem mais acentuado.

Procedendo uma análise mais específica das estruturas etárias em nível municipal, pode-se perceber que os municípios da Região Metropolitana de Campinas apresentam tendências bem diversificadas entre si. A pirâmide etária referente ao município-sede de Campinas (Gráfico IV) é aquela que mais se assemelha da estrutura etária verificada para a Região Metropolitana, tomada em conjunto. Isto se deve principalmente, ao grande peso que o volume populacional de Campinas exerce, em nível regional.

As pirâmides dos municípios de Indaiatuba (Gráfico IX), Cosmópolis (Gráfico V), Artur Nogueira (Gráfico III) e Itatiba (Gráfico X) também se aproximam bastante da estrutura populacional da RMC, mas com algumas particularidades. Nota-se, por exemplo, que as bases destes municípios são um pouco mais largas, se comparadas com a RMC, e, especialmente no caso de Artur Nogueira, o peso relativo da população idosa é um pouco menor. Já em relação a Cosmópolis, também é possível notar que a população entre 5 e 19 anos é um pouco mais volumosa.

Municípios como Sumaré (Gráfico XVIII), Monte Mor (Gráfico XII) e Hortolândia (Gráfico VIII), por sua vez, apresentam um perfil etário bastante semelhante entre si. Os três municípios possuem bases relativamente mais largas do que a registrada para a Região Metropolitana, o que indica que suas taxas de fecundidade ainda são mais elevadas do que a média regional. Como conseqüência, grande parte da população destas cidades é composta por indivíduos jovens, enquanto o peso relativo das faixas etárias idosas se apresenta mais reduzido. Também é importante ressaltar que, especialmente no caso do município de Hortolândia, a configuração da pirâmide pode ser bastante influenciada pelos movimentos migratórios.

Por outro lado, em municípios como Americana (Gráfico II), Valinhos (Gráfico XIX) e Santa Bárbara D'Oeste (Gráfico XVI), a base piramidal se mostra ainda mais estreita do que a da RMC. Pode-se notar que, nestes municípios, a população mais adulta e idosa exerce maior peso relativo no total populacional, principalmente no caso de Americana.

Por fim, vale destacar que, embora o componente migratório tenha exercido influência no crescimento de todos os municípios da RMC, em algumas das pirâmides, estes efeitos se mostram mais evidentes. Este é o caso, por exemplo, dos municípios de Engenheiro Coelho (Gráfico VI), Holambra (Gráfico VII) e Vinhedo (Gráfico XX), que apresentaram uma estrutura etária bem destoante em relação aos demais municípios da Região Metropolitana. Em

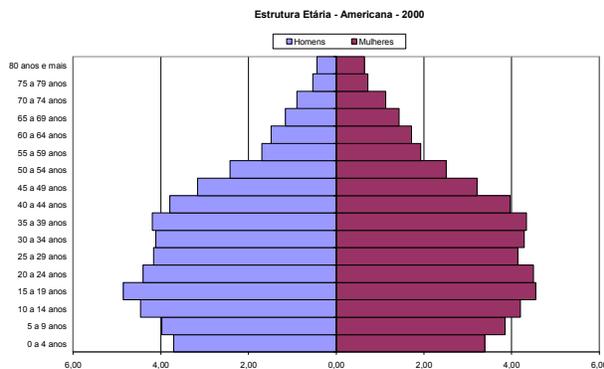


Engenheiro Coelho e Holambra, por exemplo, nota-se que a população entre 15 e 29 anos, tanto de homens quanto de mulheres, é bastante elevada quando comparada com os demais municípios da região, o que aponta para a interferência dos fluxos migratórios na configuração do perfil destas pirâmides. Entretanto, é fundamental ter em mente que, no caso destes dois municípios, o volume total reduzido da população também pode interferir no formato adquirido pelas pirâmides – no ano 2000, Engenheiro Coelho possuía 10.000 habitantes e Holambra, 7.195. Em outras palavras, isto significa que, quanto menor a população, maiores aparentam ser os efeitos da migração sobre o perfil das pirâmides.

Gráfico II

Estrutura Etária por sexo

Americana – 2000

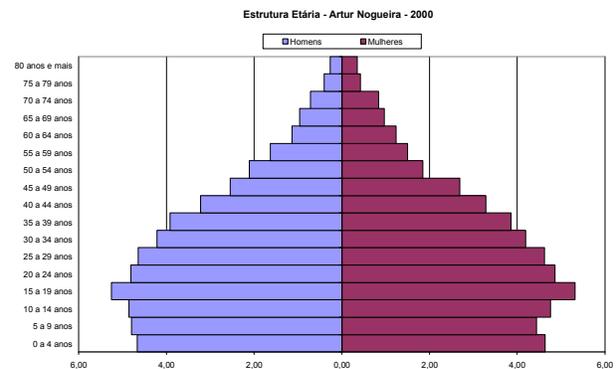


Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico III

Estrutura Etária por sexo

Artur Nogueira – 2000



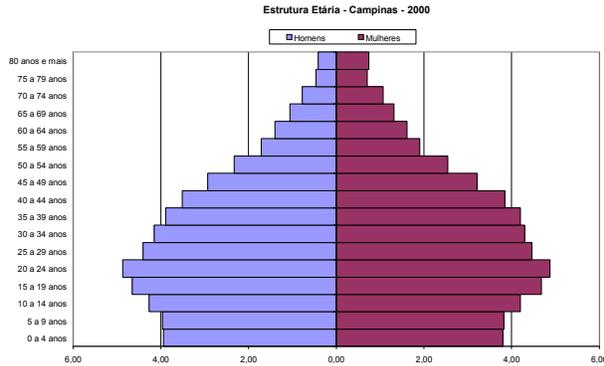
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

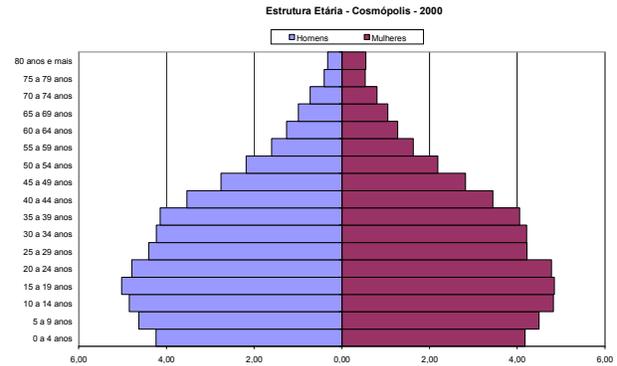
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico IV
Estrutura Etária por sexo
Campinas – 2000



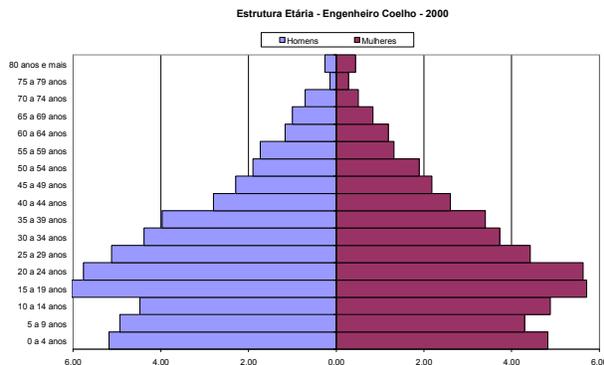
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico V
Estrutura Etária por sexo
Cosmópolis – 2000



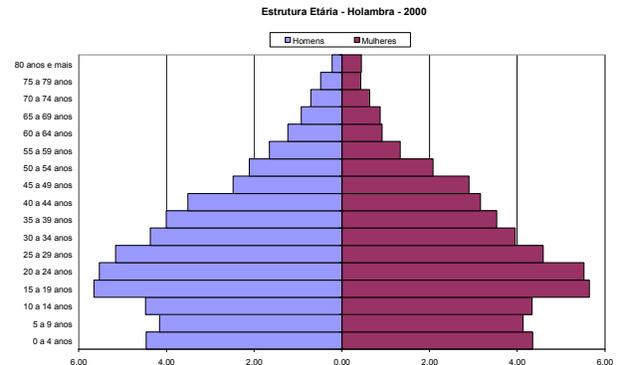
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico VI
Estrutura Etária por sexo
Engenheiro Coelho – 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico VII
Estrutura Etária por sexo
Holambra – 2000



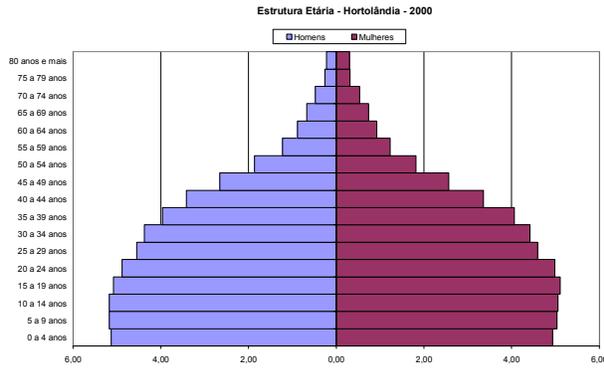
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

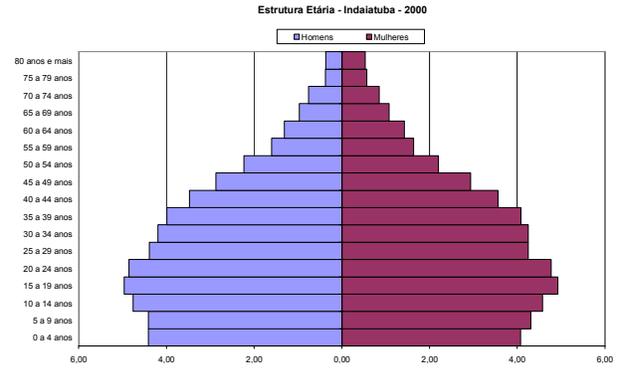
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico VIII
Estrutura Etária por sexo
Hortolândia – 2000



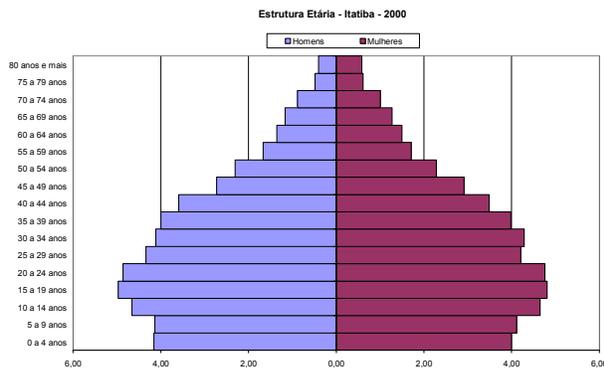
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico IX
Estrutura Etária por sexo
Indaiatuba – 2000



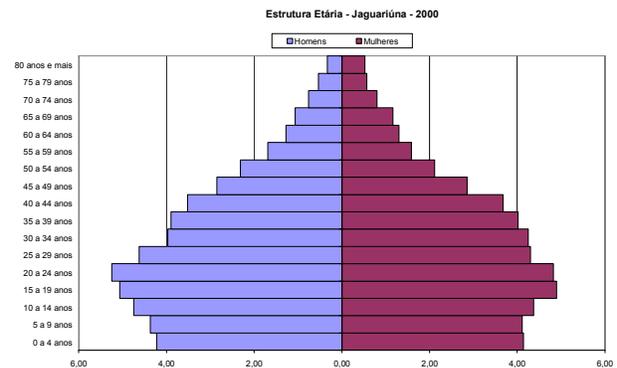
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico X
Estrutura Etária por sexo
Itatiba – 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XI
Estrutura Etária por sexo
Jaguariúna – 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

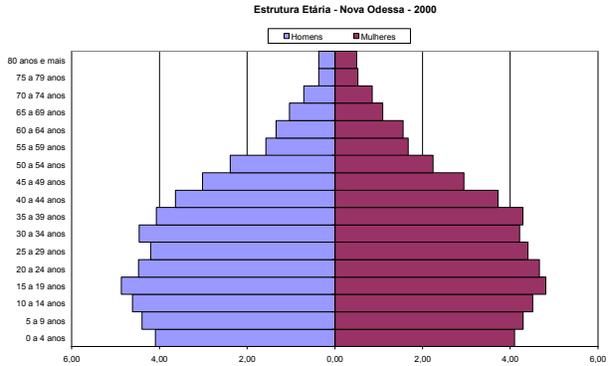
Financiamento FINEP – FNDC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico XII
Estrutura Etária por sexo
Monte Mor – 2000



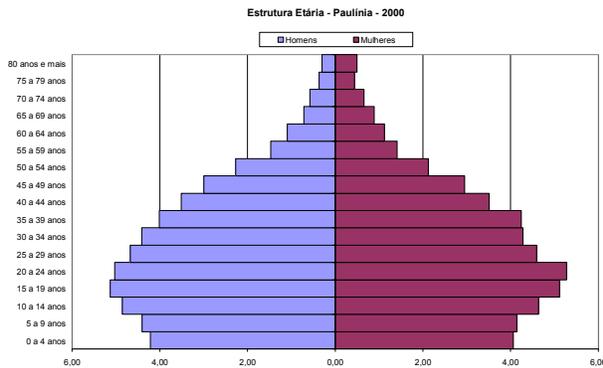
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XIII
Estrutura Etária por sexo
Nova Odessa – 2000



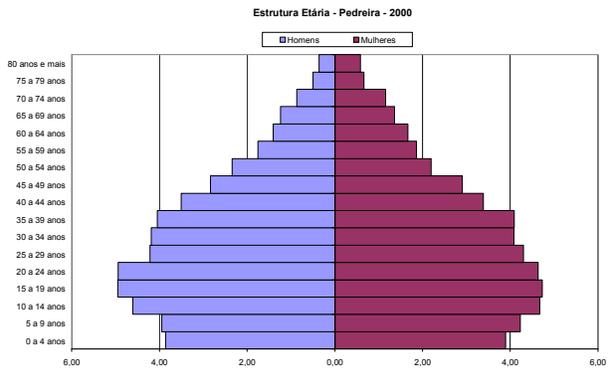
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XIV
Estrutura Etária por sexo
Paulínia – 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XV
Estrutura Etária por sexo
Pedreira – 2000



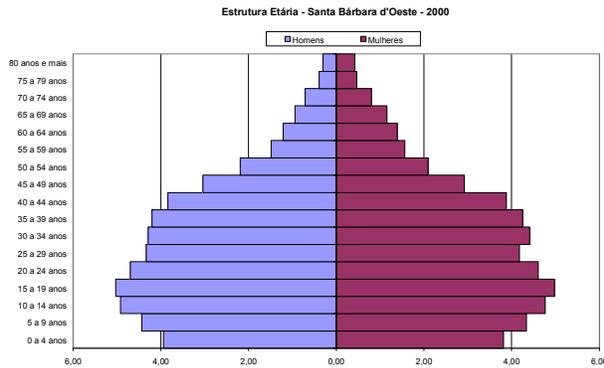
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

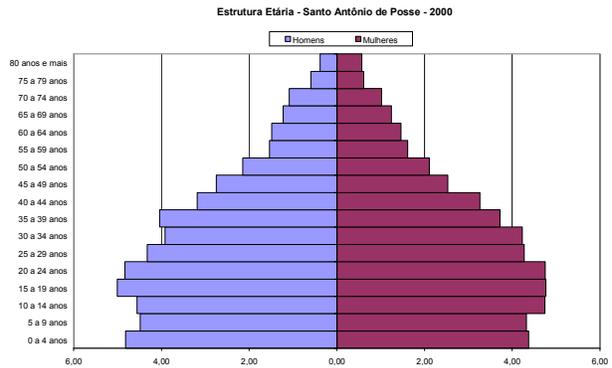
Financiamento FINEP – FNDC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Gráfico XVI
Estrutura Etária por sexo
Santa Bárbara D'Oeste – 2000



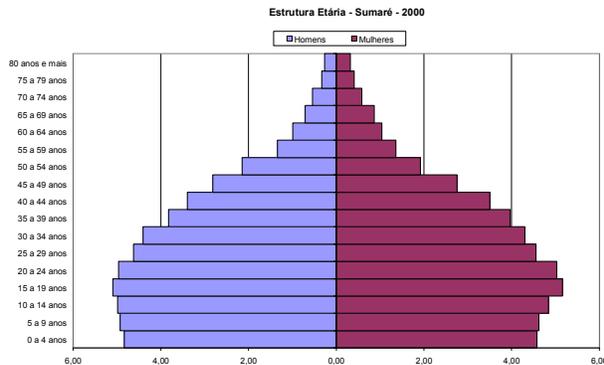
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XVII
Estrutura Etária por sexo
Santo Antonio de Posse – 2000



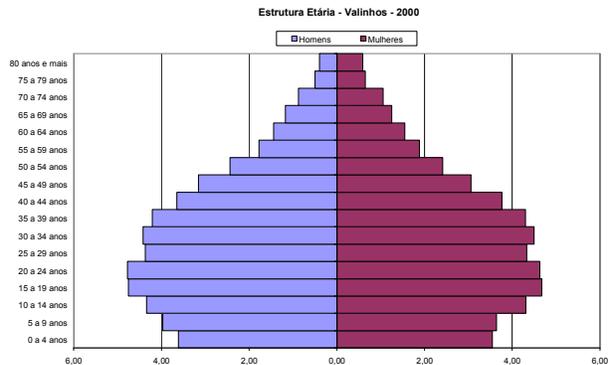
Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

Gráfico XVIII
Estrutura Etária por sexo
Sumaré – 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.

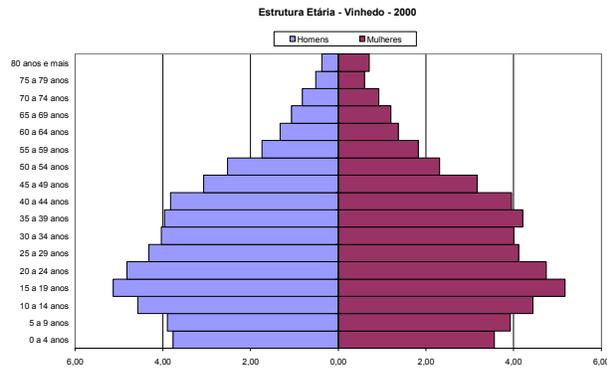
Gráfico XIX
Estrutura Etária por sexo
Valinhos – 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Gráfico XX
Estrutura Etária por sexo
Vinhedo – 2000



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Elaboração:
Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São
Paulo – Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais,
NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP, 2009.



Referências Bibliográficas

BAENINGER, R.; MAIA, P. B. Região de Governo de Campinas. Texto NEPO 22, Campinas, Nepo/Unicamp, 1992. (Migração em São Paulo 1).

FUNDAÇÃO SEADE. Migração no interior do estado de São Paulo. Informe Demográfico n.23, São Paulo, 1990.

GOMES, G. M.; MAC DOWELL, M. C. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. Texto para Discussão n.706, Brasília, IPEA, fev.2000.

_____. Os elos frágeis da descentralização: observações sobre as finanças dos Municípios Brasileiros, 1995. In: Encontro Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 25., 1997, Recife. Anais... Rio de Janeiro: ANPEC, 1997.

GONÇALVES, M. F. As engrenagens da locomotiva. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SEMEGHINI, U. Campinas (1960 a 1980): agricultura, indústria e urbanização. Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

SERRA, J.; AFONSO, J. R. R. O federalismo fiscal à brasileira: algumas reflexões. 1999. (Texto apresentado no Forum of Federations Internacional Conference of Federalism, Canadá, apoio do BNDES).

SIQUEIRA, C. G. Emancipação Municipal Pós Constituição de 1988: um estudo sobre o processo de criação dos novos Municípios Paulistas. Campinas, 2003, 236f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

TOMIO, F. R. L. Instituições, processo decisório e relações executivo-legislativo nos Estados: estudo comparativo sobre o processo de criação após a Constituição de 1988. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.



ANEXO I - Municípios da Região de Governo de Campinas

1 - Americana	12 - Mogi Guaçu
2 - Artur Nogueira	13 - Moji Mirim
3 - Campinas	14 - Monte Mor
4 - Cosmópolis	15 - Nova Odessa
5 - Engenheiro Coelho	16 - Paulínia
6 - Estiva Gerbi	17 - Pedreira
7 - Holambra	18 - Santa Bárbara d'Oeste
8 - Hortolândia	19 - Santo Antonio de Posse
9 - Indaiatuba	20 - Sumaré
10 - Itapira	21 - Valinhos
11 - Jaguariúna	22 - Vinhedo

ANEXO II - Municípios da Região Metropolitana de Campinas

1 - Americana	11 - Monte Mor
2 - Artur Nogueira	12 - Nova Odessa
3 - Campinas	13 - Paulínia
4 - Cosmópolis	14 - Pedreira
5 - Engenheiro Coelho	15 - Santa Bárbara d'Oeste
6 - Holambra	16 - Santo Antonio de Posse
7 - Hortolândia	17 - Sumaré
8 - Indaiatuba	18 - Valinhos
9 - Itatiba	19 - Vinhedo
10 - Jaguariúna	



Capítulo 3 - A Questão Social na Região Metropolitana de Campinas⁶ (*)

Introdução

A análise da questão social nas espacialidades estudadas no Estado de São Paulo concentra-se em três vertentes.

A primeira tem por objeto a pobreza e a desigualdade, indicando as tendências observadas entre os anos 1991 e 2000, com base nos dados censitários, que são os únicos disponíveis para a análise dessas regiões; bem como evidenciando para esses períodos as desigualdades entre as regiões analisadas.

A segunda toma por objeto as mudanças na família e as mudanças na provisão familiar nesse período, relacionando-as a mudanças demográficas e a mudanças no papel da mulher na sociedade, dando destaque ao aumento da participação desta no mercado de trabalho e na responsabilidade pela manutenção do domicílio.

Nesta vertente ressalta-se a importância do conhecimento das mudanças na família e no domicílio como elementos importantes para o planejamento e implementação de políticas de proteção social. O destaque é dado à política de transferência de renda, que tem a família como principal unidade de referência.

A terceira vertente trata das políticas sociais, privilegiando quatro aspectos, quais sejam, identificar nas distintas espacialidades o perfil da recente política de transferência de renda, os programas de apoio ao migrante pobre, o acesso e a qualidade dos serviços básicos de educação e de saúde.

1. Renda, Pobreza e Desigualdade na Região Metropolitana de Campinas

Renda e população

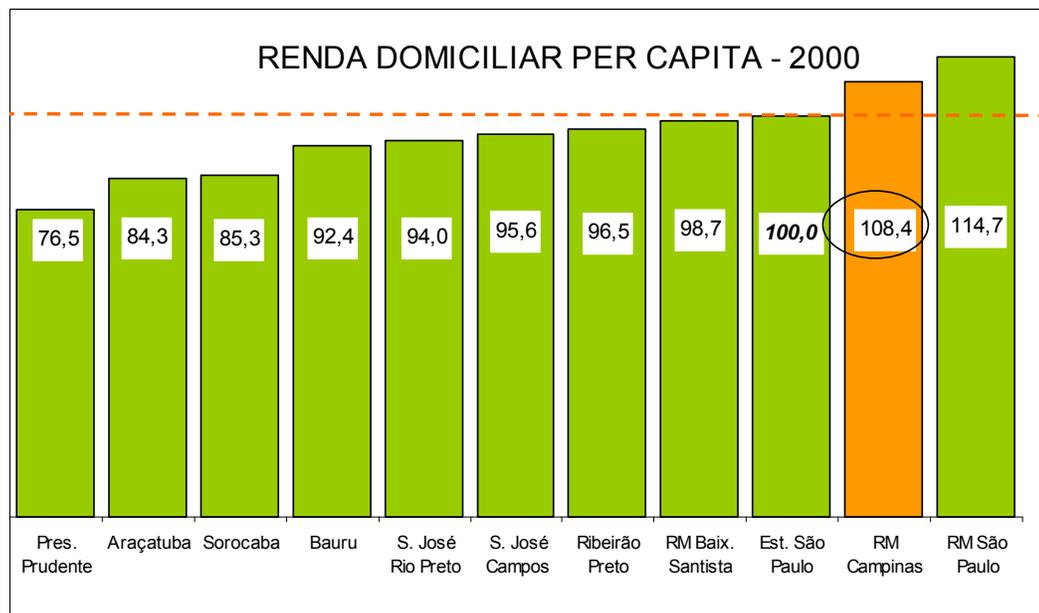
A Região Metropolitana de Campinas (RMC), com uma população de 2,5 milhões de habitantes o que representa 6,3% da do estado, respondia, em 2005, por 8,0% do PIB estadual. Em termos de renda, no ano 2000, a RMC se destacava por possuir uma renda domiciliar per capita de R\$ 479,0, menor que a da RMSP, porém 8,4% superior à estadual.

⁶ Ficha Técnica: Coordenação: Lilia Montali, Coordenação Adjunta: Eugenia Troncoso Leone e Stella Barberá da Silva Telles, Assistentes de Pesquisa: Fabiana de Andrade, Luciana Ramirez Cruz, Marcelo Tavares de Lima e Alessandra Scalioni Brito, Auxiliares de pesquisa: Bruno Martins de Oliveira e Edina Paula Souza.



Sua renda era também maior que à da região metropolitana da Baixada Santista e às dos pólos regionais (Gráfico 1).

Gráfico 1:
Renda Domiciliar per capita.
Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.



Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

Em 2000, a RMC participava com 6,8% da renda domiciliar do estado, enquanto a região metropolitana da Baixada Santista participavam com 3,9%. Todos os pólos regionais tinham participação na renda domiciliar inferior à da RMC. Na década de 90 a taxa anual de crescimento da renda domiciliar total da RMC foi de 5,0% ao ano e a da população de 2,5% ao ano⁷. Verifica-se que ambas as taxas foram superiores às verificadas para o estado (3,9% e 1,8%, respectivamente).

Ao analisar o que ocorreu com a renda domiciliar no interior da RMC, com base nos seus municípios ordenados de maior a menor em função de sua renda domiciliar per capita

⁷ Como salientado no capítulo 3, item 1 do Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, deste Projeto, é difícil a partir dos dados do censo avaliar o verdadeiro desempenho da economia paulista na década de 90, pois o ano de 1991 foi de atividade econômica muito baixa e a do ano 2000 razoável, o que leva a superestimar o verdadeiro desempenho desta economia na década de 90.



em 2000 e atribuindo o valor 100 à renda domiciliar per capita e à população da RMC, o primeiro que se destaca é o elevado tamanho da população do município de Campinas, concentrando 41,3% da população da RMC. Observa-se, também, que o município de **Campinas**, assim com os municípios relativamente menores de **Vinhedo**, **Valinhos** e **Paulínia** possuía renda domiciliar per capita superior à da RMC. A renda per capita de **Vinhedo** era a maior (31% acima da média da RMC). No outro extremo, o município de **Hortolândia** apresentava a menor renda per capita (R\$ 259,9), o que equivalia a pouco mais da metade da renda domiciliar per capita da região metropolitana de Campinas.

Tabela 1: Renda domiciliar per capita, população e taxas de crescimento anual
Região Metropolitana de Campinas e Municípios
1991-2000

Região Metropolitana de Campinas e municípios	Renda domiciliar per capita 2000	População 2000	taxa variação anual 1991-2000	
			População	renda domiciliar total
Região Metropolitana de Campinas	100,0	100,0	2,5	5,0
Vinhedo	131,1	2,0	3,8	10,2
Campinas	128,6	41,3	1,5	4,0
Valinhos	118,6	3,6	2,4	7,2
Paulínia	105,4	2,2	3,8	8,1
Americana	99,0	7,8	1,9	4,3
Holambra	99,0	0,3	-	-
Indaiatuba	93,1	6,3	4,3	8,6
Itatiba	89,9	3,5	3,2	6,7
Jaguariúna	83,2	1,3	2,1	3,4
Pedreira	76,3	1,5	2,6	4,1
Nova Odessa	71,2	1,8	2,4	4,7
Santa Bárbara d'Oeste	68,2	7,3	1,7	4,4
Santo Antonio de Posse	66,9	0,8	2,6	5,3
Artur Nogueira	66,0	1,4	2,0	3,6
Cosmópolis	63,2	1,9	2,2	3,3
Engenheiro Coelho	61,8	0,4	-	-
Sumaré	60,7	8,5	(-13,2)	1,1
Monte Mor	54,5	1,6	4,2	6,1
Hortolândia	54,3	6,5	-	-

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Como mencionado, entre 1991 e 2000, a renda domiciliar total da RMC cresceu 5,0% ao ano enquanto a população cresceu a um ritmo de 2,5% ao ano. Merece registro, o fato dos municípios de **Campinas**, **Americana**, **Valinhos**, **Jaguariúna**, **Santa Barbara do Oeste**, **Artur Nogueira**, **Cosmópolis** e **Sumaré** apresentarem taxas de crescimento



populacional inferiores à média da metrópole. No caso específico de Sumaré a taxa média de crescimento da população foi negativa (-13,2% no período). Todos os outros municípios cresceram acima da média. Os municípios que mais cresceram em termos populacionais foram **Vinhedo**, **Paulínia**, **Indaiatuba**, e **Monte Mor**. Quanto à renda domiciliar total todos os municípios mostraram taxas de crescimento positivas na década. Os destaques foram para **Vinhedo** com um crescimento de 10,2% ao ano, **Indaiatuba** (8,6% ao ano), **Paulínia** (8,1%), e **Valinhos** com 7,2%. Estes municípios registraram taxas de crescimento razoáveis, tanto de sua população como de sua renda. Outros destaques, onde houve crescimento simultâneo de população e de renda são: **Pedreiras** (2,6% ao ano a população e 4,1% ao ano a renda total), **Santo Antonio da Posse** (2,6 e 5,3%) e **Itatiba** (3,2% e 6,7%, respectivamente).

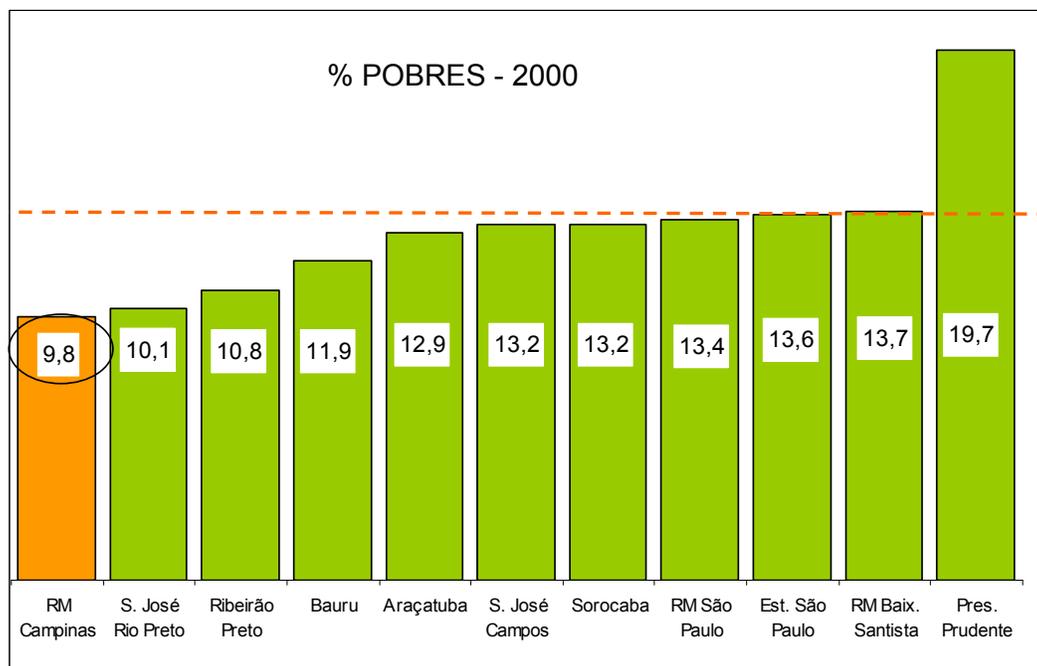
Pobreza, desigualdade e concentração de renda

A proporção de pobres aumentou na década de 90 na RMC de 7,1% para 9,8%. Ainda assim, em 2000, a proporção de pobres nesta metrópole era a menor entre as regiões metropolitanas, pólos regionais e conjunto do estado de São Paulo. O gráfico 2 a seguir mostra a situação de pobreza da RMC no ano de 2000 em comparação às outras duas regiões metropolitanas, os pólos regionais e o estado de São Paulo⁸.

⁸ Utilizou-se uma linha de pobreza de ½ salário mínimo de 2000 (R\$ 75,50). Ver capítulo 3, item 1 do Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, deste Projeto.



Gráfico 2:
Proporção de pobres.
Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.



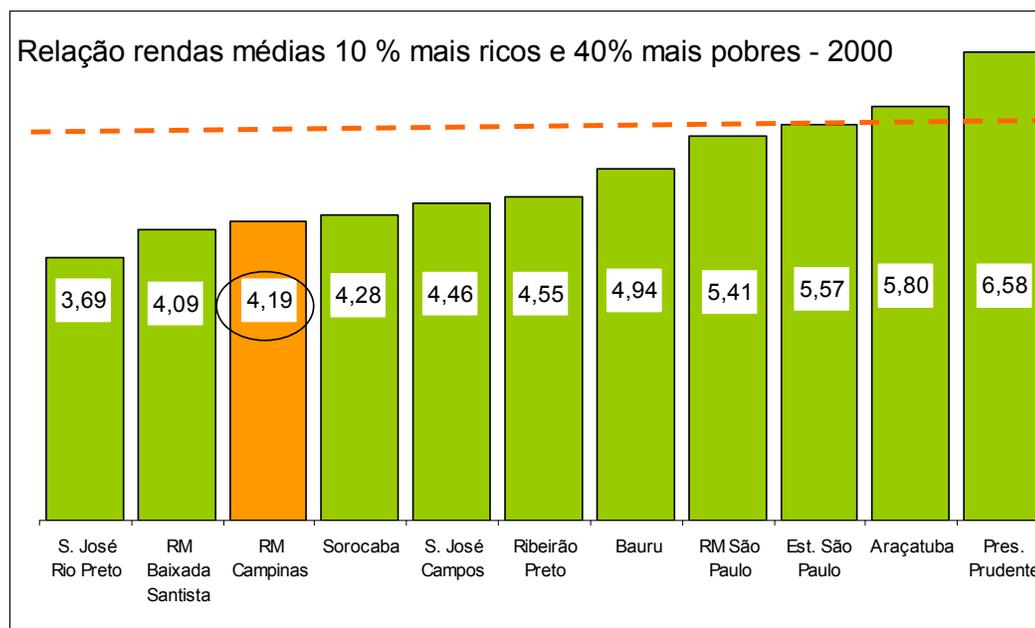
Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

No que diz respeito à desigualdade, o índice de Gini foi relativamente elevado na RMC (0,549) em 2000, bem como a relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres (4,19). Em termos de desigualdade, a RMC apresentava uma situação mas bem intermediária, muito semelhante à da região metropolitana da Baixada Santista (Gráfico 3)⁹.

⁹ Esta semelhança com a média estadual é esperada pois a RMC abrange quase metade da população do estado de São Paulo.



Gráfico 3:
Relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres.
Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.

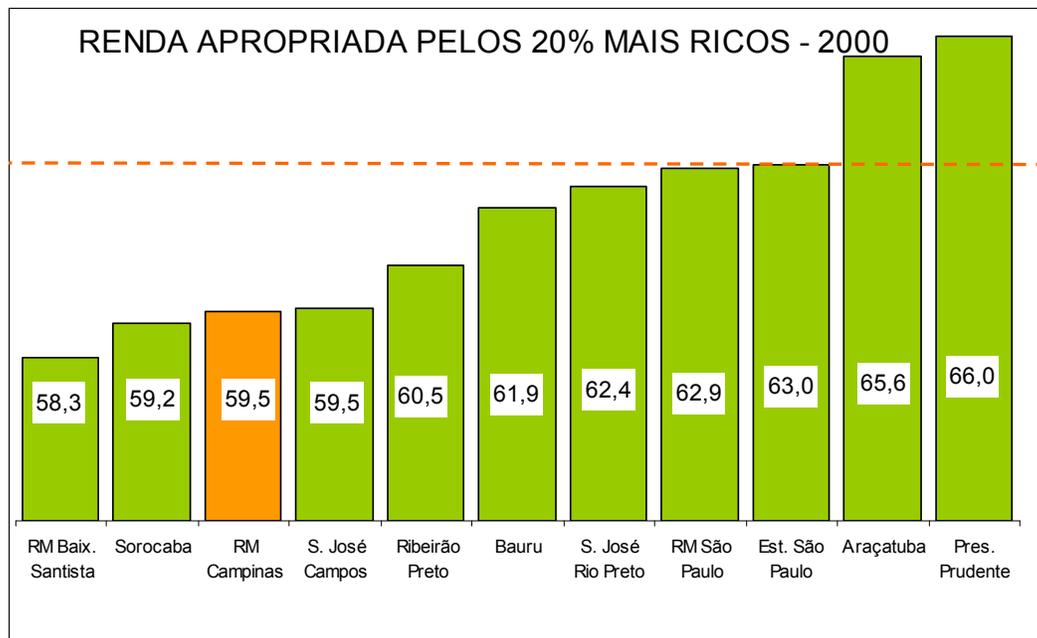


Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

Quanto à concentração de renda, os 20% mais ricos da RMC concentravam 59,5% da renda em 2000. Este valor supera somente o da RMBS e o do pólo de Sorocaba (Gráfico 4). Como mostrado no capítulo 3, item 1, na década de noventa houve um aumento da concentração de renda da RMC (os 20% mais ricos concentravam 55,4% da renda total em 1991). Contudo, a concentração de renda na RMC era menor que a da média estadual.



Gráfico 4:
Renda apropriada pelos 20% mais ricos.
Estado de São Paulo, Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000.



Fonte: Censo Demográfico, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

Do ponto de vista dos municípios da RMC, as situações de pobreza (% de pobres), desigualdade (relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e 40% mais pobres) e concentração (20% mais ricos) são ilustradas na Tabela 2.

Como os municípios estão ordenados conforme sua renda domiciliar per capita de 2000, de maior a menor, o que se observa, em primeiro lugar é que existe, como era de se esperar, uma correlação inversa entre renda per capita e proporção de pobres. Ou seja, a proporção de pobres é em geral maior para aqueles municípios com renda per capita menor. Ademais, nota-se que as proporções de pobres são muito elevadas em 2000, nos municípios de **Artur Nogueira**, **Cosmópolis**, **Engenheiro Coelho**, **Hortolândia**, **Monte Mor**, **Santo Antônio da Posse** e **Sumaré** com proporções de pobres superiores à média metropolitana que era de 9,8%. As piores situações de pobreza em 2000 são encontradas em **Monte Mor** (18,9%), **Cosmópolis** (16,5%), **Hortolândia** (15,9%) e **Santo Antonio da Posse** (15,5%). Já as situações mais favoráveis encontram-se, no ano de 2000, em **Vinhedo** (5,8% de pobres), **Americana** (5,1%), **Holambra** (3,7%) e **Valinhos** (5,4%).



Tabela 2: Pobreza, Concentração e Desigualdade da renda Domiciliar
Região Metropolitana de Campinas e Municípios
1991 - 2000

Região Metropolitana de Campinas e Municípios	% pobres		Proporção da renda apropriada pelos 20% mais ricos		Relação entre as rendas médias dos 10% mais ricos e 40% mais pobres	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
R. M. de Campinas	8,1	9,8	55,4	60,7	3,3	4,2
Vinhedo	5,5	5,8	53,1	68,8	3,5	9,9
Campinas	6,8	9,7	65,2	69,8	6,1	7,5
Valinhos	6,8	5,4	51,7	65,7	3,1	6,2
Paulínia	8,6	8,3	49,8	61,8	2,7	5,7
Americana	4,2	5,1	50,8	60,7	2,9	3,5
Holambra	-	3,7	-	61,3	-	4,2
Indaiatuba	9,7	8,7	44,4	57,3	1,7	3,4
Itatiba	8,1	7,0	47,3	51,7	1,9	3,1
Jaguariúna	12,0	8,2	53,2	51,3	2,7	2,8
Pedreira	7,6	6,1	42,7	41,2	1,9	1,6
Nova Odessa	6,5	7,6	34,7	45,9	1,1	1,1
Santa Bárbara d'Oeste	7,3	8,2	30,5	39,3	0,7	1,1
Santo Antonio de Posse	16,4	15,5	45,6	45,7	1,7	1,7
Artur Nogueira	12,0	13,5	42,4	45,5	1,4	1,2
Cosmópolis	9,5	16,5	37,7	42,5	0,9	1,1
Engenheiro Coelho	-	12,8	-	42,9	-	1,4
Sumaré	12,5	13,0	28,3	36,8	0,6	0,9
Monte Mor	25,8	18,9	39,7	40,1	1,2	0,9
Hortolândia	-	15,9	-	32,4	-	0,6

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Deve-se mencionar também que vários municípios tiveram ampliação de sua proporção de pobres na década. Entre eles encontram-se **Campinas** (de 6,8% para 9,7%), **Americana** (4,2% para 5,1%), **Nova Odessa** (6,5% para 7,6%), **Santa Barbara do Oeste** (de 7,3% para 8,2%), **Artur Nogueira** (de 12% para 13,5%), **Cosmópolis** (de 9,5% para 16,5%) e **Sumaré** (de 12,5% para 13%). Entre os municípios que reduziram sua pobreza se destacam **Santo Antonio da Posse** e **Monte Mor**, porém estes municípios apresentavam proporções de pobres muito elevadas em 1991.

A concentração de renda expressa pela renda apropriada pelos 20% mais ricos revela que na RMC os 20% mais ricos concentravam 59,5% da renda no ano 2000, tendo sofrido um acréscimo de quatro pontos percentuais na década. Em 2000, a concentração de renda era ainda superior à média metropolitana nos municípios de **Vinhedos**, **Campinas**, **Valinhos**, **Paulínia**, **Americana** e **Indaiatuba**. Deve-se chamar à atenção para



a correlação direta entre renda e concentração. Ou seja, aqueles municípios que possuem renda per capita mais elevada têm também maior concentração de renda. Entre 1991 e 2000 a concentração da renda aumentou na maioria dos municípios. Os destaques ficam com **Paulínia** que passou de 49,8% em 1991 para 61,8% em 2000, a proporção da renda apropriada pelos 20% mais ricos, **Indaiatuba** de 44,4% para 57,3%, e **Vinhedo** de 53,1% para 68,8%. A concentração de renda dos 20% mais ricos só diminuiu nos municípios de renda intermediária de **Pedreira** e **Jaguariúna**.

A desigualdade medida pela razão entre as rendas médias dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres revela que na RMC, em 2000, os 10% mais ricos tinham uma renda média equivalente a quatro vezes a renda média dos 40% mais pobres. Essa razão foi ainda superada pelos municípios de Vinhedo (9,9), Campinas (7,5), Valinhos (6,2) e Paulínia (5,7). Entre 1991 e 2000, a desigualdade, medida por este indicador, aumentou na maioria dos municípios. O destaque fica novamente com **Vinhedo** que variou de 3,5 para 9,9 na década. Assim, este município ainda que tenha uma proporção de pobres, relativamente baixa, apresenta elevada desigualdade e concentração de renda e estas aumentaram na década de forma substancial.

Conclusão

Na década de 90 houve ligeiro aumento da renda domiciliar per capita na RMC abrangendo seus 19 municípios. A pobreza e a concentração e a desigualdade aumentaram.

O município de Vinhedo merece destaque por apresentar a maior renda per capita, acima da média da metrópole, com crescimento de sua população superior à média, porém com elevada desigualdade e concentração.

Os municípios de Paulínia e Indaiatuba apresentaram, de forma simultânea, crescimento de renda e de população. Todos esses municípios tiveram, entretanto, ampliação de sua proporção de pobres.



2. Mudanças no domicílio, na inserção domiciliar no mercado de trabalho e as políticas sociais

Introdução

No âmbito deste projeto, o trabalho e o domicílio são considerados como elementos centrais para a análise das mudanças sociodemográficas nas diferentes regiões metropolitanas e pólos regionais e de suas implicações para as demandas das políticas públicas.

Nesse sentido, este item tem por objetivos recuperar as mudanças nos domicílios e nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e para a provisão. A análise destas mudanças, bem como a identificação dos arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento visa também oferecer indicações para a orientação das políticas sociais voltadas para a superação da pobreza e para a redução da desigualdade.

Por outro lado, os indicadores de pobreza e de não pobreza e de desigualdade social apresentam maior precisão por serem elaborados a partir de informações que têm o domicílio como unidade de análise e as especificidades de sua estruturação.

Assim, a composição dos arranjos domiciliares e o ciclo vital das famílias são adotados como referências para se pesquisar os grupos de domicílios mais suscetíveis ao empobrecimento nos contextos regionais diferenciados. Outro aspecto relevante na análise é a ampliação do número de domicílios com renda da mulher e o aumento da participação da renda da mulher na renda do domicílio¹⁰.

A relevância desta abordagem está ancorada na centralidade na família assumida para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos como um dos princípios da Política Nacional de Assistência Social desde 1993, mantida em 2004 na atualização da Política Nacional de Assistência Social e nas diretrizes da atual gestão federal¹¹. A centralidade na família é reafirmada ao ter sido eleita como unidade do principal programa de transferência de renda federal, o Programa Bolsa-Família, que visa atingir a totalidade das famílias pobres. O Programa Bolsa-Família de forma distinta dos programas anteriores e sob a referida concepção, inclui o conjunto dos membros da família como público alvo. A recente implantação do SUAS, por sua vez, implementa tais diretrizes e dá ênfase à atenção familiar. Como se sabe, o SUAS (Sistema Único de Assistência

¹⁰ Neste estudo as unidades domiciliares são assumidas como equivalentes a unidades familiares, tendo por referência análise metodológica de Bilac (2001) explicitada no item 2.1., a seguir.

¹¹ Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004).



Social) em implantação no País é assentado em alguns princípios, dentre eles: a universalidade; a matricialidade sociofamiliar, que fundamenta-se no direito à proteção das famílias; e a territorialização.

Frente às novas características das políticas de proteção social cada vez mais o conhecimento sobre as famílias e as mudanças que a família vem sofrendo, passam a ser de interesse crescente para os agentes institucionais envolvidos na implementação das novas políticas sociais. Por outro lado, desperta o interesse dos estudiosos da família, que procuram entender tanto suas transformações e as novas configurações; bem como as possibilidades de que as novas políticas sociais provoquem novas mudanças na estruturação das famílias, na relação interna de poder, dentre outras.

É importante acrescentar nesta introdução uma informação metodológica. Este projeto optou por utilizar como fonte básica de informação para a análise das três regiões metropolitanas paulistas e dos pólos regionais os microdados do Censos Demográficos 1991 e 2000 - IBGE. Isto porque o Censo Demográfico é a única fonte de informação domiciliar que possibilita investigar estas questões para as novas áreas metropolitanas e as espacialidades regionais adotadas pelo projeto (pólos regionais), através do recurso de agregar o conjunto de municípios que compõem tais regiões. As PNADs – IBGE, que poderiam trazer dados mais recentes, não permitem desagregação da informação para as regiões estudadas. Apresentam informações desagregadas apenas para as Unidades da Federação (UF) e para as regiões metropolitanas que incluem as capitais das UF, não incluindo, portanto as regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista e as demais regiões pesquisadas. Nas análises dos censos são utilizados os dados da Amostra, representativos da população das áreas estudadas.

No tópico 1. são apresentadas as principais mudanças nos arranjos domiciliares identificados na Região Metropolitana de Campinas (RMC) entre 1991 e 2000, bem como os perfis dos arranjos domiciliares e tamanho de família nos dois momentos censitários.

No tópico 2. são tratados os arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho, bem como investigam-se mudanças na responsabilidade pela manutenção do domicílio na Região Metropolitana de Campinas.

No tópico 3. são indicados os arranjos familiares mais suscetíveis ao empobrecimento, oferecendo indicações para os arranjos domiciliares que demandam maior atenção das políticas sociais e, também indicações de acesso programas de transferência de renda.

No tópico 4. é analisada a participação da renda da mulher no domicílio na Região Metropolitana de Campinas.



2.1. Mudanças nos arranjos domiciliares: configurações e tamanho

Neste estudo as unidades domiciliares são assumidas como equivalentes a unidades familiares, tendo por referência análise metodológica de Bilac (2001) que fundamenta essa escolha por apontar três aspectos. O primeiro é que o Censo Brasileiro identifica famílias no domicílio assim considerando “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência ou normas de convência, que moram num mesmo domicílio” (IBGE, 1990, apud Bilac, 2001, pp.4). O segundo aspecto é que aponta no Censo critérios de identificação de domicílio particular independente, que o aproxima do conceito de “unidade doméstica”¹², que pressupõe o partilhamento de orçamento comum, definido minimamente pelo partilhamento das despesas com alimentação. O terceiro aspecto é que Bilac no estudo referido, ao analisar a presença de famílias conviventes em um mesmo domicílio identifica relações de parentesco entre as pessoas de referência das famílias conviventes na maior parte dos casos, sugerindo a existência de família ampliada, bem como aponta a pequena ocorrência de famílias conviventes, da ordem de 7 % dos domicílios (Bilac, 2001).

As mudanças nas formas de organização familiar nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo em 2000, aqui analisadas através dos dados censitários, expressam tendências de mudanças iniciadas em décadas anteriores para as famílias brasileiras, acentuadas nos anos 90. As mais importantes são: - redução do tipo de organização familiar predominante constituído pelas famílias conjugais e casais com filhos; - crescimento da proporção de famílias monoparentais, tanto chefiadas por mulheres como por homens; - crescimento dos domicílios unipessoais. Outra tendência observada é a redução do tamanho da família que se relaciona tanto às novas formas de estruturação da família como à redução do número de filhos.

Estas tendências são também as principais observadas na Região Metropolitana de Campinas, no período 1991-2000.

¹² “Ao empregar os critérios de Separação e de Independência para a determinação do número de domicílios particulares permanentes existentes em uma determinada habitação, deverá ser verificado, inicialmente, se a pessoa ou grupo de pessoas vive e se alimenta separadamente das demais e, em seguida, se a pessoa ou grupo de pessoas têm acesso direto ao seu local de habitação sem passar por habitação de outras pessoas. Se em um dos casos ou em ambos a conclusão for negativa, a habitação será considerada um domicílio particular.” (IBGE, 1990, pp.22, apud Bilac, 2001)



Os arranjos domiciliares na Região Metropolitana de Campinas no ano 2000

Ainda que venha sofrendo redução, a configuração familiar predominantemente na Região Metropolitana de Campinas é do tipo conjugal com ou sem a presença de filhos residentes.

Os arranjos nucleados por casais na Região Metropolitana de Campinas (RMC) no ano censitário de 2000 representam 74,2% dos arranjos domiciliares, sendo que os 25,8% restantes são compostos por arranjos domiciliares nucleados por chefes sem cônjuges masculinos e femininos.

No que se refere à configuração das famílias no ano 2000, uma comparação entre as três regiões metropolitanas paulistas evidencia a maior proporção de famílias nucleadas pelo casal na Região Metropolitana de Campinas (RMC) em relação às outras duas regiões: 74,2% das famílias na RMC, enquanto na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) representam 69,5% das famílias e na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) 67%.

Comparativamente às outras regiões metropolitanas paulistas, na RMC é também encontrada a menor proporção de famílias nucleadas por chefes sem cônjuges; como visto acima, estes compõem 25,8% dos domicílios, incluindo-se tanto aqueles com chefes do sexo feminino, como do sexo masculino; sendo que dentre estes, 8,2% são unipessoais (Tabela 3). Em contraposição, na Baixada Santista é encontrada a proporção mais elevada, 33% das famílias nucleadas por chefes sem cônjuges, sendo dentre estas 11,4% unipessoais. Na Região Metropolitana de São Paulo, 30,5% das famílias são nucleadas por chefes sem cônjuges e 9% são unipessoais. Estes dados corroboram os mais baixos valores, como mencionado, apresentados pela Região Metropolitana de Campinas. Essa diferenciação pode ser associada às características da estrutura etária das distintas regiões metropolitanas, considerando-se também outras características regionais. Como evidenciado no Capítulo 3, parte 2 no Documento 1 – Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, bem como pelas pirâmides etárias contidas no capítulo 2 deste Estudo Regional – Região Metropolitana de Campinas, a RMC apresentava, comparativamente às três regiões metropolitanas e à média do Estado de São Paulo, uma proporção de pessoas entre as idades de 15-59 anos um pouco mais elevada (65,9%), menor proporção de



crianças e adolescentes (0-14 anos) e proporção intermediária de pessoas com 60 anos e mais (8,6%).¹³

De maneira semelhante à observada para o Estado de São Paulo e também para as Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais Paulistas, na Região Metropolitana de Campinas observa-se, no ano 2000, tanto a predominância dos arranjos chefiados por casais (74,2%), mencionada acima, como a maior concentração de casais com filhos e/ou parentes (60,1%), principalmente nas faixas etárias dos 35 aos 49 anos (24,6%) e de até 34 anos (22,8%). Os casais sem filhos representam apenas 14% dos arranjos domiciliares na RMC.

Entretanto esses percentuais de arranjos nucleados por casais com filhos observados na RMC, são também superiores em comparação com os apresentados pelo Estado de São Paulo e pelas RMSP e RMBS (Tabela 3). Novamente, ao comparar-se a RMC com os Pólos Regionais, observa-se uma maior proximidade nos percentuais.

Retomando a distribuição dos arranjos domiciliares nas regiões metropolitanas paulistas segundo a tipologia atribui-se às características de estrutura etária da RMC, que concentra maior proporção de população em idade adulta em idades produtivas, a maior proporção de arranjos domiciliares nucleadas pelo casal com filhos nas etapas de constituição (casais com até 34 anos) e na etapa de consolidação (casais entre 35 e 49 anos), compondo 47,3% do total das famílias, em contraposição à 40,2% das famílias na RMBS e 44,2% na RMSP. Em comparação, as características dos arranjos domiciliares observadas para RMSB são atribuídas às características de uma população mais envelhecida e, as da RMSP, à uma população mais jovem.

Com relação aos arranjos com chefia feminina sem cônjuge, chama a atenção a menor proporção observada quando comparada a RMC ao Estado de São Paulo (20,5%) e às outras regiões metropolitanas do Estado. A Região Metropolitana de Campinas apresenta um percentual de 18,2% dos domicílios chefiados por mulheres, mais próximo às proporções observadas nos pólos regionais e, mesmo assim, superada por seis dos sete pólos regionais analisados. A exceção é o pólo de Sorocaba (17,5%).

¹³ A RMBS apresentava população mais envelhecida, com 10,2% com 60 anos e mais e, comparativamente, a menor proporção entre as idades de 15-59 anos (64%). A região metropolitana com estrutura etária mais jovem em 2000 era a RMSP, com a maior proporção de pessoas com até 14 anos de idade (26,4%) e menor proporção de pessoas com 60 anos e mais (8,1%), por outro lado, apresentava população em idade ativa em proporções próximas às da RMC.



Tabela 3
Distribuição dos domicílios por Arranjo Domiciliar
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Total	Sem filhos	Com filhos e parentes			Total	com filhos		Total	com filhos			
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos		50 anos e mais	e/ou parentes		Unipessoal	Total	e/ou parentes	
Estado São Paulo	71,6	13,4	58,2	22,3	22,9	9,7	20,6	15,6	4,9	7,9	3,7	4,1	100,0
RM São Paulo	69,6	12,6	56,9	21,8	22,4	9,3	22,4	17,2	5,2	8,0	4,0	4,1	100,0
RM Baixada Santista	67,0	14,2	52,8	19,5	20,7	8,9	23,8	17,7	9,2	3,9	6,1	5,3	100,0
RM Campinas	74,2	14,1	60,1	22,8	24,6	9,8	18,3	13,9	7,5	3,7	4,4	3,9	100,0
Pólo Araçatuba	73,7	15,5	58,2	21,5	23,3	10,4	19,2	14,2	4,9	7,1	3,1	4,0	100,0
Pólo Bauru	73,1	13,9	59,2	22,5	23,1	10,4	19,6	14,5	5,2	7,3	3,2	4,1	100,0
Pólo Presidente Prudente	73,0	14,3	58,7	23,3	22,3	9,7	19,6	14,5	5,2	7,4	2,9	4,5	100,0
Pólo Ribeirão Preto	72,6	13,4	59,2	22,2	23,7	10,4	19,5	14,6	4,9	7,9	3,7	4,2	100,0
Pólo São José dos Campos	73,3	11,5	61,9	23,1	25,7	9,7	18,5	14,9	3,6	8,2	3,7	4,5	100,0
Pólo São José do Rio Preto	73,3	16,4	56,9	21,1	22,8	10,0	19,3	13,7	5,7	7,4	3,1	4,3	100,0
Pólo Sorocaba	75,5	13,1	62,4	25,1	24,1	9,8	17,5	13,6	3,9	7,0	3,4	3,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

A proporção de arranjos domiciliares compostos por chefes masculinos sem cônjuges, que representa 7,5% dos domicílios da RMC, em 2000, está mais próxima da apresentada pólos regionais paulistas, com as exceções dos pólos de São José dos Campos e de Ribeirão Preto que a superam. Com relação à esse tipo de arranjo, a RMC está abaixo também dos percentuais apresentados pelo Estado de São Paulo e pelas duas RMs paulistas (Tabela 3).

Detalhando para os municípios a análise da distribuição dos domicílios segundo arranjos domiciliares, observa-se que, em 2000, com a exceção de Campinas, todos apresentam percentuais de arranjos chefiados por casais acima da média regional. O percentual dos arranjos chefiados por casais nos municípios da RMC variam entre 69,5% e 84,5% no ano de 2000, embora a maior parte dos 19 municípios apresente percentuais entre 76% e 79% dos domicílios com essa configuração familiar. Destacam-se como extremos dessa variação o município sede da RMC, **Campinas**, que apresentou o menor percentual de arranjos chefiados por casais totalizando 69,5 e o município de **Holambra**, com o maior percentual, com 84,5% dos domicílios nucleados pelo casal.

Com relação aos arranjos domiciliares com chefia feminina sem cônjuge, os percentuais apresentados pelos municípios da RMC estão entre 10,6% e 21,8%. **Campinas** destaca-se pelo maior percentual, onde tais arranjos correspondem a 21,8% dos domicílios; e **Holambra** (12,1%) e **Engenheiro Coelho** (10,6%), destacam-se pelas menores proporções de domicílios chefiados por mulher sem cônjuge.

Com relação aos arranjos chefiados por homens sem cônjuges, em 2000, os maiores percentuais e acima da média regional são observados nos municípios **Campinas** (8,7%), **Engenheiro Coelho** (10%) e **Itatiba** (8,5%), Tabela 4b.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 4a
Distribuição dos Domicílios segundo arranjos domiciliares
Região Metropolitana de Campinas
1991

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			
	Total	Casal sem filhos	Com filhos e/ou parentes			com filhos e/ou parentes			Total	Com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	
			Total	Até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais	Total	Unipessoal					
Região Metropolitana de Campinas	80,1	12,8	67,3	30,1	24,5	9,9	13,8	10,7	3,1	6,1	3,7	2,4	100,0
Americana	82,5	14,1	68,4	28,7	24,8	12,0	12,4	9,9	2,5	5,1	3,4	1,7	100,0
Artur Nogueira	86,4	14,7	71,7	35,6	23,5	9,8	9,1	6,0	3,1	4,5	3,2	1,3	100,0
Campinas	76,0	13,3	62,6	26,0	24,1	9,9	17,1	12,8	4,3	7,0	3,9	3,0	100,0
Cosmópolis	82,0	13,2	68,8	32,7	24,3	9,0	10,5	7,7	2,8	7,5	4,8	2,7	100,0
Engenheiro Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Holambra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hortolândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indaiatuba	82,4	12,6	69,9	32,0	24,7	9,8	11,4	9,7	1,7	6,2	3,5	2,7	100,0
Itatiba	82,2	12,4	69,7	30,6	25,0	11,2	11,9	8,9	3,0	6,0	3,9	2,1	100,0
Jaguariúna	82,7	11,6	71,1	31,0	24,1	11,3	11,7	9,1	2,6	5,7	3,4	2,2	100,0
Monte Mor	83,7	11,7	72,0	37,0	23,4	8,5	10,7	7,4	3,3	5,6	3,0	2,6	100,0
Nova Odessa	84,6	12,6	72,0	34,8	24,0	9,7	10,9	9,2	1,7	4,5	3,0	1,5	100,0
Paulínia	84,9	11,5	73,4	35,2	26,2	9,4	10,4	9,3	1,1	4,7	3,2	1,5	100,0
Pedreira	82,6	11,1	71,5	30,1	24,8	14,1	12,2	8,8	3,4	5,2	3,7	1,5	100,0
Santa Bárbara d'Oeste	85,0	11,3	73,7	37,0	24,4	9,5	10,2	8,5	1,7	4,7	3,0	1,7	100,0
Santo Antonio de Posse	82,7	11,0	71,7	34,8	22,7	11,5	11,0	8,3	2,6	6,4	3,8	2,6	100,0
Sumaré	85,0	10,8	74,2	38,4	24,6	7,5	9,7	8,2	1,4	5,4	3,5	1,8	100,0
Valinhos	85,1	13,9	71,1	30,7	26,8	11,3	10,6	8,4	2,2	4,4	3,0	1,4	100,0
Vinhedo	82,9	12,6	70,2	30,1	27,1	10,5	10,9	9,6	1,3	6,2	3,8	2,4	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991. IBGE. Microdados. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Tabela 4b
Distribuição dos Domicílios segundo arranjos domiciliares
Região Metropolitana de Campinas
2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			
	Total	Casal sem filhos	Com filhos e/ou parentes			com filhos e/ou parentes			Total	Com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	
			Total	Até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais	Total	Unipessoal					
Região Metropolitana de Campinas	74,2	14,1	60,1	22,8	24,6	9,8	18,3	13,9	4,4	7,5	3,7	3,9	100,0
Americana	76,0	15,2	60,8	21,0	26,1	10,8	17,4	13,2	4,2	6,6	3,3	3,3	100,0
Artur Nogueira	79,9	16,1	63,8	27,0	24,6	9,9	14,2	11,1	3,1	5,9	3,5	2,4	100,0
Campinas	69,5	14,6	54,9	19,2	22,7	10,2	21,8	15,9	5,9	8,7	4,1	4,6	100,0
Cosmópolis	75,5	12,9	62,6	26,9	23,6	8,3	15,9	12,4	3,5	8,7	3,7	5,0	100,0
Engenheiro Coelho	79,3	14,5	64,8	31,4	21,3	10,5	10,6	8,7	2,0	10,1	5,5	4,6	100,0
Holambra	84,5	16,8	67,7	27,4	26,0	12,2	12,1	8,4	3,7	3,4	1,0	2,4	100,0
Hortolândia	79,0	12,2	66,8	31,2	25,5	6,4	14,9	12,3	2,6	6,2	2,8	3,4	100,0
Indaiatuba	77,9	13,5	64,4	25,2	25,7	10,3	15,9	12,3	3,6	6,2	2,9	3,4	100,0
Itatiba	75,6	13,1	62,5	23,2	24,7	11,0	15,9	12,7	3,2	8,5	4,4	4,1	100,0
Jaguariúna	78,8	14,7	64,0	24,9	27,4	8,2	14,7	12,4	2,3	6,6	3,7	2,9	100,0
Monte Mor	79,1	12,9	66,2	30,5	23,2	9,1	13,9	11,6	2,3	7,0	2,7	4,2	100,0
Nova Odessa	79,2	14,4	64,9	25,1	26,6	10,3	15,0	12,3	2,8	5,7	3,3	2,5	100,0
Paulínia	77,0	12,7	64,3	25,8	26,3	8,5	15,8	13,2	2,6	7,2	4,2	3,0	100,0
Pedreira	76,4	13,0	63,3	25,1	25,7	10,3	16,5	11,9	4,7	7,2	4,3	2,9	100,0
Santa Bárbara d'Oeste	78,6	13,4	65,2	24,7	28,1	9,4	15,0	12,0	2,9	6,5	3,6	2,9	100,0
Santo Antonio de Posse	77,0	15,6	61,4	27,6	22,0	10,1	15,4	13,3	2,1	7,6	4,0	3,6	100,0
Sumaré	77,5	12,7	64,8	28,6	24,8	8,0	15,9	12,9	3,0	6,6	3,2	3,5	100,0
Valinhos	78,4	15,0	63,4	21,4	27,6	11,6	14,8	11,1	3,7	6,8	3,5	3,3	100,0
Vinhedo	79,5	15,0	64,5	20,8	29,2	11,6	14,9	12,4	2,5	5,6	3,4	2,2	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Microdados. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



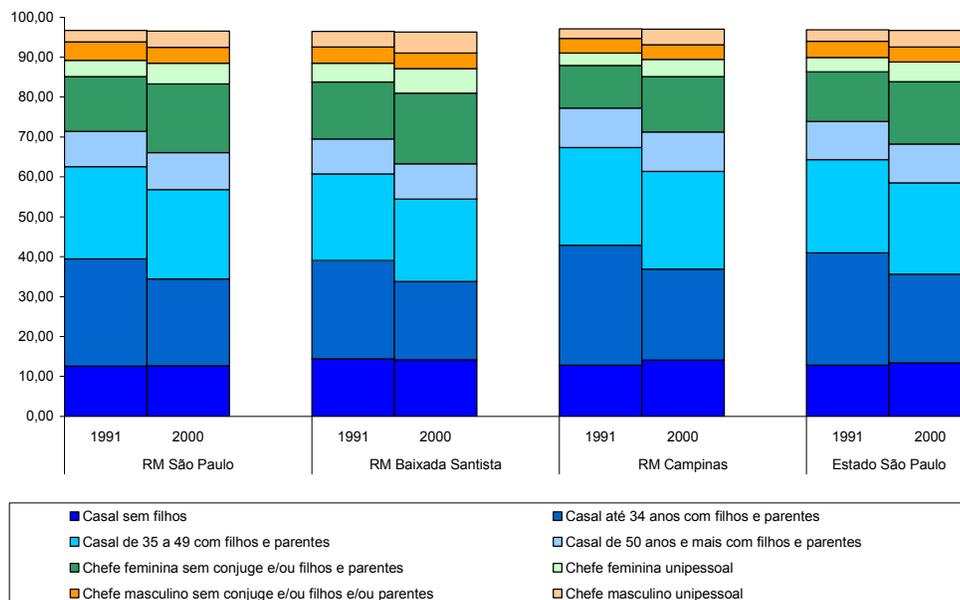
Tendências de mudanças nos arranjos domiciliares: 1991-2000

A Região Metropolitana de Campinas apresenta, entre 1991 e 2000 as tendências de queda nos arranjos domiciliares chefiados por casais e de crescimento nos arranjos chefiados por homens e mulheres sem cônjuges. Compartilha dessas tendências tanto com o Estado de São Paulo, como com as outras Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais Paulistas. Apresenta, entretanto, como especificidade em comparação com as RMSP e RMBS, o crescimento da proporção de domicílios de casais sem filhos. Essa especificidade é compartilhada também pelos Polos Regionais, como pode ser verificado no Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, Capítulo 3. Item 2.1., Tabelas 13 e 15, deste Projeto.

Assim, no ano de 1991 a RMC apresentava percentual de 80,1% de arranjos nucleados por casais, que caiu para 74,2% em 2000. No movimento de redução dos arranjos domiciliares nucleados pelo casal, a RMSP como no restante do Estado de São Paulo, registrou a maior queda nos arranjos chefiados por casais com filhos e/ou parentes que passaram de 67,3% em 1991 para 60,1% em 2000. Essa queda ocorreu, principalmente, nos domicílios dos casais na faixa etária de até 34 anos, com a presença de filhos, que corresponde à etapa inicial do ciclo de vida da família e que somavam 30% dos domicílios em 1991, passando a ser 22,8% deles em 2000. Esta redução certamente expressa diversas mudanças pelas quais passa a família, nestas incluindo tanto a redução da fecundidade e postergação da idade de ter filhos, como a mudanças nos padrões de nupcialidade. Os arranjos correspondentes às etapas seguintes do ciclo de vida familiar, ou seja, a de consolidação, indicada pelos casais com idades entre 35 e 49 anos e de envelhecimento, indicada pelos casais com idade de 50 anos e mais, permanecem com proporções semelhantes entre 1991 e 2000. Observa-se de forma concomitante o aumento na proporção de casais sem filhos, que passam de 12,8% para 14% na RMC, e também o crescimento importante dos domicílios chefiados por mulher sem cônjuge. O gráfico abaixo evidencia essas tendências (Gráfico 5).



Gráfico 5
Distribuição dos arranjos domiciliares segundo tipologia
Regiões Metropolitanas Paulistas
1991 – 2000



Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Observa-se ainda o aumento dos arranjos chefiados por e mulheres homens sem cônjuges, os quais passaram de 20% em 1991 para 25,8% em 2000, seguindo a tendência de crescimento observada nas Regiões Metropolitanas e Pólos Paulistas, embora a RMC apresentar-se um pouco abaixo dessa média. Assim, o Estado de São Paulo passou de 23% em 1991 para 28,4% em 2000. A ênfase nesse crescimento deveu-se principalmente aos arranjos familiares chefiados por mulheres sem cônjuges, que apresentaram percentuais de 13,8% em 1991 e de 18,25 em 2000 na RMC, enquanto o Estado de São Paulo apresentou percentuais de 16% e 20,5%, respectivamente. Os crescimento mais acentuado desses arranjos na RMC foi observado para os domicílios com chefia feminina sem cônjuge, com a presença de filhos e/ou parentes, que passaram de 10,7% em 1991 para 14% em 2000; enquanto os arranjos de chefes femininas unipessoais passaram de 3,1% em 1991, para 4,3% em 2000. No caso dos domicílios dos chefes masculinos sem cônjuge, houve crescimento, pois estes passam de 6% dos domicílios da RMC, para 7,5%; nesse caso, o crescimento foi devido principalmente aos arranjos de chefes masculinos unipessoais que, de 2,4% em 1991, passaram a representar 3,9% dos domicílios da RMC em 2000.



A análise dos municípios da RMC no período de 1991-2000 evidencia as mesmas tendências de mudanças nos arranjos domiciliares indicadas acima, ou seja, queda nos arranjos domiciliares chefiados por casais; crescimento de chefias femininas sem cônjuges, e menor crescimento de domicílios de chefias masculinas sem cônjuge. Nota-se também na maioria dos municípios da RMC, como mencionado no início, crescimento da proporção de arranjos domiciliares de casais sem filhos (Tabelas 4a e 4b).

Entre os municípios da RMC merecem destaque os municípios de **Paulínia** e **Sumaré**, pois apresentaram as maiores quedas nos percentuais de arranjos chefiados por casais e crescimento considerável nos arranjos chefiados por homens e mulheres sem cônjuges. **Paulínia** apresentou em 1991 84,9% dos arranjos chefiados por casais e em 2000 esse percentual chegou a 77%, portanto uma queda de -9,3%, embora tenha apresentado crescimento da proporção de casais sem filhos, que passam de 11,5% em 1991, para 12,7 em 2000. O município de **Paulínia** apresentou nesse mesmo período um crescimento significativo nos arranjos de chefias femininas e masculinas sem cônjuges que passaram de 15,1% em 1991 para 23% em 2000 e menor aumento da proporção de domicílios de casais sem filhos, que eram 11,5 e passam a ser 12,7%. O município de **Sumaré**, por sua vez, apresentou, no ano de 1991, percentual de 85% de arranjos chefiados por casais, que cai em 2000 para 77,5%, ou seja, uma redução de -8,8%. Esse mesmo município apresentou crescimento nos arranjos chefiados por mulheres e homens sem cônjuges que passaram de 15% em 1991, para 22,5% em 2000 e ainda crescimento de domicílios de casais sem filhos de 10,8% para 12,7% (Tabelas 4a e 4b).

Os municípios de **Jaguariúna** e **Vinhedo** também devem ser mencionados, pois apresentaram as menores reduções nos percentuais dos arranjos chefiados por casais dentre os municípios da RMC no período de 1991-2000. Assim **Jaguariúna** apresentava, em 1991, 82,7% dos arranjos domiciliares nucleados por casais, percentual que passou para 78,8% em 2000. Da mesma forma, em **Valinhos** 82,9% dos arranjos domiciliares eram chefiados por casais em 1991, e, em 2000, esse percentual caiu para 79,5%.

Vale citar que, dentre os arranjos chefiados por casais, a maior queda observada em todos os municípios da RMC foi nos arranjos chefiados por casais com filhos e/ou parentes no período de 1991-2000. Destacam-se **Santo Antônio de Posse**, com redução de 10 pontos percentuais nos domicílios com arranjos chefiados por casais com a presença de filhos e/ou parentes. Em 1991, os arranjos de casais com filhos e/ou parentes representavam de 71,7% dos domicílios nesse município e, em 2000, estes representavam 61,4%. Em contrapartida, **Santo Antônio da Posse** apresentou o maior crescimento



relativo de domicílios de casais sem filhos, que passaram de 11% em 1991 para 15% em 2000.

O município de **Campinas**, sede da RMC, apresentou tendências semelhantes em relação aos arranjos nucleados por casais, verificando-se queda acima da média da região para esses arranjos domiciliares. Entretanto, observa-se queda elevada na proporção dos arranjos de casais com filhos, da ordem de 12,3% e, em contraposição, crescimento dos arranjos domiciliares de casais sem filhos, da ordem de 9,5%, no período 1991-2000. Por outro lado, embora apresente os percentuais mais elevados da região de domicílios com arranjos de chefias femininas sem cônjuges, apresentou crescimento abaixo da média da RMC nos arranjos de chefias femininas sem cônjuges, que passaram de 17,1% em 1991 para 21,8% dos arranjos domiciliares em 2000, com crescimento percentual de 27,5%; na RMC as proporções de domicílios com arranjos de chefias femininas sem cônjuges são mais baixas e foi mais acentuado o crescimento destes. Assim, esses arranjos que representavam 13,8% em 1991, passam a representar 18,3% dos domicílios da RMC em 2000, com crescimento percentual de 32%. Nos arranjos domiciliares chefiados por homens sem cônjuge filhos, o município de **Campinas** observa-se também tendência de elevação, apresentando proporções mais elevadas que a média regional (Tabelas 4a e 4b).

Mudanças no tamanho médio dos domicílios

A literatura especializada aponta a tendência de redução do tamanho médio dos domicílios no país. Essa tendência foi constatada também para o Estado de São Paulo e para as regiões metropolitanas paulistas e pólos regionais na análise do período entre os censos 1991 e 2000.

Como já se mencionou, a redução no tamanho médio dos domicílios expressa mudanças na família, tais como a redução na fecundidade e no número de filhos tidos, a nuclearização da família e o aumento da proporção das famílias monoparentais e dos domicílios unipessoais. Essas mudanças, por afetarem a composição dos núcleos familiares, revestem-se de importância para a análise das alterações na inserção familiar no mercado de trabalho e das alterações na responsabilidade pela provisão do domicílio.

O tamanho médio dos domicílios é relevante também para a análise do rendimento domiciliar per capita, cujo valor é utilizado como critério de elegibilidade na seleção de famílias beneficiárias de programas sociais diversos.

A Região Metropolitana de Campinas também apresenta no período de 1991-2000 tendência de redução do número de pessoas por domicílio. Observa-se que, em 1991, a



média de pessoas por domicílio na RMC era de 3,9, tendo passado em 2000 para 3,5 pessoas. A tendência e os valores são muito próximos daqueles observados para o Estado de São Paulo, bem como são próximos em relação às outras duas regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas (Tabela 5).

Tabela 5

Número médio de componentes dos domicílios segundo tipologia de arranjo domiciliar
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total (1)
	Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes				Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	Total	com filhos e/ou parentes	Unipessoal	
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais							
Estado São Paulo	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,9
RM São Paulo	4,2	2,2	4,6	4,3	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,4	3,3	1,0	3,9
RM Baixada Santista	4,1	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	2,9	3,6	1,0	2,1	3,3	1,0	3,7
RM Campinas	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,5	3,4	1,0	3,9
Pólo Araçatuba	4,1	2,2	4,5	4,1	4,9	4,7	3,0	3,6	1,0	2,3	3,4	1,0	3,9
1991 Pólo Bauru	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	3,0	3,6	1,0	2,4	3,4	1,0	3,9
Pólo Presidente Prudente	4,2	2,2	4,6	4,1	5,1	4,8	3,0	3,6	1,0	2,2	3,3	1,0	3,9
Pólo Ribeirão Preto	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,6	3,0	3,6	1,0	2,3	3,3	1,0	3,9
Pólo São José dos Campos	4,4	2,2	4,7	4,3	5,1	5,1	3,4	3,9	1,0	2,2	3,3	1,0	4,1
Pólo São José do Rio Preto	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,4	2,7	3,3	1,0	2,2	3,2	1,0	3,7
Pólo Sorocaba	4,3	2,2	4,7	4,3	5,2	4,8	3,1	3,7	1,0	2,4	3,5	1,0	4,0
Estado São Paulo	3,9	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
RM São Paulo	4,0	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,6
RM Baixada Santista	3,9	2,2	4,4	4,1	4,6	4,4	2,8	3,4	1,0	1,9	3,0	1,0	3,5
RM Campinas	3,9	2,1	4,3	4,0	4,5	4,4	2,8	3,3	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
Pólo Araçatuba	3,8	2,2	4,2	3,9	4,4	4,2	2,7	3,3	1,0	1,9	3,1	1,0	3,4
2000 Pólo Bauru	3,9	2,2	4,3	4,0	4,5	4,3	2,8	3,4	1,0	2,0	3,2	1,0	3,5
Pólo Presidente Prudente	3,8	2,2	4,2	4,0	4,5	4,3	2,6	3,2	1,0	1,8	3,0	1,0	3,4
Pólo Ribeirão Preto	3,9	2,2	4,3	4,1	4,6	4,3	2,8	3,4	1,0	2,0	3,2	1,0	3,6
Pólo São José dos Campos	4,1	2,2	4,4	4,1	4,7	4,6	3,0	3,5	1,0	2,0	3,3	1,0	3,7
Pólo São José do Rio Preto	3,7	2,2	4,1	3,9	4,3	4,2	2,5	3,1	1,0	1,8	3,0	1,0	3,3
Pólo Sorocaba	4,0	2,2	4,4	4,1	4,7	4,5	2,9	3,5	1,0	2,0	3,1	1,0	3,7

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares.

Todos os tipos de arranjos domiciliares apresentam redução, sendo mais acentuada naqueles chefiados por casais, nos quais o número de componentes caiu de 4,2 para 3,9 pessoas por domicílio, entre 1991 e 2000 (Tabelas 6a e 6b).

No ano censitário de 2000, observa-se que os arranjos chefiados por casais são aqueles que apresentaram o maior número médio de pessoas por domicílio, em média 3,9 pessoas. Destacam-se entre estes os arranjos casais com filhos e/ou parentes (4,3 pessoas), principalmente nas faixa etária de 35 a 49 anos (4,5 pessoas), seguidos pelos casais de 50 anos ou mais (4,4 pessoas) e, por fim, os domicílios chefiados por casais de até 34 anos, com a presença de filhos (4,0 pessoas).

As menores médias de componentes por domicílio na RMC são encontradas entre os arranjos de chefias femininas e masculinas sem cônjuges, respectivamente, 2,8 e 2,0 pessoas por domicílio no ano 2000. É preciso destacar que, nos arranjos citados nesse parágrafo, esse número é mais elevado quando se trata de arranjos domiciliares de chefes sem cônjuges com a presença de filhos e/ou parentes, tanto para os femininos, como para



os masculinos, observando-se, respectivamente, os valores de 3,3 e 3,1 pessoas por domicílio, pois as médias para os totais de cada arranjo de chefia sem cônjuge incluem os domicílios unipessoais.

Considerando-se os municípios da RMC, ao analisar o ano de 2000, observa-se que entre estes o tamanho dos domicílios varia entre 3,4 e 3,8 pessoas, sendo que a média da região fica em torno de 3,5 pessoas por domicílio. Os municípios apresentam também variação no tamanho dos domicílios com arranjos chefiados por casais, que ficam entre 3,8 e 4,1 componentes por domicílio. Os menores tamanhos médios são encontrados nos domicílios nucleados pelas chefes femininas sem cônjuge e pelos os chefes masculinos sem cônjuge. No caso dos arranjos chefiados por mulheres sem cônjuges, os tamanhos ficam entre 2,8 e 3,2 pessoas por domicílio. Por fim, nos domicílios com arranjos de chefes masculinos sem cônjuges, os valores ficam entre 1,9 e 2,1 pessoas por domicílio (Tabela 6b).

O município sede, **Campinas**, em 2000, apresentou o menor número médio de pessoas por domicílio da RMC, 3,4, pouco abaixo da média regional e da média do Estado de São Paulo, ambas de 3,5 pessoas. Comparativamente às médias regionais por tipos de arranjos domiciliares, o município de Campinas apresenta tamanho médio do domicílio menor no caso dos arranjos nucleados por casais, 3,8 pessoas por domicílio, nos arranjos nucleados por casais de 35 a 49 anos com filhos (4,4), e naqueles com 50 anos e mais (4,3), bem como nos arranjos de chefes femininas sem cônjuges (2,6).

Considerando-se os arranjos chefiados por casais, destaca-se **Holambra** com 4,1 pessoas por domicílio, acima da média regional, que é de 3,9. Nos arranjos chefiados por mulheres sem cônjuges, destacam-se com tamanhos maiores que a média regional (2,8): **Hortolândia** (3,2), **Monte Mor** (3,2) e **Paulínia** (3,1). Em relação aos arranjos chefiados por homens sem cônjuges estão acima da média regional (2,0): **Paulínia** (2,3), **Pedreira** (2,5), **Santa Bárbara D'Oeste** (2,3) e **Santo Antônio de Posse** (2,5).



Tabela 6a
Número médio dos componentes dos domicílios segundo tipologia de arranjo domiciliar
Região Metropolitana de Campinas
1991

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Total	Sem filhos	Com filhos e parentes			Total	com filhos		Total	com filhos			
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos		50 anos e mais	e/ou parentes		Unipessoal	Total	e/ou parentes	
Região Metropolitana de Campinas	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,7	3,0	3,6	1,0	2,5	3,4	1,0	3,9
Americana	4,0	2,2	4,4	4,1	4,8	4,5	3,0	3,5	1,0	2,4	3,1	1,0	3,8
Artur Nogueira	4,2	2,3	4,7	4,2	5,3	4,7	2,8	3,7	1,0	3,0	3,8	1,0	4,1
Campinas	4,1	2,2	4,5	4,2	4,8	4,6	2,8	3,5	1,0	2,3	3,3	1,0	3,8
Cosmópolis	4,3	2,3	4,6	4,2	5,1	4,8	2,9	3,7	1,0	2,7	3,7	1,0	4,0
Indaiatuba	4,2	2,2	4,6	4,2	5,0	4,8	3,4	3,8	1,0	2,4	3,5	1,0	4,0
Itatiba	4,2	2,1	4,6	4,3	4,9	4,8	3,1	3,8	1,0	2,7	3,6	1,0	4,0
Jaguariúna	4,4	2,5	4,7	4,3	5,0	5,0	2,6	3,0	1,0	2,5	3,5	1,0	4,1
Monte Mor	4,5	2,2	4,9	4,4	5,6	5,1	3,0	3,9	1,0	2,3	3,4	1,0	4,2
Nova Odessa	4,2	2,2	4,5	4,1	5,0	4,8	3,3	3,7	1,0	3,0	4,1	1,0	4,0
Paulínia	4,3	2,2	4,7	4,2	5,2	4,8	3,1	3,4	1,0	3,0	3,9	1,0	4,1
Pedreira	4,2	2,2	4,5	4,1	5,0	4,6	2,7	3,4	1,0	2,7	3,4	1,0	4,0
Santa Bárbara d'Oeste	4,3	2,2	4,6	4,2	5,1	5,0	3,5	4,0	1,0	2,5	3,4	1,0	4,1
Santo Antonio de Posse	4,3	2,3	4,6	4,3	5,1	4,6	2,7	3,3	1,0	2,7	3,9	1,0	4,0
Sumaré	4,4	2,3	4,7	4,3	5,3	5,0	3,5	3,9	1,0	2,8	3,7	1,0	4,2
Valinhos	4,1	2,2	4,5	4,2	4,9	4,5	3,0	3,5	1,0	2,9	3,7	1,0	4,0
Vinhedo	4,2	2,3	4,6	4,3	5,1	4,3	3,5	3,8	1,0	2,5	3,5	1,0	4,1

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Tabela 6b
Número médio dos componentes dos domicílios segundo tipologia de arranjo domiciliar
Região Metropolitana de Campinas
2000

	Casais						Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			Total
	Total	Sem filhos	Com filhos e parentes			Total	com filhos		Total	com filhos			
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos		50 anos e mais	e/ou parentes		Unipessoal	Total	e/ou parentes	
Região Metropolitana de Campinas	3,9	2,1	4,3	4,0	4,5	4,4	2,8	3,3	1,0	2,0	3,1	1,0	3,5
Americana	3,8	2,1	4,2	3,9	4,4	4,2	2,7	3,2	1,0	2,0	3,0	1,0	3,5
Artur Nogueira	3,9	2,2	4,3	4,0	4,6	4,6	2,9	3,4	1,0	2,3	3,1	1,0	3,7
Campinas	3,8	2,1	4,2	4,0	4,4	4,3	2,6	3,3	1,0	2,0	3,0	1,0	3,4
Cosmópolis	3,9	2,2	4,3	4,0	4,5	4,4	2,9	3,5	1,0	1,9	3,0	1,0	3,6
Engenheiro Coelho	4,0	2,2	4,4	4,1	5,0	4,4	3,0	3,5	1,0	2,1	3,0	1,0	3,7
Holambra	4,1	2,3	4,5	4,0	4,8	5,3	2,7	3,4	1,0	1,9	4,1	1,0	3,8
Hortolândia	4,0	2,2	4,3	4,0	4,6	4,7	3,2	3,6	1,0	1,9	3,0	1,0	3,8
Indaiatuba	3,9	2,1	4,3	4,0	4,5	4,4	2,9	3,4	1,0	2,0	3,2	1,0	3,6
Itatiba	3,9	2,2	4,3	4,0	4,6	4,4	3,0	3,6	1,0	2,1	3,1	1,0	3,6
Jaguariúna	4,0	2,2	4,4	4,1	4,6	4,6	3,0	3,4	1,0	2,2	3,1	1,0	3,7
Monte Mor	4,0	2,1	4,4	4,1	4,8	4,4	3,2	3,6	1,0	1,9	3,3	1,0	3,8
Nova Odessa	3,8	2,1	4,2	3,9	4,5	4,2	2,8	3,2	1,0	2,1	2,9	1,0	3,6
Paulínia	4,0	2,2	4,3	3,9	4,6	4,3	3,1	3,5	1,0	2,3	3,2	1,0	3,7
Pedreira	3,9	2,2	4,3	3,9	4,5	4,4	2,8	3,5	1,0	2,5	3,4	1,0	3,6
Santa Bárbara d'Oeste	3,8	2,1	4,2	3,9	4,4	4,2	3,0	3,5	1,0	2,3	3,3	1,0	3,6
Santo Antonio de Posse	3,9	2,2	4,4	3,9	4,7	4,7	2,9	3,2	1,0	2,5	3,9	1,0	3,7
Sumaré	3,9	2,2	4,3	3,9	4,6	4,4	3,0	3,4	1,0	2,0	3,1	1,0	3,7
Valinhos	3,8	2,1	4,2	3,9	4,4	4,3	2,9	3,5	1,0	2,0	3,0	1,0	3,5
Vinhedo	3,9	2,2	4,3	4,1	4,4	4,4	3,0	3,4	1,0	2,1	2,8	1,0	3,7

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

2.2. Mudanças nos arranjos domiciliares de inserção no mercado de trabalho e na provisão dos domicílios.

Inicialmente, e de forma semelhante ao que foi observado no documento relativo ao conjunto de regiões analisadas para o Estado de São Paulo (Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, deste Projeto), deve-se mencionar que este estudo considera que os arranjos de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho são definidos, articuladamente, pela dinâmica da economia e pela dinâmica das relações familiares e das relações de gênero. Considera também que a composição familiar predominante da etapa do ciclo de vida familiar é outro aspecto que influi nos



arranjos de inserção no mercado de trabalho e de provisão familiar articulados pelos diferentes tipos de família. Estudo longitudinal sobre a Região Metropolitana de São Paulo sobre os anos 80 e 90, mostrou que nesse período alteram-se tanto a composição familiar em alguns tipos de família, como os arranjos de inserção familiar (Montali, 2004). A generalização das mudanças nos arranjos de inserção familiar e na responsabilidade pela provisão familiar é também apontada, por outro estudo, para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras nos anos 2000, guardadas algumas especificidades regionais (Montali e Tavares, 2007).

No atual projeto, utiliza-se a mesma metodologia dos estudos referidos, buscando-se identificar nas análises as mudanças nos arranjos de inserção familiar e na responsabilidade dos componentes da família pela provisão familiar que ocorreram entre os anos de 1991 e de 2000 nas regiões metropolitanas paulistas e nos pólos regionais.

Análise anterior sobre os anos 90 referente à Região Metropolitana de São Paulo (Montali, 2004) evidenciou que ocorreu nesse período um rearranjo de inserção no mercado de trabalho entre os diferentes componentes da família, fortemente relacionado ao crescente desemprego e às novas características dos desempregados provocados conjuntamente pelo baixo ritmo de crescimento da economia nacional e pelo processo de reestruturação produtiva que intensificou-se naquela década. O estudo referido atribui peso preponderante à mudança do padrão de absorção da força de trabalho ocorrida nos anos 90 para explicar as mudanças verificadas nos arranjos familiares de inserção no mercado ocorridas; ainda que considere as alterações havidas nas características da composição familiar, na pequena redução no seu tamanho e na redução na proporção de filhos menores de 10 anos como elementos importantes na sua explicação.

Assim, a hipótese assumida pelo estudo citado, é que a nova tendência observada na articulação dos arranjos familiares de inserção no mercado foi viabilizada pela mudança no papel da mulher na sociedade, nesta incluindo o aumento de sua inserção no mercado de trabalho, porém expressa mais fortemente a alteração no padrão de absorção da força de trabalho. A reestruturação produtiva e organizacional nos anos 90 reduziu postos de trabalho principalmente para ocupações predominantemente masculinas e promoveu o crescente desemprego daqueles que eram os principais mantenedores das famílias nos anos 80: chefes masculinos e filhos/filhas maiores de 18 anos (Montali, 2004). Nos anos 90 também aumentam as dificuldades de absorção dos jovens pelo mercado de trabalho e amplia-se a participação da mulher. Tais impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho apresentam características semelhantes e são registrados em diversos estudos tanto para o Brasil, como para países da América Latina, destacando-se



o aumento da absorção da mulher e as maiores restrições para a absorção dos jovens (Leone, 2003; Oliveira e Salas, 2008).

No referido estudo longitudinal sobre a Região Metropolitana de São Paulo, evidenciou-se que, nos anos 90, a mudança mais freqüente verificada em praticamente todos os tipos de família, foi o aumento da participação da mulher-cônjuge e da mulher-chefe entre os ocupados da família, em face do desemprego de parte dos componentes da família e da dificuldade em aumentar o número de pessoas ocupadas das unidades familiares. No caso das famílias na etapa final do ciclo de vida familiar (caracterizadas pelos casais com 50 anos e mais) com a presença de filhos, a mudança manifesta-se no aumento da participação do chefe e da cônjuge entre os ocupados, ao mesmo tempo em que cresce o desemprego dos filhos adultos (Montali, 2004).

Dessa maneira, os rearranjos familiares de inserção observados a partir de 1991 – diferenciando-se dos arranjos encontrados na década de 1980 – indicam o maior partilhamento da responsabilidade da manutenção da família. A análise para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras também confirma esses padrões de arranjos de inserção nos anos 2004 e 2006 (Montali e Tavares, 2007).

A atual análise sobre as regiões metropolitanas e pólos regionais paulistas com base nos dados censitários, evidenciou características semelhantes às encontradas nos estudos referidos no que se refere aos arranjos domiciliares de inserção, bem como as mudanças observadas na responsabilidade pela provisão dos domicílios no ano 2000.

No volume 1 (Relatório Consolidado), que consolida as análises regionais, foi possível realizar análise detalhada das mudanças na inserção dos componentes dos domicílios no mercado de trabalho nos diferentes arranjos familiares, por tratar de dados mais agregados, o que não se torna possível na análise regional com detalhamento por municípios¹⁴.

Assim, na presente análise regional dessa problemática são utilizados dois indicadores: a taxa de geração de renda e a participação na composição da renda domiciliar.

A taxa de geração de renda é um indicador das mudanças nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e de responsabilidade pela manutenção da família. Essa taxa expressa a proporção de pessoas que aportam renda de alguma fonte para o grupo familiar, considerando-se sua posição na família. Estudo longitudinal sobre a RMSP

¹⁴ Essa análise pode ser encontrada no Documento 1 - Capítulo 3, item 2.2. FINEP. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP. Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, Capítulo 3. Parte 2.



mostrou que, embora a taxa específica de geração de renda tenha caído nos anos de maior desemprego do início da década de 1990, ela tem sido crescente a partir de 1995 evidenciando a importante participação dos diversos componentes no aporte de renda para o núcleo doméstico (Montali, 2004). A análise para o Estado de São Paulo e as regiões metropolitanas e polos regionais paulistas confirmam essa tendência entre os anos censitários de 1991 e 2000 (Documento 1 - Capítulo 3, item 2.2.).

As tendências observadas no período 1991 e 2000 nas distintas espacialidades do Estado de São Paulo sob análise, e para o conjunto dos arranjos domiciliares, confirmam tanto o crescimento da taxa de geração de renda, como a queda nas taxas de geração de renda dos chefes, a elevação das taxas das cônjuges, a manutenção da taxa dos filhos e a queda na proporção de parentes e não parentes que contribuem para compor a renda domiciliar (Tabela 7). Deve-se ressaltar que na Região Metropolitana de Campinas, entre 1991 e 2000, a taxa de geração de renda por domicílio passou de 46,4%, para 49,5%, significando que, em 2000, a metade dos componentes aporta renda de alguma natureza para o domicílio.

Tabela 7
Taxa de geração de renda por tipologia e posição na família
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
1991	96,1	34,1	22,1	45,9	44,1	89,5	-	46,6	46,9	61,1	93,1	-	48,1	58,9	71,5	94,9	34,1	25,6	48,4	47,4
RM São Paulo	94,8	34,0	20,2	46,2	43,0	87,9	-	43,3	48,4	59,4	91,1	-	45,2	58,9	70,2	93,3	34,0	23,9	49,3	46,5
RM Baixada Santista	96,7	34,1	20,1	43,8	43,9	92,1	-	42,1	44,0	59,7	94,7	-	39,9	58,1	72,2	95,7	34,1	23,8	46,1	47,5
RM Campinas	96,9	36,4	24,6	49,5	46,4	91,6	-	51,0	48,8	64,3	94,7	-	50,7	62,5	73,6	96,1	36,4	27,9	51,4	49,3
Pólo Araçatuba	97,7	35,8	27,6	43,7	47,6	89,6	-	52,7	46,3	63,7	94,7	-	58,8	54,0	72,6	96,3	35,8	31,0	45,8	50,3
Pólo Bauru	97,8	37,5	24,8	45,4	46,5	93,8	-	52,1	45,8	65,1	96,6	-	56,2	56,4	73,2	97,0	37,5	28,5	47,2	49,6
Pólo Presidente Prudente	97,5	32,2	24,2	41,2	44,6	91,6	-	50,5	43,5	63,3	96,0	-	46,5	57,0	72,2	96,6	32,2	27,7	43,9	47,6
Pólo Ribeirão Preto	97,5	34,1	24,4	48,3	45,6	90,8	-	53,2	45,8	64,3	96,4	-	54,8	63,7	76,6	96,4	34,1	28,1	49,9	48,8
Pólo São José dos Campos	95,9	32,1	19,0	43,2	41,0	91,2	-	42,5	45,4	57,6	93,1	-	39,4	62,3	72,0	95,1	32,1	22,1	46,9	44,1
Pólo São José do Rio Preto	98,4	37,3	26,9	48,3	49,1	94,5	-	55,3	52,5	69,1	97,8	-	51,1	63,5	76,6	97,8	37,3	30,4	51,5	52,3
Pólo Sorocaba	96,0	34,0	21,1	44,8	42,9	91,0	-	46,9	44,0	60,5	94,5	-	48,1	58,6	71,7	95,2	34,0	24,3	46,6	45,7
2000	91,8	46,4	22,5	42,0	47,4	90,1	-	42,2	44,1	59,7	89,6	-	45,5	59,2	72,1	91,3	46,4	26,4	45,2	50,5
RM São Paulo	89,8	45,3	21,2	41,6	45,9	88,6	-	39,7	44,3	57,9	88,4	-	43,1	59,4	71,0	89,5	45,3	25,2	45,3	49,2
RM Baixada Santista	91,1	45,6	20,4	38,7	46,3	90,3	-	39,3	41,7	58,1	86,8	-	41,3	55,2	69,8	90,5	45,6	24,8	41,9	49,7
RM Campinas	92,5	47,9	24,7	43,8	49,5	90,5	-	45,2	45,6	61,6	89,5	-	49,1	61,3	73,3	91,9	47,9	28,4	47,0	52,2
Pólo Araçatuba	94,5	51,8	28,1	42,5	53,0	91,6	-	50,5	44,4	64,5	92,8	-	50,8	60,8	75,7	93,8	51,8	32,2	45,5	55,7
Pólo Bauru	94,1	49,5	24,4	43,0	50,0	93,6	-	44,9	45,1	62,5	92,6	-	49,5	55,4	73,3	93,9	49,5	28,1	45,4	52,9
Pólo Presidente Prudente	92,7	47,9	22,3	39,8	48,3	91,3	-	45,4	44,8	62,7	88,7	-	48,6	56,7	73,3	92,1	47,9	26,4	43,3	51,4
Pólo Ribeirão Preto	94,5	47,4	24,4	44,7	49,3	91,9	-	45,8	46,4	62,7	92,5	-	50,5	57,7	74,0	93,8	47,4	28,3	47,2	52,4
Pólo São José dos Campos	92,3	42,6	21,6	40,2	45,3	90,8	-	40,2	42,0	57,4	89,9	-	40,0	54,3	69,4	91,8	42,6	24,9	42,8	48,2
Pólo São José do Rio Preto	94,0	50,1	25,9	46,2	52,2	92,1	-	49,5	49,6	66,8	92,1	-	51,1	67,8	78,5	93,5	50,1	30,0	50,0	55,4
Pólo Sorocaba	92,6	48,1	21,8	41,1	47,3	92,6	-	44,5	45,0	61,1	91,5	-	45,7	60,6	72,8	92,5	48,1	25,6	44,9	50,2

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Na RMC no período de 1991-2000, considerando-se os arranjos domiciliares nucleados por casais, ocorreu redução na taxa de geração de renda dos chefes, com queda de aproximadamente 4 pontos percentuais; essa taxa era de 96,9% em 1991 e caiu para 92,5% em 2000, mantendo-se entretanto elevada. Por outro lado, eleva-se a taxa de geração de renda das cônjuges, que, em 1991, era de 36,4% e, passou a ser de 48%, em 2000. A taxa de geração de renda dos filhos praticamente se mantém entre 1991 e 2000, em 24,6%. Outro componente que diminuiu sua participação na taxa de geração de renda foram os parentes e não parentes, onde em 1991 cuja participação era de 49,5% em 1991



e de 43,8%, em 2000, considerando-se os arranjos domiciliares de casais. Nestes arranjos houve, no período, elevação da taxa domiciliar de geração de renda de 46% para 49,5%.

Nos arranjos chefiados por mulheres sem cônjuge, na RMC, embora as chefes apresentem taxa bastante elevada, sofrem leve queda na taxa de geração de renda (91,6% para 90,5%) entre 1991 e 2000, diferentemente da tendência do Estado que é de um pequeno aumento na participação das chefes na taxa de geração de renda (89,5% para 90,1%). No mesmo período observa-se queda na taxa de geração de renda dos filhos, que em 1991 era de 51% e, em 2000, passa a ser de 45,2%, possivelmente expressando restrições do mercado ao trabalho jovem. Outro componente, que diminuiu sua participação na taxa de geração de renda, nesse arranjo domiciliar foram os parentes e não parentes, cuja participação cai de 48,8% em 1991, para 45,6% em 2000. Conclui-se pela redução da taxa de geração de renda deste arranjo domiciliar, pois passa de 64% em 1991 para 61,6%, em 2000.

Em relação aos chefes masculinos sem cônjuges percebe-se a diminuição da taxa de geração de renda dos chefes e dos filhos, bem como dos parentes, porém com pequena redução da taxa de geração de renda do domicílio no período. Em 1991, cerca de 95% os chefes aportavam renda para o domicílio e 51% dos filhos. Em 2000, essas taxas passaram a ser de 89,5% e 49%, respectivamente (Tabela 7).

A análise dos municípios da RMC evidencia as mesmas tendências assinaladas acima, com poucas especificidades. Considerando-se os arranjos nucleados por casais, a tendência geral é de diminuição da taxa de geração de renda dos chefes. No período de 1991-2000 no município de **Campinas**, por exemplo, a taxa de geração de renda dos chefes cai de 96,6% em 1991 para 92% em 2000, embora a taxa de domiciliar de geração de renda cresça no período, passando de 49,6% para 50,3%. A menor taxa de geração de renda dos chefes, nos domicílios nucleados por casais, é verificada em **Hortolândia** onde é de 87%, não sendo possível observar-se a tendência no período, pois o município não existia enquanto tal em 1991. Neste município, que apresenta o menor rendimento per capita da região (ver Gráfico 7) apresenta, juntamente com Monte Mor, os menores valores regionais da taxa domiciliar de geração de renda no caso dos arranjos domiciliares nucleados pelo casal (Tabelas 8a e 8b).

Em relação às cônjuges, a tendência nos municípios da região metropolitana é de aumento da taxa de geração de renda nos arranjos nucleados por casais. O município de **Campinas** serve de exemplo desse aumento na participação das cônjuges, pois em 1991 a taxa de geração de renda era de 39,6%, e em 2000 esta passa a ser de 49,8%, ambas acima da média regional. Outro exemplo é o município de **Cosmópolis**, onde em 1991, a



taxa geração de renda das cônjuges era de 29,7% e elevou-se para 40,2% em 2000, nos arranjos nucleados por casais, possibilitando manter a taxa de geração de renda domiciliar em 44,1%, frente à acentuada queda da taxa de geração dos chefes e dos filhos no período (Tabelas 8a e 8b).

Ainda considerando os arranjos nucleados por casais, registra-se na RMC a tendência de manutenção da taxa geração de renda dos filhos, muito embora na maioria dos municípios observe-se redução desta taxa. Algumas exceções a mencionar são os municípios de **Campinas, Indaiatuba, Sumaré, Valinhos e Vinhedo**; no caso de **Campinas** da taxa geração de renda dos filhos cresce de 23,5% em 1991 para 25% em 2000, segundo o IBGE. Já em relação aos parentes e não parentes, nesse tipo de arranjo domiciliar, todos os municípios da RMC, com exceção de **Paulínia e Jaguariúna**, seguiram a tendência regional de diminuição da taxa de geração de renda dos parentes e não parentes (Tabelas 8a e 8b).

Nos arranjos chefiados por mulheres sem cônjuge observa-se, nos municípios, a tendência indicada para a RMC, ou seja, de pequena queda da taxa de geração de renda das chefes, dos filhos e dos outros parentes, com queda na taxa domiciliar de geração de renda domiciliar no período 1991-2000 (Tabelas 8a e 8b). Entretanto alguns municípios apresentaram aumento na taxa de geração de renda das chefes, são eles: **Americana, Nova Odessa, Sumaré, Valinhos e Vinhedo**, que combinada com a queda observada para as taxas dos demais componentes nem sempre conseguem manter a taxa domiciliar de geração de renda.

Considerando-se o arranjo dos chefes masculinos sem cônjuge no período de 1991-2000, percebe-se, na RMC, tendência de queda na taxa de geração de renda para os chefes, ainda que permaneça elevada. No município de **Campinas**, em 1991, 94,3% dos chefes e em 2000 88,2% deles, aportavam renda para o domicílio. Três municípios não seguiram a tendência e a participação dos chefes sem cônjuges aumentou no período analisado. Foram eles: **Monte Mor, Nova Odessa e Pedreira** (Tabelas 8a e 8b). Em relação à participação dos filhos de chefes masculinos sem cônjuge percebe-se na RMC pequena tendência à diminuição na participação destes na geração de renda dos domicílios; no entanto, dentre os 16 municípios analisados, em 10 deles observou-se o aumento taxa de geração de renda dos filhos. Como resultado desta combinação e da tendência semelhante à dos filhos observada para as taxa de geração de renda dos outros parentes, neste tipo de arranjo se mantém no período a taxa de geração de renda domiciliar.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 8a
Taxa de geração de renda por tipologia e posição na família
Região Metropolitana de Campinas
1991

	Casais					Chefe feminino sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Região Metropolitana de Campinas	96,9	36,4	24,6	49,5	46,4	91,6	-	51,0	48,8	64,3	94,7	-	50,7	62,5	73,6	96,1	36,4	27,9	51,4	49,3
Americana	98,2	39,1	29,6	53,7	50,5	92,6	-	59,9	52,4	69,1	96,5	-	52,3	69,0	76,9	97,4	39,1	33,0	55,4	53,1
Artur Nogueira	97,0	40,7	27,9	47,1	49,6	91,6	-	46,0	47,8	62,6	92,6	-	76,0	67,9	77,6	96,3	40,7	29,7	50,7	50,5
Campinas	96,6	39,6	23,5	49,6	47,0	92,8	-	49,7	50,9	65,4	94,3	-	49,1	62,7	74,4	95,8	39,6	27,2	52,2	50,5
Cosmópolis	98,8	29,7	24,1	44,1	44,5	92,1	-	53,2	28,1	60,6	95,4	-	36,8	64,0	71,1	97,9	29,7	26,5	45,7	47,1
Engenheiro Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Holambra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hortolândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indaiatuba	96,3	32,4	24,4	47,4	44,9	90,2	-	52,4	48,0	62,7	95,6	-	45,9	69,2	75,2	95,5	32,4	27,6	50,6	47,7
Itatiba	98,1	39,5	29,8	49,6	49,6	93,5	-	59,0	46,2	67,2	96,5	-	66,9	59,7	74,6	97,5	39,5	32,8	50,8	52,1
Jaguariúna	99,0	34,1	23,5	47,6	47,9	90,3	-	49,8	58,7	67,0	97,9	-	53,3	65,2	76,1	97,9	34,1	31,1	51,8	50,2
Monte Mor	95,9	27,6	22,1	40,5	40,8	85,8	-	38,3	24,9	52,5	78,9	-	74,8	45,2	69,9	93,9	27,6	24,4	38,9	42,5
Nova Odessa	97,3	34,5	25,0	50,3	46,2	85,4	-	50,1	33,4	57,4	89,2	-	61,5	57,7	69,1	95,6	34,5	28,2	47,9	48,0
Paulínia	98,0	36,6	25,4	42,2	45,8	91,0	-	46,1	50,4	61,5	88,9	-	56,2	47,2	63,1	96,8	36,6	27,5	44,4	47,6
Pedreira	97,1	42,7	33,2	56,7	52,0	93,6	-	75,3	62,6	79,2	97,8	-	71,3	61,8	78,1	96,7	42,7	37,3	58,7	55,3
Santa Bárbara d'Oeste	97,4	31,5	25,6	51,1	45,6	92,2	-	55,4	39,1	62,6	95,5	-	41,6	70,0	67,7	96,8	31,5	28,7	51,2	47,9
Santo Antonio de Posse	96,5	37,5	28,8	49,6	48,4	91,8	-	51,2	46,3	65,3	94,2	-	71,8	63,3	75,9	97,5	37,5	31,2	52,2	50,9
Sumaré	95,9	29,9	23,1	44,9	41,0	83,2	-	43,8	43,1	55,1	95,2	-	49,9	51,6	67,0	94,3	29,9	22,8	45,6	43,0
Valinhos	98,5	30,7	28,4	53,8	47,6	93,0	-	51,5	54,0	65,9	98,8	-	47,6	71,5	77,9	97,9	30,7	30,7	57,1	50,0
Vinhedo	98,5	34,0	26,3	63,2	47,8	87,6	-	62,1	54,3	67,4	96,1	-	41,7	62,2	71,5	97,1	34,0	30,0	61,0	50,6

Fonte: Censo Demográfico 1991 IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

Tabela 8b
Taxa de geração de renda por tipologia e posição na família
Região Metropolitana de Campinas
2000

	Casais					Chefe feminino sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Região Metropolitana de Campinas	92,5	47,9	24,7	43,8	49,5	90,5	-	45,2	45,6	61,6	89,5	-	49,1	61,3	73,3	91,9	47,9	28,4	47,0	52,2
Americana	94,9	48,4	27,2	47,9	52,1	93,4	-	51,8	51,7	67,3	95,1	-	67,0	63,6	80,1	94,7	48,4	31,6	51,2	55,2
Artur Nogueira	91,9	50,0	23,9	38,1	48,9	88,7	-	46,6	52,2	61,5	86,4	-	36,3	53,9	65,4	91,1	50,0	26,8	44,0	50,9
Campinas	92,2	49,8	25,0	43,2	50,3	91,2	-	44,9	47,9	63,1	89,2	-	45,5	61,4	72,7	91,6	49,8	29,0	47,7	53,6
Cosmópolis	88,8	40,2	19,2	43,9	44,1	87,7	-	40,7	37,9	56,3	82,3	-	35,7	53,7	66,1	88,1	40,2	22,9	44,1	46,7
Engenheiro Coelho	94,0	45,6	26,3	57,9	50,0	84,7	-	49,7	41,7	59,9	98,1	-	30,9	82,9	83,7	93,4	45,6	28,9	61,5	52,7
Holambra	98,1	59,5	37,0	42,6	57,9	96,9	-	43,2	45,8	63,7	96,9	-	40,0	59,2	77,9	97,9	59,5	37,6	44,1	58,7
Hortolândia	87,0	45,6	18,1	37,8	43,2	84,8	-	36,6	36,6	51,8	85,4	-	45,4	49,8	68,1	86,6	45,6	20,9	38,9	45,0
Indaiatuba	93,5	48,3	25,3	46,0	49,9	89,8	-	50,0	44,0	62,7	92,0	-	55,0	60,6	75,2	92,8	48,3	29,1	47,3	52,4
Itatiba	96,8	51,2	28,8	43,8	52,8	92,1	-	51,5	47,1	63,9	96,0	-	61,4	59,8	77,5	96,0	51,2	32,8	47,3	55,5
Jaguariúna	93,0	48,1	26,0	59,9	50,8	83,5	-	56,9	49,9	64,5	95,2	-	60,1	55,7	74,8	91,7	48,1	30,6	56,9	53,4
Monte Mor	90,7	36,2	19,8	35,9	42,3	80,0	-	40,4	33,5	51,6	83,5	-	35,7	42,0	62,9	88,7	36,2	22,7	35,9	44,1
Nova Odessa	95,0	42,6	23,4	44,5	48,4	94,9	-	42,7	47,8	62,3	94,4	-	35,1	64,0	73,1	95,0	42,6	26,1	47,9	50,8
Paulínia	91,8	47,1	25,1	45,8	49,0	88,7	-	43,0	48,3	58,7	87,1	-	36,2	66,8	69,3	91,0	47,1	28,1	49,7	51,2
Pedreira	95,7	58,2	32,4	56,0	56,6	89,9	-	43,4	46,2	69,8	98,3	-	84,5	54,0	77,7	95,0	58,2	37,6	52,9	59,3
Santa Bárbara d'Oeste	93,8	45,9	25,3	42,5	49,5	90,4	-	43,8	42,8	59,4	89,5	-	49,9	63,0	72,0	93,0	45,9	28,3	46,0	51,6
Santo Antonio de Posse	95,3	41,6	25,7	36,7	48,2	88,1	-	46,6	50,8	61,9	93,2	-	78,1	82,8	85,9	94,0	41,6	29,8	49,5	51,8
Sumaré	90,1	43,8	21,7	37,6	45,6	87,0	-	37,7	36,1	54,1	86,5	-	42,4	63,3	70,9	89,4	43,8	24,4	40,6	47,6
Valinhos	96,3	46,7	29,9	51,4	53,0	95,6	-	51,8	41,4	65,0	97,6	-	53,9	62,5	77,9	96,3	46,7	33,3	50,2	55,4
Vinhedo	95,8	50,3	28,5	53,2	53,2	92,1	-	50,5	48,2	64,1	92,3	-	45,7	85,8	80,2	95,1	50,3	31,9	55,7	55,4

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

Outro indicador utilizado para se conhecer as mudanças no padrão de arranjos domiciliares de provisão da família é a participação dos membros da família na composição renda domiciliar.

Na RMC, embora o aumento da participação dos componentes do domicílio em atividades para geração de renda, a renda domiciliar é predominantemente composta pela contribuição dos chefes do domicílio, sendo eles chefes masculinos ou femininos. Entretanto, percebe-se na RMC, através dos censos de 1991 e 2000 e considerando-se a posição na família, que ocorre queda da participação dos chefes na composição da renda domiciliar nos arranjos nucleados pelo casal, enquanto cresce a participação dos chefes femininos e masculinos nos arranjos sem a presença de cônjuge. Outras tendências são o crescimento da participação das cônjuges na composição do rendimento domiciliar e queda na participação dos filhos, nesse período. Estas mudanças indicam um maior partilhamento entre os componentes do domicílio da responsabilidade pela manutenção do domicílio.



Examinam-se a seguir essas mudanças nos diferentes arranjos domiciliares no contexto da Região Metropolitana de Campinas. Considerando-se os arranjos nucleados pelo casal, a participação dos chefes na composição da renda domiciliar, cai de 69,7% em 1991 para 67,3% em 2000 na RMC. Tendência semelhante é apresentada pelo Estado de São Paulo, que apresentou queda nessa participação de aproximadamente 3 pontos percentuais no período analisado (Tabela 9).

Apresentando tendência inversa, as cônjuges, nos domicílios compostos por casais, elevaram sua participação na composição da renda familiar no período de 1991-2000, na RMC. Considerando-se os arranjos domiciliares nucleados pelo casal, em 1991 a contribuição da cônjuge era de 13,9% e passou a ser de 18,9% em 2000, com um aumento de 4 pontos percentuais. Essa tendência é registrada também para o Estado de São Paulo, para as outras duas regiões metropolitanas e para os pólos regionais paulistas (Tabela 9).

Tabela 9
Participação na composição da massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais - Estado de São Paulo
1991-2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total					
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	
1991																					
Estado São Paulo	70,0	14,1	13,0	3,0	100,0	56,4	-	30,8	12,8	100,0	71,2	-	8,4	20,3	100,0	68,5	11,6	14,7	5,2	100,0	
RM São Paulo	69,8	14,4	12,9	3,0	100,0	57,4	-	29,4	13,2	100,0	71,3	-	7,4	21,3	100,0	68,3	11,6	14,5	5,5	100,0	
RM Baixada Santista	72,1	13,9	10,7	3,3	100,0	60,8	-	27,1	12,1	100,0	77,2	-	6,1	16,7	100,0	70,9	11,2	12,6	5,3	100,0	
RM Campinas	69,7	13,9	13,2	3,2	100,0	55,8	-	31,6	12,6	100,0	73,7	-	8,3	18,0	100,0	68,6	11,7	14,8	4,9	100,0	
Pólo Aracatuba	70,3	14,1	13,0	2,6	100,0	56,3	-	31,2	12,5	100,0	68,5	-	11,8	19,8	100,0	68,9	12,1	14,7	4,3	100,0	
Pólo Bauru	69,2	14,9	13,1	2,8	100,0	53,8	-	35,7	10,5	100,0	70,0	-	10,4	19,6	100,0	67,6	12,7	15,4	4,4	100,0	
Pólo Presidente Prudente	70,6	14,2	12,9	2,2	100,0	51,1	-	40,5	8,4	100,0	74,3	-	10,2	15,5	100,0	68,9	12,3	15,5	3,4	100,0	
Pólo Ribeirão Preto	70,3	13,7	13,0	3,1	100,0	55,4	-	31,7	12,9	100,0	71,2	-	7,8	21,0	100,0	68,8	11,8	14,8	5,0	100,0	
Pólo São José dos Campos	72,7	13,4	11,0	2,9	100,0	50,9	-	31,1	18,0	100,0	70,8	-	10,3	19,0	100,0	70,5	11,3	13,0	5,3	100,0	
Pólo São José do Rio Preto	70,6	13,9	12,7	2,8	100,0	58,4	-	30,2	11,5	100,0	70,7	-	9,6	19,7	100,0	69,4	11,9	14,3	4,4	100,0	
Pólo Sorocaba	70,1	13,2	13,3	3,3	100,0	51,9	-	36,7	11,3	100,0	68,0	-	11,4	20,6	100,0	68,3	11,3	15,5	4,9	100,0	
2000																					
Estado São Paulo	67,0	19,3	11,3	2,4	100,0	63,8	-	25,5	10,7	100,0	78,6	-	7,3	14,1	100,0	67,3	15,2	13,1	4,4	100,0	
RM São Paulo	66,2	20,0	11,5	2,4	100,0	63,8	-	25,2	11,0	100,0	78,6	-	6,7	14,7	100,0	66,7	15,4	13,3	4,6	100,0	
RM Baixada Santista	67,6	19,5	10,1	2,8	100,0	65,6	-	23,0	11,3	100,0	81,0	-	6,9	12,2	100,0	68,2	14,7	12,2	5,0	100,0	
RM Campinas	67,3	18,9	11,5	2,4	100,0	64,8	-	24,9	10,4	100,0	78,1	-	7,4	14,5	100,0	67,6	15,3	13,0	4,1	100,0	
Pólo Aracatuba	69,7	18,0	10,3	2,0	100,0	65,3	-	25,8	8,9	100,0	79,1	-	9,4	11,5	100,0	69,7	15,0	12,0	3,3	100,0	
Pólo Bauru	68,9	19,1	9,9	2,1	100,0	66,3	-	22,8	11,0	100,0	81,5	-	7,2	11,3	100,0	69,3	15,5	11,5	3,8	100,0	
Pólo Presidente Prudente	68,0	20,0	10,0	2,1	100,0	66,0	-	24,2	9,8	100,0	84,0	-	6,6	9,4	100,0	68,7	16,1	11,7	3,5	100,0	
Pólo Ribeirão Preto	68,7	18,1	10,9	2,3	100,0	65,8	-	24,1	10,1	100,0	78,6	-	9,3	12,1	100,0	68,9	14,5	12,6	4,0	100,0	
Pólo São José dos Campos	69,2	17,7	10,7	2,4	100,0	63,2	-	25,7	11,1	100,0	79,2	-	7,3	13,5	100,0	69,2	14,3	12,3	4,2	100,0	
Pólo São José do Rio Preto	68,3	19,0	10,0	2,7	100,0	65,7	-	24,7	9,6	100,0	81,8	-	5,9	12,3	100,0	68,8	15,5	11,7	4,1	100,0	
Pólo Sorocaba	67,3	18,9	11,3	2,5	100,0	61,3	-	27,6	11,1	100,0	76,9	-	8,1	15,0	100,0	67,0	15,5	13,2	4,3	100,0	

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Observa-se também queda na participação dos filhos, e dos parentes e não parentes na composição da renda domiciliar. Na Região Metropolitana de Campinas, considerando-se os arranjos domiciliares, destaca-se a redução apresentada pelos filhos das chefes femininas sem cônjuge, que participavam com parcela de 31,6% da composição da renda domiciliar em 1991 e passaram a contribuir com 24,9% em 2000, uma queda de 6,7 pontos percentuais. Também nos arranjos nucleados por casais, os filhos apresentam tendência decrescente em sua contribuição na composição da renda familiar (13,2 % para 11,5%), sendo mais acentuada em determinados tipos de arranjos, correspondendo a etapas do ciclo de vida familiar.



Outra informação que merece destaque, indicando a crescente responsabilidade da mulher na provisão familiar, é o aumento na participação das chefes femininas sem cônjuge na composição da renda domiciliar. Em 1991 as chefes contribuíam com 58,8% da renda domiciliar e passaram a contribuir com 64,8% em 2000, frente à redução da participação dos filhos apontada acima e também dos outros parentes, resultando no aumento do encargo das chefes femininas na manutenção do domicílio. Os dados apresentados seguem tendência semelhante à observada para o Estado de São Paulo, no qual as chefes femininas sem cônjuge contribuíam com 56% em 1991 e passaram a contribuir com 63,8% em 2000 para a composição da renda domiciliar. Também apresenta tendência de crescimento o encargo dos chefes masculinos sem cônjuge, cuja contribuição era de 73,7% em 1991 e passou para 78,1% em 2000 na composição da renda domiciliar, tanto na RMC, como no Estado de São Paulo, na composição da renda domiciliar desse arranjo doméstico também observa-se queda na participação dos filhos e dos parentes e não parentes.

Tabela 10a
Participação na massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Região Metropolitana de Campinas
1991

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Região Metropolitana de Campinas	69,7	13,9	13,2	3,2	100,0	55,8	-	31,6	12,6	100,0	73,7	-	8,3	18,0	100,0	68,6	11,7	14,8	4,9	100,0
Americana	69,0	13,3	14,9	2,9	100,0	43,6	-	39,4	17,0	100,0	67,3	-	12,5	20,2	100,0	66,8	11,7	16,8	4,7	100,0
Artur Nogueira	68,4	14,3	13,6	3,8	100,0	54,4	-	26,7	19,0	100,0	46,0	-	14,5	39,5	100,0	66,8	12,9	14,4	5,9	100,0
Campinas	70,6	15,2	11,5	2,7	100,0	59,9	-	28,2	11,9	100,0	78,8	-	6,4	14,9	100,0	69,9	12,4	13,1	4,6	100,0
Cosmópolis	69,4	9,9	16,2	4,4	100,0	47,7	-	40,0	12,3	100,0	61,6	-	4,9	33,5	100,0	67,6	8,7	17,2	6,5	100,0
Engenheiro Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Holambra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hortolândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indaiatuba	70,3	11,2	14,4	4,1	100,0	50,2	-	37,5	12,3	100,0	72,5	-	9,1	18,4	100,0	68,7	9,6	16,1	5,6	100,0
Itatiba	67,5	13,3	15,8	3,4	100,0	52,1	-	33,8	14,1	100,0	64,5	-	11,4	24,2	100,0	66,1	11,5	17,1	5,3	100,0
Jaguariúna	67,2	13,4	15,7	3,7	100,0	57,2	-	19,8	23,0	100,0	57,9	-	8,4	33,7	100,0	65,6	11,2	15,8	7,4	100,0
Monte Mor	72,4	10,1	14,6	2,9	100,0	67,1	-	30,0	2,9	100,0	49,8	-	38,1	12,1	100,0	71,4	9,2	16,3	3,1	100,0
Nova Odessa	65,9	13,3	16,5	4,2	100,0	54,2	-	37,8	7,9	100,0	57,9	-	17,3	24,9	100,0	64,7	11,7	18,2	5,4	100,0
Paulínia	68,6	12,1	17,0	2,3	100,0	56,4	-	37,3	6,3	100,0	66,2	-	12,2	21,6	100,0	67,6	10,8	18,4	3,2	100,0
Pedreira	60,8	18,5	17,7	3,1	100,0	56,8	-	32,8	10,4	100,0	52,7	-	28,5	18,8	100,0	60,0	15,7	19,8	4,5	100,0
Santa Bárbara d'Oeste	67,0	11,9	16,7	4,5	100,0	41,2	-	46,5	12,3	100,0	63,8	-	9,9	26,3	100,0	64,9	10,5	18,6	5,9	100,0
Santo Antonio de Posse	59,6	17,9	19,3	3,2	100,0	47,4	-	40,4	12,3	100,0	64,0	-	10,0	26,1	100,0	59,2	16,1	19,9	4,8	100,0
Sumaré	69,5	11,4	14,8	4,3	100,0	44,3	-	40,2	15,6	100,0	61,5	-	15,6	22,9	100,0	67,4	10,1	16,6	6,0	100,0
Valinhos	71,1	10,7	14,7	3,6	100,0	49,6	-	41,7	8,8	100,0	55,1	-	8,0	37,0	100,0	69,0	9,6	16,4	5,0	100,0
Vinhedo	70,7	11,3	13,8	4,2	100,0	41,7	-	36,5	21,8	100,0	54,5	-	6,3	39,1	100,0	67,5	9,9	15,7	7,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico 1991, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP
Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 10b
Participação na massa da renda domiciliar por tipologia e posição na família
Região Metropolitana de Campinas
2000

	Casais					Chefe feminina sem cônjuge					Chefe masculino sem cônjuge					Total				
	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes e não parentes	Total
Região Metropolitana de Campinas	67,3	18,9	11,5	2,4	100,0	64,8		24,9	10,4	100,0	78,1		7,4	14,5	100,0	67,6	15,3	13,0	4,1	100,0
Americana	68,4	17,0	12,4	2,2	100,0	61,6		27,6	10,8	100,0	76,6		10,0	13,5	100,0	68,0	14,1	14,1	3,8	100,0
Artur Nogueira	66,0	19,5	11,7	2,8	100,0	53,8		34,5	11,7	100,0	68,5		6,8	24,7	100,0	65,0	16,9	13,6	4,5	100,0
Campinas	67,0	20,3	10,6	2,1	100,0	68,3		21,8	10,0	100,0	81,4		6,2	12,4	100,0	68,1	15,8	12,0	4,0	100,0
Cosmópolis	69,5	16,9	10,4	3,2	100,0	61,7		28,1	10,2	100,0	72,8		7,9	19,3	100,0	68,9	14,1	12,2	4,9	100,0
Engenheiro Coelho	65,7	16,4	14,0	4,0	100,0	43,4		35,9	20,7	100,0	75,5		5,9	18,7	100,0	65,0	14,0	14,7	6,3	100,0
Holambra	61,5	18,3	16,9	3,4	100,0	87,5		10,9	1,6	100,0	88,1		0,7	11,2	100,0	65,8	15,3	15,7	3,3	100,0
Hortolândia	64,3	20,4	12,8	2,5	100,0	53,6		33,1	13,2	100,0	76,7		5,2	18,1	100,0	63,6	17,2	14,8	4,4	100,0
Indaiatuba	69,6	16,7	11,3	2,4	100,0	60,7		30,6	8,7	100,0	77,3		8,1	14,6	100,0	69,1	14,3	13,0	3,6	100,0
Itatiba	63,6	17,7	15,9	2,8	100,0	56,6		29,5	13,9	100,0	73,9		12,3	13,8	100,0	63,5	14,8	17,1	4,6	100,0
Jaguariúna	66,5	17,1	12,9	3,5	100,0	50,4		37,6	12,1	100,0	66,4		3,8	39,8	100,0	63,9	13,6	14,1	8,4	100,0
Monte Mor	69,0	15,5	13,3	2,2	100,0	52,1		36,7	11,1	100,0	82,1		5,8	12,1	100,0	68,2	13,6	14,8	3,3	100,0
Nova Odessa	68,2	18,0	11,9	1,9	100,0	57,9		30,4	11,7	100,0	77,9		5,7	16,4	100,0	67,5	15,4	13,6	3,5	100,0
Paulínia	71,8	15,4	9,3	3,5	100,0	58,3		29,4	12,3	100,0	66,9		11,9	21,3	100,0	70,3	13,2	11,4	5,1	100,0
Pedreira	63,6	18,2	14,6	3,6	100,0	58,8		30,0	11,3	100,0	53,8		21,8	24,3	100,0	62,5	14,9	16,9	5,7	100,0
Santa Bárbara d'Oeste	67,3	17,0	13,2	2,4	100,0	56,1		32,6	11,3	100,0	64,7		14,4	20,9	100,0	66,1	14,6	15,1	4,2	100,0
Santo Antonio de Posse	70,1	14,4	13,0	2,8	100,0	60,0		27,1	13,0	100,0	74,6		11,1	14,2	100,0	69,5	11,7	14,1	4,6	100,0
Sumaré	65,8	18,0	13,4	2,8	100,0	61,4		28,4	10,3	100,0	74,3		7,5	18,2	100,0	65,7	15,1	14,7	4,4	100,0
Valinhos	69,8	16,3	12,0	2,0	100,0	59,2		28,8	12,1	100,0	78,9		8,7	12,5	100,0	69,3	14,1	13,3	3,4	100,0
Vinhedo	68,7	18,4	9,6	3,3	100,0	56,6		35,4	8,1	100,0	79,4		5,2	15,4	100,0	68,0	16,2	11,7	4,2	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP
Excluídos da análise dos domicílios/família, os pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes dos empregados domésticos

Analisando-se os municípios que compõem a RMC observam-se as mesmas tendências apontadas acima. Uma das mais marcantes e generalizada na maioria dos municípios, relativa aos arranjos domiciliares nucleados pelos casais, é a redução da participação dos chefes na composição da renda do domicílio durante o período de 1991-2000, mantendo-se no entanto como responsável pela maior parte dela. Observa-se no município de **Campinas** que, em 1991, nos arranjos nucleados pelo casal, que os chefes contribuíam com 70,6% na composição da renda e, em 2000, sua contribuição passou a ser 66,9% da renda domiciliar. Também em municípios menores e com características distintas da sede regional, caiu a contribuição dos chefes masculinos na renda domiciliar, um deles é **Itatiba**, onde estes eram responsáveis por 67,5% da renda domiciliar em 1991, e passam a ser responsáveis por 63,7% em 2000 (Tabelas 10a e 10b). Em movimento inverso, ou seja, registrando aumento da participação dos chefes na renda domiciliar, o município de **Santo Antonio de Posse** se destaca com um aumento aproximado de 10 pontos percentuais, de 59,6% em 1991 para 70,1% em 2000.

Ainda considerando-se os municípios da RMC e os arranjos nucleados por casais, outra tendência observada em todos os municípios, é o aumento da participação das cônjuges na composição da renda domiciliar. No caso do município de **Campinas**, o aumento foi de aproximadamente 5 pontos percentuais, pois em 1991, as cônjuges eram responsáveis por 15% da composição da renda do domicílio e, em 2000, essa participação passou para 20,3%. Merece destaque ainda **Cosmópolis**, onde a participação das cônjuges na composição da renda familiar aumenta de 9,9%, em 1991, para 16,9% em 2000. **Valinhos**, **Vinhedo**, **Santa Bárbara D'Oeste**, entre outros também apresentam tendência de aumento da participação das cônjuges na renda domiciliar. Em movimento contrário, **Santo Antônio de Posse** destaca-se por ter queda na participação das cônjuges na composição da renda domiciliar, pois em 1991 era de 17,9% reduzindo-se



para 14,4% em 2000. Este município com características de atividade agrícola relevante, merece um estudo mais detalhado por apresentar movimentos específicos em relação à contribuição dos componentes do casal na composição da renda domiciliar, ao passo que os filhos e os parentes seguem a tendência observada na região (Tabelas 10a e 10b).

A participação dos filhos na composição da renda no arranjo domiciliar nucleado pelo casal apresentou redução generalizada nos municípios da RMC entre os anos de 1991 e 2000, representando 13,2% da renda domiciliar no primeiro momento e 11,5 no segundo, considerando-se a média regional. No município de **Campinas** permanece cerca de 11% no período analisado. Reduções acentuadas foram observadas nos municípios de **Cosmópolis**, onde a participação dos filhos se reduz de 16,2% do rendimento domiciliar em 1991 para 10,4% em 2000 e, em, **Paulínia**, onde essa participação cai de 16,9% em 1991 para 9,3% em 2000.

Em relação à contribuição de parentes e não parentes, esta é pequena nesse arranjo e apresenta queda no período, na maior parte dos municípios da RMC (Tabelas 10a e 10b).

Considerando os arranjos domiciliares com chefes femininas sem cônjuge, a tendência geral, observada nos municípios da RMC, é de aumento da participação das mulheres-chefe na composição da renda domiciliar. No caso do município de **Campinas**, em 1991, a contribuição das chefes era de 60% da renda domiciliar e em 2000 essa participação passou para 68%. Em relação à participação dos filhos nos arranjos domiciliares de chefes femininas sem cônjuge, como já mencionado, a tendência da RMC foi de queda na participação destes na composição da renda domiciliar, no entanto nesse arranjo domiciliar sua contribuição é bastante mais elevada que a observada nos arranjos nucleados pelo casal e nos arranjos nucleados pelo chefe masculino sem cônjuge; considerando-se os municípios da RMC, a contribuição dos filhos na composição da renda domiciliar representa parcela que varia entre um quarto e um terço desta ano 2000.

Considerando-se os arranjos domiciliares dos chefes masculinos sem cônjuge, a tendência observada nos municípios é semelhante à observada para RMC, ou seja, de aumento da contribuição destes na renda domiciliar. No município de **Campinas**, em 1991, a participação destes na composição da renda domiciliar era de 78,8%, e, em 2000, passou a ser de 81,4%. Em relação aos filhos dos arranjos domiciliares com chefes masculinos sem cônjuges, os municípios reproduzem a tendência percebida na RMC, que é de queda na participação destes na composição da renda domiciliar (Tabelas 10a e 10b).



2.3. Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento

Estudos sobre os anos 90 e 2000, sobre a Região Metropolitana de São Paulo (Montali, 2004) e sobre o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras nos anos 2000 (Montali e Tavares, 2008) evidenciaram que a precarização do trabalho e o aumento do desemprego vigentes nesses períodos afetam diferenciadamente os arranjos familiares de inserção no mercado, que são articulados de maneiras distintas nos momentos do ciclo de vida familiar, evidenciando maior fragilização para determinados segmentos sociais nas formas encontradas para garantir a sobrevivência. Diversos indicadores reafirmam essa maior fragilidade apresentada por determinados arranjos domiciliares.

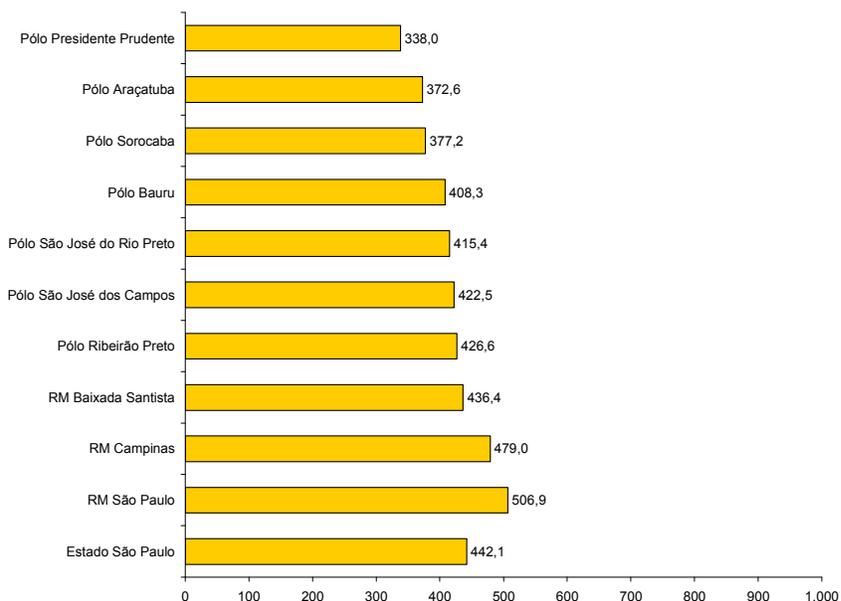
Os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento foram assim identificados por apresentarem rendimentos médios familiares per capita mais baixos que os demais arranjos domiciliares e abaixo da média regional, por apresentarem as mais elevadas concentrações entre os decis inferiores de renda familiar per capita, bem como por apresentarem as menores taxas de geração de renda (Montali e Tavares, 2008).

Esse tópico pretende apresentar os arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento na Região Metropolitana de Campinas (RMC) no ano de 2000, e destacando os municípios da região em que essa fragilidade se mostra mais acentuada. Para tanto, serão utilizados dois indicadores: rendimento domiciliar per capita e taxa de geração de renda, ambos analisados segundo arranjo domiciliar.

A Região Metropolitana de Campinas apresenta, no ano de 2000, rendimento domiciliar per capita de R\$ 479,0, superior ao Estado de São Paulo e à RMBS, mas inferior à RMSP. Quando comparada aos Pólos Regionais Paulistas, a RMC apresenta rendimento domiciliar superior (Gráfico 6).



Gráfico 6
Rendimento domiciliar per capita
Região Metropolitana/Pólo Regional – Estado de São Paulo
2000



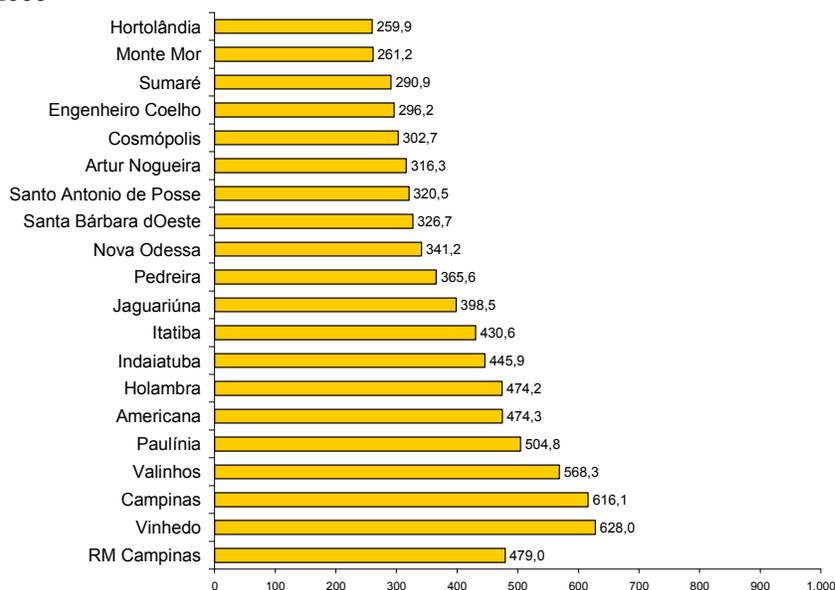
Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

É grande a disparidade de níveis de rendimento domiciliar per capita entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas, no ano de 2000. Os municípios que se encontram acima do valor correspondente à média metropolitana em relação ao rendimento per capita (R\$479,00) são apenas quatro. Por ordem decrescente são: Paulínia, Valinhos, Campinas e Vinhedo, com rendimento per capita variando entre R\$ 586,00 e R\$ 628,00 (Gráfico 7).

Todos os demais municípios apresentam rendimento domiciliar per capita abaixo da média regional, que variam entre valores mais próximos da média e valores muito baixos. Entre aqueles com os menores valores destacam-se Hortolândia (R\$ 260,00) e, Monte Mor (R\$ 261,00). Os valores mais elevados dentre aqueles abaixo da média regional são encontrados em Americana e Holambra (R\$ 474,00), Indaituba (R\$ 446,00) e Itatiba (R\$ 430,00) municípios com características distintas entre si no que se refere às atividades econômicas (Gráfico 7), como se pode verificar no Capítulo 1 deste Estudo Regional.



Gráfico 7
Rendimento domiciliar per capita
Região Metropolitana de Campinas
2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Essa disparidade regional na renda per capita dos municípios se reflete nos arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento presentes em cada um deles.

Considerando-se os dois indicadores selecionados para a análise, constata-se que os arranjos domiciliares mais suscetíveis à pobreza identificados na Região Metropolitana de Campinas, no ano de 2000, são, em ordem crescente aqueles chefiados por casais na faixa etária de até 34 anos com filhos e/ou parentes, seguidos pelos arranjos de chefias femininas sem cônjuges com filhos e/ou parentes e, por fim, os chefiados por casais na faixa etária dos 35 aos 49 anos com filhos e/ou parentes (Gráficos 8 e 9). Comparado ao estudo de Montali e Tavares (2008), sobre as regiões metropolitanas brasileiras no ano de 2004, observa-se a mesma ordem de fragilidade identificada por aquele estudo segundo tipos de arranjos domiciliares.

Os arranjos nucleados por casais na faixa etária de até 34 anos com a presença de filhos e/ou parentes, que apresentam maior suscetibilidade à pobreza no ano de 2000 na RMC, com base nos indicadores adotados, têm rendimento domiciliar per capita de R\$ 307,00 e taxa de geração de renda do domicílio de apenas 37,5%, o que significa que pouco mais de um terço da população em idade ativa aporta renda para o domicílio.

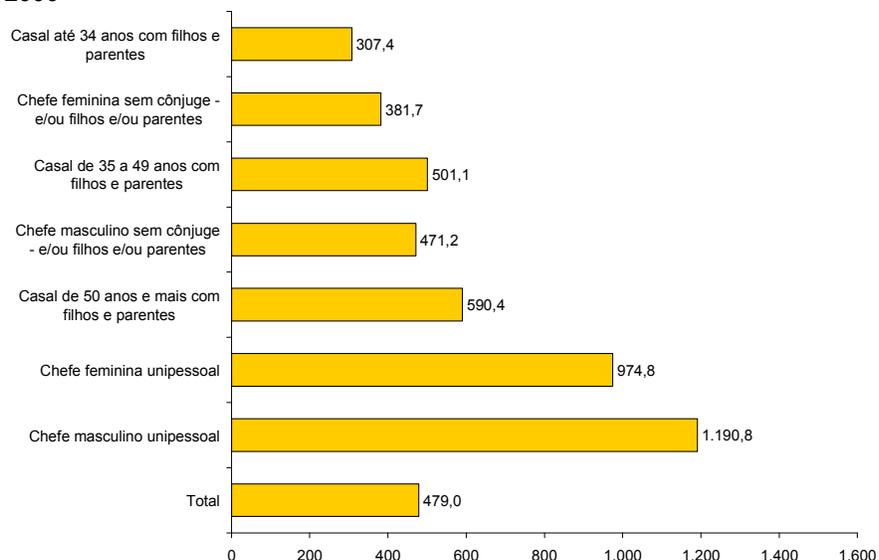


Observa-se, entretanto, que nos municípios da Região Metropolitana de Campinas este arranjo familiar identificado por sua maior fragilidade no enfrentamento das necessidades para a subsistência, apresenta valores bastante distintos de sua renda domiciliar per capita. Assim, os arranjos chefiados por casais na faixa etária dos 34 anos com filhos e/ou parentes, apresentam em todos os municípios os menores valores do rendimento domiciliar per capita, porém, o valor deste varia de forma associada à renda per capita do município. Foram encontrados entre os municípios analisados valores do rendimento domiciliar per capita para esse tipo de arranjo, que variam entre R\$ 195,00 e R\$ 420,00 e taxas de geração de renda entre 32% e 43% no ano de 2000. Dessa forma ainda que seja o arranjo mais fragilizado para garantir a sobrevivência do domicílio, esta tipologia de arranjo domiciliar apresentou suscetibilidade ao empobrecimento mais acentuada nos municípios de **Monte-Mor, Cosmópolis, Santo Antonio da Posse, Hortolândia e Sumaré**. O arranjo nucleado pelo casal de até 34 anos, com a presença de filhos e parentes, em **Monte Mor** apresentou rendimento domiciliar médio de R\$ 194,00 e taxa de geração de renda de 32,2%. Em **Cosmópolis** apresentou renda domiciliar per capita de R\$ 208,00 e taxa de geração de renda de 33%. Por fim, nos municípios de **Hortolândia e Sumaré** esse arranjo apresentou rendimento domiciliar per capita de R\$ 220,00 e R\$ 240,00, respectivamente e taxa de geração de renda de 35%. Em situação oposta, indicando situações relativamente mais favoráveis, no município de **Vinhedo**, esse arranjo domiciliar apresentou taxas de geração de renda de 41% e rendimento domiciliar per capita de R\$ 420,00, acima da média da RMC para esse tipo de arranjo domiciliar (Anexo 2). Em **Campinas**, município-sede, apresentou taxas de geração de renda de 37% e rendimento domiciliar per capita de R\$ 363,00, também acima da média regional para o arranjo.

O segundo arranjo domiciliar mais suscetível à pobreza no ano de 2000, na RMC é evidenciado nos arranjos domiciliares chefiados por mulheres sem cônjuges com filhos e/ou parentes. Nesse tipo de arranjo, o rendimento domiciliar per capita observado foi de R\$ 382,00 abaixo da média regional e a taxa de geração de renda foi de 58,5%, um pouco mais elevada que a média da região. Ou seja, mais pessoas contribuem para a geração de renda, mas o rendimento domiciliar per capita é menor que nos outros arranjos domiciliares em decorrência das características de sexo e de idade de seus componentes, bem como das características de inserção dos mesmos no mercado de trabalho, com parcela importante em atividades não formalizadas (Montali, 2008).



Gráfico 8
Rendimento domiciliar per capita segundo tipo de arranjo domiciliar
Região Metropolitana de Campinas
2000

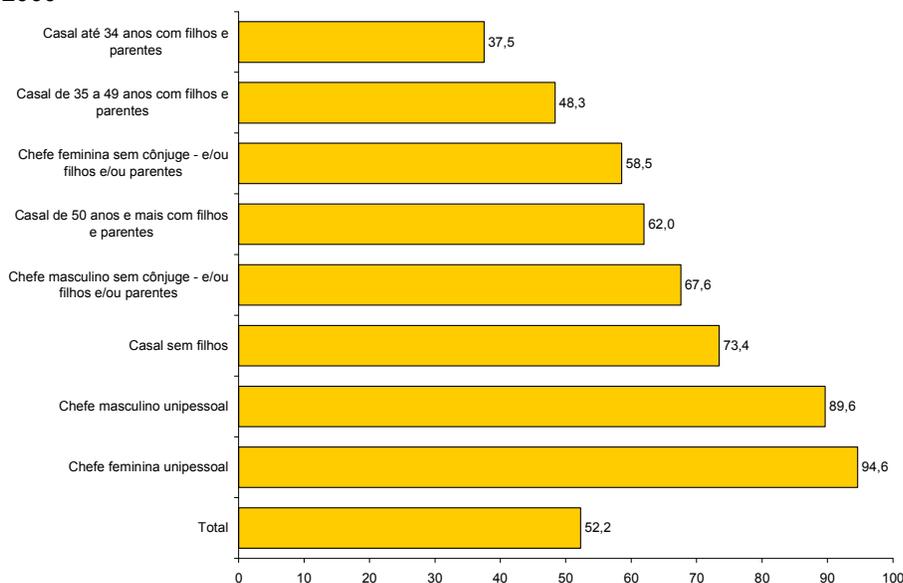


Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Nesse tipo de arranjo, os municípios da RMC tiveram rendimento domiciliar per capita variando entre R\$ 181,00 e R\$ 430,00, e as taxas de geração de renda variaram entre 49,7% e 62,3%. Os municípios em que esse tipo de arranjo apresentou maior suscetibilidade à pobreza são, mais uma vez, **Monte Mor** com rendimento de R\$ 181,00 e taxa de 49,7%, **Engenheiro Coelho** com rendimento de R\$ 205,00 e taxa de 57,4% e os municípios de **Cosmópolis, Hortolândia e Sumaré**. Situação mais favorável foi encontrada no município de **Vinhedo**, no qual esse arranjo domiciliar apresentou rendimento de R\$ 430,00 e taxa de geração de renda de 62,3%, acima das médias da RMC para esse arranjo.



Gráfico 9
Taxa Específica de geração de renda por tipos de arranjos domiciliares
Região Metropolitana de Campinas
2000



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Por fim, os casais na faixa etária dos 35 aos 49 anos com filhos e/ou parentes são o terceiro arranjo mais suscetível à pobreza na RMC. Estes apresentam rendimento domiciliar per capita de R\$ 501,00, próximo à média metropolitana, no entanto, apresentam taxa de geração de renda de 48,3%, abaixo da média regional.

Esse tipo de arranjo domiciliar apresentou rendimentos per capita que variaram entre R\$ 264,00 e R\$ 703,00, entre os municípios da RMC, bem como taxas de geração de renda entre 41,8% e 50,9%, no ano de 2000. Destacam-se por apresentarem maior suscetibilidade à pobreza nos municípios de **Monte Mor**, com rendimento domiciliar per capita de R\$ 264,00 e taxa de geração de renda de 41,8%; e de **Hortolândia**, com rendimento de R\$ 275,00 e taxa de 43,4%. Os municípios de **Vinhedo** e **Campinas**, apresentaram mais uma vez as situações mais favoráveis, com rendimento de R\$ 704,00 e R\$ 640,00, respectivamente, médias superiores à renda per capita da RMC; e taxas de geração de renda de 50% e 48%, o primeiro acima e o segundo na média regional para esse arranjo domiciliar.

Esta análise além de apontar os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento na Região Metropolitana de Campinas, teve por objetivo explicitar a fragilidade dos mesmos no contexto da conhecida disparidade social. Ao mostrar que o rendimento per capita domiciliar de Vinhedo é duas e meia vezes maior que o de Hortolândia e de Monte Mor



(Gráfico 7), estamos também mostrando que é proporcional a gravidade dos arranjos domiciliares mais fragilizados nestes locais, demandando atenção especial das políticas sociais de combate à pobreza.

Arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento em 2006

No âmbito do presente projeto, um dos objetivos da identificação dos arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo é oferecer indicações sobre os arranjos domiciliares que demandam maior atenção das políticas sociais. Nesse sentido, e buscando informações mais recentes para essa temática, recorreu-se aos dados de 2006 da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), realizada pelo IBGE.

Pretende-se aqui mostrar no ano 2006, o perfil dos arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento e o acesso destes aos programas de transferência de renda. Embora a fonte de informação disponível (PNAD-IBGE, 2006) não permita a desagregação para a Região Metropolitana de Campinas, esse fato não invalida a inclusão destas informações no estudo regional, porque estes dados informam sobre o Estado de São Paulo, a Região Metropolitana de São Paulo e o restante do Estado excluindo-se a RMSP, o qual denominamos neste estudo como Interior.

Deve-se ressaltar que os dados referentes ao ano de 2006, em comparação com os referentes ao ano censitário de 2000 aqui analisados, refletem uma conjuntura econômica distinta, com recuperação do crescimento da economia, expansão do emprego formal, bem como de expansão do acesso a programas de transferência de renda, que passam a ser massivamente implementados a partir de 2004.

A nova fonte de dados confirma os mesmos arranjos domiciliares como os mais suscetíveis ao empobrecimento, identificados através dos censos de 1991 e 2000, e na mesma ordem de maior suscetibilidade, quais sejam, aqueles de casais jovens, de até 34 anos, com filhos e /ou parentes, os arranjos das famílias com chefia feminina sem a presença de cônjuge, com filhos e/ou parentes, e os arranjos de casais com idades entre 35 e 49 anos com filhos e/ou parentes (Gráficos 8 e 10).

Os arranjos domiciliares identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, conforme análise apresentada nos itens anteriores utilizando os dados censitários, além de apresentarem os níveis mais baixos de rendimentos familiares per capita, também apresentam maior concentração nos decís inferiores de renda domiciliar.

Os dados da PNAD 2006 evidenciam que os três tipos de arranjos domiciliares assim identificados compõem, no ano de 2006, cerca de 56,5% dos domicílios da Região



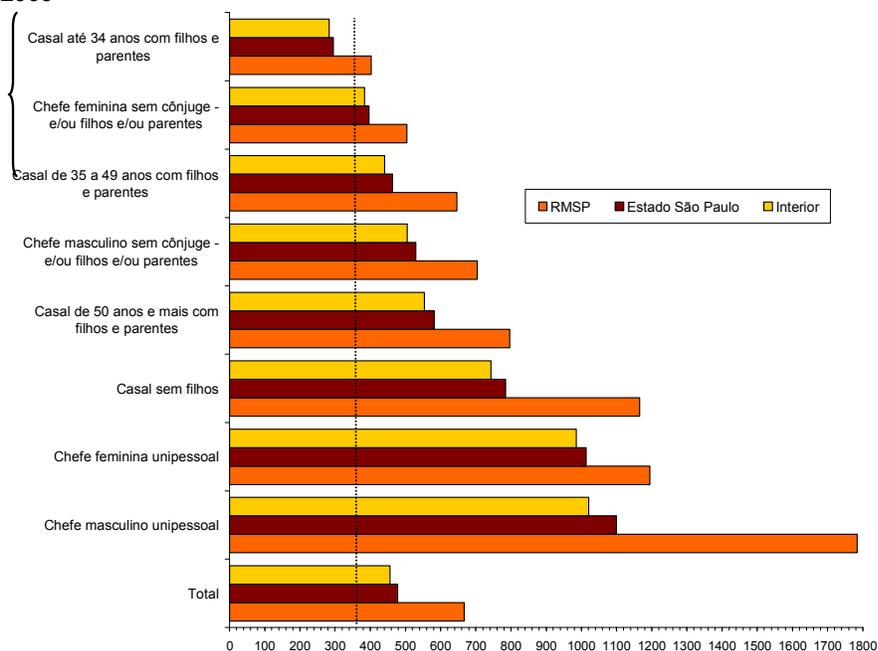
Metropolitana de São Paulo, 55% do Interior e 55,6% do conjunto do Estado de São Paulo e que apresentam concentrações mais elevadas que os demais arranjos domiciliares nos decis inferiores de rendimento domiciliar per capita. Dessa maneira, encontram-se abaixo do valor do 5º decil da distribuição de renda domiciliar per capita metropolitana, que identifica os 50% mais pobres, mais que 70% dos arranjos domiciliares dos casais jovens com filhos. Proporções mais elevadas são encontradas na Região Metropolitana de São Paulo (73%) em comparação como o Interior (71%) (Anexo 1). Nos domicílios com arranjos de chefe feminina sem a presença de cônjuge, com filhos e/ou parentes, pouco menos de 60% apresentam rendimento abaixo do valor do 5º decil; dentre estes observa-se percentual um pouco mais elevado no Interior. Entre os domicílios dos casais de 35 a 49 anos com filhos e/ou parentes pouco mais que 50% estão abaixo do valor do 5º decil, com proporções mais elevadas na RMSP (54%) do que no Interior (52%).

Em síntese, os domicílios mais suscetíveis ao empobrecimento apresentam maior concentração entre os 50% mais pobres na Região Metropolitana de São Paulo comparativamente aos do Interior e ao total do Estado de São Paulo. Este indicador está bastante coerente com as análises apresentadas no Estudo Regional – Região Metropolitana de São Paulo¹⁵, Capítulo 3, Parte 1. Renda, Pobreza e Desigualdade na Região Metropolitana de São Paulo, que evidencia o aprofundamento da desigualdade de rendimentos entre as pessoas de 10 anos e mais na Região Metropolitana de São Paulo, no ano 2000.

¹⁵ FINEP. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP. **Documento 2 – Estudos Regionais – Região Metropolitana de São Paulo**, Capítulo 3.



Gráfico 10
Rendimento domiciliar per capita segundo tipo de arranjo domiciliar
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado São Paulo
2006



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Microdados.

Os arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento e o acesso aos programas de transferência de renda em 2006.

Durante a década de 2000, dentre as políticas de combate à pobreza diversificam-se os programas e amplia-se a cobertura daqueles caracterizados pela transferência de renda. Os programas de transferência de renda apresentam abrangência incipiente no ano 2000, portanto não poderiam ser analisados através dos dados censitários correspondentes a esse ano. Na década de 90 inicia-se esse tipo de política de combate à pobreza com a predominância de programas municipais, que passaram a ser implementados a partir de 1995¹⁶, além de dois programas federais: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituídos em 1996. No decorrer da década de 2000 aumenta a cobertura dos programas de transferência de renda com a ampliação da implementação destes dois programas federais e, a partir de 2001, com a implementação dos programas Bolsa-Escola e Bolsa-

¹⁶ Detalhamento dos programas municipais de transferência de renda nesse período pode ser encontrado em Fonseca, 2001.



Alimentação e na seqüência os programas Auxílio-Gás, em 2002 e o Cartão Alimentação, em 2003. A partir de outubro de 2003, ocorre a implementação do Programa Bolsa-Família, que unifica estes últimos quatro programas de transferência e gradativamente amplia a cobertura, tornando-a massiva. Assim, a partir de 2003 aumenta o acesso a esse tipo de programa de combate à pobreza pelos domicílios com rendimentos mais baixos¹⁷.

No entanto ainda é bastante modesto o acesso dos domicílios do Estado de São Paulo e da RMSP a programas de transferência de renda, segundo pesquisa da Fundação SEADE cerca de 9% deles têm acesso a pelo menos um programa dessa natureza¹⁸. Considerando-se o total dos domicílios brasileiros, 18,3% correspondem à proporção dos que receberam transferência de renda de programa social do governo (IBGE, 2008: Tabela 1.2.3). Existem no entanto diferenças regionais na distribuição dos domicílios brasileiros com acesso a tais programas governamentais e as maiores proporções são encontradas nas regiões Nordeste (35,9%) e Norte (24,6%), seguidos pelas das regiões Centro-Oeste (18%), Sul (10,4%) e Sudeste (10,3%).

Tendo por referência os grupos de arranjos domiciliares mais suscetíveis ao empobrecimento, investiga-se aqui o acesso destes aos programas de transferência de renda. Consta-se que, se por um lado ainda é restrito o acesso do conjunto dos domicílios a programas de transferência de renda, por outro lado existem indicações de que o acesso à programa social de transferência de renda governamental mostra-se bem focalizado, pois mais que 90% dos domicílios beneficiários no Estado de São Paulo encontram-se entre os 50% mais pobres segundo os dados da PNAD 2006 (Tabela 11). A focalização dos programas sociais de transferência de renda se evidencia também através das proporções mais elevadas do acesso a tais programas sociais pelos domicílios acima caracterizados como arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento nas diversas espacialidades sob análise em comparação com os demais arranjos domiciliares (Tabela 11 % coluna).

Considerando-se o conjunto dos tipos de arranjos domiciliares fica evidente a focalização nos três tipos apontados como mais suscetíveis ao empobrecimento quais sejam: casal de até 34 anos, com filhos e parentes, chefe feminina sem cônjuge, com filhos e parentes, e casal entre 34 e 49 anos com filhos e parentes, que juntos perfazem

¹⁷ Mais informações sobre programas de transferência de renda podem ser encontradas na Parte 4 deste capítulo.

¹⁸ Resultados da Pesquisa de Condições de Vida – PCV 2006 - Fundação SEADE, mostram que 8,7% das famílias do Estado de São Paulo e 9% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo têm acesso a benefícios oriundos dos programas governamentais de transferência de renda. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 28/03/2008.



mais de 80% dos domicílios com acesso a algum programa de transferência de renda em todas as espacialidades analisadas em 2006. Assim, na RMSP, enquanto os arranjos domiciliares identificados por este estudo como mais fragilizados representam 56,5% do total dos domicílios (Anexo 1), ao se considerar os 50% mais pobres representam 83% dos domicílios atendidos por programas de transferência de renda (Tabela 11 % coluna). No Interior, estes arranjos domiciliares representam 55% do total dos domicílios (Anexo 1) e, considerando –se os 50% mais pobres, são 82% dentre os beneficiários destes programas (Tabelas 11 % coluna).

Tabela 11

Distribuição dos domicílios com acesso aos programas de transferência de renda entre os 50% mais pobres - Estimativa (%) (1)
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado de São Paulo
2006

	RMSP		Interior		Estado	
	50% mais pobres % linha	50% mais pobres % coluna	50% mais pobres % linha	50% mais pobres % coluna	50% mais pobres % linha	50% mais pobres % coluna
Casais	96,3	69,1	93,0	73,6	94,2	72,0
Casal sem filhos	91,7	3,3	76,3	4,3	78,0	3,9
Casal com filhos e parentes	96,5	65,9	94,3	69,3	95,3	68,2
Casal até 34 anos com filhos e parentes	96,1	29,1	96,4	31,9	96,6	31,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	98,8	25,2	95,2	26,6	96,4	26,1
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	86,4	5,6	80,4	5,5	83,8	5,7
Chefe feminina sem cônjuge	97,1	29,7	95,8	23,6	96,7	25,7
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	97,0	28,5	96,9	23,0	96,9	24,8
Chefe feminina unipessoal	100,0	1,2	66,7	0,6	90,1	0,9
Chefe masculino sem cônjuge	80,0	1,2	95,0	2,8	92,0	2,3
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	80,0	1,2	94,1	2,4	90,9	2,0
Chefe masculino unipessoal	0,0	0,0	100,0	0,5	100,0	0,3
Total (2)	96,3	100,0	93,7	100,0	94,8	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) Estimativa obtida através da variável V1273. Domicílios até o 8º decil do rendimento domiciliar per capita.

(2) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

Outro aspecto que se pretende ressaltar é que o acesso a programas de transferência está relacionado à composição dos domicílios e aos distintos arranjos domiciliares associados a ciclos vitais da família (Tabela 12). Observa-se que o Benefício de Prestação Continuada, que atende a deficientes e principalmente idosos em situação de risco, apresenta peso maior entre as famílias unipessoais, caracterizadas por idosos, entre os arranjos nucleados pelos casais de 50 anos com filhos e/ou parentes, bem como entre os casais sem filhos residentes, dentre os quais uma parcela importante é composta por idosos. Representa ainda cerca de 15 % dos benefícios a que têm acesso os domicílios com chefia feminina sem a presença de cônjuge no Estado de São Paulo, lembrando que nestes arranjos cerca de metade das chefes têm 50 anos e mais. Nos demais arranjos familiares é bastante menor a participação desse programa (Tabela 12).



O programa Bolsa-Família, por sua vez, apresenta peso importante entre os programas de transferência de renda, abrangendo cerca de 67% dos domicílios metropolitanos com acesso e 73% dos domicílios do Interior com acesso. No Estado de São Paulo, dentre os beneficiários de algum programa de transferência de renda governamental, 70% têm acesso ao programa Bolsa-Família (Tabela 12).

É mais elevado o acesso ao Bolsa Família pelos três tipos de arranjos identificados como mais suscetíveis ao empobrecimento, que contam em sua composição familiar com parcela importante de crianças, adolescentes e jovens, ou seja, os tipos de arranjo domiciliar: casal de até 34 anos, chefe feminina sem cônjuge, com filhos e/ou parentes e casal entre 34 e 49 anos com filhos e/ou parentes. Na Região Metropolitana de São Paulo, considerando-se os domicílios com acesso a algum tipo programa de transferência de renda, cerca de 70% dos domicílios desses três arranjos domiciliares referidos como mais fragilizados, são beneficiários do Programa Bolsa Família. Proporção mais elevada que a apresentada pelos demais arranjos domiciliares (Tabela 12).

Merece destaque o fato de que na Região Metropolitana 61% dos domicílios de casais sem filhos e 25% dos domicílios unipessoais femininos são beneficiários do Bolsa Família em 2006. Informações semelhantes foram identificadas por estudo sobre as regiões metropolitanas brasileiras para o mesmo ano (Montali e Tavares, 2008) e atribui-se o acesso de domicílios sem a presença de crianças ou adolescentes à ampliação do Bolsa Família que privilegiou o limite da renda domiciliar per capita como critério para a seleção das famílias beneficiárias (Tabela 12).

Um outro tipo de arranjo domiciliar mostra-se como beneficiário de programas de transferência de renda, demandando atenção no planejamento dos programas de proteção social, trata-se do arranjo domiciliar do chefe masculino sem cônjuge, com filhos e/ou parentes. Este arranjo é apontado principalmente para o Interior como um dos que apresenta elevada concentração entre os 50% mais pobres, da ordem de 45%; na RMSP apresenta concentração um pouco menor, da ordem de 40%. Na Região Metropolitana de São Paulo este arranjo domiciliar é beneficiário do BPC, no caso de 33% dos domicílios, e de Outro Programa, com a importante porcentagem de 50%; esta categoria Outro Programa inclui programas estaduais e municipais. No Interior, 70% destes domicílios são beneficiários do Bolsa Família e 23% do BPC (Tabela 12).



Tabela 12
Distribuição dos domicílios com acesso a programas de transferência de renda por arranjos domiciliares, segundo distribuição por programa
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado de São Paulo
2006

Tipos de arranjos	RMSP				Interior				Estado São Paulo						
	BOLSA FAMILIA	BPC	PETI	OUTRO PROGRAMA	TOTAL	BOLSA FAMILIA	BPC	PETI	OUTRO PROGRAMA	TOTAL	BOLSA FAMILIA	BPC	PETI	OUTRO PROGRAMA	TOTAL
Casais	67,0	6,5	0,7	25,7	100,0	74,7	11,7	0,7	12,9	100,0	72,1	10,0	0,7	17,2	100,0
Casal sem filhos	61,5	15,4	0,0	23,1	100,0	37,5	52,5	0,0	10,0	100,0	43,5	43,2	0,0	13,3	100,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	70,3	2,5	1,7	25,4	100,0	84,4	3,4	0,8	11,4	100,0	79,6	3,1	1,1	16,1	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	69,0	4,0	0,0	27,0	100,0	75,6	8,5	1,0	14,9	100,0	73,4	7,0	0,7	19,0	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	48,0	28,0	0,0	24,0	100,0	44,0	38,0	0,0	18,0	100,0	45,4	34,6	0,0	20,0	100,0
Chefe feminina sem cônjuge	68,7	7,0	0,9	23,5	100,0	67,8	21,1	1,1	10,0	100,0	68,1	15,5	1,0	15,3	100,0
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	70,3	4,5	0,9	24,3	100,0	70,1	18,4	1,1	10,3	100,0	70,2	12,9	1,1	15,9	100,0
Chefe feminina unipessoal	25,0	75,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	10,1	89,9	0,0	0,0	100,0
Chefe masculino sem cônjuge	16,7	33,3	0,0	50,0	100,0	60,0	30,0	0,0	10,0	100,0	49,8	30,8	0,0	19,4	100,0
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	16,7	33,3	0,0	50,0	100,0	70,6	23,5	0,0	5,9	100,0	56,3	26,1	0,0	17,6	100,0
Chefe masculino unipessoal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	33,3	100,0	0,0	66,7	0,0	33,3	100,0
Total (1)	66,8	7,1	0,8	25,4	100,0	72,7	14,4	0,8	12,2	100,0	70,6	11,8	0,8	16,8	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) o total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).

Merece ressaltar que a análise do acesso aos programas de transferência de renda governamentais pelos domicílios caracterizados por arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento explicita, ao mesmo tempo, a confirmação da condição de maior suscetibilidade ao empobrecimento destes arranjos, bem como a focalização dos programas de transferência de renda nos domicílios mais pobres.

Por outro lado esta análise aponta um outro arranjo domiciliar identificado nos anos recentes, que evidencia fragilidade em face à sobrevivência, demandando atenção das políticas de proteção social, que é o arranjo do chefe masculino sem cônjuge, com filhos e/ou parentes. Embora este arranjo domiciliar represente cerca de 4% dos domicílios da RMSP, Interior e Estado de São Paulo em 2006, apresenta uma das concentrações mais elevadas entre os 50% mais pobres (Anexo 1) e evidencia acesso a programas de transferência de renda, demandando conhecimento mais aprofundado de sua configuração e da condição de precariedade.



Anexo 1

Distribuição dos arranjos domiciliares por tipologia segundo decis do rendimento domiciliar per capita (R\$)
Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Estado São Paulo
2006

Tipos de arranjos	RMSP		Interior		Estado São Paulo	
	Distribuição Tipologia	50% mais pobres	Distribuição Tipologia	50% mais pobres	Distribuição Tipologia	50% mais pobres
Casais	65,0	52,2	70,2	51,7	67,7	51,9
Casal sem filhos	13,3	30,3	16,3	36,2	14,8	34,0
Casal até 34 anos com filhos e parentes	16,3	72,7	17,8	70,6	17,1	71,5
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	21,1	54,5	22,3	51,6	21,7	52,7
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	11,3	39,7	10,4	40,2	10,9	39,5
Chefe feminina sem cônjuge	25,5	52,0	21,1	51,2	23,2	51,3
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	19,1	58,4	14,8	59,4	16,8	58,3
Chefe feminina unipessoal	6,5	33,3	6,3	32,0	6,4	32,7
Chefe masculino sem cônjuge	9,4	29,9	8,8	35,0	9,1	33,4
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	4,1	40,0	3,3	45,0	3,7	43,0
Chefe masculino unipessoal	5,3	22,3	5,5	29,1	5,4	27,0
Total (1)	100,0	50,1	100,0	50,1	100,0	50,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

(1) O Total inclui outros arranjos domiciliares.

Anexo 2

Rendimento domiciliar per capita (em R\$)
Região Metropolitana de Campinas
2000

	Casais							Chefe feminina sem cônjuge			Chefe masculino sem cônjuge			To
	Total	Sem Filhos	com filhos e/ou parentes				Total	com filhos e/ou parentes		Total	com filhos e/ou parentes			
			Total	até 34 anos	de 35 a 49 anos	50 anos e mais		Residual	Total		Unipessoal	Total	Unipessoal	
Região Metropolitana de Campinas	478,0	784,8	441,7	307,4	501,1	590,4	383,5	432,4	381,7	974,8	655,0	471,2	1.190,8	47
Americana	476,5	718,6	445,5	340,9	484,8	551,9	383,2	419,2	389,7	721,3	622,5	498,0	1.002,4	47
Artur Nogueira	323,2	408,8	312,3	257,2	351,8	350,6	292,0	255,9	237,0	486,2	343,9	313,8	479,2	31
Campinas	612,9	993,4	561,8	363,5	640,7	748,1	463,8	562,1	483,8	1.251,3	850,3	583,0	1.559,5	61
Cosmópolis	306,8	506,9	285,9	208,0	345,3	355,8	257,6	246,1	232,0	420,6	390,1	296,6	603,0	30
Engenheiro Coelho	294,8	490,9	272,7	223,9	298,2	365,9	160,5	216,9	205,6	398,4	438,2	344,6	778,5	29
Holambra	440,8	820,7	393,1	278,4	443,7	496,7	345,5	798,7	778,2	954,3	646,5	217,2	1.381,3	47
Hortolândia	258,9	369,9	248,8	220,7	275,3	282,7	215,8	235,3	225,6	404,2	386,2	329,1	523,9	25
Indaiatuba	453,7	792,6	418,9	282,7	488,3	561,0	363,0	349,1	315,5	746,1	607,3	489,8	932,1	44
Itatiba	437,8	602,4	420,2	309,3	477,7	499,3	411,6	350,6	337,7	533,9	528,3	371,8	1.051,3	43
Jaguariúna	377,0	643,4	346,9	250,7	398,6	457,2	295,6	298,6	284,0	569,0	1.171,3	1.259,4	809,4	39
Monte Mor	268,6	521,9	244,4	194,5	264,0	356,5	205,6	185,9	181,2	271,8	333,3	248,6	517,6	26
Nova Odessa	345,0	509,5	326,8	268,9	366,5	353,0	305,7	293,5	289,1	356,1	412,5	333,0	721,7	34
Paulínia	528,4	683,1	512,5	340,9	589,8	766,8	438,6	383,4	371,7	594,2	429,7	366,8	711,8	50
Pedreira	363,5	389,9	360,8	273,7	420,1	413,2	288,9	362,0	303,3	880,1	410,7	370,4	617,6	36
Santa Bárbara d'Oeste	334,1	470,4	320,0	275,2	333,5	375,8	354,8	255,1	243,7	415,7	391,6	315,6	694,0	32
Santo Antonio de Posse	315,4	608,0	277,8	200,9	337,4	320,6	290,3	251,4	248,7	304,5	561,7	608,9	358,1	32
Sumaré	292,0	470,7	274,1	240,0	291,5	328,0	271,5	249,5	234,8	466,3	414,3	336,9	632,8	29
Valinhos	584,3	1.042,0	529,5	364,5	594,1	686,8	376,1	413,9	375,7	817,6	700,4	458,1	1.482,0	56
Vinhedo	649,2	1.130,7	592,4	420,3	703,7	562,4	743,0	459,1	429,9	946,6	703,5	655,9	910,1	62

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.



2.4. A mulher e a renda dos domicílios: 1991-2000

Domicílios com rendimento da mulher

Na **Região Metropolitana de Campinas** (RMC), em 2000, 60,8% dos domicílios auferiam renda da mulher, sendo essa proporção superior às das outras duas regiões metropolitanas, porém inferior às proporções apresentadas por vários pólos do estado (com exceção do pólo de São José dos Campos). Quanto à participação da renda da mulher na renda dos domicílios (com mulher com renda) esta era de 42,6%, valor inferior à das outras duas metrópoles do estado de São Paulo, como pode ser visualizado no gráfico 11 a seguir.

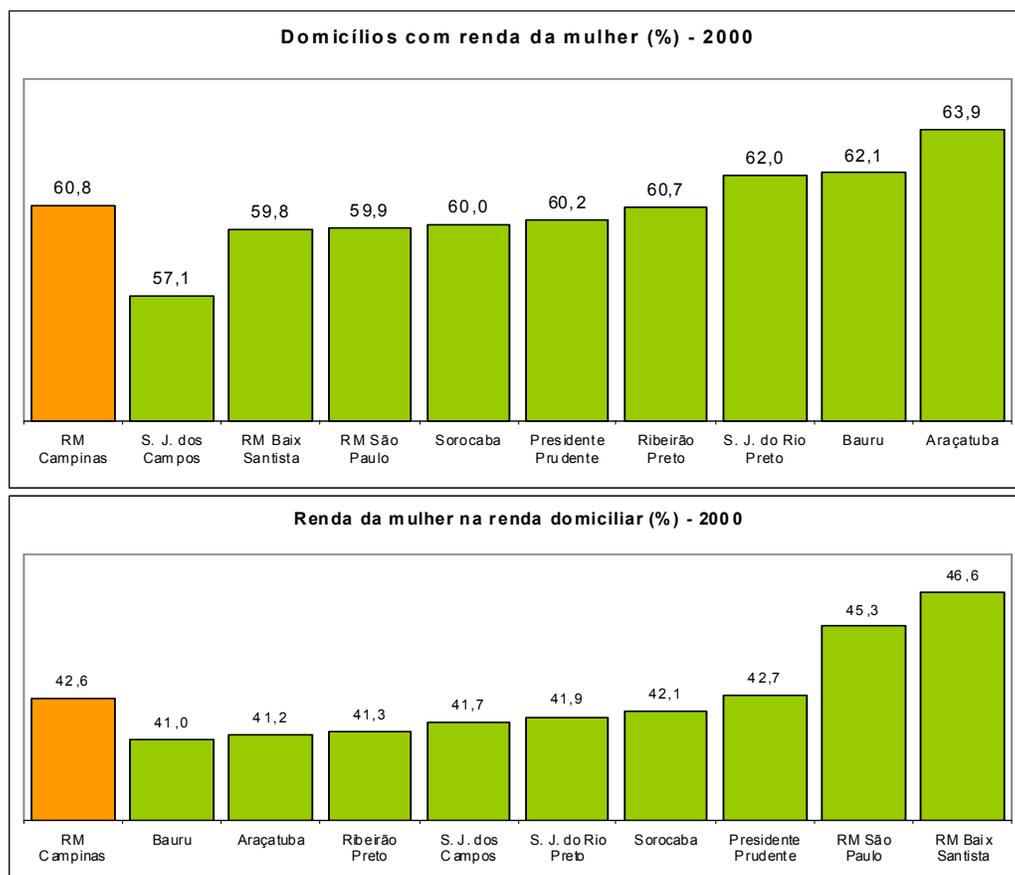
Na RMC a menor participação da renda da mulher na renda domiciliar, apesar do maior percentual de domicílios com mulher com renda pode estar refletindo melhores condições de inserção das mulheres nos mercados de trabalhos das regiões metropolitanas de São Paulo e Baixada Santista.

Em 1991, a RMC apresentava 54,1% dos domicílios auferindo rendimentos da mulher e essa percentagem passou para 60,8% em 2000. Quanto à participação da renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher com renda esta era de 40,0% em 1991 e passou para 42,6% em 2000. Assim, a ampliação do número de domicílios com mulher com renda teve um aumento de seis pontos percentuais enquanto a variação da participação da renda da mulher na renda domiciliar foi bem menos intensa (2,6 pontos percentuais). A tabela 13 mostra os municípios da RMC ordenados de menor a maior conforme a participação da renda da mulher na renda domiciliar no ano 2000.



Gráfico 11

Domicílios com renda da mulher e participação da renda da mulher na renda domiciliar. Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais, 2000



Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Microdados.

O percentual de domicílios com renda da mulher varia entre os municípios da RMC. Em 1991 essa variação ia de 43,4% em **Monte Mor** a 61,5% em **Pedreiras**. Em 2000, o menor percentual ficava novamente com **Monte Mor** (48,2%) e o maior novamente com **Pedreiras** (69,9%). Em 2000, em vários municípios, o percentual de domicílios com mulher com renda superava o da RMC. Eram estes os municípios de **Vinhedo**, **Valinhos**, **Pedreira** e **Holambra**. Entre 1991 e 2000 houve aumento generalizado na ampliação do número de domicílios com mulher auferindo renda e isto foi mais expressivo nos municípios de **Vinhedo**, **Valinhos**, **Indaiatuba** e **Sumaré** (dez pontos percentuais de aumento).



Quanto à participação da renda da mulher na renda dos domicílios nos municípios da RMC o que se observa é que em 1991 ela variava de 34,2% em **Valinhos** a 45,1% em **Pedreiras**. Em 2000, o menor peso da renda da mulher na renda domiciliar ficava com **Engenheiro Coelho** (36,2%) e o maior com **Campinas** (44,9%). Neste mesmo ano, os municípios de **Sumaré**, **Hortolândia** e **Campinas** tinham participação da renda da mulher na renda domiciliar acima da média da RMC (42,6%). Ainda que a maioria dos domicílios apresentasse aumento de participação da renda da mulher na renda domiciliar alguns municípios apresentaram decréscimo, como **Indaiatuba**, **Santo Antonio da Posse** e **Pedreira**. Deve-se destacar que os municípios de **Indaiatuba** e **Pedreira** tiveram decréscimo na participação da renda da mulher na renda domiciliar apesar da forte ampliação do percentual de domicílios com mulher com renda.

Tabela 13: Proporção de domicílios com mulher com renda e participação da renda da mulher na renda domiciliar (ordenada de menor a maior em 2000)
Região Metropolitana de Campinas
1991 e 2000.

Região Metropolitana de Campinas	1991		2000	
	% Domicílios com mulher com renda (todas as fontes)	% Renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher que tem renda	% Domicílios com mulher com renda (todas as fontes)	% Renda da mulher na renda total dos domicílios com mulher que tem renda
Engenheiro Coelho	-	-	55,6	36,2
Paulínia	53,4	34,6	59,6	36,3
Vinhedo	51,9	36,6	63,4	36,5
Valinhos	50,8	34,2	62,1	37,1
Indaiatuba	49,3	39	60,1	37,1
Artur Nogueira	54,6	36,6	59,9	38,6
Santo Antonio de Posse	52,5	41,4	54	38,7
Pedreira	61,5	45,1	69,9	39
Jaguariúna	53,9	39,9	59,2	39,4
Monte Mor	43,4	37,5	48,2	39,7
Cosmópolis	45,8	36,1	52,3	40,5
Santa Bárbara d'Oeste	50,2	37,7	58,4	40,6
Nova Odessa	51,3	39,4	56,8	40,9
Holambra	-	-	69	41,1
Americana	57,3	37	62,9	41,1
Itatiba	55,7	38,1	63,2	41,2
Sumaré	45,6	37,2	55,7	42,6
Hortolândia	-	-	54,7	42,8
Campinas	57,5	41,6	63,2	44,9
RMC	54,1	40	60,8	42,6

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados, Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP

Assim, entre 1991 e 2000 o peso da renda da mulher na renda dos domicílios aumentou na maioria dos municípios, sendo que os aumentos de participação da renda da mulher na renda dos domicílios foram bem menores que aqueles verificados para os aumentos nos percentuais dos domicílios com mulher com renda, sendo que em alguns



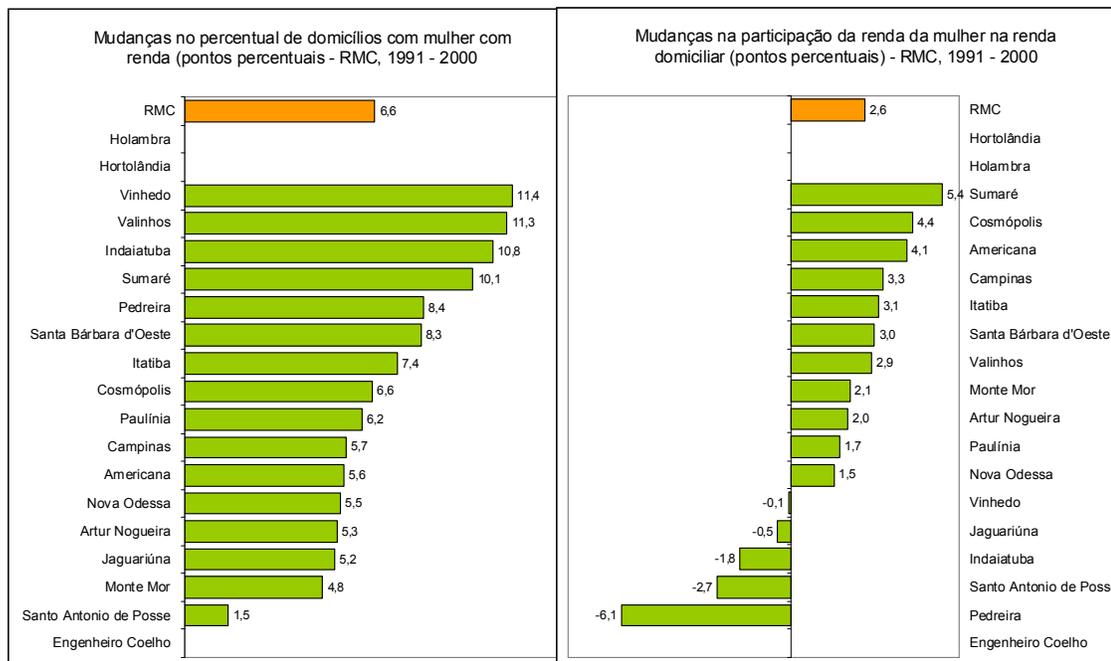
municípios houve inclusive decréscimo da participação da renda da mulher na renda domiciliar. Isto fica mais evidente no gráfico 12 a seguir, onde do lado esquerdo se visualiza a considerável ampliação nos percentuais referentes aos domicílios com mulher com renda. Observa-se que todos os municípios tiveram variação positiva e, vários deles, variação acima da verificada para a RMBS (6,6 pontos percentuais). Já no que diz respeito à participação da mulher na renda domiciliar o que se observa, no mesmo gráfico, do lado direito, é que os acréscimos (em pontos percentuais) foram menos expressivos. Destacam-se os municípios de **Sumaré, Cosmópolis e Americana** com ampliações bem expressivas no percentual de domicílios com mulher com renda, mas com ampliação não tão expressiva na participação da renda da mulher na renda domiciliar.

Um aspecto que vale destacar é a falta de correlação entre os aumentos no número de domicílios com mulher com renda e a participação da renda da mulher na renda domiciliar. O exemplo mais evidente é o de **Vinhedo** com um acréscimo de mais de 10 pontos no percentual de domicílios com mulher com renda e um ligeiro decréscimo na participação da renda da mulher na renda domiciliar. O município de **Sumaré** foge um pouco a essa falta de correlação com uma ampliação considerável no número de domicílios com mulher com renda (dez pontos percentuais) e um aumento também importante na participação da renda da mulher na renda dos domicílios (5,4 pontos percentuais).



Gráfico 12

Mudanças no percentual de domicílios com mulher com renda e na participação da renda da mulher na renda familiar (em pontos percentuais)
Região Metropolitana de Campinas
1991 e 2000



Fonte: Censo Demográfico 2000. IBGE. Microdados.

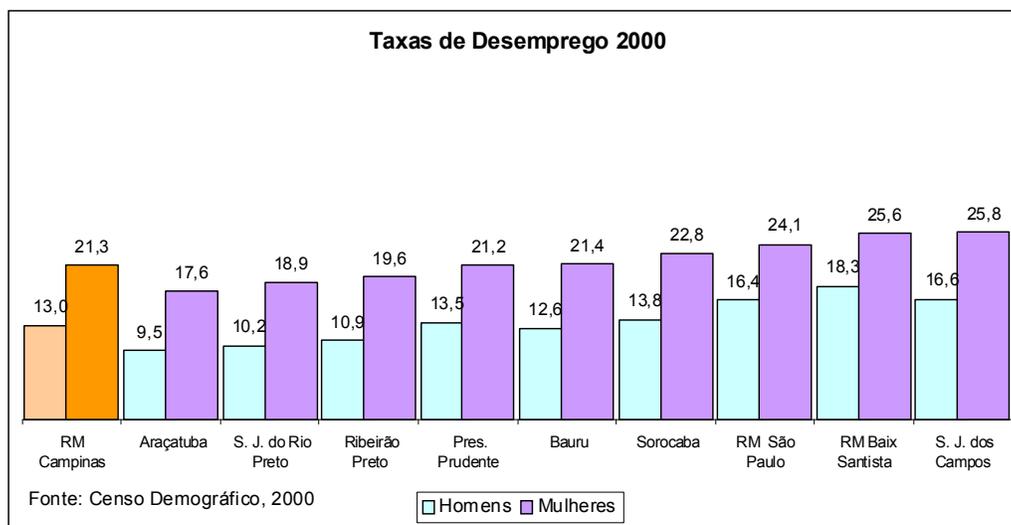
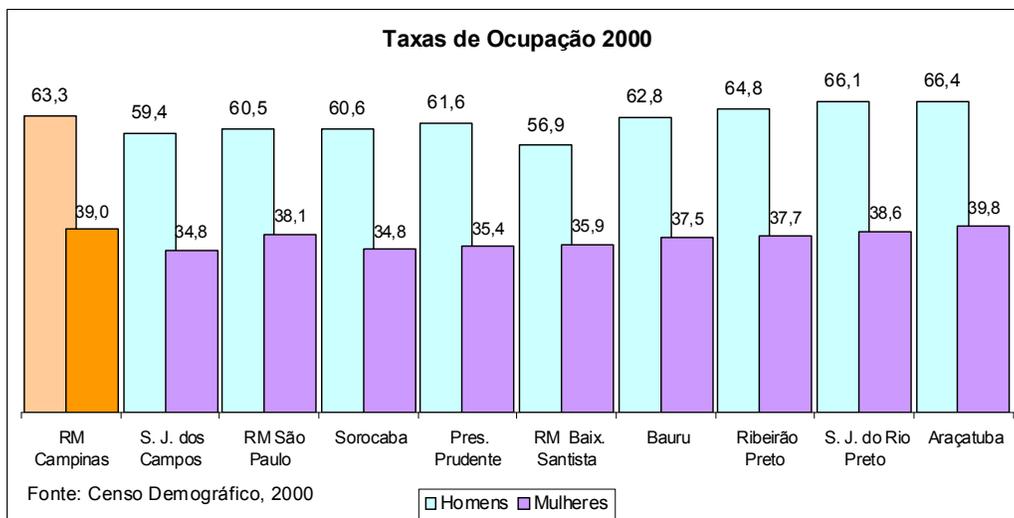
Atividade remunerada da mulher

A Região Metropolitana de Campinas tinha em 2000 taxa de ocupação masculina de 63,3% e feminina de 39,0%¹⁹. A taxa de ocupação masculina era superior às das regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. Já taxa de ocupação feminina era de 39,0%, uma das maiores depois do pólo de Araçatuba (39,8%). As taxas de ocupação feminina equivaliam a aproximadamente dois terços das taxas masculinas (gráfico 13).

¹⁹ Taxa de ocupação foi calculada dividindo o número de pessoas ocupadas pela população em idade ativa (PIA) e multiplicado por 100.



Gráfico 13
Taxas de ocupação e desemprego masculinas e femininas
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2000.



Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

No que se refere às taxas de desemprego, a RMC apresentava em 2000 uma taxa de desemprego masculina de 13% e feminina de 21,3%. As taxas de desemprego masculina e feminina eram menores que as apresentadas pelas outras duas regiões metropolitanas (São Paulo e Baixada Santista).

Do ponto de vista dos municípios da RMC observa-se que os municípios de **Campinas** (40,9%), **Holambra** (49,3%), **Itatiba** (40,0%), **Paulínia** (40,7%), **Pedreira** (44,2%) e **Vinhedo** (42,6%) tinham, em 2000, taxas de ocupação femininas superiores à



media da RMC (39,0%). Todos os outros municípios apresentavam taxas femininas de participação inferiores à da RMC. A menor participação feminina na atividade econômica ficava com **Monte Mor** (30,4%). Entre os homens, também no ano 2000, muitos municípios apresentavam taxas de ocupação superiores à média metropolitana (63,3%). Os municípios de **Engenheiro Coelho**, **Holambra** e **Santa Bárbara do Oeste** se destacavam por apresentar as mais altas taxas de ocupação masculina. As maiores taxas de ocupação feminina ocorriam em **Holambra** e **Pedreira**. (Tabela 14).

No que tange ao desemprego este era elevado para homens e mulheres, mas o das mulheres superava o dos homens de forma significativa. Entre os homens a menor taxa de desemprego era a de **Holambra** (5,6%) e a maior a de **Cosmópolis** (18,8%). Entre as mulheres, as menores taxas de desemprego eram as de **Engenheiro Coelho** (10,1%) e **Holambra** (10,6%) e as maiores as de **Hortolândia** (27,7%) e **Cosmópolis** (10,6%).

Tabela 14
Taxas de ocupação e desemprego masculinas e femininas
Região Metropolitana de Campinas
1991 – 2000

Região Metropolitana de Campinas	1991				2000			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Taxa de Ocupação*	Taxa de Desemprego**	Taxa de Ocupação	Taxa de Desemprego	Taxa de Ocupação	Taxa de Desemprego	Taxa de Ocupação	Taxa de Desemprego
Americana	75,0	2,8	39,5	5,3	64,1	11,0	39,6	18,6
Artur Nogueira	78,1	2,2	40,8	3,5	67,4	10,4	39,6	20,4
Campinas	70,5	4,0	39,7	5,9	61,9	13,4	40,9	20,1
Cosmópolis	74,0	4,4	30,3	8,5	57,5	18,8	30,5	30,1
Engenheiro Coelho	-	-	-	-	73,4	6,1	38,5	10,1
Holambra	-	-	-	-	75,7	5,6	49,3	10,6
Hortolândia	-	-	-	-	60,1	18,3	35,6	27,7
Indaiatuba	71,9	4,8	34,8	6,0	65,7	11,3	38,2	22,1
Itatiba	76,5	1,6	38,5	3,4	68,2	7,6	40,0	18,4
Jaguariúna	74,3	2,8	35,9	4,8	65,5	10,9	37,5	25,0
Monte Mor	69,7	4,9	28,5	3,1	62,5	17,6	30,4	32,4
Nova Odessa	73,0	6,0	36,5	8,1	62,6	12,5	35,9	24,0
Paulínia	75,5	2,1	35,7	5,2	63,4	14,0	40,7	21,1
Pedreira	75,9	2,1	41,0	4,9	69,2	7,3	44,2	11,2
Santa Bárbara d'Oeste	73,2	4,2	33,9	5,5	63,2	12,9	35,7	22,1
Santo Antonio de Posse	79,4	1,9	37,5	4,8	70,1	6,4	34,3	22,9
Sumaré	70,3	7,9	31,3	10,4	62,9	15,7	35,9	26,3
Valinhos	75,0	2,3	35,9	2,3	68,3	8,9	39,5	18,1
Vinhedo	76,7	3,0	36,0	6,5	67,1	10,5	42,6	16,6
RM Campinas	72,2	4,2	37,3	6,0	63,3	13,0	39,0	21,3

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados, Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP

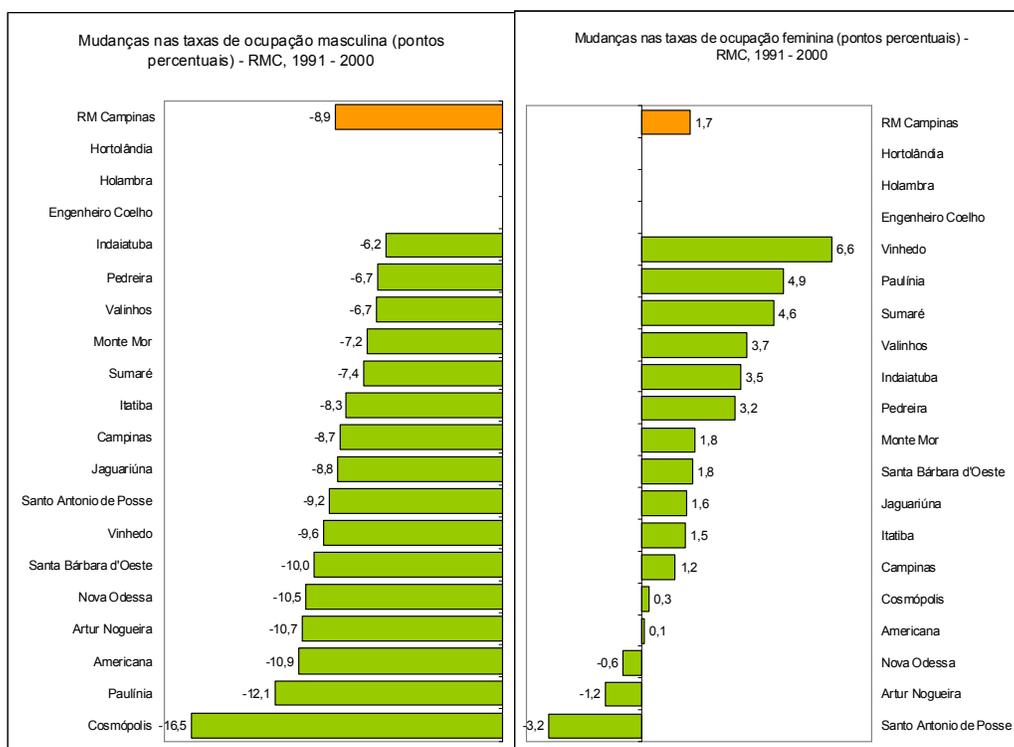
Como já mencionado, entre 1991 e 2000 as taxas de ocupação masculinas diminuíram e as femininas em geral aumentaram na RMC. Isto também se verificou nos



municípios da metrópole de Campinas. O gráfico 14 mostra as mudanças (em pontos percentuais) nas taxas de ocupação masculina e feminina. As taxas de ocupação masculinas se reduziram em todos os municípios variando de -6,2 pontos percentuais em **Indaiatuba** a -16,5 em **Cosmópolis**. Quanto à variação nas taxas de ocupação feminina, estas foram quase sempre positivas e variaram de -3,2 pontos percentuais em **Cosmópolis** para 6,6 em **Vinhedo**.

Gráfico 14

Mudanças nas taxas de ocupação masculina e feminina (em pontos percentuais)
Região Metropolitana de Campinas e Municípios
2000.

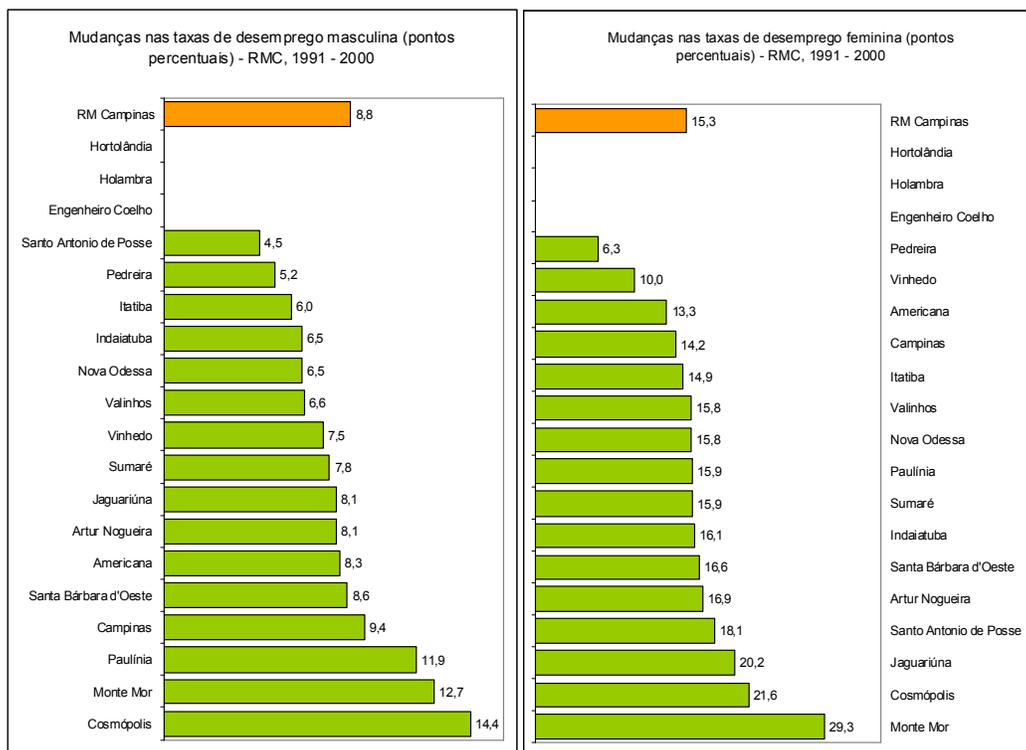


Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

No que se refere às mudanças nas taxas de desemprego estas foram positivas tanto para os homens como para as mulheres, com as das mulheres superando às dos homens. Os aumentos nas taxas de desemprego masculinas variaram de 4,5% em **Santo Antonio da Posse** para 14,4% em **Cosmópolis** e as femininas de 6,3% em **Pedreira** a 29,3% em **Monte Mor**. Muitos municípios apresentaram variações nas taxas desemprego superiores à média da metrópole de Campinas, tanto entre os homens como entre as mulheres (Gráfico 15).



Gráfico 15
Mudanças nas taxas de desemprego masculina e feminina (em pontos percentuais)
Região Metropolitana de Campinas e Municípios
2000.



Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo – Desigualdade e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP – FINEP.

O desemprego aumentou mais entre as mulheres e deve-se ressaltar que o desemprego das mulheres já era bem maior que o dos homens em 1991.

Nota-se, também, que não há correlação muito clara entre as mudanças nas taxas de desemprego de homens e de mulheres. Mas, em geral, os municípios que apresentam elevadas variações nas taxas de desemprego feminino apresentam também elevadas variações nas taxas de desemprego masculino. São os casos, por exemplo, de **Cosmópolis e Monte Mor** que apresentam as maiores variações no desemprego feminino e no masculino.

Em síntese, pode-se concluir que a ampliação do número de domicílios com mulher com renda ocorreu de forma generalizada e intensa nos municípios da RMC. Essa ampliação, de forma análoga à verificada para as regiões metropolitanas e pólos regionais do estado de São Paulo, foi mais importante que o aumento da participação da renda da mulher na renda domiciliar. Entre os municípios da RMC destaca-se o de Sumaré pela



ampliação significativa da proporção de domicílios com mulher com renda e a participação da renda da mulher na renda domiciliar. Mas o fato que mais chama à atenção é a ampliação do percentual; de domicílios com mulher com renda sem aumento da participação da renda da mulher na renda domiciliar, principalmente nos municípios de Vinhedo, Pedreira, Indaiatuba e Jaguariúna. Quanto às taxas de ocupação estas aumentaram para as mulheres e diminuíram para os homens. Já as taxas de desemprego eram muito elevadas entre as mulheres e, entre 1991 e 2000, aumentaram mais do que às dos homens.

Referências Bibliográficas

FINEP. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.
Documento 2 – Estudos Regionais – Região Metropolitana de São Paulo, Capítulo 3.

FINEP. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.
Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo.



3. Políticas sociais na Região Metropolitana de Campinas²⁰

Neste item são apresentados para a Região Metropolitana de Campinas os aspectos da política de proteção social privilegiados pelo atual Projeto, quais sejam, o mapeamento e o acesso aos programas de transferência de renda, renda e o acesso e a qualidade dos serviços básicos de educação e de saúde.

Para a realização do estudo das políticas sociais recorreu-se a um conjunto de informações oriundas tanto de fontes oficiais, como de levantamento de campo. A pesquisa de campo, de caráter qualitativo e complementar, visou mapear os programas de transferência de renda e os programas de apoio ao migrante nas regiões metropolitanas e pólos regionais do Estado de São Paulo, relatados com maior detalhe no Documento 1 – Relatório Consolidado. Nesse levantamento foram realizadas entrevistas com os agentes institucionais envolvidos.

O item 3.1. apresenta o perfil dos programas de transferência de renda implementados na Região Metropolitana de Campinas (RMC). O mapeamento dos programas de transferência identifica os programas presentes na RMC, a parcela atendida da população alvo e os principais problemas na implementação do Programa Bolsa Família e dos programas de transferência de renda de natureza municipal.

Os itens 3.2 e 3.3. contemplam, no âmbito das políticas públicas, por um lado o acesso de segmentos específicos da população às políticas básicas de educação e de saúde e, por outro, a disponibilidade de equipamentos e serviços pelos órgãos competentes.

3.1. Os programas de transferência de renda na Região Metropolitana de Campinas - Mapeamento e Acesso

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) apresenta um total de 2.635.261 de habitantes, segundo dados de contagem da população do IBGE (2007). A estimativa de famílias pobres, segundo cálculos do IPEA (2004) utilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), é de 56.878 famílias, sendo assim classificadas por terem renda *per capita* de até meio salário mínimo vigente. Considerando o conjunto dos programas de transferência de renda que tomam a família como unidade beneficiária, tem-se em 2007, para a Região Metropolitana de Campinas, a estimativa próxima de 112% de famílias classificadas como pobres que recebem algum tipo de benefício.

²⁰ Ficha Técnica: Coordenação: Lilia Montali, Coordenação Adjunta: Eugenia Troncoso Leone e Stella Barberá da Silva Telles, Assistentes de pesquisa: Fabiana de Andrade, Luciana Ramirez Cruz, Marcelo Tavares de Lima e Alessandra Scalioni Brito, Auxiliares de pesquisa: Bruno Martins de Oliveira e Edina Paula Souza.



Os programas de transferência de renda que tomam as famílias como unidade beneficiária são: Bolsa Família, Renda Cidadã e Ação Jovem, sendo o primeiro de natureza federal e os outros dois de natureza estadual. Os outros programas têm o indivíduo como público-alvo e para o cumprimento das condicionalidades. Dentre estes, devem ser mencionados os programas federais BPC (Benefício de Prestação Continuada), o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o Programa Agente Jovem. Deve-se mencionar ainda que estes programas federais, o primeiro dirigido a idosos e a deficientes e aqueles dirigidos à criança e ao adolescente - PETI e Agente Jovem - embora voltados ao indivíduo tem como referência dados familiares de renda para a seleção do beneficiário. Atenta-se também para o fato de que o PETI em 2007 encontrava-se em transição para o programa Bolsa Família e atualmente encontra-se integrado a este. O Programa Agente Jovem, por sua vez, transformou-se em ProJovem Adolescente²¹.

O programa federal Bolsa Família apresenta porcentagem de 97% de famílias atendidas dentre as classificadas como pobres na RMC, segundo os critérios do MDS, mencionados acima (Tabela 1). Comparada às outras duas regiões metropolitanas paulistas apresenta percentual superior, uma vez que os percentuais apresentados por estas são de 83%, no caso da Região Metropolitana de São Paulo e de 96% no caso da Região Metropolitana da Baixada Santista. Comparada aos Pólos Regionais Paulistas, cujos percentuais de cobertura do Bolsa Família variam entre 80% e 101%, a RMC fica abaixo apenas dos Pólos de Bauru, São José dos Campos e Ribeirão Preto. Aproximadamente 55.419 famílias são atendidas na RMC por este programa, sendo os municípios com maior número de beneficiários: **Campinas**, sede da RMC, **Sumaré** e **Hortolândia**. Estes municípios são também os que apresentam maior população e maiores proporções de pobres em relação à população na RMC, ou seja, pessoas com rendimento per capita de até meio salário mínimo; de acordo com as estimativas do MDS, cerca de 8% em Campinas e 9% em Sumaré e Hortolândia, como indicado na Tabela 2. Deve-se ressaltar que Americana está entre os municípios mais populosos da RMC, porém apresenta menor estimativa de pobres na população, cerca de 5%. Por outro lado, Monte Mor apresenta elevada proporção de pobres em relação à população (12%), mas tem

²¹ O ProJovem Adolescente tem como objetivos: o retorno e a permanência na escola, proteção social básica e assistência às famílias. Além de atender adolescentes de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo, o programa privilegia jovens atendidos pelo Bolsa Família e participantes do PETI. Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008.



população bastante menor e menor contingente de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família.

Tabela 21

Programas Federais e Estaduais de Transferência de Renda: famílias beneficiárias e cobertura
Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais
2007

Região ou Pólo Regional	Programas Estaduais de Transferência de Renda				Programas Estaduais de Transferência de Renda				Programas Federais de Transferência de Renda			
	Programa Bolsa Família (MDS)	Programa Renda Cidadã	Programa Ação Jovem	Programa BPC	Programa Bolsa Família (MDS)	Programa Renda Cidadã	Programa Ação Jovem	Programa BPC	Programa Bolsa Família (MDS)	Programa Renda Cidadã	Programa Ação Jovem	Programa BPC
População (estimada 2007)	Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias
RM Sul Paulista	10.220.424	339.270	449.424	504	1.081	0,7	99.607	12,2	39.429	9,9	190.000	102,8
RM Grande Sorocaba	1.889.142	40.880	42.423	507	194	1,2	1.489	2,2	2.269	0,2	43.830	39,1
RM Campinas	3.031.251	89.876	91.423	70,8	919	1,9	3.097	0,8	4.481	1,9	94.000	110,7
Pólo Sorocaba	339.688	22.629	22.911	33,9	1.122	6,9	2.790	11,9	2.027	8,7	20.739	114,9
Pólo Bauri	394.379	17.229	17.429	37,2	297	2,5	1.591	4,8	1.723	9,9	22.059	122,3
Pólo Paulistana/Pindamonhangaba	598.221	28.799	27.222	39,1	1.724	9,9	8.299	11,9	4.927	14,9	49.365	109,9
Pólo Itatiba/Piracicaba	1.187.479	29.871	29.999	99,9	199	2,9	2.999	19,9	1.999	9,9	24.999	119,9
Pólo São João do Campo	500.181	24.979	24.999	99,9	299	1,9	1.799	7,9	2.991	8,7	24.919	119,9
Pólo São João do Rio Preto	714.229	22.499	19.799	99,7	1,9	0,7	1.799	19,9	1.999	9,9	22.419	119,9
Pólo Sorocaba	1.099.919	37.779	38.921	99,7	299	1,9	8.929	4,9	2.979	9,9	39.229	119,9

Fonte: Programa Nacional de Fomento Social (MDS). Em parceria com o IUPERJ. São Paulo, 2011. Dados: Sistema Nacional de Informações Sociais (SINIS). Em: www.mds.gov.br. Acesso em: 01/11/2011. **Observação:** Região Metropolitana de Sorocaba e Pólo Sorocaba. **Observação:** Região Metropolitana de Sorocaba e Pólo Sorocaba. **Observação:** Região Metropolitana de Sorocaba e Pólo Sorocaba. **Observação:** Região Metropolitana de Sorocaba e Pólo Sorocaba.

Através das entrevistas realizadas pelo trabalho de campo foi possível perceber que ocorre combinação dos diversos programas na composição do benefício recebido pelas famílias, possibilitando maior cobertura e evitando maiores disparidades entre as famílias beneficiárias. Dessa maneira observou-se, através da pesquisa nos municípios da RMC, a complementaridade entre o Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda, dentre os quais os estaduais atendem cerca de 14% das famílias classificadas como pobres pelo MDS. Tomando como exemplo o caso do município de **Hortolândia**, que apresenta a menor renda per capita da RMC e tem cobertura estimada do programa Bolsa Família de 101,48% (4.969 famílias), nota-se que há complementaridade pelos programas estaduais Renda Cidadã e Ação Jovem, atendendo a 10% das famílias classificadas como pobres pelo MDS. Assim, o programa Renda Cidadã atende cerca de 3% das famílias classificadas como pobres e o Programa Ação Jovem atende cerca de 7% delas (Tabela 2).

Da mesma maneira, no município de **Campinas**, sede da RMC, foram atendidas 24.730 famílias pelo programa Bolsa Família, em 2007, abrangendo cerca de 103% das famílias pobres, observa-se a possibilidade de sobreposição de outros programas de transferência de renda voltados tanto para a família, quanto para o indivíduo. Merece menção em relação àqueles que têm como público-alvo a família, a cobertura de 4% do programa Estadual Renda Cidadã (1.000 famílias) e de 13% do Programa Estadual Ação Jovem (3.089 famílias, Tabela 2).

Tendo por referência os municípios visitados na pesquisa de campo na RMC, constata-se a prevalência dos Programas Federais Bolsa Família e o BPC. Os Programas



Federais PETI e Agente Jovem não foram encontrados em todos os municípios. Assim, o PETI não foi verificado em **Vinhedo** e **Arthur Nogueira** e o Programa Agente Jovem não foi encontrado nos municípios de **Indaiatuba**, **Vinhedo**, **Arthur Nogueira** e **Jaguariúna**. Os Programas Estaduais, Renda Cidadã e Ação Jovem, foram encontrados em todos os municípios pesquisados seguindo a tendência observada nas outras RMs e Pólos Regionais do Estado de São Paulo (Quadro 1).

Ou seja, **Campinas**, sede da RMC, **Sumaré** e **Hortolândia** que são os mais populosos dentre os municípios visitados durante a pesquisa de campo, são os únicos que possuem todos os programas de transferência de renda governamentais de natureza federal e estadual. Dentre estes, apenas a sede da RMC, Campinas, possui programa municipal de transferência de Renda. **Vinhedo** e **Arthur Nogueira** são os municípios que possuem menos programas de transferência de renda (Quadro 1).

O Programa Bolsa Família está presente em todos os municípios visitados. São mais de 40 mil beneficiários nestes sete municípios, sendo mais que da metade deles em **Campinas**. **Hortolândia** e **Sumaré** são outros municípios com grande número de famílias atendidas. Por outro lado, **Vinhedo** e **Jaguariúna** atendem a menos de 1.000 famílias cada (FINEP. Relatório da Região Metropolitana de Campinas, Pesquisa de Campo, 2007).



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Tabela 16
Programas Federais e Estaduais de Transferência de Renda: famílias atendidas e cobertas
Região Metropolitana de Campinas

Município	Indicadores		Programa Federal de Transferência de Renda				Programa Estadual de Transferência de Renda				Programa Federal de Transferência de Renda					
	População Estimada (Contagem 2007)	Famílias Pobres (%)	Porcentagem de Famílias Pobres (%)	Total dos Programas Remanescentes (1)	Renda/Cidade	Alto Jovem	Subtotal	BPC	MEI	Agente Jovem	Famílias Beneficiárias	% Famílias Beneficiárias	Famílias com Deficiências (PCD)	Total de Beneficiários		
Região Metropolitana de Campinas	2.435.261	56.878	35.419	915	1,4	3.207	6,0	4.461	7,8	54.002	192,7	113.861	13.206	24.547	3.005	700
Araraquã	109.094	3.145	2.239	38	1,1	129	4,1	84	2,7	2.488	70,1	523	1.034	1.547	220	50
Atibaia	95.417	546	990	4	0,4	44	4,5	42	4,5	1.020	103,5	154	239	403	-	-
Cordeiro	1.020.237	24.979	24.120	113	0,5	1.000	4,2	3.085	12,8	26.033	120,2	6.008	4.711	9.787	312	425
Corumbataí	53.794	1.627	1.687	1	0,1	588	81,2	51	3,1	1.927	100,0	207	308	515	-	-
Engenheiro Coelho	12.728	340	437	44	12,9	45	13,2	30	6,8	599	103,5	55	59	112	190	-
Itatiba	9.111	73	60	1	1,4	44	60,3	22	30,1	128	180,5	24	28	50	-	-
Horópole	100.781	4.886	4.989	47	1,0	150	5,1	954	7,2	5.520	112,7	928	1.052	2.010	572	50
Itupevina	171.038	2.566	2.418	55	1,9	258	16,6	49	1,7	2.779	93,9	702	1.088	1.691	34	-
Itaúna	31.352	1.539	1.728	46	3,2	121	7,4	50	3,1	1.544	110,6	254	372	226	-	-
Japuíma	36.891	308	707	68	13,2	90	12,8	50	7,1	1.020	145,1	150	175	325	175	-
Marília	43.260	1.517	1.919	90	8,3	150	10,9	49	3,2	1.914	129,2	271	359	630	-	-
Mooca	45.102	352	785	21	2,2	20	5,3	30	5,5	908	30,2	130	203	325	-	-
Novo Horizonte	73.116	1.650	1.138	5	0,5	175	16,5	36	1,5	1.334	126,0	175	259	434	-	-
Paulista	38.152	678	454	1	0,1	91	13,2	64	6,5	608	88,9	162	134	301	-	50
Frutina	184.310	3.615	3.923	155	4,1	106	2,8	238	6,2	4.494	117,6	952	633	1.321	400	-
Santa Estrela do Oeste	19.524	628	638	0	0,0	48	7,8	39	4,8	733	114,9	61	102	165	-	-
Santa Rita do Passa Quatro	228.696	5.791	5.922	64	1,1	135	2,8	117	2,0	6.238	117,9	1.342	1.499	2.891	1.152	129
Saracá	88.040	1.217	939	24	1,8	220	17,2	59	4,5	1.248	243,8	318	483	778	-	-
Votuporã	57.837	708	528	4	0,6	31	4,4	38	2,5	581	82,3	60	141	210	-	-

Fonte: Fundação Metrópoli Social (FMS) - MDS. Em: <http://m3.mds.gov.br/relat>. Acesso em 20/11/2008. Cidades e Sistema Pro-Social do Estado de São Paulo. Em: www.prosocial.sp.gov.br. Acesso em 18/11/2008. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. NEPP/FINEP/FOUR/ANP-FINEP. 111 Av. do Gás, Estado Albertão, Boiss Escola, Centro, Araraquã/SP. * Estimativa do índice de pobreza MDS.



Deve-se ressaltar que a pesquisa de campo é a única fonte de informação sobre os programas municipais, pois não existem registros oficiais para os mesmos, de maneira distinta do que atualmente ocorre com os programas federais e estaduais. Dessa forma, a pesquisa de campo evidenciou na RMC a presença de programa municipal de transferência de renda apenas no município de **Campinas**, sede da RMC e com o maior contingente de população da região (1.039.297 habitantes), tendência observada também nas outras Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo para municípios com mais de 100 mil habitantes.

Quadro 1
Programas de transferência de renda vigentes nos municípios pesquisados, ordenados por tamanho Região Metropolitana da Baixada Santista do Estado de São Paulo 2007

Região Metropolitana	Tamanho	Município	Federais				Estaduais		Municipais
			Bolsa Família	PETI	Agente Jovem	BPC	Renda Cidadã	Ação Jovem	
Campinas	mais de 100 mil	Campinas- SEDE							
		Sumaré							
		Hortolândia							
		Indaiatuba							
	mais de 50 até 100 mil	Vinhedo							
		Artur Nogueira							
	Mais de 20 até 50 mil	Jaguariúna							

Fonte: Pesquisa de Campo 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais – Pesquisa de campo. NEPP/NEPO/IE-UNICAMP. 2007. Convenio FINEPUNICAMP.

Programas municipais de transferência de renda

Como mencionado acima, apenas **Campinas** conta com um programa municipal de transferência de renda, dentre os sete municípios visitados. O Programa de Garantia de Renda Mínima de Campinas, pioneiro no gênero juntamente com o Bolsa Escola do **Distrito Federal**, foi criado em 1995. Atualmente, este atende a 3.118 famílias, com impactos diretos sobre mais de 12 mil pessoas²².

²² Parte das informações apresentadas nesse tópico foram retiradas de FINEP. Relatório da Pesquisa de Campo – Região Metropolitana de Campinas, Pesquisa de Campo, 2007. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.



O Programa de Garantia de Renda Mínima Municipal tem como objetivo beneficiar famílias pobres, com filhos entre zero e 16 anos, residentes em Campinas há mais de quatro anos, com renda familiar abaixo de R\$ 35,00 per capita durante um período de 18 meses. Outro objetivo é garantir suporte a ações e acesso a serviços sociais (saúde, educação e assistência social).

O programa é voltado para a família e, atualmente não exige contrapartidas ou condicionalidades. Desde 2001, o Programa mudou seu desenho, extinguiu o acompanhamento às famílias, a realização de grupos sócio-educativos, bem como as contrapartidas e o cadastro passou a ser realizado pelas Comissões Intersetoriais existentes nos 5 Distritos Regionais da Assistência Social de Campinas.

São utilizados como indicadores para o acompanhamento do Programa: o número de famílias atendidas e o número de famílias atendidas através dos serviços de saúde, educação, assistência social e Organizações Não Governamentais.

Na opinião dos gestores, o programa tem possibilitado o acesso das famílias às outras políticas sociais, principalmente à educação e à saúde e também tem facilitado as ações intersetoriais. O ponto forte destacado é a articulação intersetorial existente.

Complementando, deve-se mencionar que no município de Campinas há 7 programas de transferência de renda em operação (Quadro 1), coordenados por três servidoras municipais; cinco deles alocados no Departamento de Trabalho e Renda e os outros dois no Departamento de Operação da Assistência Social.

Quadro 2
Beneficiários de Programas Municipais de transferência de Renda vigentes nos municípios pesquisados
Região Metropolitana de Campinas
2007

Município	Programas Municipais de transferência de Renda	Total de beneficiários	
		Famílias	Pessoas
Campinas	Programa de Garantia de Renda Mínima Municipal	3.118	12.400

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais – Pesquisa de campo. NEPP/NEPO/IE-UNICAMP. 2007. Convênio FINEPUNICAMP.



Principais dificuldades na implementação dos programas de transferência de renda

Esse tópico pretende apontar as principais dificuldades observadas nos programas federais e estaduais da RMC que tem a família como público-alvo – Bolsa Família, Renda Cidadã a Ação Jovem, bem como as principais dificuldades informadas para a implementação do programa municipal de transferência de renda, existente apenas no município sede da região²³.

Tomando inicialmente as dificuldades apontadas pelo programa de transferência de renda de maior abrangência, o Bolsa Família, na RMC as maiores deficiências apontadas pelos municípios foram em relação aos itens Recursos Humanos (insuficiência e inexperiência), articulação entre secretarias para o controle das condicionalidades, falta de autonomia para gerir o programa, processo de seleção das famílias considerado lento, dificuldades na comprovação da renda familiar e dificuldades na migração do banco de dados do PETI para o Cadastro Único.

Dessa forma, em municípios, como **Artur Nogueira, Hortolândia e Jaguariúna**, onde foi informado que a integração das ações não ocorre de maneira satisfatória, os principais problemas são encontrados na relação com as equipes de saúde – especialmente no repasse das informações transmitidas ao Ministério da Saúde. Nestes municípios, a secretaria ligada à assistência social muitas vezes encontra dificuldades no acesso aos dados coletados pelas demais secretarias (FINEP. Relatório da Região Metropolitana de Campinas, Pesquisa de Campo, 2007).

Retomando análise mais ampla realizada no âmbito deste projeto, apresentada no Documento 1 – Relatório Consolidado²⁴, as principais dificuldades na implementação do Programa Bolsa Família nas regiões metropolitanas paulistas são relativas: a deficiência de recursos e de infra-estrutura; a equipes reduzidas frente à demanda de atendimento e necessidade de capacitação para os profissionais envolvidos, bem como dificuldades para o acompanhamento das condicionalidades (Gráfico 1).

²³ Parte das informações apresentadas nesse tópico foram retiradas de FINEP. Relatório da Pesquisa de Campo – Região Metropolitana de Campinas, Pesquisa de Campo, 2007. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

²⁴ FINEP. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP. Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo, Capítulo 3. Item 3.1.



Com menor frequência são apontados: problemas na relação entre as esferas de governo; relativos ao valor do benefício, considerado baixo para a realidade da região.

Nos pólos regionais, os principais problemas apontados são relativos a: dificuldades para o acompanhamento das condicionalidades, apontado como o principal; a equipes reduzidas frente à demanda de atendimento e necessidade de capacitação dos profissionais; problemas na relação entre as esferas de governo; comprometimento insatisfatório das famílias beneficiárias.

Gráfico 16
Principais dificuldades apontadas pelos Gestores – Programa Bolsa Família
Pesquisa de Campo
2007



Fonte: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

As dificuldades apresentadas pelos municípios na execução do Programa Estadual Renda Cidadã foram um pouco diversas. Assim, a partir de dados obtidos pela pesquisa de campo observou-se que em alguns municípios faltam vagas para as famílias em cursos de capacitação e qualificação, apenas **Hortolândia** e **Sumaré** não apresentaram esse tipo de dificuldade dentre os 7 municípios pesquisados. As prefeituras ainda consideram que o programa atende parcialmente suas metas, como a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias e o aumento de sua auto-estima, embora não consiga promover a emancipação econômica das famílias beneficiárias.

Em relação ao Programa Estadual Ação Jovem, todos os municípios citaram como problema o insuficiente cumprimento de contrapartidas por parte dos beneficiários, cuja



conseqüência é o pouco comprometimento com o programa. Outro problema levantado pelos municípios foi a falta de atividades voltadas para a geração de renda e trabalho. Municípios, como **Sumaré**, expõem a dificuldade de conseguir mobilizar os jovens para participar de atividades complementares por não serem atraídos pelas opções existentes. Outra dificuldade decisiva é a falta de vagas no ensino médio para que os beneficiários voltem a estudar. Este problema não é generalizado nos municípios, mas atinge a determinados jovens que moram em bairros mais distantes ou menos servidos de escolas de ensino médio.

O Programa Renda Mínima Municipal de Campinas apresentou como dificuldade principal o valor baixo da renda per *capita* utilizado como critério de elegibilidade, valor que tem excluído famílias que necessitariam ser atendidas. Outra dificuldade na execução é a compatibilização do atual funcionamento do programa à legislação. (FINEP. Relatório da Região Metropolitana de Campinas, Pesquisa de Campo, 2007).

Quadro 3
Dificuldades citadas pelos gestores responsáveis pelos programas municipais de Transferência de Renda.
Região Metropolitana de Campinas
2007

Municípios	Programas Municipais de transferência de Renda	Valor Baixo do Benefício	Compatibilização do atual funcionamento do programa à legislação
Campinas	Programa Renda Mínima Municipal de Campinas		

Fonte: Pesquisa de Campo, 2007. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Considerações finais

Em síntese, as principais dificuldades na implementação do Programa Bolsa Família nas regiões metropolitanas paulistas estão mais relacionadas à grande demanda, bem como à necessidade de ampliação de vagas e à falta de recursos para sua implementação. São apontadas deficiências relativas a recursos e de infra-estrutura; a equipes reduzidas frente à demanda de atendimento e necessidade de capacitação destas, bem como dificuldades para o acompanhamento das condicionalidades. Com menor freqüência são apontados problemas na relação entre as esferas de governo; relativos ao valor do benefício, considerado baixo para a realidade da região.

Nos pólos regionais, os principais problemas apontados são relativos a dificuldades para o acompanhamento das condicionalidades, apontado como o principal; a equipes



reduzidas frente à demanda de atendimento e necessidade de capacitação dos profissionais; problemas na relação entre as esferas de governo; e comprometimento insatisfatório das famílias beneficiárias.

Concluindo, observa-se que os gestores apontaram menores problemas na implementação dos programas municipais em comparação aos federais e estaduais, possivelmente associados ao fato de estes serem menores; de terem sido criados para atender a demandas locais e serem mais adaptados à gestão municipal.



ANEXO 1 - RESUMO: Características dos Programas Sociais de Transferência de Renda Vigentes - 2007

Programas Federais	Objetivos	Público Alvo	Critérios de Elegibilidade	Condicionalidades
Bolsa Família (2004) Criado pela LEI No. 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Promoção do acesso à saúde, educação e assistência social. Combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional. Estimulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Combate à pobreza e promoção da interseccionalidade, da complementaridade e da sinergia das ações sociais do Poder Público.	Unidades familiares em situação de pobreza ou extrema pobreza.	Unidades familiares que se encontrem em situação de: <ul style="list-style-type: none"> Extrema pobreza com renda per capita de até 60 reais; Pobreza com renda mensal per capita entre 60 e 120 reais. 	Mantém as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação...
PETI (1996) Integrado ao Programa Bolsa Família pela Portaria GM/MS nº 666, de 28 de dezembro de 2005. Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Eradicar todas as formas de trabalho infantil no País, em um processo de resgate da cidadania de seus usuários e inclusão social de suas famílias.	Para famílias que tenham filhos, crianças e/ou adolescentes, com idade inferior à 16 anos, expostos à diversas situações de trabalho.	Renda familiar per capita igual ou menor que R\$ 120,00.	Frequência mínima da criança e do adolescente nas atividades de ensino regular e nas Ações Socioeducativas e de Convivência (Jornada Ampliada) no percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco) da carga horária mensal.
Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (2005) Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Promover atividades continuadas que proporcionem ao adolescente, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, ênfase sobre a educação e o trabalho.	Adolescentes de 15 a 17 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.	Renda familiar inferior a meio salário mínimo. Prioridade para os que estão fora da escola e de programas como: Renda Mínima, PETI, BCC, Bolsa Escola e Liberdade Assistida e egressos de programas sociais.	Frequência às atividades programadas.
BPC/ Loas (1996) Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Garantia de renda a pessoas portadoras de deficiência independente da idade, e a idosos com 65 anos ou mais, que não possuam meios de sustento.	<ul style="list-style-type: none"> Mulheres com 65 anos ou mais; Pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para o trabalho e para a vida independente. 	<ul style="list-style-type: none"> Renda inferior a um quarto de salário mínimo. Não possuir outro benefício da seguridade social ou de qualquer regime previdenciário. 	Um salário mínimo

Programas Estaduais	Objetivos	Público Alvo	Critérios de Elegibilidade	Condicionalidades
Renda Cidadã (2005) Governo Estadual Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	Conceder recurso financeiro temporário visando à melhoria das condições de subsistência das famílias, integradas com ações socioeducativas e de geração de renda.	Famílias em situação de pobreza com renda mensal "per capita" de até R\$ 100,00, prioritário para mulheres chefes de família.	<ul style="list-style-type: none"> Residência no município por no mínimo 2 anos. Família com renda mensal "per capita" de até R\$ 100,00. 	<ul style="list-style-type: none"> Participar das ações desenvolvidas pelo município. Mantém crianças e adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos matriculados e frequentando a escola; Frequência mínima de 75%; Família com crianças de até 7 (sete) anos com carteira de vacinação atualizada.
Ação Jovem (2005) Governo Estadual Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social	Beneficiar jovens com ensino fundamental e/ou médio incompletos e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, priorizando aqueles pertencentes a famílias de renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos. Oferecer condições para o retorno e / ou permanência na escola; Propiciar ações que capacitem para o mundo de trabalho...	Jovens na faixa etária de 15 a 24 anos que não puderam frequentar a escola na idade apropriada.	<ul style="list-style-type: none"> Estar com ensino fundamental e/ou médio incompletos; ter domicílio nos setores censitários de alta vulnerabilidade e concentração de pobreza e ter, prioritariamente, renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos. 	Comprovar frequência a cursos do ensino regular e/ou profissionalizante no qual esteja matriculado.



3.2 Educação Básica nos pólos regionais e regiões metropolitanas do Estado de São Paulo - Região Metropolitana de Campinas ²⁵

Introdução

O propósito deste capítulo é apresentar de maneira sintética o panorama da educação na Região Metropolitana de Campinas com foco na educação básica, a qual compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O capítulo estrutura-se em três partes. Na primeira exploram-se indicadores de contexto onde se evidencia a evolução dos municípios com relação ao analfabetismo, à proporção de adultos com educação básica completa e às taxas de escolarização líquidas obtidas através de tabulações dos censos demográficos de 1991 e 2000.

Na segunda parte, será apresentado o volume de matrículas e de funções docentes para caracterizar as condições de oferta entre 1999 e 2006 e, indicadores de desempenho e rendimento para o ano de 2002. Para esta parte foram utilizadas as informações disponibilizadas pela Fundação SEADE que tomou como fonte os dados do Censo Escolar elaborado pelo INEP/MEC e tabulações do INEP/MEC.

Na terceira parte do capítulo, é realizada uma análise da qualidade do ensino na Região Metropolitana de Campinas comparativamente aos indicadores estaduais. Para tanto, lançamos mão dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP - da Secretaria Estadual de Educação no ano de 2007. Os resultados do SARESP permitem avaliar o ensino regular de todas as escolas da rede pública estadual que oferecem a 1^a, 2^a, 4^a, 6^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e a 3^a série do Ensino Médio. Nesta etapa, são apresentados os resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática e dos níveis de desempenho em Redação para as 4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e 3^a série do Ensino Médio.

Índice de Analfabetismo da População de 15 anos ou mais anos de idade

²⁵ Neste item contamos com a colaboração de Cibele Yahn de Andrade.



Em 1991, o índice de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade na Região Metropolitana de Campinas foi de 8,9%, valor inferior à média estadual que atingiu neste ano 9,7% das pessoas com 15 anos ou mais de idade. Entre os municípios que compõem esta região, a variação se deu entre 7% e 16%. Os municípios que apresentaram os índices mais altos de analfabetismo, entre 13% e 16%, foram: Monte Mor; Santo Antonio da Posse e Arthur Nogueira. No extremo oposto, em melhor situação, entre 7% e 10%, se encontravam a sede da Região e alguns municípios de seu entorno: Valinhos; Vinhedo e Indaiatuba. Os outros municípios da Região Metropolitana de Campinas apresentaram índices médios entre 11% e 12% (Itatiba; Pedreira; Jaguariúna; Paulínia; Cosmópolis; Sumaré e Santa Bárbara do Oeste) (Mapas 1 e 2).

Em 2000 o índice de analfabetismo na Região Metropolitana de Campinas caiu para 6%. Esta taxa ficou ligeiramente inferior à média estadual que alcançou 6,1%. A tendência de queda foi observada em todos os municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas. Os municípios em melhor situação, com percentuais baixos de analfabetismo (entre 1% e 3%) foram: Vinhedo; Hortolândia; Sumaré; Cosmópolis; Indaiatuba e Holambra. Os municípios em pior situação, com índices entre 7% a 9%, foram ainda o município de Monte Mor, e os municípios de: Nova Odessa e Jaguariúna.

Mapas 1 e 2





Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo

Proporção da população adulta com mais de 12 anos de estudo

Esse índice aponta para a proporção da população adulta, definida como aquela na faixa etária entre 25 e 59 anos, que completou o ensino básico, ou seja, o ensino fundamental e o ensino médio.

Em 1991 quase 19% de pessoas adultas residentes em Campinas - município sede da Região Metropolitana de Campinas - tinham nível de instrução de pelo menos 12 anos de estudo. Vinhedo, Valinhos e Americana apresentaram percentuais por volta de 10%. Os outros municípios apresentaram índices inferiores a 10%. Entre eles, a cidade de Sumaré merece destaque onde apenas 3% de sua população adulta haviam completado a educação básica. O censo populacional realizado em 2000 mostra a grande melhora deste índice em todos os municípios da Região Metropolitana de Campinas. Três municípios permaneceram com índices igual ou abaixo de 8%: Nova Odessa; Monte Mor e Pedreira.

Os dados evidenciam que, enquanto na década de 90 havia uma centralidade, no sentido do município sede concentrar mais pessoas com maior escolarização, na década seguinte observa-se uma desconcentração para os municípios do entorno, que passa a apresentar proporções maiores de pessoas mais escolarizadas comparativamente ao município sede (Mapas 3 e 4).



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Mapas 3 e 4



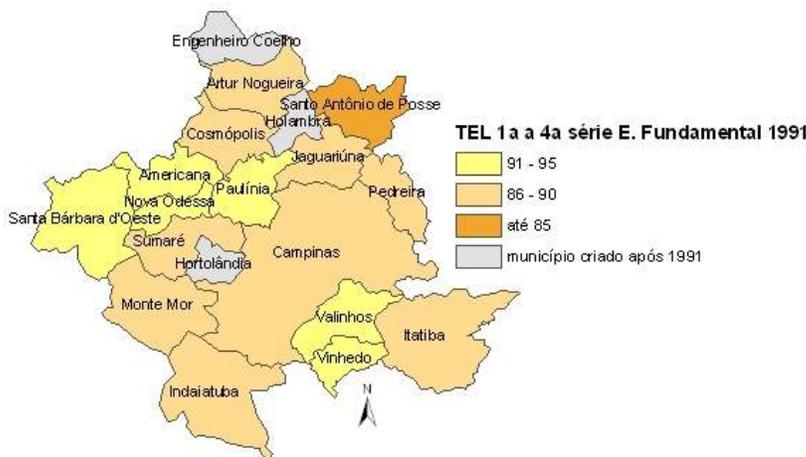
Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo



Taxas de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série²⁶

Em 1991 a Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série na Região Metropolitana de Campinas foi de 89,9%, patamar superior ao índice estadual de 87,5%. Enquanto a Taxa de Escolarização Líquida no ano 2000 para o Estado de São Paulo evidenciou avanço com relação à década anterior apontando para um crescimento de 2,2%, a variação deste indicador entre as duas décadas para a Região Metropolitana de Campinas foi negativa em 1,4%. Entre os municípios que apresentaram melhores taxas em 1991 e tiveram redução no ano 2000, destacamos os municípios de Nova Odessa, Americana e Valinhos. Merece destaque, o município de Pedreira que incrementou sua taxa de Escolarização Líquida de 1ª a 4ª série em quase 7% no ano 2000.

Mapas 5 e 6

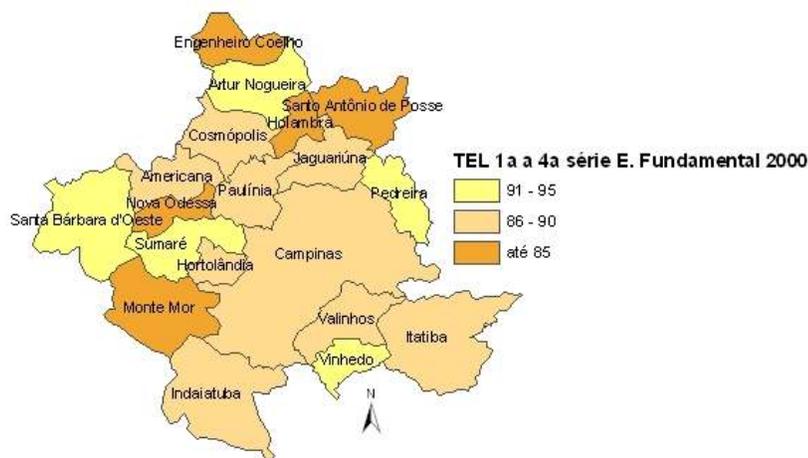


²⁶ Esse índice representa o percentual da população que frequenta o ensino fundamental entre a 1ª e a 4ª série com idade correspondente a esse nível de ensino, ou seja, entre 7 a 10 anos.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo

Taxas de Escolarização Líquida do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série

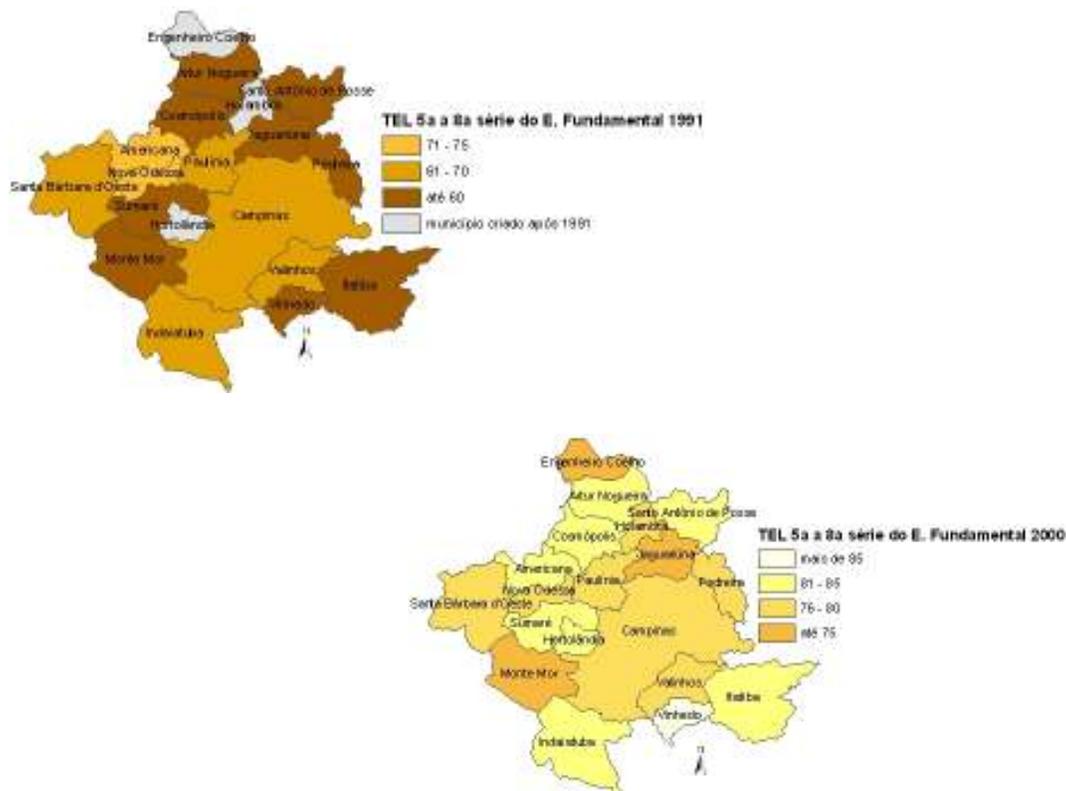
A taxa de escolarização líquida referente à segunda fase do ensino fundamental apresentou incremento entre as décadas de 90 e 2000 tanto para a Região Metropolitana de Campinas como para o Estado de São Paulo, embora o incremento tenha sido maior para o Estado de São Paulo.

Em 1991 na Região Metropolitana de Campinas este indicador atingiu 61,1% das crianças com idade entre 11 e 14 anos, taxa superior à média estadual de 58,9%. No ano 2000 a situação se inverte, as taxas para a região e para o Estado ficaram respectivamente em 79,4% e 82,2%, evidenciando que: embora as taxas tenham apresentado crescimento na região e no Estado, este crescimento foi maior no Estado que passa a ter taxa superior à da Região Metropolitana de Campinas.

Na região, o que se observa é que a melhoria desses índices ocorreu de forma mais intensa nos municípios do entorno de Campinas. Entre eles, destacamos a oeste: Monte Mor, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Artur Nogueira, Cosmópolis e Vinhedo no lado sudeste.



Mapas 6 e 7



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo

Taxas de Escolarização Líquida do Ensino Médio

Entre 1991 e 2000 esse índice apresentou incremento na Região Metropolitana de Campinas, em todos os municípios, e no total do Estado. O índice mais do que duplicou no período, tanto na Região quanto no Estado. Entretanto o crescimento na Região Metropolitana de Campinas foi ligeiramente superior à média do Estado.

Em 1991 a Região Metropolitana de Campinas concentrou municípios com taxas líquidas de escolarização (5ª a 8ª) que variaram entre 43% e 73% e, no ano 2000 a variação esteve entre 73% e 87%.

Os municípios que apresentaram as maiores taxas no ano 2000 foram: Cosmópolis, Vinhedo, Sumaré e Indaiatuba. O município sede que, junto com Valinhos detinha as maiores taxas em 1991, no ano 2000 encontra-se junto aos municípios com as mais baixas taxas. Este fato demonstra que apesar de ter havido incremento neste índice

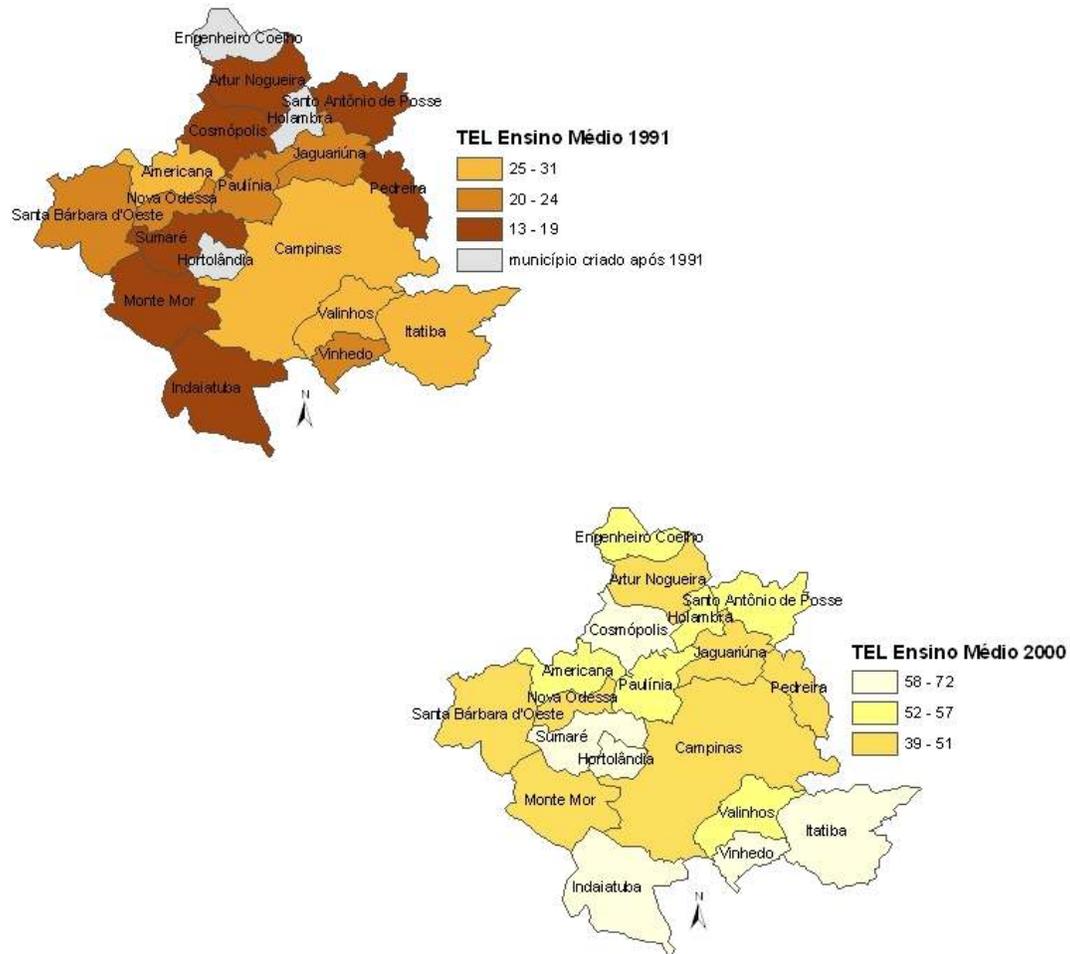


Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

para todos os municípios da Região Metropolitana de Campinas, nos municípios mais centrais o crescimento se deu de forma menos acelerada.

Mapas 8 e 9



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo.

Matrículas na Região Metropolitana de Campinas

De acordo com as informações do Censo Escolar (MEC-INEP), a Região Metropolitana de Campinas concentrou em 2006 mais de 600 mil matrículas entre ensino infantil e ensino básico. A educação infantil, formada por creche e pré-escola



representou quase 20% do total de matrículas. Neste nível de ensino, a maior concentração ocorre na pré-escola. No ensino básico, constituído dos níveis Fundamental e Médio, somente as matrículas referentes ao nível de Ensino Fundamental totalizaram mais de 76%.

Tabela 17 – Matrículas por nível de ensino. Região Metropolitana de Campinas

RMC	Matrículas em 2006			
	Creche	Pré Escola	E. Fundamental	E. Médio
Americana	2.595	6.630	27.319	10.869
Artur Nogueira	7	1.390	5.970	1.600
Campinas	9.744	29.924	138.247	41.271
Cosmópolis	223	2.155	7.730	2.413
Engenheiro Coelho	106	469	2.006	840
Holambra	181	476	1.801	581
Hortolândia	1.322	7.010	29.169	8.197
Indaiatuba	2.314	6.333	26.825	8.285
Itatiba	1.173	3.647	13.666	4.187
Jaguariúna	408	1.707	5.762	1.806
Monte Mor	118	1.978	8.048	2.222
Nova Odessa	546	1.701	7.292	2.412
Paulínia	1.494	3.372	11.675	3.500
Pedreira	398	1.352	5.362	1.748
Santa Barbara D'Oeste	1.712	5.605	22.928	7.144
Santo Antonio de Posse	269	627	3.075	741
Sumaré	877	7.579	32.489	9.801
Valinhos	958	3.967	14.840	5.139
Vinhedo	644	2.207	8.019	2.549

Fonte: EDUDATABRASIL/INEP/MEC. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Entre 1999 e 2006 houve aumento do número de professores em relação ao total de alunos em todos os níveis de ensino, resultado de incremento na oferta do número de professores. Foi no Ensino Médio onde ocorreu o maior descenso do número de alunos por professor. Em 1999 tínhamos em média 19 alunos por professor e, em 2006 a relação fica em 14 alunos por professor.

Esforços têm sido feitos para melhorar a cobertura e a qualidade da educação infantil. Entre 1999 e 2006 houve diminuição do tamanho médio das turmas de creches e de pré-escola na região. Holambra e Nova Odessa foram os municípios que em 2006 tinham as turmas de creches mais numerosas considerando-se o numero de alunos por professor e Hortolândia e Sumaré apresentaram os indicadores mais altos para a pré-escola.



Tabela 18 – Funções Docentes e Matrículas

Indicadores de Educação - Funções Docentes e número de matriculados
Região Metropolitana de Campinas, 1999 e 2006

	Relação Alunos por professor (matrículas / funções docentes)							
	Creche		Pré-Escola		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	1999	2006	1999	2006	1999	2006	1999	2006
RMC	22,9	20,9	22,2	20,1	25,4	19,2	19,1	14,1
Americana	29,9	31,3	21,2	19,9	23,2	18,3	17,5	16,3
Artur Nogueira	16,5	1,0	21,9	16,5	29,1	20,2	22,2	13,6
Campinas	25,0	22,3	21,7	20,4	24,2	18,9	18,9	13,7
Cosmópolis	19,3	31,9	31,2	23,2	23,8	19,3	18,5	15,2
Engenheiro Coelho	26,0	35,3	21,2	19,5	24,2	19,7	25,6	14,7
Holambra	28,6	90,5	19,5	13,6	24,0	17,2	13,4	10,4
Hortolândia	-	25,4	26,3	25,9	29,5	22,0	25,6	13,8
Indaiatuba	12,2	30,4	19,1	21,3	24,8	18,7	19,2	14,7
Itatiba	22,1	32,6	24,4	20,4	22,5	17,0	14,6	15,9
Jaguariúna	12,5	8,9	17,0	16,6	23,0	16,4	18,8	12,6
Monte Mor	-	29,5	21,5	17,8	30,7	16,7	24,0	11,1
Nova Odessa	45,2	78,0	21,3	16,8	25,0	20,0	22,9	13,3
Paulínia	7,1	4,9	15,2	14,5	25,3	20,3	18,6	15,9
Pedreira	27,4	-	23,8	18,3	29,1	23,4	17,6	13,1
Santa Barbara D'Oeste	148,3	36,4	26,3	22,8	27,7	18,7	20,7	12,3
Santo Antonio de Posse	182,0	29,9	23,2	21,6	27,6	23,7	20,8	14,0
Sumaré	129,4	41,8	26,6	24,2	30,9	20,4	23,6	14,7
Valinhos	12,3	30,9	22,0	17,2	25,2	18,7	15,6	14,3
Vinhedo	12,2	23,9	24,5	13,3	21,4	19,8	15,0	14,2

Fonte: EDUDATABRASIL/INEP/MEC. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Indicadores de Rendimento²⁷

Taxas de Aprovação Escolar²⁸

No ano de 2002, as taxas médias de aprovação no ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, 5ª a 8ª série e no Ensino Médio foram respectivamente 93%, 89,5% e 84,1% na Região Metropolitana de Campinas. As taxas de aprovação no ensino Fundamental na região, tanto de 1ª a 4ª série quanto de 5ª a 8ª série, foram ligeiramente inferiores às

²⁷ Dados obtidos da Fundação SEADE / Secretaria de Estado da Educação – SEE/Centro de Informações Educacionais – CIE.

²⁸ Porcentagem de alunos que preencheram em avaliação final, os requisitos mínimos em aproveitamento e frequência, previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.



taxas médias estaduais. No ensino Médio a taxa de aprovação da região é praticamente a mesma para o Estado.

Os municípios que obtiveram os índices mais baixos de aprovação no ensino Fundamental de 1ª a 4ª série localizam-se em geral ao norte do município sede (Jaguariúna, Artur Nogueira, Santo Antonio de Posse e Cosmópolis). Os melhores índices de aprovação neste nível de ensino concentraram-se nos municípios localizados a oeste de Campinas como Santa Bárbara D'Oeste, Americana, Monte Mor, Indaiatuba e Pedreira na divisa a leste.

É interessante notar que o padrão não se repete quando observamos as taxas de aprovação de 5ª a 8ª série do ensino Fundamental e do ensino Médio. Merece destaque a região ao norte do município de Campinas formada principalmente pelos municípios de Engenheiro Coelho, Artur Nogueira, Santo Antonio de Posse e Jaguariúna que concentrou as maiores taxas de aprovação de 5ª a 8ª série em 2002, ao contrário do que acontece no ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, onde estes municípios concentram os índices mais baixos de aprovação.

Tabela 19 – Taxa de Aprovação

Taxa de Aprovação. Região Metropolitana de Campinas, 2002			
Taxas de:	E. Fundamental 1ª a 4ª série	E. Fundamental 5ª a 8ª série	Ensino Médio
RMC	93,0	89,5	84,1
Americana	97,5	94,0	85,4
Artur Nogueira	87,5	94,4	90,0
Campinas	92,9	88,2	85,1
Cosmópolis	89,8	88,6	88,5
Engenheiro Coelho	92,9	91,5	94,0
Holambra	92,2	73,8	90,0
Hortolândia	92,6	89,1	80,6
Indaiatuba	93,8	91,3	82,3
Itatiba	91,0	89,7	84,7
Jaguariúna	86,7	97,8	89,2
Monte Mor	93,9	90,4	78,3
Nova Odessa	91,8	93,5	83,7
Paulínia	90,0	79,8	82,8
Pedreira	95,5	91,6	83,8
Santa Barbara D'Oeste	97,6	92,0	81,6
Santo Antonio de Posse	88,9	95,2	91,8
Sumaré	90,7	85,9	79,9
Valinhos	93,4	93,0	90,9
Vinhedo	90,1	92,2	82,3

Fonte: Fundação SEADE - (Base de dados: MEC/INEP - EDUDATABRASIL).



Taxas de Evasão Escolar²⁹

Em 2002 as taxas de evasão na 1ª a 4ª série, na 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e no Ensino Médio foram de respectivamente 0,8%, 2,7% e 6,3% na Região Metropolitana de Campinas. Nos três níveis de ensino analisados, as taxas de evasão escolar na Região Metropolitana de Campinas foram inferiores às médias estaduais. No nível de ensino que compreende da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, as taxas de evasão entre os municípios foram em geral baixas e relativamente homogêneas.

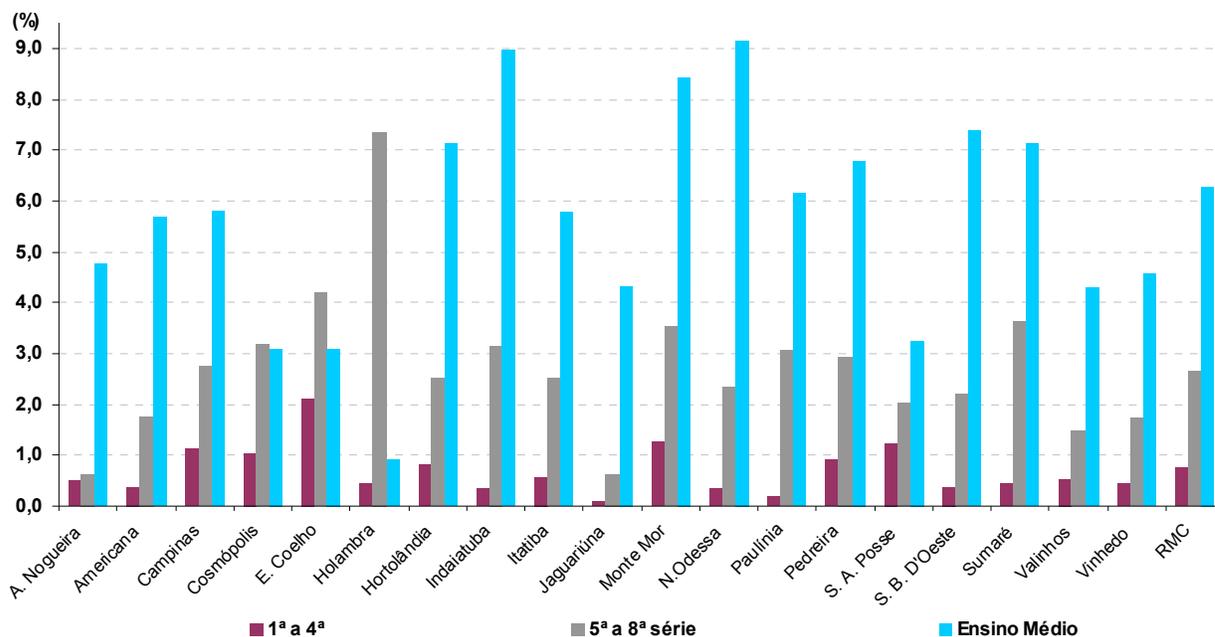
No nível de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental as taxas variaram de 0,6% e 7,3%. A grande maioria dos municípios que apresentaram taxas de evasão abaixo da média da região concentra-se perifericamente a oeste do município sede (Holambra, Engenheiro Coelho, Sumaré, Monte Mor, Cosmópolis, Indaiatuba e Paulínia).

Os maiores índices de evasão aconteceram no Ensino Médio. As maiores taxas de evasão neste nível de ensino são encontradas em municípios vizinhos ao município central localizados a sudoeste. Fazem parte deste grupo: Nova Odessa, Indaiatuba, Monte Mor, Santa Bárbara D'Oeste, Hortolândia e Sumaré.

²⁹ Porcentagem de alunos que abandonaram a escola antes da avaliação final ou que não preencheram os requisitos mínimos em frequência previstos em legislação, em relação ao total de alunos matriculados no fim do ano letivo.



Gráfico 17 – Taxa de Evasão por níveis de Ensino. Região Metropolitana de Campinas, 2002



Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Indicadores de qualidade do ensino

Para estudar as tendências com relação à qualidade do ensino, lançamos mão dos resultados das avaliações do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP – para o ano de 2007. Os resultados do SARESP permitem avaliar o ensino regular de todas as escolas da rede pública estadual que oferecem a 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Assim, apresentamos os resultados das provas de Língua Portuguesa e Matemática e dos níveis de desempenho em Redação para as 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio para a Região Metropolitana de Campinas e para o Estado de São Paulo.

Os alunos da Região Metropolitana de Campinas obtiveram notas, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, superiores às notas para o total do Estado nas 3 séries analisadas. Em geral a diferença entre as notas da Região Metropolitana de



Campinas e do Estado, oscilou entre 5 ou 6 pontos a mais para a Região Metropolitana de Campinas para as disciplinas de matemática e português e, nos três níveis de ensino, com exceção apenas para os resultados dos alunos de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental nas provas de Língua Portuguesa que obtiveram 10 pontos a mais para a Região Metropolitana de Campinas (Tabelas 20 e 21).

Tabela 20 - Média de Proficiência em Matemática, 2007

Matemática	Região Metropolitana de Campinas	Estado de São Paulo
4ª. Série do E. F.	187,59	182,45
8ª. Série do E. F.	238,10	231,53
3ª. Série do E. M.	268,42	263,68

Fonte: SARESP, SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Tabela 21 - Média de Proficiência em Língua Portuguesa, 2007

Língua Portuguesa	Região Metropolitana de Campinas	Estado de São Paulo
4ª. Série do E. F.	193,36	186,84
8ª. Série do E. F.	252,95	242,62
3ª. Série do E. M.	268,68	263,22

Fonte: SARESP, SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP

Com relação ao nível de desempenho em Redação³⁰, a Região Metropolitana de Campinas também se saiu melhor que o Estado, embora os resultados estejam muito próximos.

A maior diferença no desempenho em redação ocorre no primeiro nível de ensino. Nesse nível, para 52% dos alunos no Estado de São Paulo e para 49,5% dos alunos da Região Metropolitana de Campinas os resultados ficaram abaixo do adequado (Gráficos 18, 19 e 20).

³⁰ Para o cálculo da distribuição percentual, foram excluídos do total das avaliações, aquelas categorizadas pelo sistema SARESP como: não válidas: anuladas, em branco e não calculada.



Distribuição percentual dos alunos por níveis de desempenho em Redação

Gráfico 18

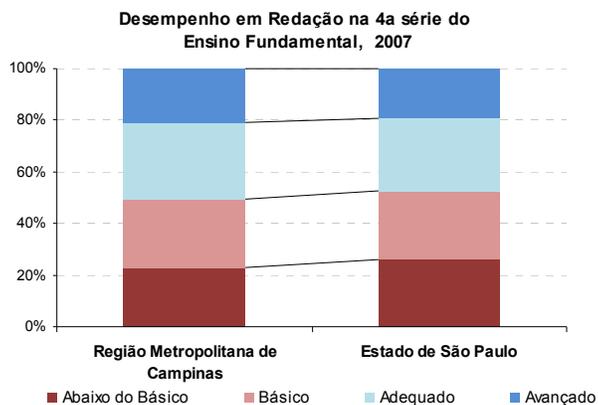


Gráfico 19

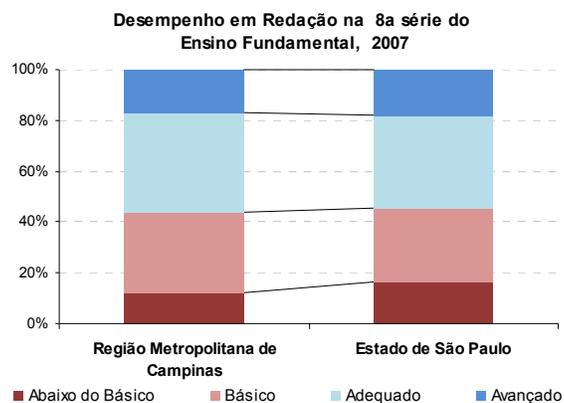
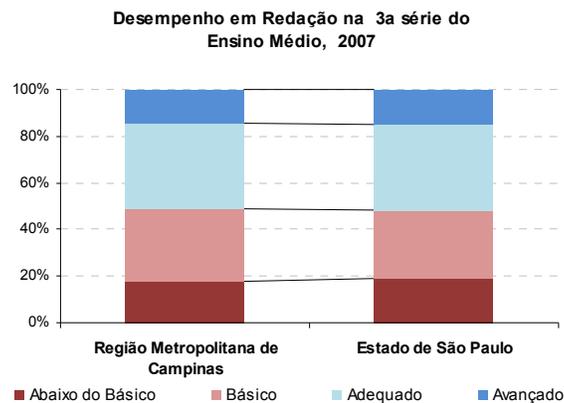


Gráfico 20



Fonte: SEE-SP. Tabulações Especiais. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo. Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP



3.3. Atenção Básica à Saúde e Acesso às Ações e Serviços de Saúde -Região Metropolitana de Campinas

Introdução

Pretende-se aqui abordar questões relacionadas à Atenção Básica à Saúde e ao Acesso às Ações e Serviços de Saúde, dimensões fundamentais para o estabelecimento de políticas públicas, na Região Metropolitana de Campinas.

Na Atenção Básica à Saúde foram analisados indicadores relacionados às taxas de mortalidade infantil, indicadores relacionados à saúde da criança, à atenção ao pré-natal, à saúde da mulher e do adulto.

No bloco referente ao Acesso às Ações e Serviços de Saúde são apresentadas as taxas de cobertura do programa PSF (Programa de Saúde da Família), as consultas médicas básicas por habitante, o número de leitos por habitantes e a proporção de Beneficiários de Plano de Saúde Privado.

O estudo procurou levar em conta as taxas médias dos indicadores para o Estado de São Paulo e os parâmetros ou metas do Ministério da Saúde, quando possível para efeitos de comparação.

Mortalidade Infantil

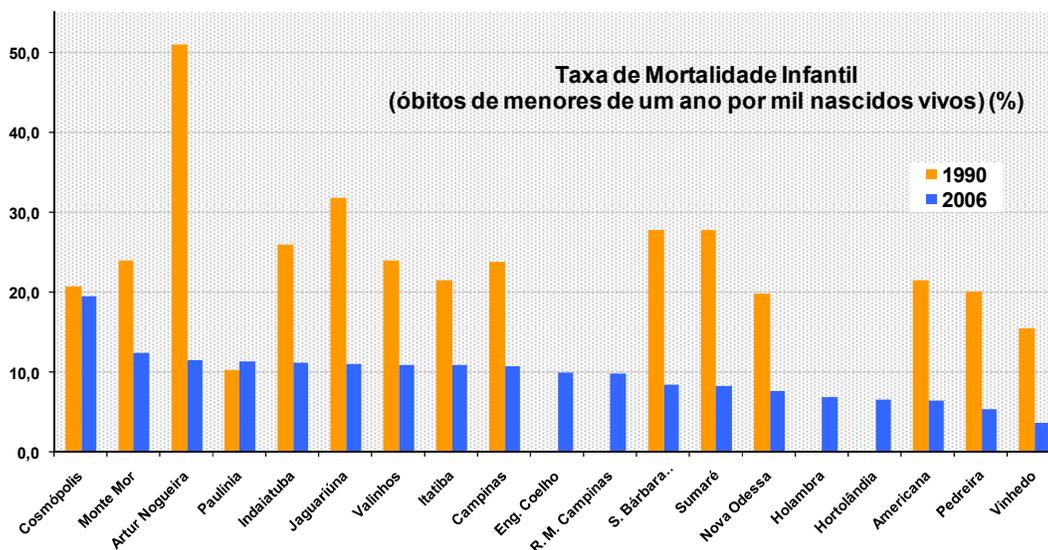
Na Região Metropolitana de Campinas a taxa de mortalidade infantil, vem caindo sistematicamente, assim como acontece no Brasil e no Estado de São Paulo. No ano 2000 a taxa de mortalidade infantil na Região Metropolitana de Campinas era de 13,5 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos e passou para 9,8 no ano de 2006, tanto no ano 2000 como em 2006 as taxas foram inferiores à média estadual que no ano 2000 atingiu 17 óbitos por mil nascidos vivos e, em 2006 13,3 óbitos de crianças com menos de um ano por mil nascidas vivas.

Em 1990 os municípios da Região Metropolitana de Campinas com taxas mais elevadas de mortalidade infantil localizavam-se no entorno da Região Metropolitana de Campinas. Entre estes municípios destacam-se Artur Nogueira com mais de 50 óbitos por mil, e os municípios de: Jaguariúna, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré e Indaiatuba com taxas que variaram em torno de 28 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos. Em 1990 as taxas mais baixas, menos de 20 óbitos por mil nascidos vivos, ocorreram nos municípios de: Nova Odessa, Vinhedo e Paulínia (Gráfico 21).



A redução média nas taxas de mortalidade infantil dos municípios da Região Metropolitana de Campinas foi de cerca 64% entre 1990 e 2006. No final do período em análise, as taxas ficaram mais homogêneas e se concentraram em um intervalo de 3,6 a 21,3 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos. O município com a taxa de mortalidade infantil mais baixa da região no ano de 2006 foi Vinhedo com 3,6 óbitos de menores de um ano por 1000 nascidos vivos e Santo Antonio de Posse ficou com a taxa mais elevada equivalente a 21,3.

Gráfico 21



Fonte: Fundação Seade; Sec. Estadual da Saúde; Sec. Municipais da Saúde. Base Unificada de Nascimentos e Óbitos.

Saúde da Criança

A taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda em menores de cinco anos é um indicador frequentemente usado, pois fornece uma medida da qualidade da atenção à saúde preventiva e curativa à criança. O Ministério da Saúde recomenda que a taxa deva ser inferior a 35 internações por mil crianças menores de cinco anos.

No ano 2000 tanto o Estado de São Paulo quanto a Região Metropolitana de Campinas já apresentavam taxas inferiores a 35 internações por mil crianças menores de cinco anos. A média estadual neste ano atingiu 28 internações e passou para 21 em 2006. No caso da Região Metropolitana de Campinas, em 2000 foram internadas



em média quase 23,4 crianças menores de cinco anos. No ano 2006 a situação melhora e a região passa a apresentar taxa equivalente a 18,5 internações.

Apesar dos resultados médios apresentarem uma situação boa já no ano 2000, levando em conta o parâmetro do Ministério da Saúde, ainda existiam municípios na Região Metropolitana de Campinas onde as taxas eram muito elevadas no ano 2000. Entre eles destacamos os municípios localizados a oeste da região que apresentaram taxas superiores a 35 internações: Americana, Santa Bárbara D'Oeste e Cosmópolis, e o município de Vinhedo localizado a sudeste do município sede.

Em 2006 houve declínio de mais de 55% nas taxas, sobretudo nos municípios localizados na parte noroeste da região onde as taxas já eram mais elevadas (Engenheiro Coelho, Santa Bárbara D'Oeste, Americana, Cosmópolis e Nova Odessa) e no município de Valinhos vizinho ao município sede, Campinas.

Os municípios mais centrais como Campinas, Hortolândia, Monte Mor e Paulínia tiveram incremento nas taxas de internação, sobretudo em Hortolândia e Monte Mor que mais do que duplicaram suas taxas.

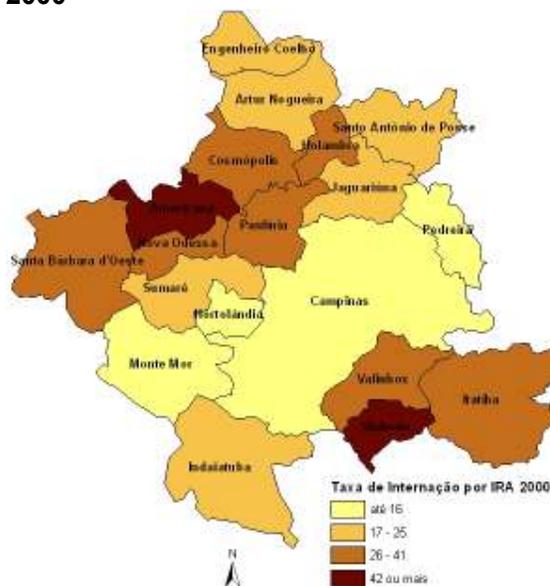
A observação das taxas de internação por Infecção Respiratória Aguda em menores de cinco anos nos municípios da Região Metropolitana de Campinas revela que houve uma melhora das taxas no sentido de ter ocorrido declínio das taxas de internação e uma relativa homogeneização. No entanto, este avanço se deu de forma que os municípios mais periféricos da região apresentaram declínio das taxas, ao contrário dos municípios mais centrais onde houve incremento das taxas (Mapas 10 e 11).



Mapas 10 e 11

Taxa de internação por IRA (Infecção Respiratória Aguda) em menores de cinco anos (por mil)

2000



2007



Fonte: SIH/SUS – DATASUS, Censo Demográfico e estimativas populacionais do IBGE

Atenção ao Pré-Natal

Para avaliar a cobertura e a qualidade da assistência ao parto na Região Metropolitana de Campinas utilizamos o indicador: Proporção de mulheres com filhos nascidos vivos que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal. O número mínimo de consultas recomendadas pelo Ministério da Saúde é sete.

É necessário dizer, baseado em alguns estudos (SERRUYA, 2004), que este indicador é fortemente influenciado pelo nível de pobreza da região, além de outros fatores. Além disso, em uma análise longitudinal, as taxas podem em grande parte terem sido afetadas, positivamente, pelas ações do Programa Saúde da Família e pela



implementação do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento do Ministério da Saúde lançado em junho de 2000 onde o foco principal tem sido proporcionar a melhora do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério das gestantes e ao recém-nascido.

A proporção média de nascidos vivos cujas mães realizaram pelo menos sete consultas por mês na Região Metropolitana de Campinas no ano 2000 e em 2005 foi superior à média estadual. No ano 2000, enquanto a proporção média de nascidos vivos cujas mães completaram o pré-natal era de 54,5% no Estado de São Paulo, a Região Metropolitana de Campinas realizou 11% a mais. No ano de 2005, a média estadual ficou em mais de 73% e, na Região Metropolitana de Campinas para 83% dos nascidos vivos, as mães haviam realizado 7 consultas ou mais de pré-natal.

Com exceção apenas do município de Engenheiro Coelho, onde ficou constatada queda de 6,3% no percentual de mães que concluíram o pré-natal, para todos os demais municípios da Região Metropolitana de Campinas houve incremento neste indicador. No município de Valinhos o avanço foi mais acelerado passando de 31,3% no ano 2000 para 85% em 2005 (mais de 170% de crescimento) (Tabela 22).

Os municípios localizados a oeste da Região Metropolitana de Campinas: Americana, Santo Antonio de Posse, Paulínia, Sumaré, Indaiatuba e Cosmópolis foram os que avançaram em um ritmo bem mais lento, ou seja, a proporção de mulheres com filhos nascidos vivos que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal aumentou menos de 12% entre o ano 2000 e 2005



Tabela 22

Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Crescimento (%) 2000-2005
Total ESTADO	54,5	59,0	63,2	67,1	71,4	73,4	34,7
Total da RMC	65,9	70,1	72,1	76,2	82,2	83,0	25,9
Americana	81,1	78,2	78,4	84,8	88,6	87,4	7,7
Artur Nogueira	51,1	61,5	71,4	73,3	72,5	69,6	36,2
Campinas	63,1	67,9	70,5	74,2	84,8	85,6	35,7
Cosmópolis	68,3	74,5	77,8	80,5	81,0	76,5	12,0
Engenheiro Coelho	54,6	45,7	45,1	48,3	52,9	51,1	-6,3
Holambra	61,3	75,6	79,6	84,4	84,4	83,7	36,6
Hortolândia	63,6	67,6	62,5	64,7	72,8	73,3	15,3
Indaiatuba	79,4	82,0	83,9	86,8	86,0	88,5	11,5
Itatiba	63,8	74,8	73,6	75,1	79,2	82,7	29,7
Jaguariúna	69,5	73,5	79,2	78,9	81,7	86,5	24,4
Monte Mor	57,9	76,7	83,2	80,1	79,4	72,2	24,8
Nova Odessa	70,5	77,5	74,6	78,8	82,5	84,5	19,8
Paulínia	81,0	81,1	82,7	84,2	87,0	88,0	8,7
Pedreira	67,1	69,1	80,9	85,7	82,9	82,6	23,2
S. Bárbara d'Oeste	64,9	66,6	73,2	76,2	84,7	84,2	29,9
S. Antônio de Posse	67,8	73,6	69,3	73,9	79,9	73,6	8,5
Sumaré	67,1	71,9	67,1	67,3	69,9	74,4	10,9
Valinhos	31,3	28,6	43,7	83,1	81,2	85,0	171,5
Vinhedo	82,9	86,1	92,5	95,6	93,3	95,9	15,7

Fonte: SINASC/SUS - DATASUS. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP.

Controle da Hipertensão

A taxa de internações por Acidente Vascular Cerebral (AVC) na população de 40 anos ou mais além de apontar o nível de morbidade para esta doença, também avalia a oferta de ações básicas preventivas para o controle da doença hipertensiva.

O número de internações entre 2000 e 2007 por Acidente Vascular Cerebral (AVC) na população de 40 anos ou mais na Região Metropolitana de Campinas declinou de 21,1 para 17,6, o que significa que as ações de atenção básica nos municípios no controle das doenças hipertensivas possivelmente estão resultando em um impacto positivo. As taxas médias para a Região Metropolitana de Campinas, 21,1 no ano 2000 e 17,6 em 2007, foram mais baixas que a média estadual que alcançou 28,1 no ano 2000 e 21,0 internações por grupo de 10.000 habitantes com mais de 40 anos em 2007.

Os mapas mostram que apesar das taxas terem caído na maioria dos municípios da Região Metropolitana de Campinas entre 2000 e 2007, os municípios com taxas mais



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

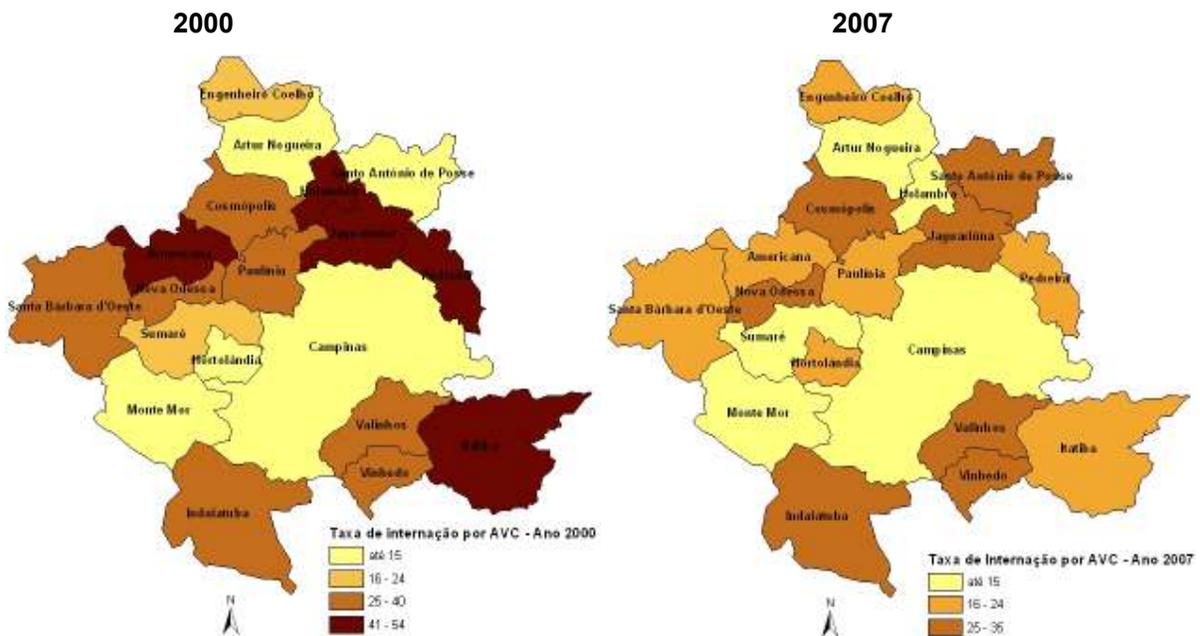
Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

elevadas de internações por AVC estão localizados no entorno da região, sobretudo em uma faixa ao norte e outra ao sul da região.

O município sede, Campinas e, o município de Santo Antonio de Posse ao norte foram os que tiveram suas taxas aumentadas em mais de 81% entre 2000 e 2007, apesar de apresentarem taxas de internação por AVC baixas no ano 2000. Campinas realizou em média 7,5 internações por AVC por 10.000 habitantes em 2000 e, passou para 13,7 em 2007. Santo Antonio de Posse que internou 13,4 pessoas por AVC para cada 10000 habitantes com mais de 40 anos em 2000 passou a internar 24,4 pessoas em 2007 (Mapas 12 e 13).

Mapas 12 e 13

Taxas de Internação por AVC (por 10.000 habitantes com 40 anos ou mais)



Fonte: SIH/SUS – DATASUS, Censo Demográfico e estimativas populacionais do IBGE.



Indicadores Gerais de Atenção à Saúde

Consultas Médicas por Habitante

No Brasil a média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas pouco variou entre o ano de 2000 e 2007. No ano 2000 este indicador atingiu 1,51 consultas básicas por habitante e em 2007 atinge 1,54. No estado de São Paulo, o patamar é praticamente o mesmo referente à média brasileira em 2000 e em 2007 chegando a 1,7 consultas básicas por habitante. A Região Metropolitana de Campinas, ao contrário do Estado apresentou tendência de queda. No ano 2000 foram realizadas em média 1,7 consultas médicas básicas por habitante e no ano de 2007, 1,6.

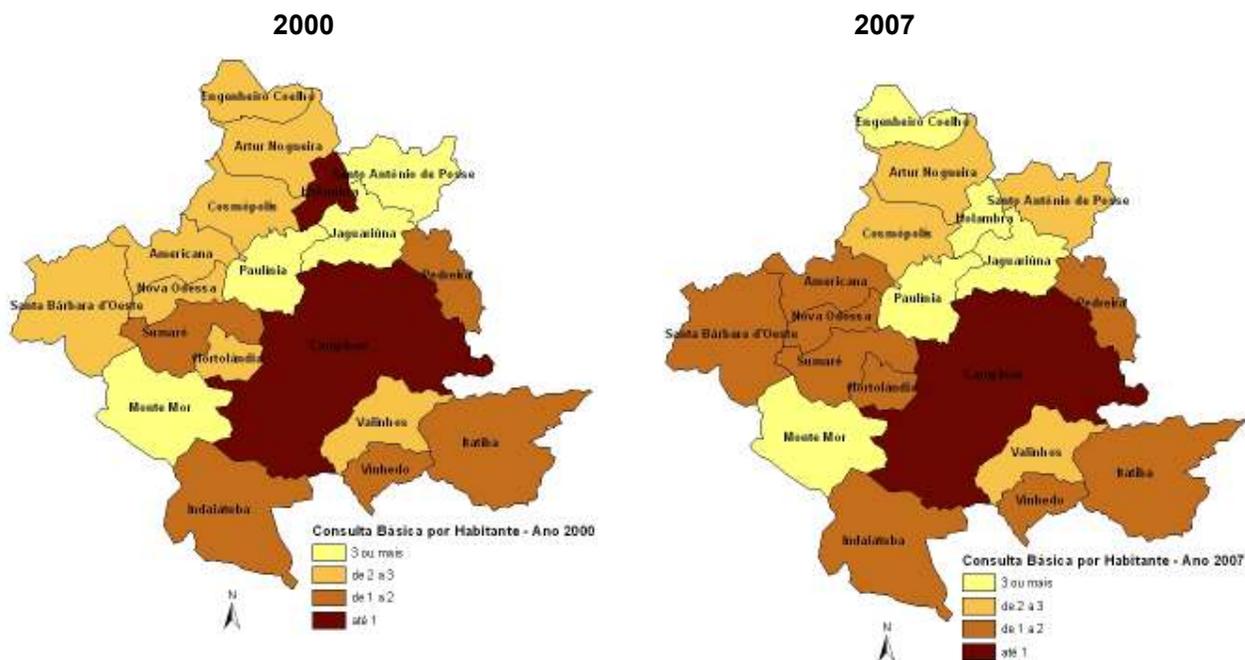
O município de Campinas foi o que produziu menos consultas básicas por habitantes entre todos os municípios da região, tanto no ano 2000 quanto no ano de 2007, o que significa 0,8 e 1,0 consultas por habitante respectivamente (Mapas 14 e 15).

Em mais da metade dos municípios da região foi observada tendência de queda deste indicador. Os municípios onde houve declínio do número médio de consultas estão localizados ao norte do município sede: Santo Antonio de Posse e Jaguariúna; e a oeste: Paulínia, Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia, Santa Bárbara D'Oeste, Monte Mor e Indaiatuba.



Mapas 14 e 15

Consultas Básicas por Habitante (média anual)



Fonte: SIA/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.

Cobertura do Programa de Saúde da Família

As informações sobre percentuais de cobertura do Programa Saúde da Família em grandes cidades e capitais revelam que em geral há uma dificuldade maior de consolidação deste programa em cidades maiores e mais urbanizadas (ELIAS, 2006).

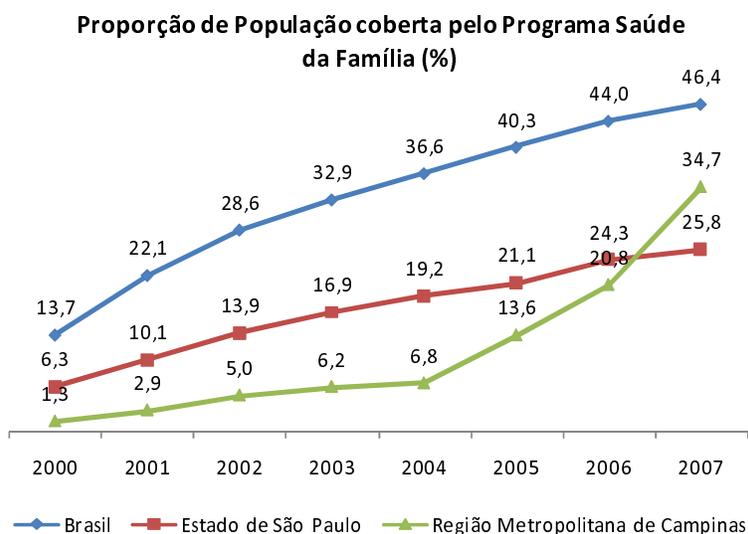
Como já foi dito, a região do país de menor cobertura do Programa Saúde da Família é a Sudeste, com menos de 30% de cobertura da população no ano de 2007. No Estado de São Paulo em 2007, em média a cada 4 famílias, uma é atendida pelo PSF e, na Região Metropolitana de Campinas, a cada 3 famílias, uma é atendida pelo PSF.

Os dados mostraram que há uma tendência de crescimento da proporção de famílias atendidas pelo PSF no Estado de São Paulo e na Região Metropolitana de Campinas entre 2000 e 2007. O ritmo de crescimento do PSF na Região Metropolitana de



Campinas foi bem mais lento até 2004 quando comparada às médias nacionais e estaduais. Entretanto, após 2004 ocorreu um crescimento mais vigoroso da cobertura do PSF na Região Metropolitana de Campinas (Gráfico 22).

Gráfico 22



Fonte: Número de pessoas cadastradas, de 2000 a 2007, por município. Fonte: SIAB/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.

Os mapas 16 e 17 evidenciam que não somente a cobertura de famílias atendidas vem aumentando como também o número de municípios que em 2000 não tinham implementado o programa e, em 2007 já implantaram. No ano 2000, os municípios que já contavam com o PSF em geral estavam localizados no centro e na parte noroeste da Região Metropolitana de Campinas. Os municípios de Engenheiro Coelho e Artur Nogueira no norte já se destacavam em 2000 pelas altas taxas de cobertura com 70,1% e 24,2% respectivamente. Campinas e Hortolândia estavam começando em 2000 e suas taxas de cobertura populacional do PSF não atingiram 0,5% no ano 2000. Os municípios de Indaiatuba, Cosmópolis e Pedreira apresentaram taxas de cobertura que variaram de 4,5% até 13,8%.

Em 2007, com a expansão do programa, apenas 6 municípios dos 19 da Região Metropolitana de Campinas ainda não haviam implementado o PSF (Jaguariúna, Nova Odessa, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste, Valinhos e Vinhedo). Em 2007 é possível

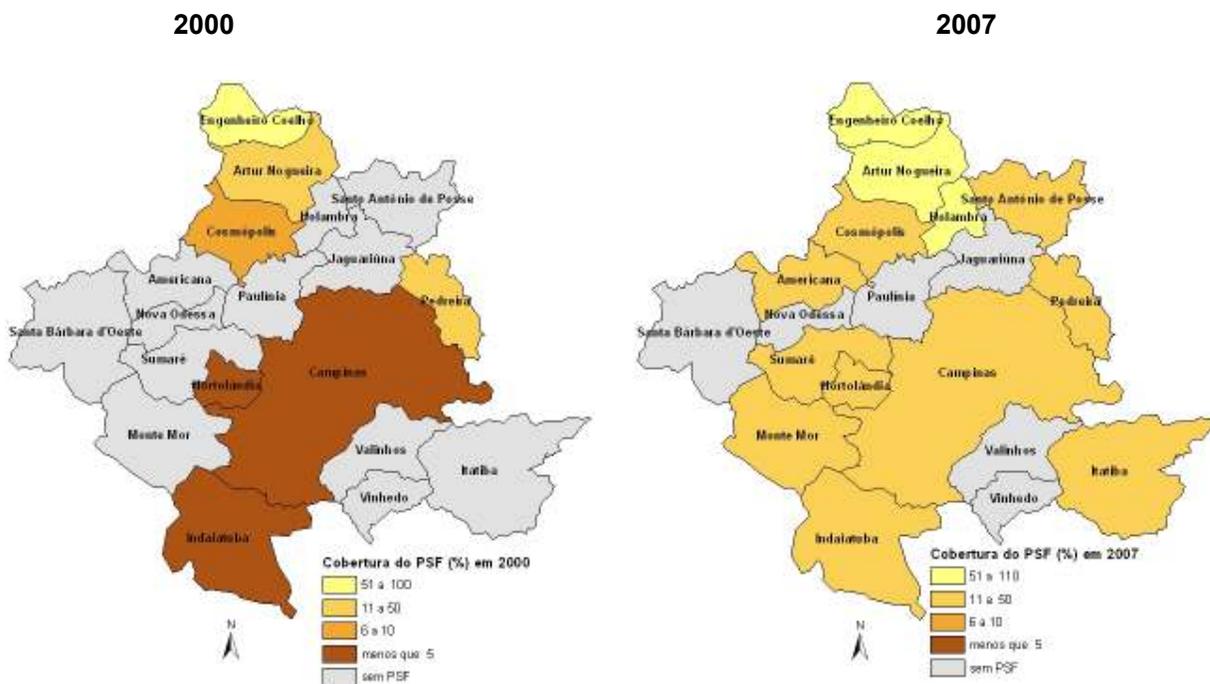


constatar que as taxas de cobertura do PSF nos municípios localizados ao norte da Região Metropolitana de Campinas, Engenheiro Coelho, Artur Nogueira, Santo Antonio de Posse e Holambra apresentaram coberturas superiores a 44% (Mapa 17).

Nesse sentido, ainda que a cobertura do PSF nos municípios da Região Metropolitana de Campinas esteja abaixo do nível de cobertura de outras regiões do país, é fato que o PSF vem se consolidando como estratégia de organização da atenção básica à saúde também em grandes cidades ainda que não tenha como foco principal a universalização. Em geral, muito das dificuldades de consolidação e de ampliação do acesso do PSF em municípios muito grandes vem devido ao fato de que muitos deles já ofereciam serviços de saúde organizados em outras formas da atenção básica. Cabe a esses municípios, sobretudo nas metrópoles e municípios grandes estudar e decidir como a implantação do PSF pode ajudar na ampliação do acesso à atenção básica à saúde de uma forma igualitária (ELIAS, 2006).

Mapas 16 e 17

Proporção da população atendida com o Programa Saúde da Família



Fonte: Fonte: Número de pessoas cadastradas, de 2000 a 2006, por município. Fonte: SIAB/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.



Atenção Hospitalar - Leitos Hospitalares por Habitante

A análise deste indicador tem como objetivo ilustrar como se dá a concentração de leitos hospitalares por habitantes nos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Campinas.

Como este indicador é suscetível a uma variedade de fatores relativos às localidades ou regiões distintas, não há parâmetros validados para efeitos de comparação. O que acontece é que a própria demanda juntamente com a capacidade de financiamento do local acaba definindo as metas a serem alcançadas. Assim, este indicador não é adequado para avaliar o sistema de saúde de uma região, mas auxilia nas ações de planejamento e gestão.

Apesar de não termos parâmetros validados, o Ministério da Saúde preconiza que o volume de leitos hospitalares esteja entre 2,3 a 3 leitos por mil habitantes (Portaria do Ministério da Saúde 1101/2002).

Na Região Metropolitana de Campinas a oferta de leitos hospitalares foi de 2,0 leitos por mil habitantes em 2006, onde 1,2 leitos eram disponibilizados através do SUS. A média de leitos hospitalares por mil habitantes na Região Metropolitana de Campinas foi inferior à média estadual e à nacional. No Estado foram disponibilizados 2,6 leitos e no Brasil 2,7 leitos por mil habitantes em 2006 (Tabela 23).

A presença de leitos do SUS é mais representativa no Brasil e no Estado de São Paulo do que na Região Metropolitana de Campinas onde há maior predomínio dos serviços particulares na área da saúde.

Tabela 23 - Leitos Hospitalares por mil habitantes

Leitos Hospitalares em 2006	Leitos* Por Mil		Proporção de Leitos do SUS (%)
	Total	SUS	
Região Metropolitana de Campinas	2,0	1,2	61,3
Estado de São Paulo	2,6	1,7	65,4
Brasil	2,7	2,0	74,1

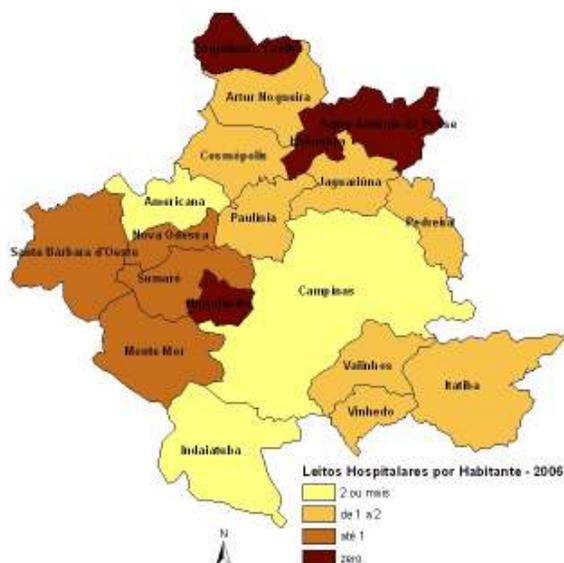
* média anual

Fonte: CNES -Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação - São Paulo SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.



Dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas, ficou claro que há maior oferta de leitos por habitante, tanto os leitos gerais como de leitos SUS, no município de Campinas, além de Americana e Indaiatuba (Mapa 18).

Mapa 18 – Leitos Hospitalares por mil habitantes em 2006



Fonte: CNES -Recursos Físicos - Hospitalar - Leitos de internação - DATASUS, projeções, IBGE.

Beneficiários de Plano de Saúde Privado

De acordo com PINTO, 2004; a região Sudeste concentra cerca de 70% da população com cobertura de planos de saúde. As maiores proporções de cobertura acontecem nas capitais. Ainda segundo este autor: *Estudos anteriores (Costa e Pinto, 2002; Siqueira et al., 2002) demonstram que, nas cidades de pequeno e médio porte (menos de 80.000 habitantes), a participação das modalidades de saúde suplementar é menor que a prestação de serviços mediante o SUS, enquanto que nas cidades de mais de 80.000 habitantes, a hegemonia dos planos de saúde já ocorria em 1992 e expandiu-se ainda mais em 1999.*

O indicador proporção de cobertura da população por planos de saúde privados considera como plano privado, segundo os critérios da ANS/MS, os planos de assistência à saúde que são operados por medicina de grupo, cooperativas,



seguradoras, autogestão e filantropia. Pode haver superestimação do indicador na medida em que pode haver beneficiários com mais de um plano de saúde privado.

A cobertura de planos de saúde privado no país é de quase 20% da população. A região Sudeste apresentou a maior cobertura entre as regiões, e entre 2000 e 2005 a representação ficou praticamente constante por volta de 30% (Tabela 24).

Especificamente no Estado de São Paulo e na Região Metropolitana de Campinas as taxas foram mais elevadas que a da Região Sudeste e a do Brasil. No ano 2000, a cobertura média para o Estado e para a Região Metropolitana de Campinas foi de respectivamente 42% e 47%.

Em 2007 é constatado crescimento da população coberta por planos de saúde privados no Estado de São Paulo e na Região Metropolitana de Campinas que passa a apresentar respectivamente 48% e 51% de cobertura.

Tabela 24 - Proporção (%) da população coberta por planos privados de saúde segundo ano por região. Brasil, 2000 a 2005

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	19,1	18,6	18,5	18,6	19,1	19,9
Norte	5,7	5,5	6,2	6,8	7,3	7,2
Nordeste	7,6	7,2	7,6	8,0	8,2	8,4
Sudeste	32,0	30,9	30,2	29,9	30,3	31,7
Sul	14,0	14,1	14,6	15,5	16,7	17,4
Centro-Oeste	12,7	12,2	12,5	12,5	12,5	12,8

Fonte: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Saúde - Sistema de Informações de Beneficiários e IBGE

Na Região Metropolitana de Campinas o município de Campinas, alguns municípios adjacentes como Jaguariúna, Paulínia e Valinhos, e outros contíguos como Americana e Vinhedo apresentaram proporções de cobertura de planos privados no ano 2000 superiores a 50% no ano 2000. No ano de 2007 estes mesmos municípios apresentaram taxas de cobertura superiores a 60%.



Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais

Financiamento FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas

Mapas 19 e 20. Proporção da população com plano privado de saúde

2000



2007



Fonte: Sistema de Informações de Beneficiários (SIB), Sistema de Cadastro de Operadoras (Cadop) e Sistema de Registro de Produtos (RPS), todos geridos pela ANS - DATASUS. SIA/SUS - DATASUS, Censo Demográfico 2000 e projeções, IBGE.



Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino Médio: Múltiplas Vozes**. Brasília: UNESCO; MEC. 2003

ANDRADE, Cibele Y., TELLES, Stella M.B.S. Universalização e equidade: análise da evolução do acesso à educação básica no Brasil de 1995 a 2005. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16º., 2008. Caxambu. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>.

ARRIAGADA, I. **Câmbios y desigualdad en las familias latinoamericanas**. Revista de la Cepal 77, Santiago de Chile, 2002.

_____. Estructuras familiares, trabajo y bienestar en América Latina, In: Arriagada, I. e Aranda, V. (comp.) **Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces, Serie Seminarios y Conferencias**, CEPAL, nº 42. Santiago de Chile, 2004.

BAENINGER, Rosana; BRITO, Fausto. Crescimento das Cidades, das Metrôpoles e do Interior do Brasil Contemporâneo. In: **Anais**. XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR , Sessão temática ST2 – Rede Urbana e Estrutura Territorial. Belém, Pará. 2007.

BERQUÓ, E.. Arranjos Familiares no Brasil: Uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, Vol. 4, 2000.

BILAC, E.. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: NEPO, UNICAMP. 2001.

BRASIL; Ministério da Cultura. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília : INEP; MEC, 2003. Disponível em: < www.inep.gov.br/ >.

CECCHINI, S. e UTHOFF. A. Reducción de la pobreza, tendencias demográficas, familias y mercado de trabajo en America Latina. In: **Série: Políticas Sociales**, CEPAL, División de Desarrollo Social, Santiago de Chile, julio de 2007.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Relatórios de Pesquisa de Campo - Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais**. Convênio 3595-FINEP-FNDCT/NEPP-UNICAMP. 9 volumes, 2008.

COSTA N. R. & PINTO L.F.. Avaliação de programa de atenção à saúde: incentivo à oferta de atenção ambulatorial e a experiência da descentralização no Brasil. In: **Ciência & Saúde Coletiva** 7(4): 907-923. 2002.

DRAIBE, Sônia; FONSECA, Ana Maria; MONTALI, Lilia. Programas de Renda Mínima para Famílias Carentes: Levantamento das Experiências e Metodologias de Avaliação. In: IPEA. LOBATO, Ana Lucia (org.). **Garantia de Renda Mínima: Ensaio e Propostas**. Brasília, IPEA, 1998.



ELIAS, Paulo Eduardo et al. Atenção Básica em Saúde: comparação entre PSF e UBS por estrato de exclusão social no município de São Paulo. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.11, n.3, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232006000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232006000300012.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Documento 1 - Relatório Consolidado para o Estado de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas, 2009. Capítulo 3. Item 3.1.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Documento 2 – Estudos Regionais – Região Metropolitana de São Paulo**. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Convênio FINEP-FNDCT/NEPP/Regiões Metropolitanas, 2009. Capítulo 3. Item 3.1.

FINEP/NEPP/NEPO/IE. **Relatório da Pesquisa de Campo – Região Metropolitana de Campinas**, Pesquisa de Campo. Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP. 2007.

FLETCHER, P. **As dimensões transversal e longitudinal do Modelo Profluxo**. Brasília, Ministério da Educação e da Cultura, 1997, Mimeo.

FONSECA, Ana Maria M. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FONSECA, A. M. M.; COHN, A.. O Bolsa-Família e a Questão Social. SEGUNDO WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE TRANSFERÊNCIA CONDICIONAL DE RENDA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. São Paulo, Brasil. Abril 2004.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, v., p. 425-458. 1999.

GUIMARÃES DE CASTRO, Maria Helena. Política Social en Brasil: continuidades y cambios. In: Instituto de Estudios Internacionales; Embajada de Brasil en Chile. (Org.). **Brasil y Chile: una mirada hacia América Latina**. 1ed ed. Santiago, Chile: RIL Editores, v. único, p. 253-264. 2006.

HOFFMANN, R. e LEONE, E. (2003). **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Campinas: IE/UNICAMP. (mimeo).

HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, vol. 14, Nº 2, maio-agosto, Belo Horizonte – MG, 2004.

IBGE-MDS, 2008. Acesso a transferências de renda de programas sociais – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- 2006. Rio de Janeiro, IBGE.



IDB – DATASUS. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/idb>

IDESP – <http://idesp.edunet.sp.gov.br/>

IPEA. Assistência Social e Segurança Alimentar. IN: **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, n. 15. Brasília, IPEA, p. 51-72. Março de 2008.

IPEA, Boletim do desenvolvimento social 14. Disponível em: www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/politicasocialdesenvolvimento.pdf

IPEA. LOBATO, Ana Lucia (org.). **Garantia de Renda Mínima: Ensaio e Propostas**. Brasília, IPEA, 1998.

KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 58-78, jan./jun.2006.

KLEIN, R. **Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores de fluxo escolar da educação básica**. Brasília, INEP/MEC, 1995. Mimeo.

LEONE, E.. Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90, em ROCHA, M.I.B. (coord.): **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO / UNICAMP e CEDEPLAR / UFMG, São Paulo: editora 34. 2000.

_____. Mudanças no Trabalho da Mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90. Anais do XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Ouro Preto, MG. Novembro de 2002.

_____. Trabalho da Mulher em Regiões Metropolitanas do Brasil. In: Proni, Marcelo W. e Henrique, Wilnês (orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP. 2003.

LEONE, E.; GORI MAIA, A.; BALTAR, P.. Trabajo remunerado de las mujeres e ingreso de las familias brasileñas: 1981 – 2005. In: II CONGRESSO DE ECONOMIA FEMINISTA, Zaragoza. 2007.

MEDEIROS, M. e OSÓRIO, R.. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. **Revista Brasileira de Estudos de População** v. 17 (1/2). 2000.

Ministério da Saúde Brasil 2007: uma análise da situação de saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 641 p.:Il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde).

MONTALI, L.. Família e trabalho na conjuntura recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1995.



_____.; LOPES, G.. Relações Familiares e Trabalho Feminino na Região Metropolitana de São Paulo na Década de 90. In: **Caderno CRH** n.38, jan-jun de 2003.

_____. Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empobrecimento. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21(2), jul/dez. 2004.

_____. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. **Revista Brasileira de Estudos de População – ABEP**, v. 23 (2), pp. 223-245. 2006.

_____. **Regiões Metropolitanas: mudanças na família e na relação família-trabalho, as condições sociais e as políticas de transferência de renda**. Relatório de Pesquisa CNPq, abril 2008, Campinas. NEPP/UNICAMP. 2008.

MONTALI, L. e TAVARES, M.. Famílias Metropolitanas: precarização do trabalho e empobrecimento. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE - ABEP, Belo Horizonte - MG. 05-06 de novembro de 2007.

_____. Família, Pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. In: **Revista Brasileira de Estudos de População – ABEP**, v. 25 (2), pp. 211-231. 2008.

MONTALI, Lilia; BAENINGER, Rosana; TELLES, Stella B.S. Virtudes e vicissitudes dos programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas paulistas. In: 6º ENCONTRO ABCP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Unicamp, 29 de julho a 01 de agosto de 2008.

OLIVEIRA, O. e SALAS, M.. Entre la inclusion e la exclusion laboral de los jóvenes: Um análisis comparativo de México y Costa Rica. In: III CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, Córdoba, Argentina, 24 a 26 de setembro de 2008.

OPAS. REDE Interagencial de Informações para a Saúde. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações/ – **Rede Interagencial de Informações para a Saúde Ripsa – Brasília**: Organização Pan-Americana da Saúde. 299p.:il. 2002.

PINTO, Luiz Felipe; SORANZ, Daniel Ricardo. Planos privados de assistência à saúde: cobertura populacional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232004000100009.

SCAVONE, L.. Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. In: **Interface**. n. 8, fevereiro de 2001.

SCHWARTZMAN, S.. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Versão 3, 13 de fev. 2006.



SERRUYA, Suzanne Jacob; LAGO, Tânia Di Giacomo and CECATTI, José Guilherme. O panorama da atenção pré-natal no Brasil e o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.** [online]. V. 4, n. 3, pp. 269-279. ISSN 1519-3829. 2004.

SILVA, Maria O. da Silva e.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SIQUEIRA, S.A.V., SENNA, M.C.M., OLIVEVEIRA, P.T.R. & PINTO, L.F.. Descentralização e assistência à saúde no Brasil: um balanço dos anos 90. **Revista Saúde em Debate** 26(60):25-36. 2002.

SUPLICY, Eduardo M. **Programa de Garantia de Renda Mínima.** Brasília, Senado Federal, 1992.

SZWARCWALD CL, BASTOS FI, VIACAVA F, Andrade CLT. Income inequality and homicide rates in Rio de Janeiro, Brazil. **Am J Public Health.**; 89(6):845–50. 1999.

TAKAHASHI, R.F. & OLIVEIRA, M.A.C. **A visita domiciliária no contexto da saúde da família** In BRASIL. Instituto para o Desenvolvimento da Saúde. Universidade de São Paulo. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

TOLEDO; OVALLE. **Estatística básica.** São Paulo: Atlas, 1985.

WAJNMAN, S.; RIOS NETO, E.. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. (coord.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.** Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, Editora 34. 2000.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa das mortes por violência. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 21, n. 61, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40142007000300009.